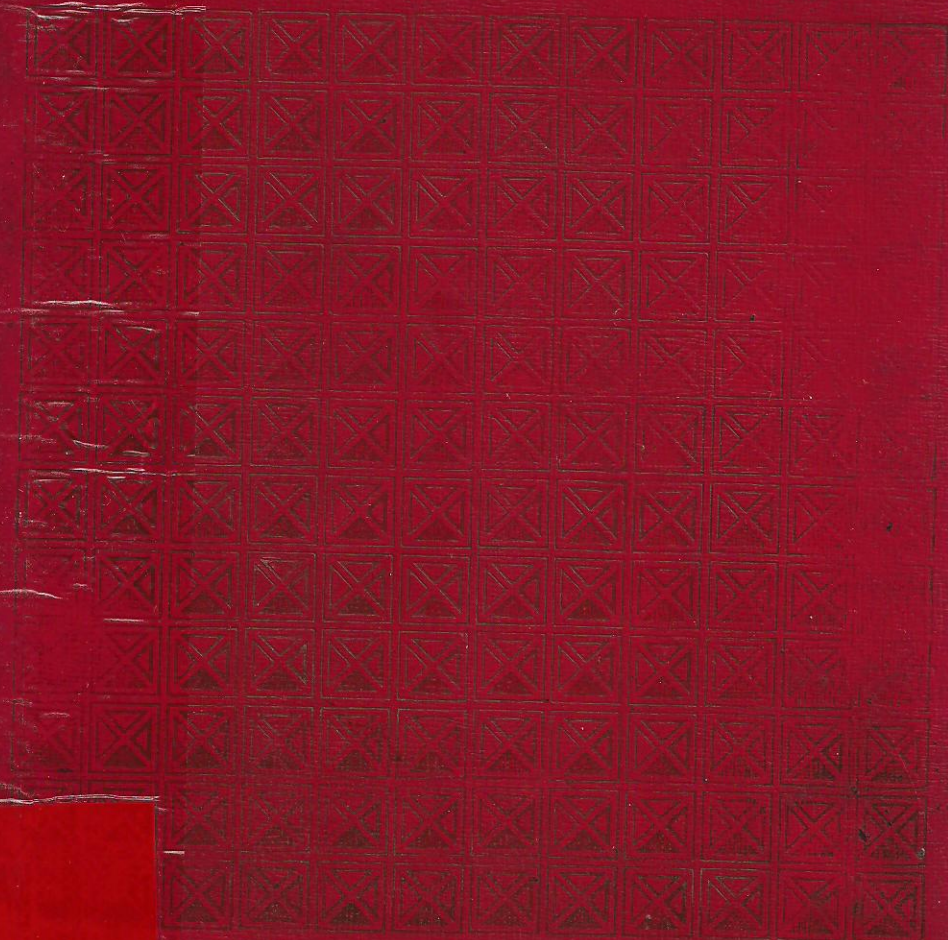


BIBLIOTECA PLANETA

NOSTRADAMUS

O SEGREDO DAS CENTÚRIAS



Editora Três

H.:H.:IX



É PROIBIDA A VENDA
DESTE MATERIAL

BIBLIOTECA PLANETA

4

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
«PEDRO DE TOLEDO»
GUARATINGUETÁ - EST. S. PAULO

 Editora Três

dk
✓
PIERRE V. PIOBB

O SEGREDO
DAS CENTÚRIAS
DE NOSTRADAMUS

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
12763 "PEDRO DE TOLEDO"
GUARATINGUETÁ - EST. S. PAULO

Adinimhação

circ
133
p733m

Capa: Anibal Monteiro

Tradução: Hugo Veloso

1973

Esta obra foi composta
nas oficinas da São Paulo Editora e impressa
nas oficinas da IMPRES-SP para
a Editora Três, SP, Brasil.

Editores: Luis Carta, Domingo Alzugaray, Fabrizio Fasano

Redator-chefe: Ignácio de Loyola

Secretário editorial: Armando Gonçalves

Distribuição para todo o Brasil:
Fernando Chinaglia Distribuidora S.A.
Rua Teodoro da Silva, 907, fone: 258-4848
Rio de Janeiro, GB

NOSTRADAMUS



BIBLIOTECA PLÂNETA

Livros já publicados:

Krishnamurti: *Viagem por um Mar Desconhecido*
Paracelso: *A Chave da Alquimia*
Allan Kardec: *O Evangelho Segundo o Espiritismo*
Nostradamus: *O Segredo das Centúrias*

Livros a publicar:

H. P. Blavatsky: *A Chave da Teosofia*
Roso de Luna: *O Livro que Matou a Morte*
Bhagavad-Gîtâ: Rovinalte Bonel
Papus: *Tratado de Ciências Ocultas — I*
Papus: *Tratado de Ciências Ocultas — II*
Submundo, Mundo e Supramundo: Visconde de Figanière

PIOBB E SUA OBRA

Apesar de ter nascido na França, Pierre Vincent Piobb era descendente de uma nobre estirpe italiana tendo, inclusive, direito ao título de conde. Aristocrata, culto, versado em ciências jurídicas e sociais, Piobb dedicou grande parte da sua vida ao estudo do simbolismo, da magia e do hermetismo.

Para entender sua formação cultural, é preciso localizá-lo historicamente. Piobb nasceu em Paris em 1874, logo após o desastre de Sedan, quando a República tentava reconstituir politicamente a França. Nesse mesmo período ocorria a reação contra o naturalismo literário. Esse movimento cultural de oposição aos padrões acadêmicos estabelecidos era liderado por Huysmans no romance e por Mallarmé e Rimbaud na poesia. É conveniente esclarecer que Huysmans, assim como Dom Besse, pesquisava sem decepções o segredo da pedra filosofal; Mallarmé se identificava com a doutrina de Bla-

vatsky, fonte de suas inspirações; e Rimbaud se entregava ao encantamento da sabedoria de Paracelso, revelando-se um esoterista convicto na sua obra *Alquimia do Verbo*.

O trio Huysmans-Mallarmé-Rimbaud era a expressão artística do movimento ocultista, que explodia luminosamente na França, tomando as rédeas do pensamento moderno às mãos do positivismo (seco e árido), criado por Comte e conduzido por Littré.

Eles não estavam sós. O ocultismo tinha representantes notáveis: Joséphin Peladan, membro e criador da Ordem do Templo e do Santo Graal, de influência nitidamente católica. Louis Jacolliot, renomado por várias obras orientalistas, das quais se destaca *As Ciências Ocultas na Índia*. Jovillivet-Castellot, presidente da Sociedade Alquímica de França e autor do livro *Comment on Devient Alchimiste*. Desse grupo de ocultistas sobressaíam ainda: Maurice Maeterlinck, maravilhoso em suas narrativas esotéricas, como *Pelleas et Mélisande* (musicada por Debussy), que ao lado de *L'Oiseau Bleu* lhe valeu o Prêmio Nobel; Stanislaw de Guaita, autor de *Lettres sur la Magie* e reconstituído da Rosacruz na França; e, principalmente Papus, pseudônimo do espanhol criado na França, Gérard Encausse, mago, astrólogo, cabalista, fundador de uma escola de ocultismo ocidental, escritor fecundo, incentivador do martinismo e tradutor-comentarista do *Sepher Yetzirah*, "caput" da cabala hebraica. Foi Papus — secundando a *Doutrina Secreta* de Bla-

vatsky — quem levou, através de escritos e argumentos, William Crookes do espiritismo ao ocultismo-teosófico.

Piobb se empolgou com os ensinamentos de Papus e de seus contemporâneos, entusiasmados com as especulações metafísicas. Assim, em 1902, aos 31 anos, ele estréia no ocultismo com o livro *Formulário de Alta Magia*. Convém ressaltar que se há uma alta magia, que alimentou a seiva da sabedoria dos povos antigos, existe também a baixa magia, que afaga os sentidos do homem e lhe veste os interesses. A primeira abre-se para a luz; a segunda enraiza na terra.

Piobb publicou, em 1911, o livro *L'Evolution de l'Occultisme et la Science*, verdadeiro baluarte dos seus postulados esotéricos. Esse livro provocou discussões, tendo sido defendido por Charles Lancelin, consagrado autor de *L'Occultisme et la Science*.

Piobb e Lancelin não encaminharam seus pensamentos contra a ciência, como havia feito F. Brunière, que provocou verdadeiro escândalo com seu opúsculo *Ciência Falida*. Eles tentaram encampar os novos horizontes, como prescrevia o iluminado Herschell: "Os olhos do observador perfeito devem estar sempre abertos para não deixar escapar nenhum fenômeno em oposição às teorias dominantes".

Eles afirmaram o que tem validade nos tempos modernos: "Pode-se afirmar que não há apenas prejuízos populares e supersti-

ções banais, mas certamente também prejuízos científicos e superstições oficiais, porque, em presença do imenso acúmulo de materiais e testemunhos metapsíquicos da atual geração, posto em cotejo com a indigência e a obscuridade da teoria positivista sobre 'a albumina inteligente e pensante', parece que se poderia olhar os adversários do metapsiquismo como indivíduos atingidos pelo delírio científico de grandeza".

Hoje, as teses defendidas por Piobb e Lancelin, de chamar a atenção dos cientistas para os princípios do ocultismo, encontram suas respostas positivas nas pesquisas de vários laboratórios, entre eles o de Kirlian, que está levando a bio-energética ao campo da comprovação científica. Piobb publicou as seguintes obras: *Formulaire de Haute Magie* (1902), *Les Mystères des Dieux* (1908), *L'Evolution de L'Occultisme et la Science d'Aujourd'hui* (1911), *Le Secret de Nostradamus* (1939), *Le Sort de L'Europe d'Après la Célèbre Prophétie de Papes, de Saint Malachie* (1939), *Clef Universelle des Sciences Secrètes* (1950 — 3 volumes), e traduziu para o francês dois tratados de Robert Fludd: *Traité d'Astrologie Général* e *Traité de Geomancie*.

O SEGREDO DAS CENTÚRIAS

Há quatrocentos anos que as profecias das Centúrias de Nostradamus vêm sendo observadas. E, com o passar do tempo, mais

se verifica sua exatidão. Elas não decepcionam nunca: quando decepcionam, o erro deve ser atribuído ao intérprete e nunca a Nostradamus. O autor das Centúrias nunca falhou e por esse motivo redobram as pesquisas no sentido de descobrir a "chave" usada na feitura dos versos. Estes podem, em última análise, ser englobados (conforme o intento de um ou de outro comentarista), numa das quatro interpretações: gramatical, astrológica, astronômica e criptográfica. Parece-nos, portanto, de interesse exemplificar cada uma dessas formas de interpretação:

1 — Gramatical: o próprio texto oferece o entendimento, sem necessidade de um exame mais detido, como no terceiro verso da quadra 57 da Centúria III:

"France non point par appuy germanique".

O sentido é claro: apesar da França ter sido invadida várias vezes pela Alemanha, jamais viria a ser seu domínio.

2 — Astrológica: está nos dois primeiros versos da quadra 24 da Centúria VI:

*"Mars et le sceptre trouvera conioint
Dessous cancer calamiteuse guerre".*

"O governo encontrará Marte em conjunção no signo de Câncer, o que revela influência de guerra calamitosa".

3 — Astronômica: são muitos os trechos em que tal "chave" aparece e, neste ponto, convém ater-se ao que nos informa Daniel Rufo (*Os Últimos Dias do Apocalipse*, pág.

212): "A exposição secreta de Nostradamus (1503-1566) requer conhecimentos astronômicos que só se tornaram domínio público depois de Galileu, nascido em 1564; de Kepler, nascido em 1571; e dos trabalhos de Tycho Brahe, publicados somente no século 17. Nostradamus conhecia, desde 1555, a divisão da eclíptica partindo de um ponto exato e os períodos anuais de retrogradação sobre essa curva, percorrida pelo Sol arrastando todos os planetas. Ou era um astrônomo, cuja sabedoria ultrapassava a obra de Copérnico e se antecipava a Galileu e Kepler, ou então copiava textos antigos. Mesmo nesta última hipótese, era necessário que ele os compreendesse".

4 - Criptográfica: há várias indicações, das quais nos referimos apenas ao "arranjo" feito por Nostradamus para focalizar o ano de 1660, quando o rei Luís XIV deixou de ser tutelado pelo célebre cardeal Mazarino, que o dirigiu em sua menoridade (Centúria X, quadra 101):

*"Quand le fourchu sera soutenu de deux paux
Avec six demi-cors et six ciseaux ouvertes".*

Desdobrado, esse texto equivale ao seguinte: quando o forcado (*fourchu*, instrumento de lavoura em forma de V, na extremidade) for sustentado por dois paus (*deux paux*=M) com a seqüência de seis letras C (*demi-cors*) e seis tesouras abertas formando a letra X (*six ciseaux ouvertes*), tudo isso configura MCCCCCXXXXXX. A verdade

é que 1660, em algarismo romano se escreve MDCLX, porém ainda hoje encontramos relógios que conservam IIII, para expressar quatro horas, quando se sabe que deve ser IV. Isoladamente as quatro interpretações acima não levam a nada, principalmente a "chave" astrológica — muito a gosto de comentaristas apressados sumamente ignorantes; o próprio Nostradamus dá o nome de "ineptos" aos que o proclamam "astrólogo". Quanto a isso, basta tirar a dúvida lendo seus únicos versos latinos, inscritos no fim da Centúria VII:

*"Qui legent hosce versus, mature censunto:
Prophanum vulgus et inscium ne attrectato
Omnesque astrologi, blenni, barbari procul
[sunto].*

Qui aliter facitis, rite sacer esto!"

Ou seja: "Os que leram estes versos, que os pesem com zelo: que o vulgo, os imbecis, os bárbaros e TODOS OS ASTRÓLOGOS (*omnesque astrologi*) não se aproximem deles. E quem o fizer, que seja amaldiçoado!" Nada mais claro.

Acontece que — como ficou dito — se cada interpretação isolada é falha, impõe-se dizer: o conjunto delas também o é, porque, se levamos em consideração o que diz a quadra inaugural, da Centúria I, do seu livro:

*"Estant assis, de nuict secrette estude,
Seul, reposé sur la selle d'aerain,
Flambe exigüe sortant de solitude
Fait prospérer qui n'est à croire vain".*

"Achando-se a sós e sentado num banco de bronze, mergulhado em estudo esotérico (*secrete*), viu uma pequena espada de lâmina ondulada (*flambe exigue*) que era empunhada por um ser imaterial (*sortant de la solitude*) que lhe revelou (*fait prospérer*) o que não deve ser levado em conta de coisa vã". Concluiremos que às quatro "chaves" temos de acrescentar uma faculdade cognitiva, personalíssima de Nostradamus, faculdade esta catalogada hoje na parapsicologia, melhor dizendo, "bio-energética", como a definem os soviéticos Vasiliev, Kuni, o búlgaro Lozanov e o eslovaco Ryzl, em suas experiências psicotrônicas. Essa faculdade permitiu a Nostradamus descrever fatos futuros, precisando datas e nomes. Enumeramos alguns, inflexivelmente certos, comprováveis:

1 — a República francesa, com a queda do imperador Napoleão III, que aflora da criptografia (Centúria I, quadra II);

2 — a resistência do general De Gaulle e a conseqüente libertação de Paris (*la barque*) bem como a ajuda norte-americana (Centúria X, quadra 58);

3 — envenenamento do papa Clemente XIV (Ganganelli) — Centúria X, quadra 12;

4 — morte de Mussolini (Duc), o Duce (Centúria X, quadra 15).

O mérito de P. V. Piobb, no presente livro, reside em que, ao lado das mencionadas "chaves" interpretativas das Centúrias, ele criou mais uma que nós denominaremos

"chave transversa", por não ser paralela às anteriores. Consiste em passar, cada quadra, do francês para o latim, de forma que todos os versos componentes das quadras assim reconstituídas não tenham mais do que seis vocábulos. Nos *Presságios*, por exemplo, Nostradamus escreve um verso de oito palavras:

"Encore la mort s'approche, don royai et légat".

Esse verso, passado para o latim, apresenta seis palavras:

"Adhuc mors appropinquat, donum regale legatumque".

Ele se referia às Centúrias, legado à posteridade, como informa a tradução do latim para o português:

"A morte se aproxima, e meu legado é uma dádiva real".

Na Centúria IV, quadra 22, lê-se:

"Ceux qui étaint en règne pour savoir".

que realmente não tem sentido senão quando traduzimos o verso para o latim, ainda e sempre, com seis elementos semânticos:

"Ad cognoscendum illos qui erant regales"

isto é: "para serem conhecidos os que tinham sangue azul (nobreza)". Estes exemplos demonstram o critério de Piobb, e poderiam multiplicar-se. Entretanto, eles nos parecem suficientes e o leitor terá a oportunidade de descobrir por si outros exemplos. O que importa é acentuar que Piobb, através do seu

método, se não resolve, pelo menos satisfaz. Isso porque, não raro, ele atinge a faixa parapsicológica a que nos referimos acima, da qual faz a apologia a primeira quadra da Centúria I.

Piobb, além do mais, dá elementos gráficos com base no texto de Nostradamus, que esclarecem como nenhum outro comentarista. O estudo do *ponto geográfico vulnerável* da França, através do qual ingressaram os inimigos, tanto no passado quanto nos tempos modernos, revela um profundo analista da causalidade histórica. Da mesma forma, a determinação da *linha de força* que indicou o destino de Napoleão, para morrer em Santa Helena (quanto a isso Nostradamus se antecipou em mais de duzentos anos, escrevendo até o nome do navio que conduziria o grande Corso: Bellerophon). Além disso, Piobb, usando as letras da divisa da Cidade-Luz (*Fluctuat nec mergitur*), faz um jogo de coordenadas sobre Paris, dando uma orientação singularmente convincente. Como se sabe, essa divisa tem doze consoantes e sete vogais. Assim, no tema horoscópico de Paris, as consoantes são levadas para os doze signos zodiacais, sendo que as vogais ficam relacionadas com os sete planetas clássicos.

O tema do presente livro é revolucionário quando inserido numa tradição histórica. Piobb aventura-se em um terreno discutível por violentar os cânones conhecidos da biografia de Nostradamus. Ele afirma que o autor das Centúrias não existiu: Nostradamus

era a projeção humana de sete altas personalidades maçônicas, sábios eminentes, que podiam afirmar: "Damus Nostra", isto é, "nas Centúrias nós damos os nossos conhecimentos".

Aceitando ou não as conceituações de Piobb, o leitor, ao chegar ao término de *O Segredo das Centúrias*, ficará muito agradecido de ter tido a oportunidade de acompanhar o pensamento de um dos mais gloriosos representantes do ocultismo verdadeiro e digno. O leitor concluirá que essas atividades alargam os horizontes e empolgam nossas melhores tendências no caminho árduo e maravilhoso da metafísica.

EDMUNDO CARDILLO

NOTA DO EDITOR

Esta edição do *O Segredo de Nostradamus* foi extraída de três conferências pronunciadas em fevereiro, março e abril de 1927 por P. V. Piobb no auditório da Sociedade de Teosofia em Paris. Essas conferências haviam sido editadas no mesmo ano pelas edições Adyar.

Em seu último livro, publicado antes de sua morte, sob o título *O Destino da Europa Segundo a Célebre Profecia dos Papas de São Malaquias*, Piobb havia acrescentado como apêndice certas elucidações sobre Nostradamus que julgamos útil reproduzir nessa nova edição. Pensamos, com efeito, que seria interessante reunir numa mesma obra tudo o que o sr. P. V. Piobb escreveu sobre Nostradamus, inclusive suas últimas observações.

LEGIS CAUTIO CONTRA INEPTOS CRÍTICOS

*Qui legent hosce versus, maturè censunto:
Prophanum vulgus & Inscium ne attrectato
Omnesque astrologi, Blenni, Barbari procul sunt.
Qui aliter facitis, ritè sacer esto!*

No início da Centúria VII, como cabeçalho, Nostradamus escreveu esses quatro versos — os únicos em latim de toda a sua obra.

Ele declara assim, segundo esse sobrescrito, dar “caução”, no sentido jurídico da palavra (*cautio legis*) para o caso de certas críticas.

Cada um compreenderá o que deve compreender — tanto o profano quanto os outros, cada um de acordo com sua respectiva evolução. Eu mesmo permaneci muito tempo sem perceber o verdadeiro sentido desses versos — e há mais de dois anos trabalhava diariamente sobre o misterioso texto do autor, quando consegui decifrar o enigma que lá estava há quase quatro séculos.

Não obstante, creio que ainda não chegou o momento de desvendar este texto, e, por enquanto, gostaria de considerar a quadra apenas em seu sentido literal. Restaurei somente o último verso. Este, para que siga a regra criptográfica da obra, assim como os três versos precedentes, deve conter exatamente seis palavras.

* Tal como está impresso nas edições conhecidas (*qui aliter facit, is ritè sacer esto*), seu sentido é naturalmente diferente

— destinado, com toda evidência, a perturbar o leitor e despertar em seu espírito uma idéia de maldição, caso os preceitos indicados dessa maneira não sejam seguidos. Uma vez restaurado, o verso passa a apresentar uma oração vocativa (*qui aliter facitis*) dirigida àqueles que, por não prestarem a devida atenção (*mature censunto*) não podem descobrir o enigma existente nos segundo e terceiro versos da quadra e, conseqüentemente, o sentido exato da expressão *ritè sacer*.

Mas a regra criptográfica é tão precisa que o texto primordial do manuscrito se restabelece em sua integridade. Faz inclusive ressurgir os versos que o autor foi obrigado a modificar, nas diversas Centúrias, para manter a concordância de sentido com o significado dos fatos mencionados nas Sextilhas; e estes, conforme o que está escrito em sua *Carta a Henrique II*, ele só os conheceu quando estava terminando seu trabalho (*tanto que esteve em dúvida por muito tempo*, escreveu). Dessa forma podemos compreender, por exemplo, por que, na Centúria VIII, as quadras numeradas de 1 a 6 inclusive têm suas correspondentes sensivelmente diferentes.

É óbvio que esta regra afasta automaticamente qualquer interpretação falsa e, frente a uma razão mais forte, toda interpolação se elimina por si só. Para mudar uma palavra de um verso sem que o número e a colocação das letras sejam modificados, será preciso conhecer na sua totalidade e saber utilizar com exatidão as “grades” circulares com a ajuda das quais se descobrem os nomes e prenomes dos personagens envolvidos nos acontecimentos citados. O autor diz formalmente, com efeito, em seu testamento, que as letras que compõem as palavras de cada verso servem exatamente para isso⁽¹⁾. Por outro lado, a substituição de um verso por outro exige um conhecimento profundo disso que a *Carta a Henrique II* chama de “ordem da corrente que sustenta sua revolução” — e isto é tão complicado que todo verso falso acaba rompendo visivelmente essa “corrente”.

(1) “*Point de suscript sans aucun nom d'auteur*” (VIII, 23); em latim: “*Nullum sub scriptum sine ullo auctore*”, o que significa: “Nada existe sob a escritura se o nome do autor do fato não estiver mencionado”.

Esta agrupa os versos, não uma só vez, mas diversas vezes — de maneira que servem a múltiplos usos sem que o sentido das palavras seja, todavia, alterado. Entretanto, seguindo o jogo de números que formam a corrente, o verso poderá ser saltado, porque estará então apenas cumprindo a função de coordenada geográfica ou celeste — no papel de simples divisão de uma circunferência — ou não deverá ser traduzido e só algumas de suas letras devem ser utilizadas, de acordo com este ou aquele polígono, de maneira a formar o nome de alguma pessoa — ou dever-se-á apenas traduzir-lhe a metade, o terço, o sexto, ou os dois terços, conforme o lugar que ele venha a ocupar na manobra da construção geométrica — ou, enfim, o verso deverá ser utilizado ao contrário, de maneira que não só as palavras possam ser lidas no sentido inverso, mas as letras também sejam invertidas para compor um nome! Este último caso se produz sempre que um verso coincide com um ponto de retrogradação da corrente. Mas a tradução de cada verso para o latim deve ser prévia e cuidadosamente feita.

E o exemplo e protótipo disto está na *legis cautio*.

Nessas condições, para introduzir uma quadra inteira na obra, é indispensável que cada um de seus versos possua todas as qualidades requisitadas, sem nenhuma exceção. Não se pode reinventar Nostradamus de qualquer jeito.

Ora, houve um interpolador. Foi ele quem inventou a quadra colocada imediatamente após a Centúria X, reproduzida em 1668 pelo editor de Amsterdam — precedendo-a de uma advertência: “acrescentada após a impressão de 1558”. Esta quadra, cujos versos demonstram grande ingenuidade, foram escritos, sem dúvida nenhuma, para agradar Luís XIV, segundo o costume do Grande Século⁽²⁾. Além disso, não

(2) Os dois primeiros versos dessa quadra possuem certa habilidade de apresentação: “Quando a forquilha for sustentada por duas estacas, com seis meio-cornos e seis tesouras abertas”. O que quer dizer que, desenhando-se uma forquilha, ou seja, a letra V, e sustentando-a por duas estacas, obtém-se a letra M; que fazendo-lhe seguir seis meios-cornos de caça ou C e seis tesouras abertas ou X, formamos a data de MCCCCCXXXXXX ou 1660! Os dois outros versos dizem que, então “Este Senhor muito poderoso, herdeiro dos anfíbios (os quais seriam os merovíngios!) subjugará sozinho todo o universo”. Ora, Luís

está escrita no estilo do autor, está totalmente fora de sua regra criptográfica e não tem nenhum número de ordem. Poder-se-ia dizer que o interpolador não pôde numerá-la, pois não sabia onde colocá-la: como todas as Centúrias têm cem quadras, seria necessário que se retirasse alguma delas para inserir a interpolação sob um número qualquer.

Há entretanto uma Centúria que não possui cem quadras: a sétima. Teria sido fácil conferir à quadra apócrifa um número de ordem — embora este fosse superior a 44 e diferente das quadras indicadas como suplementares e que se seguem a esta Centúria⁽³⁾.

Por que o interpolador não o fez? É o caso de se perguntar se este habilidoso personagem não sabia que as quadras são numeradas com números ordinais, mas devem ser contadas em números cardinais. Isso levaria a supor que ele tinha conhecimento de pelo menos uma parte do sistema, pois para contar em números cardinais é preciso dispor do *número zero*.

A quadra em latim que constitui a *legis cautio* não é numerada e equivale a este *número zero*. Foi isso o que o

XIV, apesar de sua fama de rei Sol, não subjugou todo o universo; além disso, nem essa bajulação dirigida aos monarcas, nem essa ciancice para ocultar uma data encontram-se na obra de Nostradamus.

(3) São quatro quadras ao todo (se excetuarmos os números 43 e 44 que devem, em determinados casos, incorporar-se à Centúria VII). Levam os números 73, 80, 82 e 83 e, na realidade, não pertencem à Centúria VII: são quadras de substituição e não suplementares, que se empregam em outras partes.

O editor de Amsterdam indica que elas eram primitivamente doze, mas as outras oito foram reconhecidas como sendo *duplicatas* de quadras classificadas nas Centúrias precedentes. A existência dessas *duplicatas* nesse lugar prova que a verdadeira configuração das Centúrias foi conhecida por diversos autores: o encadeamento dos números de ordem pode, na verdade, acrescentar ao final de cada Centúria quadras que não lhe pertencem. Quando se descobre que os versos podem ser destacados, fica-se desconfiado; mas quando se imagina que a obra deve ser lida por quadras, e que se quer completar a Centúria VII, é-se tentado a inscrever como sequência as quadras tiradas de outras partes — daí as *duplicatas*.

interpolador quis que se pensasse quando não numerou os quatro versos que inventou? E o editor de 1668 os manteve em suas reimpressões — assinalando-os de maneira especial — exatamente para que não fossem levados em conta?

Muita coisa pode ser pensada. O mesmo editor diz, numa advertência prévia, que “todas as outras impressões estavam repletas de erros, tanto em relação à ortografia quanto ao conteúdo dos versos que haviam sido modificados”. Houve então diversas tentativas de alteração e de interpolação. E é também verdade que, um século após a primeira edição, certas pessoas ainda conheciam muito bem a regra criptográfica de Nostradamus para poderem retificar as letras das palavras e a integridade dos versos.

De fato, encontram-se poucos erros de impressão nesta edição de 1668, embora existam — sobretudo na numeração das quadras; mas são erros que saltam aos olhos e podem ser corrigidos imediatamente.

De qualquer maneira, esses erros de impressão seriam suficientes para despertar dúvidas num espírito estritamente literário. Como confiar num texto falível — por uma vez que seja — que deverá servir de chave para as decifrações? Ora, é aqui, exatamente, que surge a prodigiosa engenhosidade de Nostradamus. Para que sua regra criptográfica se conservasse intacta através dos séculos, para que os eventuais interpoladores não possam descobri-las, ele a deixa totalmente à mostra: escreve suas fórmulas em letras maiúsculas ou em caracteres itálicos, enumera todas as letras para que não se faça confusão de números e coloca o exemplo e o protótipo coma sobrescrito! Não existe nada mais ofuscante do que a luz total, e todos os automobilistas sabem muito bem que, para passarem despercebidos no meio da noite, é só acender os faróis!

Assim, não só o interpolador não verá nada, como estará naturalmente inclinado a respeitar no texto a extravagância de tudo o que estiver impresso de maneira a chamar a atenção — pois para dar autenticidade às suas invenções ele só poderá imiscuir-se na obra sub-repticiamente.

Mas as fórmulas esparsas correspondem às séries dos números e as razões matemáticas destes encontram-se nos movi-

mentos astronômicos, se bem que se acabe descobrindo que, na verdade, a regra criptográfica do autor nunca deixou de seguir a que está inscrita na abóbada celeste!

Ora, esta é intangível: ninguém pode modificá-la. Que importam então alguns erros de impressão no texto? O texto poderá ser restaurado com certeza absoluta.

Nostradamus tem razão ao dizer que sua obra é um “monstro sem igual” (*monstrum*, em latim, significando em sua origem algo que destoa do ordinário): é absolutamente inimaginável, à primeira vista, que o cérebro de um homem possa tê-la concebido. Os que a estudaram — mesmo que superficialmente — acharam que ela tinha sido produto de faculdades extra ou supra-humanas, ou no mínimo de uma “iluminação” pouco comum; a verdade é bem mais simples: documentos antigos estabeleceram-lhe a base — como o próprio autor afirma em sua carta a seu filho César — e uma surpreendente e maliciosa engenhosidade fez o resto.

É o que constitui o principal *Segredo de Nostradamus* aqui revelado. Mas precisei utilizar-me de três conferências para dar apenas uma idéia do assunto! E ver-se-á ainda que, no texto revisto e adaptado dessas conferências — do qual é composto o presente volume — muitos pontos foram deixados de lado. É que o assunto é tão vasto e faz apelo a tantos e diversos conhecimentos que, por mais prolixo que se seja, não se faz mais do que aflorá-lo.

Devido a circunstâncias absolutamente independentes de minha vontade, aconteceu que a primeira dessas conferências teve lugar no dia 20 de fevereiro de 1927 e a segunda no dia 15 de março do mesmo ano. Eu já havia frisado publicamente no dia 20 de janeiro de 1924 — o que pode ser lido na estenografia de minhas palavras — que Nostradamus havia afirmado que somente no ano de 1924 sua profecia seria compreendida. Contava então esperar esta data continuando meu trabalho de encadear os versos (que acreditava serem todos proféticos) seguindo a chave formada pelos números que encontrei na *Carta a Henrique II* e que intitulei, por comodidade, de chave de Catarina de Médicis. Iniciei-me então nessa enorme tarefa — na qual trabalhei sozinho e sem can-

sar-me muito e com resultados mais surpreendentes para mim mesmo do que para qualquer outro!

Se eu tivesse duvidado um só instante do fim que esse trabalho devia ter, fosse ele qual fosse, não o teria nem começado. E não me trouxe ele o menor orgulho, nem a mínima ambição: o que se verá ao ler as páginas que se seguem.

✱ Entretanto, se o expus pela palavra, se o exponho aqui e se desenvolverei mais tarde os elementos suscetíveis de serem revelados, do *Segredo de Nostradamus*, é porque tinha que fazê-lo. O público do “novo século”, segundo a expressão utilizada na Sextilha I, deve ser informado.

Isso faz parte dessa desocultação do oculto, iniciada nos últimos 25 anos do século 19 e à qual me honro de ter contribuído em parte.

Mas — por estranho que possa parecer, embora agora eu compreenda — não há nada em Nostradamus desse *ocultismo*, até então conhecido, senão como oposto, ao menos como paralelo das ciências clássicas.

Ao contrário, nele encontramos exatamente a aplicação prática de tudo o que se ensina oficialmente.

Que esta revelação tenha chegado na hora exata, ninguém pode duvidar. Mesmo que minha livre vontade tivesse entrado em jogo, constatar-se-á que o fato se produziu na data assinalada: aliás, para que um trem entre na estação no momento estabelecido por seu horário, não é necessário que a livre vontade do maquinista desempenhe uma função?

Nostradamus calculou (I, 48.) que “vinte anos do reino da Lua passados — então se realizará e se mostrará minha profecia”. O que significa que sua profecia deverá ser realizada e anunciada publicamente (*minatur*) logo que, depois de 14 de março de 1547 — ponto de partida cronológico — passarem-se pouco mais que “vinte anos do reino da Lua”.

O *annum regni lunaris* equivale a dezenove anos terrestres: é o ciclo de Meton, conhecido desde a antiguidade. Vinte vezes este ciclo equivale a $20 \times 19 = 380$ anos; e $1547 + 380 = 1927$.

Ora, falei em público não no dia 14 de março, mas no dia 15: os 380 anos já haviam, portanto, passado!

Mas esta foi minha segunda conferência deste ano, e não a primeira. A primeira, entretanto, constituía-se, como já disse, num prefácio a todas as outras; além disso — para não deixar nada de lado — ela correspondia exatamente ao dia em que, em 1927, o planeta Marte “espoliaria Júpiter de todas as suas honras e dignidade”. A expressão, comumente utilizada pelos velhos astrólogos, significa que Marte deveria encontrar-se ou em Gêmeos ou em Virgem. Ora, Marte estava para entrar no signo de Gêmeos no dia 20 de fevereiro⁽⁴⁾. A sequência da frase na *Carta a Henrique II* indica claramente a cidade aonde deveria se passar o fato: Paris.

Encontro-me portanto no tempo certo.

Poder-se-ia dizer que uma primeira e estranha profecia de Nostradamus realizou-se com precisão.

(4) Deve-se calcular, para maior exatidão, por ascensões diretas e pela aplicação da lei segundo a qual os cinco últimos estágios de um signo possuem as “qualidades” do signo seguinte.

O SISTEMA CRONOCOSMOGRÁFICO DAS PROFECIAS

No dia 20 de janeiro de 1924 eu fazia uma primeira e prévia conferência para expor os trabalhos que havia iniciado três meses antes sobre a obra de Nostradamus.

Solicitado por vários lados, nessa época de angústia dos espíritos que é nossa época de após-guerra, a dar indicações sobre as eventualidades do futuro, segundo textos proféticos que possuía, eu havia iniciado, no final de setembro de 1923, um estudo metódico das famosas Centúrias.

As Centúrias de Nostradamus são muito célebres — curiosamente célebres. A primeira vista, são ilegíveis: quando tentamos lê-las, as palavras dançam pelo espírito, não sabemos mais se estamos sonhando ou se escutamos uma longínqua canção de ninar, que desperta as imagens mas adormece a razão.

Entretanto, algumas vezes, uma quadra ou outra parece extraordinariamente clara. Aplica-se tão precisamente a um determinado fato histórico específico, que a mente fica alerta; chega a revelar detalhes de maneira tão perfeita, que nos assustamos. Encontramos Cromwell, Luís XVI, Napoleão, tão imparcial e brutalmente designados, anunciados desde o século 16! Por muito tempo o assunto foi esquecido — e, no Segundo Império, quando Nostradamus foi novamente divulgado pelo abade Toiné, em 1862, homens ilustres como Victor Hugo, Alexandre Dumas Filho e mesmo Ernest Renan, não hesitaram em ocupar-se dele.

Nostradamus permanece na memória dos pesquisadores e dos eruditos como um profeta estranho — ao mesmo tempo

categorico e simbólico, às vezes zombador, mas ordinariamente obscuro e incompreensível.

Essa mistura de luz fulgurante e trevas opacas, de alusões tão formais e enigmas tão impenetráveis, desorienta completamente. Os versos, nas quadras, parecem seguir-se uns aos outros; mas, na maior parte do tempo, o espírito procura em vão uma significação plausível. Além disso, o estilo desenvolve-se num francês estranho: nem sempre os adjetivos concordam com os substantivos que parecem qualificar, os verbos estão muitas vezes no singular, enquanto seus sujeitos parecem estar no plural, ou vice-versa, a ortografia é de uma fantasia por vezes excessiva — tudo é feito para surpreender.

E apesar de tudo, as biografias do autor, como se pode ler nas enciclopédias, são geralmente muito prudentes: dir-se-ia que ninguém ousa enfrentar Nostradamus muito de frente! Ele sempre foi aureolado, através dos tempos, de um certo respeito.

Ora, não é de espantar, principalmente para quem já se familiarizou um pouco com o estilo de escritores desse tipo, que se pense que toda essa obscuridade enigmática seja intencional. As quadras de cada Centúria são cuidadosamente numeradas de 1 a 100 e essa numeração deve ter sua razão de ser: é a primeira idéia que surge.

O mistério deve ter sua chave — sugere a razão mais elementar. Pois, então, de que serviria deixar essas profecias para a posteridade, se elas permanecessem eternamente ilegíveis? E sobretudo, de que teria servido entregar as tais profecias ao rei Henrique II se este não poderia tirar nenhum proveito delas?

Sempre se desconfiou que existisse uma chave. Diz-se mesmo que Newton procurou-a, por um tempo, mas em vão.

A obra é precedida de uma espécie de prefácio, intitulado *Carta a Henrique II*. Este prefácio, consideravelmente longo, é ainda mais incompreensível do que os versos proféticos: ele chega a aborrecer o leitor.

Entretanto, contém, quase no início, essa indicação precisa: "Começando desde o tempo presente, que é 14 de março de 1547". É o ponto de partida. Mais adiante, encontramos

estas palavras "pois o espaço do tempo de nossos primeiros que nos precederam são tais..." segue-se uma série de nomes, entremeada de falaciosa cronologia bíblica, assim arrematada: "após o que pode-se facilmente coligir que tempos passaram". Trata-se evidentemente de uma maneira de contar os anos e, sem dúvida, também de contar os versos (já que estes, examinando-se-lhes com escrupulosa atenção não se seguem da forma em que estão colocados nas quadras, como parece à primeira vista). Enfim, há uma segunda série de nomes, igualmente entremeada de uma falaciosa bíblica, mas um pouco diferente da primeira: com toda a evidência, esta segunda série de nomes constitui uma chave complementar para contar o tempo e encadear os versos.

A título de curiosidade, eis aqui essas duas séries de números. Para maior clareza, eu a resumi — pois o autor se permite desviar a atenção do leitor com diversos incidentes que é necessário suprimir.

Devemos ter em mente, diz a primeira chave, que:

- 1.º) Adão precedeu Noé de 1242 anos;
- 2.º) De Noé a Abraão há 1080 anos;
- 3.º) De Abraão a Moisés há 515 ou 516 anos;
- 4.º) De Moisés a Davi há 570 anos;
- 5.º) De Davi a Jesus Cristo há 1350 anos;
- 6.º) De Jesus Cristo aos sarracenos há 621 anos.

A variação de um ano na avaliação do tempo de Abraão a Moisés produz imediatamente uma dúvida no espírito — e corre-se o risco de se atrapalhar com isto. Mas não se deve deixar cair na armadilha: a simples multiplicação $516 \times 3 = 1548$, faz ressurgir, *se retirarmos um ano*, a data de partida, 1547.

Depois notar-se-á que o tempo de Adão a Noé é o dobro do tempo compreendido entre Jesus Cristo e os sarracenos: $1242 = 621 \times 2$.

Enfim, uma rápida análise fará notar que todos esses números, exceto dois, são múltiplos de 54 e os que se ex-

cetuaram, 515 e 570, são produtos de 54 aos quais se somou 30. E as descobertas subseqüentes são ainda mais curiosas — mas não podemos citar todas.

A segunda chave apresenta-se da seguinte maneira:

- 1.º) Da Criação a Noé, 1506 anos;
- 2.º) De Noé ao Dilúvio, 600 anos;
- 3.º) O Dilúvio dura 1 ano e 2 meses;
- 4.º) Do Dilúvio a Abraão há 295 anos;
- 5.º) De Abraão a Isaac, 100 anos;
- 6.º) De Isaac a Jacó, 60 anos;
- 7.º) De Jacó à entrada no Egito, 130 anos;
- 8.º) A estadia no Egito dura 430 anos;
- 9.º) Do êxodo à ereção do Templo, 480 anos;
- 10.º) De Salomão a Jesus Cristo, 490 anos;

E depois disso, diz o autor: de “Jesus Cristo, ao qual se segue a diversidade das seitas, eu paro”.⁽¹⁾

Esta segunda série de números parece ser mais arbitrária do que a primeira, mas examinando-a com atenção notar-se-á que os tempos contados são intermediários dos precedentes.

Foi estudando essas duas séries que pude encadear os versos e conseguir luz suficiente sobre as “*Antecipações da história segundo as profecias de Nostradamus*”. Pois considerava que esta era a chave do sistema.

*
**

Esta é, na verdade, a chave. Agora que conheço a obra inteira, e a fundo, não duvido que Nostradamus, com sua *malícia*, como ele mesmo disse, tenha dado a Catarina de Médicis esta chave, que lhe permitiria compreender a história da França até uma certa data, mas somente até esta data.

(1) O autor joga freqüentemente com a palavra *sectes*, que, em latim, é *secta* e não *sectoe*, que significaria, então, “segmento de círculo”.

Percebi, com efeito — mas não o havia dito até então —, que esta dupla série de números funcionava muito regularmente, encadeando ao mesmo tempo os versos e as datas. Ora, pelos meus cálculos, ela terminava exatamente em 1792, bem na primavera.

De boa fé, acreditei ter-me enganado ao manejar a chave, que havia cometido algum erro de adição; e um erro de adição nos primeiros números necessariamente se multiplicará e provocará a inutilização da série. Entretanto, passei adiante e o trabalho se desenvolveu com notável facilidade, pois o autor parecia ter previsto o fato.

Antes de continuar, seria útil lembrar-se de como está constituída a obra de Nostradamus. Ela compreende dez Centúrias, ou seja, dez capítulos, cada um com cem quadras. Deveria haver, portanto, mil quadras. Mas não há: todas as Centúrias são completas, menos uma — a Centúria VII —, a qual, como que por inadvertência, termina às vezes na quadra 42 e outras na quadra 44.

Ela termina na quadra 42 em todas as primeiras edições; conta com duas quadras a mais (as quadras 43 e 44) nas edições subseqüentes e mais completas.

Assim, quando Nostradamus ofereceu seu texto a Catarina de Médicis, o qual, então, continha apenas as Centúrias, a Centúria VII terminava na quadra 42. Mais tarde ele acrescentou a quadra 43 que, visivelmente, não significa nada em especial (a não ser um conselho relacionado à cosmografia) e a quadra 44, que sempre foi considerada a mais clara de toda a obra.

Essa quadra é muito citada. Começa assim: “Quando na França um BOUR for também BON...”, ou seja “Quando na França houver um Bourbon...” e termina com palavras que querem dizer expressamente que este Bourbon será guilhotinado⁽²⁾. Trata-se evidentemente de Luís XVI e todos sabem a data de sua morte: 21 de janeiro de 1793.

Pode-se então, facilmente, retomar o jogo dos números a partir dessa data e a chave continuará a servir exatamente

(2) “Por fuga injusta receberá seu suplício” (II, 44).

para todos os regimes que se sucederam a este. Mas, curiosamente, somos obrigados a parar novamente ao chegarmos a estas palavras: "Os novos jogos na Gália instalados..." — trata-se dos jogos olímpicos de 1924 — "Então o monarca da Hádria sucumbido..." (III, 11) isto é, "quando o chefe da Hádria for deposto".

Ora, é sabido que a *Hádria*, para Nostradamus, simboliza a administração inventada, entre os romanos, pelo imperador Hadrian. Portanto, "o monarca da Hádria" designa o presidente do conselho ou o presidente da República.

Tínhamos pois, como ponto de partida da chave, os jogos olímpicos, a queda de Millerand, a queda de Poincaré. Estávamos em junho de 1924. Mais adiante já era impossível manejar a chave.

Por quê? Com muito boa fé, acreditei que havia me enganado nos cálculos. Retomei meu trabalho, submeti novamente as duas séries de números a uma análise rigorosa e convenci-me rapidamente de que era impossível que a obra profética de Nostradamus se constituísse apenas de dez Centúrias. Ela deveria necessariamente ser mais extensa.

Por outro lado, ao observar atentamente a *Carta a Henrique II*, assim como a biografia que, a partir de conselhos e documentos deixados pelo autor, foi possível escrever-se após sua morte, acabei compreendendo que as Centúrias não eram apenas dez, mas doze; e que se a palavra "Fim" havia sido impressa no final da Centúria X, isso não passava de um engodo para que o público, Catarina de Médicis e todos os outros fossem induzidos em erro.

Conseqüentemente, manejei a chave para além da Centúria X e acabei descobrindo coisas extraordinárias.

Além da Centúria X existem os Presságios. Esses *Presságios* são ainda bem mais incompreensíveis, à primeira vista, do que todas as Centúrias; vários versos que os compõem e que formam as 141 quadras da obra, foram escritos abreviadamente. Além dos Presságios há 58 Sextilhas⁽³⁾, nas quais ninguém, devo dizer, ousou tocar até então. Pois, se as Cen-

(3) As Sextilhas são intituladas comumente "outras predições do senhor Nostradamus".

túrias apresentam certa aparência de verdade, e, aqui e ali, algumas luzes sobre a história, os Presságios, em comparação, não têm essa aparência, muito menos as Sextilhas, que são absolutamente impossíveis de serem decifradas — pelo menos à primeira vista.

Manejando portanto a chave além da Centúria X, cai, utilizando o mesmo jogo de números, sobre a quadra 137 dos Presságios, que começa com essas palavras: "Ainda a morte se aproxima, dom real e legado..."

E, em seguida, a chave faz aparecer outro verso, que diz formalmente que o texto em francês é uma ilusão e que toda a obra deve ser traduzida para o latim.

Eis o primeiro segredo; o grande segredo.

Traduzamos então para o latim o verso que acabo de citar. Temos: *Adhuc mors appropinquat, donum regale legatumque*. Voltemos a traduzir agora para a linguagem usual: "Eis a morte que se aproxima; este é meu real presente e meu testamento".

Tratava-se do testamento de Nostradamus!

O verso seguinte é, aliás, muito explícito, embora, em francês, constitua um enigma: "O olho de Ravena será destituído" (I, 6).

É preciso saber que Nostradamus transcreve seu texto latino primitivo da mesma forma com que um aluno de ginásio faz um exercício de versão em sua ingênua ignorância. Traduzamos então este verso partindo do processo inverso — isto é, construindo o tema da mesma forma que o construiria o aluno que sabe mal o latim — e teremos: *Oculus de Ravena* (ou *re vana*) *erit destitutus*... Que tem como tradução correta: "O olhar será enganado pela ilusão"⁽⁴⁾.

Em Nostradamus só há ilusão. Conseqüentemente, tudo o que se possa pensar sobre o texto francês tem um valor muito relativo — a não ser os versos que o autor transcreveu claramente para dar as indicações necessárias e chamar a

(4) Ravena é a tradução ilusória de *re vana* porque, como o número de palavras e de letras é rigorosamente preciso para cada verso, é necessário separar Ravena ou Revana em dois.

atenção sobre o valor profético de sua obra, todo o resto é, segundo sua própria expressão: "Malícia, trama e maquinação" (IV, 6).

Poder-se-ia multiplicar esses exemplos ao infinito.

Nessas condições, o que seria o testamento de Nostradamus? Simplesmente um encadeamento de versos formando uma sucessão de fórmulas algébricas e geométricas. E foi assim que cheguei a descobrir o sistema inteiro.

*
**

Os resultados da longa e às vezes difícil leitura desse testamento fizeram-me mudar completamente de opinião, tanto sobre o autor quanto sobre sua obra. Entretanto, é preciso respeitar o que eu disse sobre o assunto em 1924.

Como todo mundo, eu também duvidei de que ele fosse israelita: o testamento é categórico a esse respeito, embora ele tenha tido funeral cristão e continue enterrado até hoje numa igreja católica⁽⁵⁾.

Para informar-me melhor, fui a Salon, onde ele havia vivido. Abrindo um parêntese, devo dizer que fui recebido

(5) Michel de Nostredame, diz sua biografia, nasceu numa quinta-feira, dia 14 de dezembro de 1503, aproximadamente ao meio-dia, em Saint-Rémy-en-Provence. Esta é a data segundo o calendário juliano, em uso na época; seu equivalente no calendário gregoriano, usado atualmente por nós é o dia 23 de dezembro. Seu pai chamava-se Jacques de Nostredame e era notário na localidade; sua mãe chamava-se Renée de Saint Rémy. Seus avós, segundo este biógrafo, possuíam conhecimentos de matemática e haviam exercido a medicina; um deles chegou a ser médico de René, rei de Jerusalém.

Foi seu bisavô materno quem, desde cedo, iniciou-o em matemática e astronomia. Depois estudou humanidades em Avignon e medicina em Montpellier. Formou-se doutor com 26 anos. Viajou em seguida para o Sudoeste da França, foi para Toulouse e para Agen, onde conheceu e freqüentou Scaliger e onde casou-se pela primeira vez. Desse casamento teve duas crianças, mas perdeu-as logo depois, junto com sua mulher.

Ficando só, voltou para Provence, morou em Marselha e depois em Aix; enfim, após a peste de 1546, fixou-se em Salon. Casou-se em segundas núpcias. De 1550 a 1567 publicou anualmente um *Almanaque*

de maneira tocante pela amável secretária da Prefeitura, pelo prefeito e por vários conselheiros municipais, pois ainda se conserva, na região do Midi, uma profunda veneração por este homem e uma lembrança imorredoura, não somente por seu talento e por sua sabedoria, mas também por suas ações. Vi sua casa, sua estátua, seu túmulo.

Sua casa fica no fim da rua da Juiverie — portanto, no gueto. Poder-se-ia então perguntar: por que Nostradamus foi enterrado dentro dos ritos cristãos? Por que, igualmente, sempre se beneficiou da proteção do papa em suas alterações com seu suserano, o arcebispo de Aix? Tudo o que se pode responder é que o Vaticano, assim como o rei da França e outras diversas personalidades respeitaram-no profundamente.

Há mais. A sepultura de Nostradamus no convento das Ursulinas foi violada, em 1793, durante a destruição desse convento. Os patriotas marseheses foram a Salon e abriram as tumbas; um bêbado enraivecido arrebentou o caixão do profeta. A tradição diz que ele chegou até a beber em seu crânio.

Mas a essa altura dos acontecimentos, os habitantes de Salon se irritaram; o prefeito fez um discurso e lembrou a todos que Nostradamus havia sido um precursor da Revolução, da qual havia assinalado a data exata em sua *Carta a Henrique II*. Foi tão eloqüente que os soldados levantaram suas armas e a multidão, piedosamente, recolheu os despojos, colocou-os de volta no caixão e transportou-os para uma igreja

de *Predições*; em 1555 fez editar em Lyon, por Pierre Rigaud, suas primeiras Centúrias "as quais guardou muito tempo sem querer publicar", diz seu biógrafo.

Morreu após oito dias de doença, no dia 2 de julho de 1566 e encontrou-se no meio de seus papéis, escritas há muito tempo, estas palavras fatídicas sobre a data de sua morte: *Nic propi mors est*. Que são muito parecidas com as que estão no início de seu testamento.

De seus filhos, um, César, dedicou-se à pintura e à literatura; conquistou boa reputação em Salon. O outro, Michel, deslustrou o nome do pai fazendo predições ridículas e extravagantes. Segundo se observa em seu testamento, Nostradamus não parece ter tido por seus filhos a estima que teria desejado ter; mostra-se aborrecido e acrescenta que se achou na obrigação de não lhes legar seu verdadeiro segredo.

vizinha onde repousam até hoje sob a inscrição funerária reconstituída.

A tradição local conservou igualmente a lembrança da riqueza de Nostradamus. Diz-se que ninguém que se tenha apresentado em sua casa pedindo ajuda saiu dali sem receber ao menos uma peça de ouro. Diz-se ainda que, durante a epidemia da peste em Marselha, quando os habitantes da cidade, desesperados no combate da calamidade, apelaram para sua sabedoria, Nostradamus começou a distribuir ouro imediatamente.

Em seguida, descobri que Nostradamus havia sido professor de matemática, primeiro em Auch e depois em Salon. O famoso engenheiro de Craponne que construiu, em Provence, o canal que leva seu nome e que começou a construir o porto do Nantes, foi seu aluno. E, tendo preparado o engenheiro, forneceu-lhe também o dinheiro necessário para que levasse a cabo seus trabalhos. O que equivale a mais ou menos uma dezena de milhões de francos-ouro.

Esta soma é citada em seu testamento, onde ele ainda acrescenta, contada em peso-ouro, uma soma equivalente a 15 milhões de francos na cotação anterior à guerra, que lega a seus herdeiros.

Outro traço importante desse homem é a celebridade que possuía, em vida, nas cortes da Europa. Sabe-se que viajou muito, embora sempre de maneira misteriosa. Manteve contato com a corte da Inglaterra, com a corte da Espanha, com diversas personalidades do Santo Império Romano-Germânico e, muito freqüentemente, com o papado, sem falar na corte da França. Suas visitas a Paris, suas entrevistas com Catarina de Médicis e Henrique II são sempre lembradas. Além disso, Carlos IX visitou-o em Salon com toda sua corte.

Como vimos, Nostradamus nos é apresentado como um personagem muito considerado, notável por sua sabedoria, por sua influência social e, apesar disso, muito modesto e muito simples. Com efeito, nunca quis desempenhar função política. Permaneceu em Salon, como bom pai de família, amável companheiro de seus amigos e verdadeiro filantropo para todos.

*
**

Após essa ligeira abordagem do homem que foi Nostradamus, passemos a sua obra.

Para que se descubra o curioso sistema matemático no qual esta se baseia é preciso seguir um caminho estranho e especial. Sua história, quando contada, lembra um conto das *Mil e Uma Noites*, onde misturam-se animais enigmáticos, tais como a sanguessuga, o lobo, o elefante e o crocodilo; onde há um muro, um rio, uma ponte, o mar e um templo.

Tudo isso significa cálculos a serem feitos e não outra coisa. Redução à construções geométricas. E é a solução do famoso enigma da *Grande Dama* o assunto da *Carta a Henrique II*⁽⁶⁾. Esta Dama é curiosa, pois sempre age como uma personagem inimaginável do ponto de vista moral e social. Além disso, cada vez que um adjetivo a qualifica, está sempre no masculino.

Entretanto, em latim, não há como traduzir a palavra "dama", a não ser por *domina*, quando se trata de uma "mulher". Mas as mulheres são as únicas damas que existem? Existe também o *jogo de damas*. E, nesse caso, "dama" pode ser traduzido por *calculus*. Como a palavra é masculina, os adjetivos que a qualificam devem estar necessariamente no masculino e, então, poder-se-á ler simplesmente: "*E Deus conservará por muito tempo a esterilidade do grande cálculo*". Pois *calculus* também significa "cálculo".

O mesmo raciocínio se aplica ao *crocodilo*. Jogando com as letras latinas que, unidas umas às outras, formam números, Nostradamus, querendo indicar o número 549, escreve as três letras DIL. Como, em sua construção geométrica⁽⁷⁾, ele utiliza a letra O para designar o ponto 0 a 549 versos ou graus, ele escreve ODIL. Em seguida, para designar que nesse ponto 0, calculado por meio de 549, está o segundo foco de uma elipse, por ele chamada de o "croc" (em latim, *lupus*) ele forma a palavra CROCODIL⁽⁸⁾.

(6) E Deus conservará por muito tempo a esterilidade da grande Dama (Carta a Henrique II).

(7) Ver a figura 1: *Floram patere*. O ponto 0 é uma aresta da construção pentagonal.

(8) O cálculo, sobre o mapa da França, de acordo com a latitude, leva a descobrir a comuna de Croc no departamento da Creuse,

E todo o resto está em conformidade com este raciocínio.

Nessas condições, como se constitui, portanto, a obra de Nostradamus ?

Na verdade, ela é todo um sistema que se apóia na cosmografia e, conseqüentemente, na geometria e na combinação da cronografia e da cosmografia, ou seja, na concordância entre tempo e espaço. É singularmente difícil explicar tudo isso sem entrar em detalhes técnicos. De qualquer maneira, tentarei dar uma idéia sumária desse sistema.

*
**

A obra compõe-se de 4 680 versos; mas há ainda os versos suplementares que servem para equilibrar os cálculos relativos aos astros, pois o sistema não é circular, mas elíptico; e funciona proporcionalmente ao quadro do tempo e ao cubo dos grandes eixos. Baseia-se, portanto, na aplicação das leis de Kepler.

Ora, o que é realmente curioso é que Kepler nasceu cinco anos após a morte de Nostradamus. Relutei muito antes de aceitar a evidência de que ele conhecia as leis de Kepler ! Além disso, ele mesmo revela, em sua *Carta a Henrique II* — que a tradução para o latim esclarece — que conhecia a lei da gravidade, atribuída a Newton, sem a qual, afirma com razão, não poderia calcular com exatidão a precessão dos equinócios.

Este homem é hoje considerado um verdadeiro precursor, mas não podemos nos esquecer de que ele também se serviu de documentos antigos.

É por essa razão que Nostradamus sabia da existência de Urano e de Netuno. Chama esse último de "Nptunus" e diz a seu respeito coisas tão exatas, astronomicamente falando, que é impossível duvidar-se de seu conhecimento. Quanto a Urano, não o designa por este nome; chama-o de Céu. Mas diz-se *Ouranos*, em grego, e às vezes também *Uranus*, em

situada quase sobre o meridiano de Paris (ver a figura 4). É preciso notar que a palavra está sempre escrita sem o *e* mudo final: *crocodil*.

latim, para designar céu. Qualquer dúvida torna-se, portanto, impossível.

Dessa forma, os 4 680 versos da obra de Nostradamus devem estar dispostos em elipse. Entretanto, é preciso raciocinar em termos de círculo e não de elipse, porque Nostradamus faz uso da geometria descritiva e toma a projeção da elipse que é o círculo, como corolário de que a elipse é a projeção natural da circunferência. É outra de suas artimanhas, mas não devemos nos deixar enganar.

Este círculo de 4 680 versos — ou 4 680 divisões, pois todos os versos são numerados — serve de efemérides perpétuas; em outras palavras: é sobre ele que serão calcadas as órbitas dos astros Mercúrio, Vênus, Marte, Júpiter e todos os outros, e que poderemos estudá-las. Daí a necessidade de divisões ou versos suplementares para os planetas de longos períodos.

Quanto ao Sol, à Lua, à rotação da Terra, é impossível situá-los sobre esta circunferência. Ele toma então alidades, três fragmentos de círculo, que podem ser colocados da maneira que se quiser. Fazendo girar essas alidades, podemos contar, com a primeira, os dias de 24 horas; com a segunda, o tempo solar por ascensões diretas ou *tempo sideral*. Com a terceira, contam-se os tempos da Lua, seguindo seus diversos movimentos. Tudo isso é necessário para estabelecer o calendário civil de dias médios, localizar a festa da Páscoa, os eclipses e as fases da Lua.

Essas três alidades foram designadas respectivamente pelas letras V, S e C. Ora, estas três letras são exatamente as mesmas que se encontram sobre todos os túmulos romanos: V S C, em inscrição latina, significam "*Voto Suscepto Curavit* !"

Eis o mistério do *Sepulcro do Grande Romano* ! E outro segredo que se explica.

Outra artimanha — e das maiores — de Nostradamus é a que está formulada no terceiro verso de seu testamento. Ele diz:

"Levantar-se-á o que está velho e em ruínas" (Presságios, 137). Traduzido do latim, quer dizer: "Levantar-se-á o que estiver de acordo com o movimento da Lua e com o signo

de Aquário". Com efeito, *in senio*, nos escritos de todos os astrônomos latinos, significa "em revolução lunar".

Ora, o movimento da Lua, que é extremamente complicado, permitiu a Nostradamus impedir quase completamente que se pudesse adentrar com facilidade em sua obra. E poder-se-ia dizer que sua criptografia é análoga à roleta de Monte Carlo!

Esta funciona da seguinte maneira: sobre a roleta encontram-se 36 números da dupla tábuas das epactas, com um zero no lugar do número dois; e sobre o tapete do jogador encontram-se os mesmos números, mas numerados segundo a fórmula $-1 + 9 + 19$. De maneira que o jogador pensa que está apostando sobre um número da roleta e, na verdade, está apostando sobre seu número de série! Assim, as apostas dobradas seguem-se muito rapidamente ao mesmo tempo em que se destroem, tornando-se extremamente difícil de calcular a próxima chance.

Na obra de Nostradamus, as quadras estão todas numeradas, mas seu número é apenas representativo do seu número real. Assim, é puramente por acaso que — a menos que se conheça o segredo e o sistema — se encontra o número certo. E, dessa forma, qualquer encadeamento de quadras ou versos conduz a absurdos: e essa mesma expressão foi utilizada pelo autor em sua *Carta a Henrique II*.

E é por esta razão que, no início da Centúria VII, ele escreveu a famosa quadra sem número — a única em latim — e que diz no terceiro verso: "Que todos os astrólogos, fedelhos e bárbaros se afastem desse livro!"⁽⁹⁾.

É que Nostradamus não lidava com o que se chama comumente de astrologia. O senhor Charles Nicolaud já o havia pressentido em seu livro, publicado antes da guerra; confesso que ele estava certo, embora eu não tivesse acreditado imediatamente. Ora, tendo aprofundado a astrologia da Idade

(9) *Legis cautio contra ineptos*, colocada como sobrescrito da Centúria VII. É provável que a palavra *barbari* desse verso esteja dirigida aos estrangeiros, de acordo com o sentido exato da palavra em latim.

Média e da Grécia Antiga, chegando mesmo a elucidá-la completamente, posso dizer que o sistema de Nostradamus não somente difere destes, como é superior a estes em precisão científica e em resultados práticos.

Estaria apoiado sobre isso de que fala o senhor Charles Nicolaud e que intitula-se *teurgia*? De qualquer maneira, está fundado num conjunto de tal superioridade científica que, ao descobri-lo, fiquei totalmente confuso. É tudo o que posso dizer, pois seria preciso alongar muito o assunto para explicá-lo melhor.

A palavra do enigma é *Floram patere*, impressa em caracteres itálicos na quadra 22 dos Presságios e colocada bem em evidência, o que, de acordo com o processo do autor, garante melhor a dissimulação. Esta palavra é, na verdade, uma combinação de letras usuais em cosmografia. (Fig. 1).

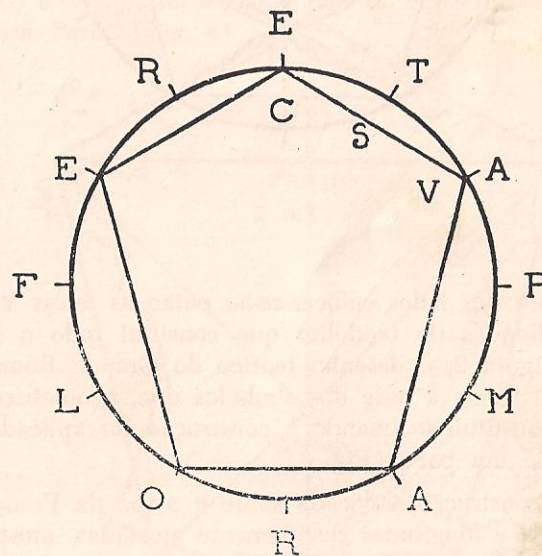


FIG. 1

Os diâmetros formam: PF, o eixo dos pólos e AL, o eixo das latitudes — TO, o diâmetro do horizonte e ER, o da eclíptica — AR, o plano do Equador e ME, o do meridiano.

Unindo as cinco vogais, traçamos o pentágono irregular chamado Sepulcro do Grande Romano. (Fig. 2)

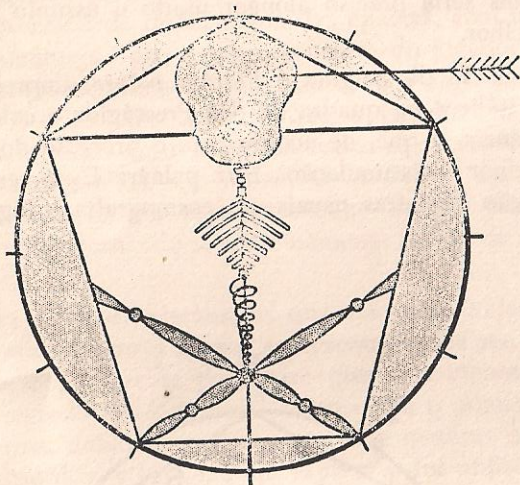


FIG. 2

Em um dos lados colocar-se-ão então as letras V. S. C., as três alidades do teodolito que constitui todo o sistema. Sobre a figura 2, o desenho teórico do Grande Romano em seu caixão forma a base dos símbolos que, geometricamente, deverão constituir-se quando a construção for aplicada sobre o mapa de um país. (Fig. 3)

Esta construção, colocada sobre o mapa da França, com as latitudes e longitudes devidamente ajustadas, mostra que, no lugar da flecha que atravessa o olho do Grande Romano, encontra-se a linha das invasões — e a comuna de Croc

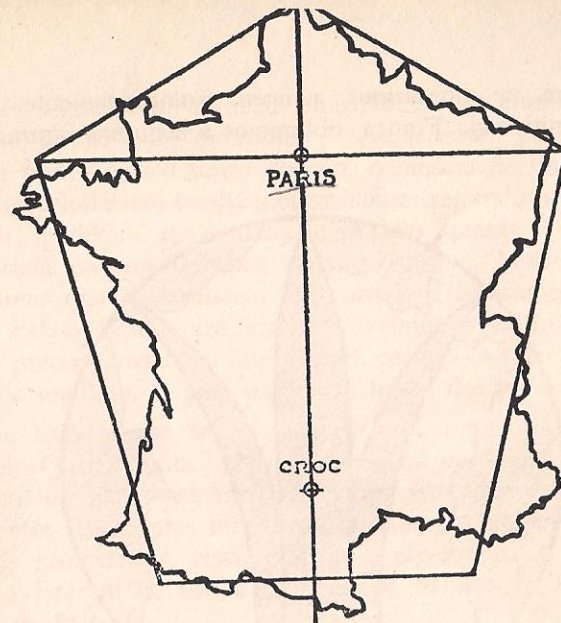


FIG. 3

(Creuse) é vizinha do segundo foco da elipse e no foco principal está Paris. (Fig. 4)

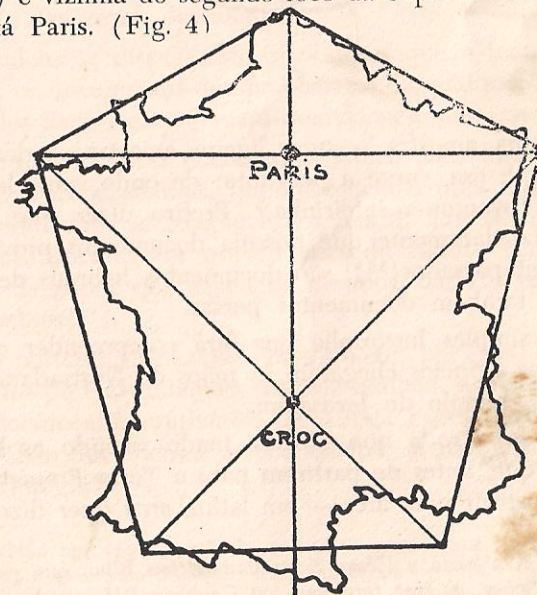


FIG. 4

Enfim, se juntarmos, sempre geometricamente, o símbolo primitivo da França, obteremos a seguinte figura:

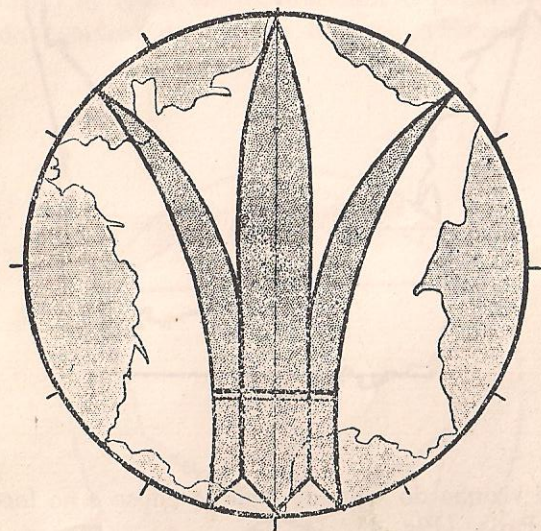


FIG. 5

Eis uma amostra — uma ligeira amostra — desta obra considerável; ora, surge a pergunta: de onde vem ela? Nostradamus inventou-a inteirinha? Prefiro dizer que não. O profeta diz claramente que possuía documentos provenientes de seus antepassados⁽¹⁰⁾; são documentos hebreus de origem egípcia e também documentos persas.

Uma simples historinha nos fará compreender como os documentos egípcios chegaram às mãos de Nostradamus, passando pelo templo de Jerusalém.

Lê-se no *Êxodo* que Moisés, tendo reunido os hebreus, disse-lhes que, antes de partirem para a Terra Prometida, deveriam construir uma arca — em latim, *arca* quer dizer cofre.

(10) Ver a carta a César Nostradamus, seu filho, que precede as primeiras edições, as que terminam na Centúria VII, quadra 42.

E Moisés acrescenta: “E nela colocarão quatro *cherubim*” — o que se traduz por “querubins”. Ora, *cherub*, em hebreu, significa *touro*, mas o touro do céu, o mesmo do zodíaco; e este touro celeste tem também outro nome: segundo nos ensina a cabala, podemos tanto dizer *cherubim* quanto *Ophanim*. Esta última palavra significa rodas. Portanto, Moisés pediu aos hebreus que construíssem um cofre e o colocassem sobre quatro rodas. Este cofre era provavelmente muito pesado, pois foi preciso uma tribo inteira para carregá-lo pelo deserto! E, no dia seguinte, o faraó partiu em busca dos hebreus.

Que havia nesse cofre? Eu não sei, mas não é difícil adivinhar. Ouro e prata? De que serviriam no deserto? Havia nele, sem dúvida, coisa melhor do que isto. Havia todos os documentos das criptas iniciáticas dos tempos egípcios, havia fórmulas geométricas, cosmográficas e algébricas. E a partir deles se fizeram os textos bíblicos, os Salmos, a Torá e o templo de Salomão.

Em seguida, os romanos vieram colonizar a Judéia e acabaram destruindo o templo de Jerusalém: os colonizadores, na maioria das vezes, destroem!

Os judeus se dispersaram, mas antes que o templo fosse demolido, os documentos desapareceram: de qualquer maneira, o Santo dos Santos estava vazio quando nele entraram.

Depois disso, esses documentos nunca mais foram encontrados. Ora, Nostradamus, que pertencia a uma família que havia vivido junto ao templo e aos reis de Jerusalém, afirma ter herdado documentos provenientes do Egito. Temos todo o direito de supor que sejam os mesmos, dado o caráter de seus trabalhos⁽¹¹⁾.

Eis, portanto, de onde provinham, por um lado, os documentos de Nostradamus; mas ele também declara ter consultado documentos originários da Antiga Pérsia, a Pérsia dos “magos”. São documentos essencialmente astronômicos e bem menos criptográficos.

(11) Não nos esqueçamos de que os Companheiros do Dever sempre afirmaram que suas tradições têm origem na própria Provence, para onde se retiraram os construtores do templo de Salomão.

Nessas condições, Nostradamus pode muito bem dizer que nada mais fez do que construir um sistema muito engenhoso, mas unicamente cosmográfico e geométrico, simplesmente genial por sua combinação entre tempo e espaço.

Ele diz modestamente: "Não fiz nada de maravilhoso"⁽¹²⁾. Mas ele declara em sua carta a seu filho César que todos os documentos foram queimados.

Resta-nos, portanto, somente seu livro misterioso, criptográfico, impossível de ser lido a não ser após muito trabalho. Ele reuniu os versos, escritos num francês que não passa de uma fotografia do latim, de maneira tal que eles parecem ter algum sentido.

É certo que todos os leram, seguindo a ordem das quadras, e que se enganaram. Ele sabe que nós nos valem do princípio da causalidade, nele acreditando sem ao menos refletir, na maior parte do tempo; que, devido a esse hábito, leríamos os versos que deveriam estar separados; e que, assim, sua obra poderia atravessar os séculos, evidentemente sem ser compreendida, mas também sem ser alterada: era este o ponto que lhe interessava.

Assim sendo, o intérprete do texto em francês é geralmente obrigado a torcer o sentido para que a quadra inteira possa se referir ao acontecimento suposto. E o resultado é, seguindo-se ao pé da letra, uma série "confusa de fantasias" — seguindo sua própria expressão.

Assim, em última análise, os "visionários serão escarnecidos" — para usar novamente uma expressão sua — e todos os homens de ciência acharão inútil decifrar um enigma tão abracadabrante.

Na verdade, ele pode temer os sábios; ele sabe que eles conhecem a geometria, a astronomia e que, se eles introduzirem a alavanca da análise em suas obras, acabarão desabrindo o resto. E é exatamente o que ele quer evitar.

Mas por que tudo isso? É muito simples.

(12) "Tocado pelo céu não faz caso maravilhoso" (II, 48), o que significa: "Recebi, ao nascer, aspectos astrais que me predispueram a este trabalho, mas nada fiz de maravilhoso".

Como todos os hermetistas, como todos os homens que foram outrora educados na ciência, Nostradamus sabe que, a não ser que os povos sejam suficientemente desenvolvidos para compreendê-la, de nada serve revelar aos profanos uma verdade que eles não poderão aproveitar e, ao contrário, são suscetíveis de deformar a ponto de transformá-la num erro. Como todos os hermetistas, ele procura permanecer incompreendido e pouco lhe importa que o interpretem mal. Na verdade, quanto mais rirem dele, mais o contentarão; quanto mais céticos encontrar, mais estará satisfeito: prefere que se creia nos falsos profetas que nele mesmo — para que a mensagem dos verdadeiros profetas permaneça intacta, para que os outros sejam desacreditados.

Dessa forma, o segredo estará guardado, e bem guardado, por todos os céticos que impedem os profanos de entrar. Ao redor do templo, forma-se uma multidão que zomba e grita: "Que querem fazer nesse cenáculo da inverossimilhança?" São as goteiras de Notre Dame que dizem com um sorriso sardônico: "Ah! Ah! Que querem fazer aqui?"

O profano hesita: "Talvez eu esteja errado — diz ele — e se eu quiser vencer na vida é melhor ir gritar com lobos e ficar do lado de fora". E não entra no templo.

É por esta razão que Nostradamus sempre afirmou que é preciso de muita coragem para entrar, para atravessar esta horda de céticos que fazem bem em gritar; pois, quanto mais gritarem, mais estarão defendendo o que há no interior do monumento.

Ora, eis-nos dentro do templo; já ultrapassamos o pórtico. Não que tudo se esclareça e se compreenda no dia em que nele penetramos: aí também existem etapas.

Faço aqui uma comparação muito simples, empregada por todas as sociedades iniciáticas dos tempos modernos.

O iniciante chega; não sabe nada. É preciso que aprenda sua profissão: é aprendiz. Eu era um aprendiz em 1924; o trabalho que apresentei, então, era apenas um trabalho de

iniciante. A chave de Catarina de Médicis foi apenas uma aposta na roleta, e eu acabei de explicar o sistema desse jogo. Ora, sabemos que não se pode confiar nesse tipo de apostas, pois elas fracassarão. A chave de Catarina de Médicis pára por duas vezes: na data de 1792 e na de 1924.

Depois de um longo e, por vezes, penoso trabalho, compreendi a obra inteira e o que apresento aqui, hoje, é um trabalho do segundo grau, onde não se trata mais de um jogo de números, mas de construções.

Quanto ao trabalho do terceiro grau — o trabalho de mestre — não se pode explicá-lo em pouco tempo. É preciso, para poder participar dele, isto é, ler e tirar proveito do que foi lido, uma certa preparação matemática e também uma certa preparação da alma, pois as verdades que se descobrem são muitas vezes penosas e mesmo cruéis.

Mas, felizmente para nós — como disse Nostradamus — temos a sorte de viver numa era de liberdade de pensamento e de expressão. Felizmente também a instrução propagou-se o suficiente para que o público saiba um pouco de geometria, de astronomia e que se lembre mais ou menos de seus princípios. Por outro lado, a história evoluiu; estamos longe do tempo de Henrique II, não somente do ponto de vista científico, mas sobretudo do ponto de vista social.

Se estamos familiarizados com a aviação, há algo que compreendemos bem melhor do que antes da guerra: o dinheiro. Foi preciso que pagássemos novos impostos, que perdêssemos com o câmbio, foi preciso que ficássemos, como diz Nostradamus, “todos empobrecidos com a mudança...”, mas é fato que as questões monetárias são, hoje, de domínio público.

Enfim, a telegrafia e a telefonia sem fio nos fizeram compreender como as ondas podem se propagar e o público, hoje, está iniciado numa série de fenômenos físicos que — como escrevi há tempos — não é mais que a magia da antiguidade.

Estamos portanto maduros para iniciar o estudo do hermetismo de Nostradamus.

**

Entretanto, há uma questão que sempre nos confunde e que pode nos confundir ainda mais, após a exposição de um sistema cuja finalidade é a predição exata de acontecimentos futuros: é a questão do livre arbítrio.

Esta questão deve ser abordada. Mas quero também chamar atenção sobre o fato de que Nostradamus é unicamente um espírito científico, que não deseja sair do domínio material: usa a astronomia, a cosmografia, a geometria, o cálculo, mas não entra no campo da metafísica. É um homem prático, que faz coisas práticas, que não se preocupa com o que está além da física, que procura visivelmente deixar de lado os problemas chamados filosóficos.

Ora, a questão do livre arbítrio é evidentemente uma questão metafísica e as soluções podem ser diferentes de acordo com esta ou aquela *via moral*, que pareça de mais simples compreensão ou mais agradável se ser tomada.

De qualquer forma, sem pensar em termos de metafísica, creio que se pode seguir *vias físicas* para interpretar a solução do que possa parecer, de início, uma antinomia.

Não há aqui quem já não tenha assistido a uma representação de circo onde um cavalo corre pela pista enquanto uma menina esboça alguns passos de dança sobre a pequena plataforma que ele leva no dorso. Os palhaços sustentam, acima do cavalo, uma bandeirola de pano, a amazona salta, eleva-se ligeiramente no ar e torna a cair sobre a plataforma após transpor o obstáculo; durante esse tempo, o cavalo continua trotando. Ora, não há muito espaço sobre a plataforma da garupa; como o cavalo avançou enquanto a menina saltava, ela deveria, logicamente, cair pelo menos sobre a extremidade da garupa. Ao contrário, ela sempre cai sobre a plataforma de onde saltou.

Por outro lado, se você estiver num trem, a toda velocidade, e jogar uma bola contra o chão, ao invés de ela alterar seu trajeto, de acordo com o *ponto terrestre* de onde partiu, ela voltará rigorosamente para suas mãos.

Consideremos, enfim, um aviador, navegando nas alturas da atmosfera e que visa um ponto que quer atingir com uma

bomba: se ele soltar a bomba no momento em que o avião estiver exatamente sobre o ponto, o projétil cairá bem mais longe, como se, após abandonar o avião, a bomba ainda estivesse presa por um fio. É por isso que se diz que a queda de uma bomba de avião é parabólica.

Esses três fenômenos são idênticos: muito conhecidos em mecânica racional, são a aplicação da lei da *decomposição de forças*. O cavalo, o trem, o avião, nesses três exemplos, desempenham matematicamente o papel de centros individuais de atração. O fenômeno se passa inteiramente como se eles possuíssem — independentemente — uma parte da força de atração terrestre. A menina, a bola e a bomba são atraídas por esta força decomposta e não pela terra.

Eis aí todo o problema do livre arbítrio.

Há um determinismo geral que pode ser chamado, em linguagem metafísica, de providência, harmonia preestabelecida ou por algum outro nome. Pode-se compreender, e mesmo calcular a gravidade terrestre; mas as forças que estão em jogo nesse determinismo, isto é, as que cada um de nós possui, são forças decompostas, assim como está decomposta a força proveniente do cavalo, do trem, ou do avião. Nessas condições, cada um de nós constitui um centro independente — e, conseqüentemente, livre — no determinismo geral. Certamente, todas as forças e todas as individualidades estão em função desse determinismo geral, mas mesmo assim livres.

Assim, ao depararmos com uma responsabilidade, ou seja, uma causa imediata, é preciso achar seu centro independente, isto é, a quem pertence a força: ao cavalo, ao trem, ao avião e, moralmente, a cada um de nós.

Eis como, cientificamente, podemos analisar o problema do livre arbítrio.

Mas, tratando-se de metafísica, não podemos forçar muito a ciência. Esta deve permanecer no domínio físico e não deve sair dele. Não nos esqueçamos de que somos apenas modestos habitantes da terra, vivendo num pequeno mundo esferóide jogado no meio do espaço. Só porque possuímos um cérebro muito poderoso, achamos que podemos compreender tudo... Evidentemente, podemos fazer uma idéia do que seja

o universo, mas sob quais condições? Temos como ponto de referência nós mesmos e raciocinamos com nosso cérebro. Ora, o que é nosso cérebro? Um aparelho que trabalha de acordo com a geometria euclidiana — Henri Poincaré demonstrou-o muito bem; só compreendemos, imaginamos e construímos as coisas dentro da geometria euclidiana. É claro que podemos, graças à elasticidade de nosso espírito, que é pródigo e engenhoso em suas abstrações, chegar ao que se chama de possibilidades matemáticas e imaginarmos um espaço de n dimensões; mas nosso cérebro só raciocina dentro das leis da geometria euclidiana.

Para o cérebro terrestre, uma perpendicular é uma perpendicular; e toda linha que não forme exatamente dois ângulos retos com a reta que lhe serve de base, é uma oblíqua. Só concebemos a circunferência como uma curva fechada, cujos pontos são equidistantes do centro; entretanto, isso talvez não esteja correto em si; a geometria descritiva constata que a circunferência é apenas uma projeção da elipse. Então haveria um, dois, três, quatro, ou uma infinidade de centros? Não sei. Mas não importa! Eu não posso compreender isso: é impossível, para o cérebro humano, imaginar uma circunferência cujos pontos *não fossem equidistantes* do centro; isto é um absurdo para ele!

O que não quer dizer que, se estivéssemos situados em outros pontos do espaço infinito, nosso cérebro não seria diferente e que não pudéssemos ter *outra geometria*. Deixo essa hipótese para suas reflexões particulares.

Retomando por um instante a comparação com a estrada de ferro, gostaria de observar que, quando estamos num trem, sentimos uma liberdade muito grande: podemos circular pelo compartimento, atravessar o corredor inteiro até o vagão-restaurante, conversar com os viajantes sentados à nossa frente ou ao nosso lado, tentar inclusive uma aventura amorosa — mas não podemos sair do trem enquanto ele estiver em marcha, sem que arrisquemos a vida. Ora, além do fato de que não escolhemos o trem que nos transporta — que é o astro chamado Terra — é mais ou menos assim que devemos encarar a vida terrestre!

Continuemos com a comparação ferroviária. Devemos constatar que o que interessa a todos os viajantes é o horário do trem. Ninguém está preocupado com todo o trabalho dos especialistas, engenheiros e mesmo operários para conseguirem colocar a locomotiva a toda velocidade, com seus vagões confortáveis e este admirável dispositivo que é a via férrea. Com muita razão chamaríamos de louco aquele que, ao invés de pedir os bilhetes dos passageiros, exigisse que prestassem um exame de física! Da mesma forma, no nosso caso, o que queremos é saber para onde vamos e quando chegaremos em cada estação: é o horário, em suma, do trem da vida, o que nos interessa — que são as predições de Nostradamus.

*
**

Ora, se é fato que a jogada em Catarina de Médicis pára efetivamente em 1924, é também verdade que ela funcionou até esta data com suficiente exatidão e o que foi dito por mim nessa época tem o seu valor. Além de 1924, tudo o que pude dizer, principalmente o que diz respeito aos anos de 1927 em diante, até 1931, foi extraído de certas frases contidas na *Carta a Henrique II* e de certos versos sucedâneos destes que consegui encaixar e que são imediatamente precedidos dos versos sobre 1924. Além disso, são predições mais claras, que já haviam sido bastante lidas por diversos eruditos.

Além da famosa quadra concernente a Luís XVI, à qual já fiz alusão no início (VII, 44), há os famosos versos sobre Napoleão I: “A cabeça raspada tomará a satrapia — por catorze anos sustentará a tirania ...” (VII, 13). Há também os versos em que o nome de *Philippe* (Luís Filipe) está escrito com letras maiúsculas (IX, 89): há também o verso sobre o Segundo Império: “Sobrinho do sangue, ocupará o reino...” — pois Napoleão III era sobrinho de Napoleão I. E ainda há outros.

Mas a linguagem desses versos não é clara, porque eles são elementos de diversos e numerosos problemas propostos por Nostradamus para que se possa compreender e trabalhar sobre seu sistema.

Ele era professor de matemática, como já sabemos. Não dogmatiza jamais, propõe constantemente novos problemas, indica e aconselha, e trata muito mal seu aluno quando este não compreende bem e depressa. Seu testamento e sua *Carta a Henrique II* não são mais que uma série de notas matemáticas e problemas a resolver.

Partindo da frase contida na *Carta a Henrique II*, onde está indicada a data de 1792 como sendo a da “renovação do século” — ele também coloca o problema de Luís XVI, indicado pela quadra 44 da Centúria VII. Depois segue-se o que diz respeito a Bonaparte. Depois o do período 1830-1848; depois 1852-1870; depois sobre a guerra dessa data e por que ela dura sete anos; enfim, a volta do cometa de Halley em 1910 e quatro anos depois, a última guerra. Esta está indicada claramente pelos versos que citei em minha conferência de 1924: “Barcos e galeras em volta de sete navios — será travada uma mortal guerra etc...” isto é: “pequenas embarcações e barcos maiores em volta de sete navios”; em outros termos: pequenas nações e outras maiores em volta de sete potências; e se se lembrarem do que foi dito por mim em 1924, as grandes nações aliadas e associadas eram sete.

Todos esses problemas devem ser abordados e resolvidos pelo sistema cronocsmográfico de Nostradamus — o que, na verdade, constitui-se num instrumento absolutamente análogo a um teodolito⁽¹³⁾.

O nônio desse teodolito é composto de 4680 versos; ele se modifica porque está ajustado com o tempo, de maneira que, quando o apontamos para um determinado ponto no espaço, encontrar-se-á, ao mesmo tempo e em cada ponto, (com as medidas de seus ângulos) um dado preciso de espaço e de tempo. Tudo o que se tem que fazer então é ajustar o calendário usual ao tempo astronômico; pois o tempo convencional, que nos é familiar, é astronomicamente inexato.

E é para ajustar o tempo chamado astronômico ao tempo usual que Nostradamus indica algumas datas: 1607 de liturgia,

(13) Nostradamus afirma, ainda, que é um instrumento (*machina*) — ver Presságios 96.

por exemplo (que corresponde ao ano de 1606 porque, em liturgia, para contar e calcular a festa da Páscoa, acrescenta-se 1 ao milésimo do ano), que é 1606. 1727 em outubro; 1999 sete meses.

O professor poderia ter inscrito quantas datas quisesse; mas contenta-se em indicar as que constituem os pontos de referência para que, na construção do teodolito, o nônio e as três alidades sejam colocadas rigorosamente no lugar.

Mas ele não propõe problemas relativos à cronologia histórica, aos fenômenos astronômicos ou às construções geométricas apenas; ele também discute problemas particulares concernentes à evolução das nações, das cidades, das opiniões políticas ou religiosas, sobre as sucessivas modificações das concepções artísticas e mesmo sobre a moda e os costumes! Ele passa a própria vida em revista, em todos os seus aspectos.

Assim, eu mesmo me espantei, em minha conferência de 1924, de ter constatado que Nostradamus se ocupava do obelisco e havia notado o detalhe de que, pelo fato de ter erigido este obelisco, Hippolyte Lebas havia pedido a Luís Filipe um título de nobreza. Ora, trata-se simplesmente do problema relativo à evolução de Paris e da construção geométrica que é preciso traçar, tomando como centro de um círculo o Rond-Point dos Campos Elíseos e como diâmetro a distância existente entre o Obelisco e o Arco do Triunfo. Essa história sobre o arquiteto que erigiu o Obelisco só foi mencionada para indicar que este é o monólito de Paris.

O PROBLEMA DA EVOLUÇÃO DA FRANÇA APÓS 1792

Todos os problemas propostos por Nostradamus têm um fim muito prático. Professor excepcionalmente habilidoso, ele sabe que o aluno de ciências só compreende realmente um teorema, uma lei, uma equação, ao passar da demonstração à própria aplicação.

Mas como tudo o que é matemático é de acesso um tanto rebarbativo — como bem sabemos — é tarefa do professor interessar o aluno. Quantas pessoas teriam adquirido o gosto pelas ciências se seus primeiros professores tivessem sido habilitados na arte de interessá-los e de “aliciá-los”!

Ora, por mais interessante que seja o sistema cronocográfico de Nostradamus, ele é tão complicado, tão abstrato, que, se aquele que o expõe não souber interessar e “aliciar” o aluno — por mais aplicado e diligente que seja este último — fá-lo-á desistir logo no início.

É por esta razão que o autor emprega o método dos problemas que primeiro despertam a curiosidade — pois sua solução trará, incontestavelmente, uma certa luz sobre acontecimentos de grande interesse — e, em seguida, conduzem o estudioso, por seu próprio desenvolvimento, às soluções derivadas, provenientes de reflexão, fecundas em descobertas.

Nostradamus, tendo à sua disposição o sistema que lhe dava as *determinações* de todas as coisas, começou indubitavelmente a precisar, por meio de construções geométricas e cálculos, os elementos do *futuro* de sua obra. Para que servirá este livro? Quem tentará decifrar o enigma? Quem o conseguirá, e quando?

As profecias advêm de seu próprio poder de profeta. É por isto que, em seu testamento, encontramos exatamente as condições em que foi enterrado, o fato de sua futura exumação em 1793 e mesmo da transladação de suas cinzas para a igreja onde repousam atualmente. E é também por isto que encontramos, em sua obra, a menção dos esforços feitos por diversas pessoas para interpretar os seus versos.

O abade Torné havia descoberto que Nostradamus referia-se a ele. Não devemos nos espantar com isso: a interpretação do abade Torné foi a que chegou mais perto da solução do enigma; se ele tivesse descoberto que o texto deveria ser traduzido para o latim e que os versos deveriam ser lidos destacadamente, e não por quadras, seria bem provável que este intérprete atingisse o “ponto-chave do segredo”.

Entretanto, mais historiador que matemático, o “abade” — como diz Nostradamus — passou ao lado do segredo, “andou por cima e na frente” (II, 27). Mas compreendeu que as letras V.C.S. pertenciam a um *sepulcro romano*!

Desde o fim do Segundo Império — época em que trabalhou o abade Torné — o livro e seu segredo nunca mais foram objeto de um estudo sério. Nostradamus menciona incidentalmente os trabalhos feitos pelos ingleses e os qualifica com termos tão crus que eu não saberia repeti-los em público.

Segundo ele, deveria chegar o ano de 1923 para que sobreviesse “o mais forte ataque”. Foi nessa época que, por circunstâncias totalmente alheias à minha vontade, iniciei o estudo metódico do texto.

Ora, pude constatar — e isso quase que constantemente desde fevereiro de 1924 (ou seja, após minha primeira conferência, feita com ajuda da chave de Catarina de Médicis) — que o *determinismo* da descoberta do sistema havia sido *abrigado* o máximo possível pelo autor.

Confesso francamente que, por muito tempo, não conseguia acreditar na tradução dos versos encadeados. Frequentemente me deparava com precisões tão íntimas que eu pensei estar me iludindo. Somente *após três anos* de trabalho — e de trabalho contínuo e incansável — após revirar os problemas

para todos os lados, após ter combatido qualquer manifestação de ceticismo com a própria evidência, fui obrigado a me inclinar, completamente consternado!

A precisão do sistema me fez mergulhar, diversas vezes, num profundo estupor. Abordando um dos problemas propostos e acompanhando seu desenvolvimento, que às vezes durava vários dias — sem saber, na verdade, para onde me conduzia o autor — aconteceu-me muitas vezes o fato de me deparar com versos que, clara e indubitavelmente, indicavam as circunstâncias detalhadas do exato momento em que me encontrava!

A primeira vista, isso parece inconcebível e, enquanto não se estiver em posse do sistema completo, não se pode imaginá-lo. Depois, quando a descoberta já foi totalmente feita, achamos que nada é mais lógico, por mais complicado que o cálculo tenha sido.

Eis por que digo que, se eu contasse a história da descoberta do sistema, ela lembraria tanto *O Escaravelho de Ouro* quanto *As Mil e Uma Noites*.

Entretanto, é impossível — pelo menos por enquanto — examinar esses problemas, cuja solução nada provaria. Quando o aluno ajusta o nônio do teodolito e de suas alidades, ele comprova a exatidão matemática do sistema; mas não chega a uma demonstração patente do valor do sistema.

Quanto a isso, o adágio *ab uno disce omnes* não tem a mínima eficácia: entre os fatos da vida de um cidadão e os acontecimentos históricos de uma nação, a margem é muito grande para que os primeiros façam a interpretação desses últimos. E se o autor se limitasse a estabelecer dados sobre fatos particulares, jamais algum aluno poderia inferir que o sistema poderia tanto se aplicar a uma nação quanto a um cidadão.

É portanto indispensável que os problemas propostos sejam de duas ordens: de ordem pessoal, para que o próprio aluno controle sua evidência com facilidade e com a mais rigorosa precisão (até de segundos, no tempo, e de centímetros, no espaço!) — e de ordem impessoal, isto é, histórica e cosmográfica, para que sua evidência seja controlável

pela cronologia dos fatos políticos (no tempo, contando por séculos, anos e dias) e pelas longitudes e latitudes dos mapas geográficos (por meio das medidas marítimas que são, como se sabe, ajustadas à esfera terrestre).

O método consiste em “estabelecer o ponto” continuamente e com precisão: e é por isso que o sistema é, em suma, um teodolito. E os versos que, encadeados, formam um problema, são apenas um “guia” para o aluno.

É fácil compreender que 4 680 versos — mesmo se todos eles fossem históricos, embora só uma minoria o seja — não são suficientes para um encadeamento de predições que vá até o ano 7 000 e sirva, não só para a França, mas (pelo menos) para toda a Europa!

O próprio autor diz formalmente: *Publici dolo res compositor omnia inflat* (eu apenas esbocei os acontecimentos históricos; aquele que os compuser deverá desenvolvê-los todos) ⁽¹⁾. Mas acrescenta (Pres. 4): *pelo conselho este não pode falhar*.

E ele não se esquece de dar conselhos! Poder-se-ia dizer que ele chega a ser pródigo demais nesse particular: isto sobrecarrega muito sua cronologia histórica e nela se mistura, a ponto de vários versos proféticos exigirem longas explicações.

E sabe muito bem da dificuldade que criou com isso, apesar de sua utilidade, pois designou-a em sua *Carta a Henrique II*.

Esta *Carta*, agora que já a traduzi inteiramente — e isto só pode ser feito quando se conhece todo o sistema — apresenta-se, na verdade, como um codicilo de seu testamento. Ele só a escreveu (segundo sua própria explicação) devido a um escrúpulo legítimo: ao reler seu testamento matemático destinado a permitir a reconstituição do sistema, percebeu que

(1) É um verso de seu testamento no Presságio 140. É curioso porque tem um trocadilho equivalente a um paradoxo: a expressão *res dolo* era corrente entre os advogados romanos e freqüentemente empregada por Cícero; deve ser traduzida por “breve”. Mas Nostradamus, ao traduzir *publici dolores*, o faz como se não tivesse compreendido o ditado latino e escreve: “*les publiques douleurs*”! Por isso, em francês, o leitor se atrapalha.

o aluno correria o risco de se atrapalhar demasiadamente. Por mais numerosos que sejam os conselhos dados pelos versos encadeados, são sempre muito enigmáticos e por demais concisos; então ele acrescentou um certo número de *notas* que auxiliam a aplicação das fórmulas: é a *Carta a Henrique II*.

A malícia toda está em endereçar a carta a Henrique II e em escrevê-la de tal maneira que, se pudesse imaginar que ela também fosse um documento profético, pelo menos à primeira vista. Percorrendo-a — pois ela é absolutamente incompreensível para ser lida e o único que se pode fazer é percorrê-la — somos atraídos por expressões que, imediatamente, dirigem a imaginação para a profecia histórica. Fala de massacres, calamidades e perseguições; lá está o anticristo e sua abominação; a Igreja de Jesus Cristo e os reis do norte — visivelmente o autor divertiu-se, dando a seu texto a aparência dos versículos de Ezequiel!

Está tudo de acordo com a aplicação de seu método: *oculus de re vana erit destitutus* — o olhar se engana!

Na realidade, é um suplemento de conselhos para o aluno. É quase certo que nem Catarina de Médicis nem Henrique II chegaram a compreendê-la: não devem ter percebido na carta mais do que os habituais e pomposos elogios que, segundo o costume da época, eram dirigidos aos soberanos!

Ora, essa carta so foi escrita por medo de não ser bem entendido pelo aluno: Nostradamus é um professor escrupuloso, tem sempre medo de que seu pensamento matemático não seja completamente assimilado! E isto é um verdadeiro paradoxo, pois, naturalmente, ele é obrigado a só falar por enigmas.

Ele é um hermetista — e devemos entendê-lo como tal. Nos nossos dias ninguém procederia dessa forma. Mas, quando chegamos a conhecer bem o seu sistema e a apreciar devidamente o valor de sua obra, somos obrigados a reconhecer que outros processos teriam apresentado grandes perigos na época da Renascença. Um desses perigos é o de que, talvez, o livro nunca chegasse até o século 20: teriam-no destruído indubitavelmente; além disso, o sistema revela, através de suas construções geométricas, não somente segredos de Estado e

segredos do interesse da defesa nacional, cuja revelação já seria assaz perigosa, mas também — o que é bem mais grave — segredos relativos aos cenáculos ocultos que tiveram, têm e terão um papel fundamental no desenrolar dos fatos políticos.

Revelar tudo isso era impossível; permitir que qualquer pessoa viesse a conhecê-los teria sido obra de um malfetor!

E chegamos à conclusão de que Nostradamus teve razão em escrever por enigmas: ele não poderia agir de outra forma, nem deveria. É tão verdade que, se me pedissem elucidações sobre certos pontos, eu mesmo só saberia falar usando sua linguagem; mas apresso-me em dizer que esta linguagem seria imediatamente compreendida por aquele que possa e deva compreendê-la!

E falando assim, não se diz mais do que a estrita e pura verdade!

Nessas condições, tudo o que pode ser encontrado de claro ou de esclarecedor em todo o texto são as indicações de problemas relativos ao controle histórico — ou, para o encaideamento da cronologia dos fatos públicos no futuro dos tempos, os versos escritos a título de “guia”.

E a isto se reduzem as *predições* de Nostradamus, se o considerarmos uma pessoa dotada de dons proféticos.

Quando ao resto, “a obra dos antigos se concluirá”, diz ele.

E, tendo calculado cuidadosamente que as determinações eram tais que deveriam chegar até nossa época (nesse mesmo ano de 1927) para que as circunstâncias *cósmicas* permitissem a completa elucidação de seu sistema, Nostradamus nos apresenta o grande problema da França de 1792 até nossos dias.

**

A data de 1792 é importante sob todos os aspectos. Historicamente, é a data da deposição de Luís XVI — e, conseqüentemente, do fim da monarquia absoluta na França. Evidentemente poder-se-ia dizer que, desde a transformação dos estados-gerais de 1789 em Assembléia Nacional constitucio-

nal, a França foi dotada de um Parlamento. Mas ninguém poderia sustentar que o regime parlamentar tenha realmente existido antes da Convenção; além disso, é sabido que a corte de Luís XVI se opunha às tendências parlamentaristas da Constituinte e a fuga para Varennes em 1791 só aconteceu porque essas tendências ameaçavam triunfar, a ponto de comprometer a autoridade real.

Luís XVI e sua corte fizeram o que podiam fazer: representantes de um passado que desmoronava, lutavam para manter-se no poder e reagiam dentro de suas possibilidades contra as novas tendências. É o mesmo fato que constatamos em nossos dias: frente às idéias e tendências que se manifestam com o fim de operar uma mudança da atitude política, o poder — qualquer que seja ele — reage para impedir que esta mudança aconteça. Quando a mudança acontece, diz-se que houve uma revolução ou, senão, que o governo agüentou firme!

Nesse caso — todos o sabem — houve uma revolução.

Nostradamus é brutal em sua concisão: qualifica a fuga para Varennes de *injusta* (VII, 44) e de *indesculpável* (Pres. 86). Ela foi a causa da tentativa de uma constituição parlamentar em 1791; e esse fato fez com que o rei empreendesse uma luta ilegal contra a Convenção, novamente eleita.

Em 1792, *colocaram-lhe o boné vermelho*, no dia 20 de junho; atacaram-no nas Tulherias no dia 10 de agosto; ele se refugiou na Convenção, pegaram-no, aprisionaram-no no templo e cinco meses depois julgaram-no e o executaram.

Historicamente, a data de 1792 é mais importante que a de 1789 — a que faz abrir o período revolucionário.

Diplomaticamente, esta data marca o início de conflitos europeus que, aos poucos, foram se complicando, a ponto de se poder dizer que ainda — até hoje — não foram resolvidos! Foi em agosto de 1792 que o duque de Brunswick, general de exército prussiano, publicou o seu famoso manifesto onde, “em nome dos reis, ele declarava guerra à França para restabelecer os direitos de Luís XVI”. A primeira coligação européia era apenas uma união de interesses para aniquilar as novas idéias e tendências.

A partir desse momento — tentando-se fazer um resumo histórico — a Europa se complica. Ao ataque da Convenção pelos aliados seguem-se a resposta de Valmy (20 de setembro de 1792) e a ofensiva vitoriosa do Consulado e do Império. Os exércitos de Napoleão percorrem a Europa, são obrigados a recuar e, finalmente, são vencidos em 1815 — mas deixam atrás de si as idéias de liberdade e, com efeito, depois de 1848 e as revoluções dessa época, só se vêem monarquias constitucionais por toda a Europa, exatamente onde, meio século atrás, só se encontravam monarquias decididas a defender sua autoridade absoluta!

E o que aconteceu com o passar dos anos? A última guerra de 1914-1918 — por diversas razões, sem dúvida, mas inegavelmente como consequência desses fatos históricos — fez com que as monarquias se tornassem muito raras na Europa!

Não estou fazendo política: estou apenas constatando fatos. A data de 1792 é, conseqüentemente, primordial.

Aliás, a utilização da chave de Catarina de Médicis — de acordo com o jogo de número — vai até 1792. Não foi sem razão que Nostradamus fez com que o problema partisse desta data: razões históricas, sociais e diplomáticas estão a ela ligadas. A parada da chave de Catarina de Médicis foi intencional; e o autor combinou os números de maneira que a matemática coincidissem com a história — e também com sua própria segurança pois, dessa maneira, a corte de Henrique continuaria na ignorância da execução de Luís XVI e das execuções subseqüentes de todos os “suspeitos”.

Não nos esqueçamos de que estes eram todos descendentes diretos dos senhores da época de Henrique II. É por isso que Nostradamus diz em sua famosa *Carta*: “Que eu quis em cada quadra pôr a enumeração do tempo se poderia fazer, mas a todos não seria agradável — nem interpretá-los” (os versos), e acrescenta seu medo de que “os caluniadores o mordam” e roubem “de sua pena o repouso noturno”.

Com efeito, anunciar adiantadamente, em termos claros, uma revolução tão espetacular, talvez fosse assegurar a própria glória — mas, certamente, equivaleria a oferecer aos

povos um documento de esperança de liberdade e incitar os governos da época a dar cabo do tal documento e seu ator!

Era preferível agir de outra forma.

Esta chave, entretanto — agora compreendo bem — é apenas uma isca. Sua parada em 1792 nos incita a estudá-la matematicamente. Foi o que fiz, aliás. Esta chave, quando analisada, nos conduz ao testamento e este nos faz descobrir o sistema inteiro, como já disse. Mas, após descobrirmos o sistema, somos obrigados a retomar o estudo da história a partir dessa mesma data de 1792 para poder compreender o funcionamento do sistema.

Eis por que Nostradamus nos propôs esse grande problema.

Notemos por outro lado que o desenrolar desse problema — para a França — nos fará entrar em contato com mais de 130 anos de história, durante os quais se sucederam todos os tipos de regime. O historiador Taine compreendera muito bem isso quando disse que o período começado em 1789 seria — por mais de um século — o de uma longa revolução. Sem alongarmo-nos muito, poderemos constatar que a França não encontrou, desde então, nenhum regime tão duradouro quanto o da Terceira República — e apesar disso, com as dificuldades criadas pelo pós-guerra, somos obrigados a constatar (quaisquer que sejam nossas opiniões políticas) que este regime, se não queremos que desmorone, tem de ser singularmente melhorado, senão em suas instituições, pelo menos em seus métodos.

Os modernos historiadores gostam de dizer — para permanecerem imparciais — que a França, durante este período de aproximadamente 130 anos, passou por diversas “experiências” de regimes e de tendências. Admitamos a palavra: são estas “experiências” que o problema proposto por Nostradamus vai abordar.

Eis aqui sua solução.

Partimos de FLORAM PATERE — traçando uma circunferência e dispendo à sua volta as doze letras dessa expressão latina.

Mas como se encontra a “palavra principal do enigma”? Quando ainda não se conhece o sistema inteiro, mas que se sabe que as Centúrias não constituem sozinhas toda a obra e que, para completá-la, elas devem se juntar aos Presságios e às Sextilhas, nos deparamos com uma dificuldade. Onde devemos colocar esses Presságios e essas Sextilhas? No final das Centúrias ou no meio delas?

As Centúrias — repito — compõem-se de 942 quadras em lugar de 1 000, porque a Centúria VII só tem 42 quadras. A primeira idéia que se tem é acrescentar a esta Centúria os Presságios, que possui 141 quadras: foi, pelo menos, o que pensei.

Ora, partindo da Centúria I, contamos primeiramente seis Centúrias completas: ou seja, 600 quadras — depois as 44 que formam a Centúria VII, somando-se ao todo 644 quadras⁽²⁾. *Floram patere* encontra-se no Presságio 22, se acrescentarmos, por hipótese, os Presságios à Centúria VII. As palavras em latim estão em caracteres itálicos e chamam a atenção. Então é só fazer o simples cálculo $644 + 22 = 666$.

As palavras em itálico e o número 666: sem dúvida, estas palavras são importantes. Pois o número 666 é o número da *Besta do Apocalipse* e o espírito estabelece imediatamente uma relação!

Mas tudo isso é ilusão! O número 666 só serve para fazer-nos cair no misticismo.

O verso está impresso assim:

“Floram patere, entrar camp. fé rompida”.

O enigma é verdadeiramente sibilino!

Mas quando estudamos um texto hermético, o primeiro cuidado que devemos ter é o de não nos atrapalharmos com os obstáculos em forma de enigmas colocados pelo autor para afastar os profanos.

É preciso “passar adiante”, escreveu Rabelais, que conhecia — mais profundamente do que se pensa comumente — o

(2) Sem se conhecer o verdadeiro encadeamento das Centúrias, é-se tentado a contar 644 quadras e não 642 até a Centúria VII.

hermetismo. E para “passar adiante” é só deixarmos de lado o que não compreendemos no momento — deixando sua elucidação para mais tarde.

Nesse verso não há nada a ser compreendido. Portanto, não tentemos compreendê-lo — é simples. Para nós (que, a essas alturas, ainda somos meio profanos) este verso é apenas um conjunto de letras: letras que parecem formar palavras, mas palavras totalmente desprovidas de sentido.

Ora, se só conseguimos compreender as letras, contentemo-nos com isso! Veremos, depois, se se pode fazer algo.

Notemos que a impressão dessas letras (que formam seis palavras) é diferente para as duas primeiras palavras — elas estão em latim e em caracteres itálicos. Esta constatação, aparentemente fútil, é das mais importantes: incita-nos a separar essas duas palavras latinas e considerá-las à parte.

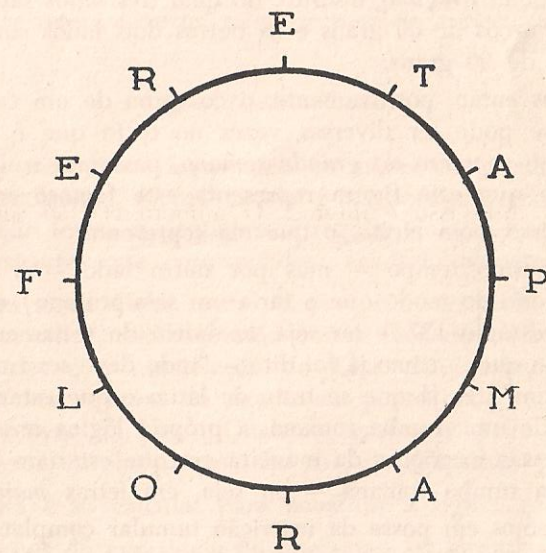


FIG. 6

Floram patere é uma composição de doze letras: é só contá-las — e contar as letras é tudo o que se pode fazer quando não compreendemos as palavras.

Nesse ponto, se não soubermos a importância que desempenha o número *doze* em hermetismo, é melhor que abandonemos tudo. Mas se lembrarmos-nos de que serve um polígono de doze lados, se conhecermos o modo de utilizar-se de uma conferência dividida em doze partes iguais — para ser breve, se estivermos a par do que intitulei de geometria do círculo na minha *Evolução do Ocultismo*⁽³⁾ — vem-nos imediatamente a idéia de dispor as doze letras ao redor de uma circunferência, cada uma a 30 graus da outra.

Mesmo o iniciante em astrologia sabe muito bem que existem doze signos do zodíaco e doze casas no horóscopo.

Ao dispormos estas doze letras ao redor de uma circunferência, descobrimos que cinco dentre elas são vogais e que estão distribuídas de tal forma que, se as unirmos, formarão um *pentágono irregular* inscrito, do qual três lados são envolvidos por arcos de 60 graus e os outros dois lados simétricos por arcos de 90 graus.

Temos então, positivamente, o contorno de um caixão — e como se pode ler diversas vezes no texto que é preciso encontrar o *sepulcro do grande romano*, passamos a nos convencer de que esta figura representa este famoso sepulcro.

E é isso, com efeito, o que ela representa.

Ao mesmo tempo — mas por outro lado — o cálculo (sempre feito do modo que o faria um semiprofano) conduz-nos ao Presságio 137 — ou seja, ao início do testamento. Aí está escrito que — como já foi dito — “tudo deve ser traduzido para o latim”. E, já que se trata de latim e que estamos em presença de uma tumba romana, a própria lógica nos leva a escrever essas inscrições da maneira em que estariam escritas sobre uma tumba romana — ou seja, em letras *maiúsculas*.

Estaremos em posse da inscrição tumular completa? Ou melhor: devemos inscrever o verso inteiro sobre o hipotético

(3) Pierre Piobb. *A Evolução do Ocultismo e a Ciência de Hoje*, um volume (1909).

túmulo? Não se sabe, mas o que importa! Vamos escrever o verso inteiro em maiúsculas, respeitando cuidadosamente a pontuação:

Floram patere, ingredi castra. Fides rupta.

Já sabemos para que servem as duas primeiras palavras; não nos preocupemos mais com elas. Tomemos as duas seguintes, pois há um ponto depois de *castra*. *Ingradi castra* não significa nada, mas não poderíamos ler essa inscrição romana de outra forma? Sabemos que, nas tumbas romanas, encontram-se muitas vezes letras acrescentadas a palavras e que, para que ganhem sentido, devem ser separadas e consideradas como abreviações. Assim, teríamos:

Ingradic. Astra.

E, nesse caso, a letra C é apenas uma abreviação. A palavra *astra* restabelece imediatamente o sentido da frase: e se ela se refere a *astros*, refere-se também a *círculos*. Temos então:

Ingradi circuli astra.

Isso quer dizer: faça entrar os astros do círculo. Então tudo se esclarece: *Floram patere* é composto de cinco vogais, cuja junção forma o pentágono irregular do sepulcro — e de sete consoantes que correspondem aos sete planetas usuais.

Resta ainda *Fides rupta*. E já que é um problema relacionado a astros, esta expressão é mais fácil de ser compreendida: *Fides* é a constelação da Lira. Há realmente uma quebra (uma *ruptura* do círculo no ponto onde se encontra a estrela Vega da Lira). Qualquer astrônomo sabe a importância dessa estrela, próxima do pólo da eclíptica.

Agora é só calcular para construir a figura geométrica.

Isto nos dá uma idéia do que sejam as fórmulas de Nosstradamus e de qual foi o meu raciocínio para chegar a descobri-las. Não tenho razão em dizer que, se eu continuasse a contar a história dessas descobertas, que durou três anos, eu

pareceria estar contando uma aventura do tipo do *Escaravelho de Ouro*?

É natural que alguém de espírito literário, habituado a considerar seus próprios conceitos como um produto da imaginação, achará que a solução deste enigma é, certamente, engenhosa, e até habilidosa, mas não é evidente. Que teria a dizer essa pessoa se alguém lhe apresentasse a fórmula $ax^2 + bx + c = 0$ e lhe afirmasse que é uma fórmula algébrica? Com essas letras do alfabeto (as quais, ajeitadas dessa maneira, nada significam e constituem um enigma para os profanos), um literário provavelmente apenas poderá construir palavras, mas um matemático certamente resolverá uma equação!

Entretanto, à primeira vista, toda asserção matemática parece engenhosa.

Ora, Nostradamus conhece bem essa maneira de pensar: ele foi professor num colégio. Sabe como são diferentes esses dois temperamentos, o literário e o científico e, sobretudo, o quanto o primeiro afasta o espírito do segundo: todo o seu processo de ilusão está baseado nesse fato.

Estando em dúvida, ninguém ousaria construir o círculo de *Floram patere*, nem introduzir nele os planetas e nem relacioná-lo à esfera celeste pelo cálculo de Vega. E assim, automaticamente, se cria um novo obstáculo que impede que se aborde a solução dos grandes problemas.

Obstáculos semelhantes existem em grande número e este é um dos menores. Foi o que levou Nostradamus a escrever ironicamente: "Bem defendido o fato por excelência!"

Expressão muito correta pois, o "fato por excelência" — até que seja conhecido — encontra-se *defendido* de tal maneira que, se por acaso (o que é quase inconcebível) alguém descobrir sua solução, esta, automaticamente, induz ao erro!

É uma obra-prima da criptografia!

Mais ainda: quando a solução chega a ser conhecida por meio de cálculos e construções geométricas (isto é, pela aplicação do sistema), encontra-se ligada a fatos tão secretos que ela chega a ser impossível de ser descoberta.

Podem pensar o que quiserem: é isso mesmo. Prefiro dizer — para fixar as idéias — que a descoberta desse "fato por excelência" me fez mergulhar num abismo de reflexões tais que minha primeira reação foi a de me recusar categoricamente a falar ou a escrever o que quer que seja!

E foi então que compreendi — e estou dizendo isso sem o menor pensamento místico — que a árvore da ciência do bem e do mal era uma *realidade científica* e não uma alegoria! Só mais tarde (eu o digo positivamente) foi que voltei a mim e percebi que os problemas históricos e sociais poderiam — na época de liberdade em que vivemos — ser conhecidos pelo público, na generalidade de suas soluções.

Depois disso, não mais hesitei em falar, escrever e apresentar, como o farei, o estudo do problema desde 1792 até nossos dias e ainda além.

O problema consiste — essencialmente — no traçado geométrico dos símbolos da França desde o antigo regime até os nossos dias, e na rotação destes de acordo com o tempo.

Esta definição necessita de um desenvolvimento.

O *símbolo* é uma figura que serve para designar tanto uma idéia, como o que a legislação chama de "pessoa moral" — dizem os dicionários usuais. De maneira que os brasões de uma nação, de uma cidade, de uma família, de uma associação, assim como as etiquetas de fabricação e as insígnias comerciais — e, certamente, os signos ideográficos usados pelas diversas ciências e os que as tradições religiosas e os cenáculos iniciáticos conservam — são todos símbolos.

À primeira vista, o símbolo parece ser um produto da imaginação, que acaba se cristalizando com o tempo e com o hábito. Designamos alguma idéia, ou um conjunto de idéias — ou alguma pessoa moral — por um desenho que o uso torna familiar. E então se coloca a seguinte questão: por que o desenho escolhido foi este e não outro?

Que se tenha pensado em representar com um desenho certas idéias ou certas pessoas morais, é facilmente compreensível (pelo menos aparentemente): reflete apenas uma necessidade de abreviação. Assim como os sinais das quatro

operações matemáticas usuais são, inegavelmente, abreviações cômodas e, da mesma forma, os sinais algébricos, químicos, astronômicos etc. Mas continuamos com a mesma pergunta: por que um símbolo é escolhido em lugar de outro?

Desde o dia — já longínquo — em que nossos pensadores e nossos filósofos se deixaram levar pelas idéias dos pretensos sábios da Alemanha ou da Escandinávia, que haviam descoberto os *totens* e os *tabus*, encontramos em total impossibilidade de raciocinar sadiamente sobre os símbolos.

Quando queremos analisar cientificamente os elementos de uma resposta para a questão que acabo de propor, somos vítimas — é o caso de se dizer — de uma avalanche de totens e de tabus sob a qual a razão mais elementar desaparece para sempre.

Ora, confesso que, para mim, o fato de que um indígena da Papuásia utilize um símbolo análogo, ou mesmo semelhante, aos que os egípcios ou os gregos utilizaram, não significa que a antiguidade mediterrânea o tenha transmitido a esses negros oceânicos. Se o problema está em discutir anterioridade, seria preciso que a ciência hipotética dos totens entrasse em acordo com a ciência exata da geologia — o que parece que não é feito freqüentemente.

O totemista coloca, como petição de princípio, que toda sociedade pouco evoluída é anterior àquelas cujo desenvolvimento legislativo e econômico é incontestavelmente mais aperfeiçoado. Este é o raciocínio de um turista e não o de um pensador.

Por exemplo, o turista chega em Marraquech. Constata que coexistem aí três raças distintas, facilmente identificáveis: a raça bérbere (ou chleuh), a árabe e a judia. As duas primeiras vivem mais ou menos misturadas e são muçulmanas; a terceira permanece isolada. Certamente, o turista *sabe*, pois deve ter aprendido na escola, que os hebreus existiram como sociedade evoluída sob todos os aspectos, antes dos muçulmanos — e assim sendo, infere naturalmente que os costumes dos primeiros podem ser diferentes dos costumes dos outros. Mas suponhamos que ele não saiba disso: os judeus de Marraquech lhe parecerão muito menos civilizados (no sentido

científico da palavra) do que os árabes. Perceberá que estes últimos praticam uma religião onde a moral é mais importante do que os ritos, onde os símbolos praticamente não existem e constatará que vivem em tribos tão grandes que chegam quase a formar uma nação: a seus olhos, os árabes pertencem a uma civilização superior e, portanto, posterior à dos judeus.

Enquanto que, para os judeus, os dogmas bíblicos e os ritos da Torá baseiam-se na moral religiosa e sua divisão em tribos permanece rigorosa e constante.

Com efeito, e porque ele esteve na escola, o turista encontrará uma prova evidente de que os hebreus são anteriores aos árabes — e, portanto, inferiores a eles.

Ora, examinemos as coisas com mais cuidado: a Bíblia e o Alcorão são bem conhecidos e ninguém precisaria ir ao Marrocos para estudá-los. Os dois livros não podem ser comparados: no primeiro, a metafísica é ampla e elevada — no outro, ela é restrita e confusa. O primeiro não retirou seus dados de vagos relatos trazidos por caravanas — os amadores da anterioridade que desejarem estudá-lo serão obrigados a remontar a fontes indianas ou egípcias. O segundo — ao contrário — é constituído de partes retiradas de outras obras, às vezes um tanto caóticas e freqüentemente contraditórias, de religiões que existiram anteriormente à dos árabes ou conjuntamente com ela: o Alcorão chega a mencionar tanto Salomão quanto Jesus Cristo e contém reminiscências da antiguidade greco-romana!

Que Maomé seja *posterior* a Moisés — mesmo se não o soubéssemos historicamente — é, segundo o próprio Alcorão, inegável. Mas que Moisés seja *inferior* a Maomé, penso que não o podemos demonstrar dessa forma!

O erro está nisso: por puro hábito do espírito, tendemos a considerar inferior em civilização tudo o que é anterior no tempo.

Além disso, baseamos tudo em nós mesmos — e o que se parece a nós nos parece sempre *mais civilizado* do que o que é diferente de nós. E é por causa desse tipo de raciocínio que o homem de cor foi considerado por muito tempo como pertencente a uma raça inferior!

E quando vemos um papua — homem de cor, diferente de nós, vestindo apenas sua própria anatomia — traçar círculos e desenhar cruzes, a razão superficial nos leva a dizer que sua raça, seus costumes e suas práticas religiosas são *inferiores* às nossas.

A dizer inferioridade, estamos pensando em anterioridade e, de raciocínio em raciocínio, chegamos à conclusão de que os símbolos traçados por ele são figuras *primitivas* que foram sendo assimiladas pelo espírito religioso — esta expressão é uma descoberta da época anterior à guerra! — para dar uma forma imagética ao misticismo.

Eis como foram inventadas as teorias sobre os totens e sobre os símbolos. Na verdade, elas estão mais próximas do pensamento do turista do que do cientista. Mas são apresentadas sob um dogmatismo pesado, indigesto e pedante que lhes conferiram certa autoridade, por ser aborrecido; e, por isso mesmo, foram e ainda são difundidas: tornaram-se clássicas!

Devo dizer, entretanto — não para falar de mim mesmo ou de minhas obras, mas para citar um fato — que, após a publicação de meu livro sobre a religião grega de *Vênus*⁽⁴⁾, em 1910, o sr. Salomon Reinach, espírito assaz escrupuloso, acabou tendo uma dúvida. Totemista, é claro, pois o totem estava na moda, ficou surpreso ao ler argumentos tão contrários às opiniões correntes — e, como estes se baseavam não apenas em constatações superficiais, mas em construções geométricas e astronômicas, a dúvida lhe surgiu. Além disso, tanto as construções como os argumentos pareceram-lhe singularmente de acordo com dados bíblicos — os quais, por causa de sua educação e por hereditariedade, não tinham ainda perdido o valor para ele. E, sem ao menos me conhecer, sem querer, de nenhuma maneira, dar alguma reputação à minha obra, ousou dizer, no Congresso das Religiões, em Oxford, que “durante muito tempo, a fim de compreender as religiões e os símbolos, havia-se olhado para a terra e que, dessa ma-

(4) Pierre Piobb, *Os Mistérios dos Deuses: Vênus*, um volume (1909).

neira, nada foi descoberto e fomos induzidos em erro; era então chegado o momento de seguir-se outro método, de *olhar para o céu* e fazer uso da geometria!”

Isso demonstra que as convicções dos totemistas ainda não estão bem assentadas — e que algumas poucas considerações científicas são suficientes para abalá-las.

Confesso, entretanto, que, até então, tentando estabelecer uma distinção entre os símbolos, minha opinião sobre suas respectivas origens era, conseqüentemente, diferente. Na verdade, é preciso classificar os símbolos em três categorias: a dos *ideografismos* (sinais adotados pelas ciências astronômicas, matemáticas, químicas, físicas etc.) — a dos *hierogramas* (sinais ritualísticos das religiões, dos cenáculos iniciáticos etc., etc.), — a dos *brasões* (imagens representativas de nações, famílias, indivíduos, casas de comércio, associações etc.).

Os ideografismos parecem, à primeira vista, ser apenas uma *estilização*, cômoda e resumida, tanto de fórmulas escritas (é o caso, em tipografia, das letras chamadas *parangonas* ou, em astronomia, quando as letras A e R se juntam para indicar uma ascensão direta), quanto do desenho de fenômenos físicos (é o caso dos sinais gráficos do zodíaco e dos esquemas usados em eletricidade). Inegavelmente, estes símbolos representam invenções quase espontâneas do espírito: apenas notamos neles uma origem geométrica devido ao funcionamento *euclidiano* do cérebro. Na realidade, eles não passam de abreviações.

Os hierogramas, ao contrário, são produtos de um raciocínio extremamente amadurecido: as diversas cruzes utilizadas pelas religiões, os triângulos e os pentágonos chamados iniciáticos, são construídos após muito estudo. Estes símbolos não representam apenas uma idéia, mas evocam uma série de idéias: esse é seu objetivo. Sua origem está, inegavelmente, na geometria, e na geometria do círculo em particular⁽⁵⁾.

(5) A respeito da origem dos ideografismos do zodíaco, assim como sobre os símbolos iniciáticos ou cabalísticos, ver a obra sobre *A Evolução do Ocultismo*.

Sobre estas duas categorias, eu não modifiquei em nada minhas opiniões anteriores. Mas é sobre a terceira — a dos *brasões* — que gostaria de mencionar novas constatações, resultantes do estudo do sistema de Nostradamus. Pois fui obrigado a atribuir o nome genérico de brasão, não somente às armas feudais, mas também às marcas de fábricas e insígnias de comércio, assim como aos talismãs usados em magia antiga! E, contudo, são três ordens de símbolos que pareciam não ter nenhuma relação entre si — aliás, eu nunca havia pensado em aproximá-las até então.

Devo apressar-me em dizer que, quando estudamos esses diversos símbolos, logo descobrimos que muitos dentre eles não passam de produto da livre fantasia: é o caso, evidentemente, da maior parte das marcas de fábricas e das insígnias de comércio e, sem dúvida, o caso de diversas armas feudais; talvez seja também o caso de vários talismãs mágicos desenhados por profanos com uma ingenuidade um tanto suspeita.

Devemos portanto ser muito prudentes a esse respeito, sem, contudo, rejeitar o assunto sem reflexão. É preciso levar em conta que uma verdadeira *ciência* do brasão e das armas existiu e, embora encontremos hoje, nas bibliotecas, apenas alguns indícios dessa ciência, isso não quer dizer que ela tenha sido menos profunda do que atualmente aparenta ser.

Não nos esqueçamos de que a sociedade feudal possuía um fundamento iniciático, que havia adquirido concepções desse tipo no Oriente, durante as Cruzadas e que, acima de tudo, era religiosa. A história das ordens de Cavalaria, por um lado, e as tradições do companheirismo operário, por outro lado, demonstram que os princípios do simbolismo eram conhecidos na época do feudalismo.

Havia, portanto, uma ciência do brasão — e uma ciência mantida em segredo, assim como se ocultava cuidadosamente tudo o que fosse evocado ou representado pelos símbolos. Não há por que duvidar disso.

Um rápido exame de uma série de armas — principalmente das armas de cidades — revelará, para quem estiver um pouco informado sobre os símbolos chamados iniciáticos, que vários desenhos de armas pertencem ao domínio do her-

metismo. Um livro foi escrito sobre esse assunto pelos senhores Gassicourt e barão du Roure de Paulin, sob o título de *O Hermetismo na Arte Heráldica*. Mas o fato de existir uma correlação entre muitas armas e diversas leis da astrologia, da alquimia ou da magia, não implica em que o espírito da ciência do brasão seja análogo ao da ciência simbólica dos hierogramas.

A ciência do brasão deve ser compreendida como uma arte que toma emprestado de outras ciências elementos para o seu desenho. O que parece ser lógico.

Em outros termos, não se pode, à primeira vista, supor que haja uma relação direta entre a situação geográfica de uma cidade, por exemplo, e suas armas. E quando se trata do brasão de uma família, é natural que se pense que o desenho simbólico foi inicialmente adotado por um membro dessa família (por razões geralmente conhecidas e tidas como fantasiosas) e que o símbolo tornou-se hereditário por tradição.

É possível que algum pesquisador do oculto encontre, como uma das razões da adoção de armas, a idéia talismânica de proteção astral (principalmente para as cidades, mas também para os indivíduos), ou mesmo o seu caráter iniciático (entre os cavaleiros de ordens militares ou religiosas). Mas não chegará a considerar que o brasão possa ser *o símbolo de uma realidade*.

Eu também partilhava da mesma opinião até que descobri e compreendi o sistema cronocsmográfico utilizado por Nostradamus. A prática desse sistema demonstrou-me que o jogo das forças cósmicas criava uma realidade geométrica em um ponto determinado da esfera terrestre e seu desenho, traçado de acordo com as indicações de seu teodolito, formava um símbolo!⁽⁶⁾

De maneira que o símbolo de uma cidade se cria *automaticamente* em virtude de sua longitude e de sua latitude geográficas e das coordenadas da Terra no espaço. E o que

(6) Não desejo falar sobre os *talismãs* para evitar um incidente. É preciso conceber o talismã como um símbolo criado segundo estes princípios com o fim de concentrar fluidos vibratórios da natureza.

vale para uma cidade vale também para uma nação — assim como para uma família ou para um indivíduo.

O símbolo, assim traçado, reproduz os elementos do desenho constitutivo das armas — o que prova que a heráldica é realmente uma arte, pois dispõe elegante e agradavelmente os dados um tanto secos e brutais da geometria.

Resulta daí que, por ter sido criado num determinado ponto da Terra e também num determinado tempo, o símbolo geométrico é suscetível de modificação através dos tempos (devido aos diversos movimentos que modificam as linhas) e pode, inclusive, desaparecer totalmente. Poderíamos dizer que o símbolo é dotado de vida (e vida, nesse caso, seria o próprio movimento) e que, conseqüentemente, pode morrer — assim como um indivíduo que chega ao fim de sua existência, ou uma cidade que foi destruída, ou ainda uma nação que desaparece!

Esta é uma constatação tão extraordinária que levei muito tempo para admitir sua veracidade.

Ela constitui a primeira parte — a parte preliminar — do problema da França após 1792.

*
**

Nostradamus, tendo orientado o aluno na análise e estudo do traçado constituído pelo círculo de *Floram patere* e pelo Sepulcro do Grande Romano, diz o seguinte: “de um redondo, de uma flor-de-lis nascerá um grande príncipe” (Sextilha 4) — o que, em latim, significa: “De um círculo, de uma flor-de-lis sairá um grande princípio”. Trata-se, portanto, de estudar a construção de uma flor-de-lis num círculo e descobrir, a partir daí, o princípio importante.

Este princípio é, com efeito, importante, porque é o princípio de toda a heráldica e de todo o simbolismo dos brasões. É o resultado do estudo das linhas que se formam sucessivamente na área do círculo projetado sobre o mapa da França enquanto se constrói a flor-de-lis indicada na figura 5 desta obra⁽⁷⁾.

(7) Ver página 48.

Como se constrói essa flor-de-lis? É algo que, evidentemente, precisa ser examinado com cuidado; entretanto, trata-se de um problema de geometria descritiva e, infelizmente, exigiria desenvolvimentos técnicos. Direi apenas, para as pessoas que se ocupam da astrologia antiga, que as fórmulas básicas dessa ciência são insuficientes. Certamente, a orientação do ponto terrestre é importante — ou seja, a latitude e longitude terrestre determinando um ponto do globo. Além disso, na época considerada (nascimento, fundação da cidade, da dinastia etc.) os planetas do sistema solar têm, nesse mesmo momento, posições respectivas que precisam ser levadas em conta. Mas não são estes elementos (que, em geral, são únicos utilizados pela astrologia) que determinam a constituição do símbolo e, se é que podemos falar nesses termos, as fases de sua existência. Trata-se principalmente do *eixo pessoal* (do indivíduo, da cidade, da família etc.) — da *distância desse eixo ao equinócio* contada sobre o Equador — do ângulo compreendido entre o círculo do qual este eixo é o diâmetro e o grande círculo passando pelo *pólo da eclíptica* e perpendicular ao ponto *gamma*.

Ora, devo dizer, jamais encontrei, em nenhuma obra da astrologia antiga, o menor indício de eixo pessoal, nem de distância do equinócio; nem mesmo quando se trata de estrelas fixas e que o grande círculo perpendicular ao plano da eclíptica (ao ponto gamma), que passa pelo pólo da mesma eclíptica, deve, necessariamente, ser considerado, em virtude do movimento chamado de precessão dos equinócios.

Em termos menos técnicos, diria que Nostradamus nos dá não somente as coordenadas geográficas e a posição respectiva dos planetas em relação ao horizonte — mas também o eixo pessoal revelado por seu teodolito, a declinação desse eixo sobre o Equador terrestre e sua inclinação em relação à eclíptica. Pode-se falar assim, embora, apresentados dessa maneira, os elementos de seus cálculos não estejam rigorosamente certos.

Mas o sistema de Nostradamus — e isto é o mais importantes — considera que todo indivíduo, assim como toda nação ou dinastia, tem um *eixo próprio*: da mesma forma que

a Terra, ou qualquer outro planeta, tem seu eixo pessoal mais ou menos inclinado sobre o plano da translação ao redor do Sol. É como se o indivíduo se achasse *inclinado* sobre sua órbita.

Ora, sabemos que esta inclinação do eixo da Terra produz o fenômeno das estações — assim como a inclinação do eixo pessoal do indivíduo (para falar brevemente) produz, na vida desse indivíduo, as diversas estações que chamamos comumente de infância, virilidade e velhice!

As famílias, as dinastias, as nações e as cidades — reconheceu-se há tempos — também têm sua infância, sua juventude, sua virilidade e sua velhice, a qual chamamos de decadência. É possível determinar, para cada estação, uma espécie de calendário, a partir de seu eixo. E quando este calendário estiver cuidadosamente estabelecido, com precisão suficiente para que possamos ler os dias terrestres, não será difícil dizer — mesmo que o tempo ainda não tenha passado — em que data encontra-se a decadência e o fim!

Podemos perceber o quanto o sistema de Nostradamus difere da astrologia atualmente em voga.

E por que o estudo do problema da França após 1792 consiste no traçado dos símbolos geométricos e em sua rotação.

Enfim, podemos compreender que, se fosse necessário expor a solução inteira desse problema e explicar todos os desenhos, seríamos levados a fazer uma série de cursos e a escrever um volumoso tratado — o qual só poderia ser aproveitado por técnicos no assunto. Ao passo que, com a ajuda de alguns gráficos e dos versos do profeta, poderemos constatar facilmente a exatidão dos resultados.

Como sempre, é o horário do trem o que mais interessa aos viajantes — mas o desenvolvimento da solução nos dará a cronologia desejada.

A PREDIÇÃO SOBRE A FRANÇA DE 1792 A 1870

Partindo da data de 1792, explicitamente indicada por estas palavras na *Carta a Henrique II* "...no ano de mil setecentos e noventa e dois que será o da renovação do século" — e manejando circularmente o sistema, o eixo da França cai sobre estes versos:

*Além da corrida do Castulon monarca
Vitória incerta três grandes coroarão
Águia, Galo, Lua, Lyon, Sol em marca. (I, 31)*

Esses versos, bastante claros, foram lidos e compreendidos há tempos. E. Bareste, conhecido latinista, já havia adivinhado que Castulon (palavra neutra e barbarismo de procedência grega) designava a Terceira República, cuja efígie é uma mulher vestida com a *castula* romana. Essa mulher, por ser uma alegoria e não um personagem determinado, justifica o emprego do neutro: é o raciocínio correto do ponto de vista do latim e só surpreenderá aqueles que desconhecem a genialidade da língua latina. Confesso, aliás, que essa língua não é facilmente assimilada pelo espírito francês: acreditamos conhecer o latim e, no entanto, estamos longe disso. É claro que as exceções são muito numerosas e que possuímos entre nós latinistas de primeira ordem; mas, até mesmo entre as traduções oficiais, encontramos trabalhos tão ruins que acabamos nos confundindo. Lembremo-nos também do Concílio do Vaticano de 1871 — onde se falava e se discutia em latim e onde os bispos franceses não puderam se destacar: houve até o caso de um tal monsenhor Dupanloup que se tornou histórico.

É que o francês, apesar de ter-se originado da língua romana e, conseqüentemente, do latim, do qual ainda encontramos traços em sua etimologia e em sua gramática, não tem nada a ver com a maneira latina de construção de frases ou com o modo latino de pensar. O francês está para o latim assim como está para o inglês: apesar da língua inglesa possuir uma série de palavras de origem francesa adquiridas na época de Guilherme, o Conquistador, é bem verdade que o espírito dessa língua é bem diferente do espírito francês. Quanto a isso, o humor de Mark Twain vem a calhar: "Em França falam às vezes o inglês, mas não o compreendem".

Poder-se-ia dizer que, na França, lê-se algumas vezes o latim, mas não se percebem suas sutilezas. Os alemães, por falarem uma língua que nada tem de latina, são obrigados a aprender todo o idioma romano: seus esforços, portanto, são tecnicamente orientados e chegam a uma margem de exatidão muito maior. Quanto aos espanhóis e aos italianos, é sabido que, estes últimos, particularmente, quase pensam em latim.

Ora, Nostradamus, que sabia desse detalhe, dele faz uso continuamente — e, quando comete um barbarismo, sabe que raros serão os que o perceberão e desejarão descobrir sua causa. Sabe também que, no segundo dos três versos da quadra 31, Centúria I, as palavras "vitória incerta" serão entendidas como "vitória indeterminada". É verdade que *incerta victoria* significa vitória indecisa, indeterminada.

Mas o verso só tem cinco palavras em francês e deve ter seis em latim. Devemos então dividir em duas uma das palavras da primeira tradução: "*Victoria incerta tres magni coronabunt*". Ora, a única palavra que pode ser dividida em duas é a palavra *incerta*. Fazendo-se a concordância gramatical, a frase ficará assim:

Victoriam in certa tres magni coronabunt

pois *coronare* é um verbo que não pode ser empregado no neutro; portanto, *victoriā* deve ser o acusativo como complemento direto; e o adjetivo *certus*, cujo feminino está rigorosamente indicado no texto francês, não pode mais con-

cordar com *victoriam*, mas deve, evidentemente, estar no ablativo, governado pela preposição *in*. A frase latina subentende então o substantivo *res*, como é o costume, e se completa: "*Victoriam in certa (re) tres magni coronabunt*".

O que significa, indubitavelmente: "Três grandes personagens coroarão, com certeza, o triunfo".

Demorei-me um pouco nessa tradução exatamente para mostrar toda a circunspeção necessária para que se restabeleça o verdadeiro sentido do texto. Nostradamus, aliás, recomenda: "não irrite os latinos" — *non molestare latinos* (*sermões*).

Quanto ao terceiro verso da citação, torna-se claro quando percebemos, segundo a frase precedente, que este designa apenas três personagens. Nessas condições, o primeiro desses personagens seria a *Águia*, o segundo o *Galo* e o terceiro deverá ser *Lua*, *Lyon*, *Sol e marca*, ou seja, em latim: "*Luna, Leone, Sole significatus*". Pois é preciso, para manter o número de seis palavras, traduzir "em marca" por um adjetivo — o que implica no ablativo para as três palavras precedentes. E, então, este terceiro personagem será o que estiver "designado" (*significatus*) pela Lua, pelo Sol e pelo signo zodiacal de Leão.

Não nos preocupemos com a ortografia especial de *Lyon*: ela é constante em Nostradamus — é outra de suas artimanhas para enganar o leitor. Mas quando ele quer indicar especialmente a cidade de Lyon, ele a chama de "cidade de Plancus", usando o nome de seu fundador.

Eis então os três versos devidamente reconstituídos.

É de se estranhar que, numa obra onde todos os versos devem ser *destacados*, encontremos um problema que envolva três versos seguidos na mesma quadra. O fato é surpreendente, sem dúvida — mas, embora raro, repete-se ainda outras vezes na obra.

Não quero entrar outra vez em detalhes. Apenas direi que o sistema *reagrupa* às vezes dois, três ou quatro versos da mesma quadra. Nostradamus tomou o cuidado de prevenir o pesquisador: chama o reagrupamento de dois versos de

muro e o de três ou quatro versos de *pilar* — ao falar assim, ele se refere aos muros e pilares de um *templo* (isto é, do edifício chamado templo), pois a construção geral do enca-deamento dos versos *constrói realmente* um templo⁽¹⁾.

Este pilar — que constitui o ponto de partida do problema — significa claramente (parafraseando) que “após 1792 e a queda da monarquia absoluta na França, devemos considerar três grandes personagens relacionados ao percurso (*cursus*) realizado pela Terceira República”; esses três grandes personagens darão um grande brilho ao país (*coronabunt victoriam*); são eles: primeiro aquele cujo símbolo é uma *águia*, em seguida aquele cujo símbolo for um *galo* e, finalmente, aquele cujo símbolo não está especificado e que será revelado pelo cálculo do tempo de acordo com as revoluções lunosolares (o ciclo de Meton ou de 19 anos terrestres) tendo como ponto de partida o *século* indicado no círculo das idades “pelo signo de Lyon”⁽²⁾.

Por enquanto — e pela época em que nos encontramos atualmente — devemos fixar nossa atenção em apenas dois desses personagens: a *Águia* e o *Galo*.

O problema será resolvido pela rotação dos símbolos que se seguem ao do antigo regime. Teremos então, partindo da *Flor-de-lis*, que encontrar a *Águia*, depois o *Castulon* monarca e finalmente o *Galo*.

(1) Esse assunto também precisaria ser desenvolvido particularmente. O gráfico de um encaideamento de versos apresenta curiosamente os planos e elevações de uma construção arquitetônica: este fato é importante para a pesquisa de *estilos* e formas de edifícios. Mas, se desejo precisar aqui o sentido da palavra *templo*, aqui empregada, é porque Nostradamus distingue “os templos sagrados construídos à moda romana” (II, 8) sobre os quais devemos nos informar “para destruí-los” — os templos a que me refiro são apenas *círculos desenhados*, de acordo com o sentido primitivo da palavra *templum*.

(2) Ainda não fiz esse cálculo, pois o terceiro personagem ainda está longe no futuro. Segundo a fórmula acima, deverá aparecer a x 19 anos no futuro — e x vale, em séculos, o número que representa o signo de Leão (120 graus após o ponto gamma) sobre o *círculo das idades*, espécie de calendário secular que se estabelece por correspondência com uma circunferência de 2 520 divisões, sobre a qual o tempo é marcado de acordo com o movimento da precessão dos equinócios.

Os símbolos citados correspondem aos dos diversos regimes que se sucederam na França, após 1792 (data da proclamação da Primeira República). São eles:

- 1.º) o barrete frígio;
- 2.º) a águia;
- 3.º) a flor-de-lis;
- 4.º) a águia (novamente);
- 5.º) as letras R. F.

Deixemos de lado, por enquanto, os símbolos seguintes; é estudando o passado e controlando o presente que poderemos fazer uma idéia do futuro — tomando a palavra presente no sentido amplo de *atualidade*⁽³⁾.

*
**

Notamos que a *Flor-de-lis* desaparece no início para voltar mais tarde e durar, contando Luís Filipe, três reinos — assim como a *Águia* no Primeiro Império volta no Segundo Império. Este fato é devido às *retrogradações* indicadas sobre o círculo de *Floram patere*: entre as letras dessas “palavras” encontram-se dois R situados à 150º ou 210º (conforme o sentido seguido)⁽⁴⁾. Essas retrogradações complicam os movimentos e trazem assim, para a existência dos povos, das cidades e dos indivíduos, períodos de *reação* na marcha do progresso, de decréscimo de progresso para as cidades, de fraqueza física ou de má sorte para os indivíduos.

De maneira que o curso da vida parece compor-se de um fluxo e refluxo contínuos — no qual o observador superficial só verá incoerência e acaso, embora tudo siga uma ordem muito regular. Sem querer filosofar — algo que Nostradamus

(3) Pois o presente é apenas um *momento* no tempo, sua dimensão é a de um ponto no espaço. É o caso de se dizer que “o exato momento em que estou falando já está longe de mim”.

(4) Completando essa observação, quero chamar atenção sobre o fato de que a aresta de um dodecágono situado a 150 graus num sentido e 210 graus no outro é a mesma da construção poligonal estrelada.

evitava fazer — eu diria que a solução física do que chamamos de *mal metafísico* pode ser encontrada por esse caminho.

A vida dos povos e dos indivíduos parece extremamente confusa. Pura aparência — o sistema de Nostradamus nos mostra, ao contrário, que ela é matematicamente regular.

Poderíamos dizer: mas o antigo regime durou muito mais tempo do que os regimes subseqüentes. É verdade; entretanto, é preciso saber se nos encontrávamos, durante o antigo regime, num período de perturbações “do poder central”, assim como mais tarde (pelo menos até 1875) — a história demonstra o contrário.

Ora, as longas estabilidades — tais como as do antigo regime — têm sua razão geométrica indicada pelo *círculo das idades* do qual falei há pouco. Este círculo representa a vida da humanidade; nele se baseiam as construções que dão as determinações das raças e dos povos e nele está toda a história da Europa (na parte relativa à raça branca) e, conseqüentemente, da França⁽⁵⁾.

Quando chegar o momento de estender o movimento do sistema aos países vizinhos à França e, depois, à toda a Europa e, finalmente, a todas as partes do mundo, voltaremos a esse assunto. Mas o sistema é muito vasto: não só porque abrange toda a cartografia da esfera terrestre, mas porque acompanha a própria evolução do globo. Toda a geologia está aí retratada, mesmo antes do aparecimento da humanidade; o ponto de vista do sistema é *heliocêntrico* e utiliza uma série de raciocínios nada familiares. As construções primordiais encontram-se indicadas sobre os mapas não em função do equador (o que seria o usual), mas em função do traçado do plano da eclíptica. De maneira que exigem uma série de longas explicações prévias. Chegamos a compreender inclusive as razões cósmicas dos *dilúvios* sucessivos, que são controlados pela

(5) Nostradamus explica em sua *Carta a Henrique II* como funciona seu sistema cronocosmográfico aplicado à esfera terrestre inteira. Acrescenta que não teve tempo, durante sua vida, de estudar as outras construções, tais como as da África do Norte, e mesmo algumas da Europa, deixando até a Rússia de lado.

geologia; mas também compreendemos que não podemos conhecer por documentos humanos a história completa dos povos que habitaram a Terra desde que ela existe.

A história limita-se, para nós, a um período compreendido *entre dois dilúvios*. Nossa história atual começa com o dilúvio do Deucalião ou de Moisés — ao qual, segundo os geólogos, devemos a formação do Mediterrâneo: o que se passou antes disso não é considerado História. Ela terminará com o dilúvio que deverá acontecer depois do ano 7 000 — segundo os cálculos do senhor Lapparent e os de tantos outros geólogos, pelos quais o continente asiático se deslocará com a depressão do deserto de Gobi.

Portanto, o limite das predições históricas que o sistema de Nostradamus pode revelar não deve passar desse futuro dilúvio — ou, pelo menos, não de muitos séculos, pois um abalo cósmico dessa natureza pode durar centenas de anos terrestres. Eis por que a *Carta a Henrique II* diz expressamente que o autor não vai “muito além do sétimo milênio, estando o mundo próximo de alguma grande conflagração”.

Mas, nesse período geológico compreendido entre dois dilúvios consecutivos, o fluxo e refluxo da humanidade na superfície do globo produz todos os detalhes da *História*. Os movimentos heliocêntricos causam, por decomposição de forças, movimentos geocêntricos (segundo os cálculos de Newton) — e as combinações que resultam deles dão as razões geométricas das construções relativas às raças e aos povos (segundo o sistema de Nostradamus).

Disso tiramos leis — leis científicas e não apenas observações; e sua aplicação a casos particulares, como o da história de um povo, dá a razão geométrica do encadeamento de fatos especiais para este povo. E onde parecia haver somente incoerência, descobrimos haver regularidade⁽⁶⁾.

(6) Nostradamus expõe isso muito bem em sua *Carta a Henrique II*: o processo dos fenômenos — mas com a brevidade de um sábio que toma notas e não se preocupa com explicações. Felizmente uma série de trabalhos anteriores haviam-me conduzido ao estudo do ponto de vista heliocêntrico e suas conseqüências: publiquei apenas alguns resumos curiosos num artigo de divulgação intitulado: “A Civilização Caminha Para o Oeste?”.

É dessa maneira — mas após muitos cálculos e reflexões — que chegamos a compreender a razão da longa estabilidade do símbolo da Flor-de-lis antes de 1972.

**
**

Ora, esse símbolo desaparece quando se inicia o problema — e com ele a monarquia absoluta. É o Barrete frígio que toma seu lugar — produzido pela rotação de diversas linhas que tendem a formar uma espiral ao redor do foco principal da elipse: Paris.

A figura toma o seguinte aspecto:

Seu eixo particular (pois cada símbolo tem um eixo próprio) é representado pelo *feixe de lictor*. Está inclinado sobre o mapa (isto é, sobre o espaço) em função da posição que toma o próprio eixo da França na data de 1792 (isto é, no tempo), como se vê na figura 7.

Este fato produz duas conseqüências. A primeira delas é que o símbolo não se aplica exatamente ao país inteiro e que a Bretanha e mesmo a Vendée não estão cobertas por ele — ao passo que, em contrapartida, vai além das partes orientais e ultrapassa suas fronteiras. Assim se acha circunscrita a área de extensão das idéias políticas da época: sabemos até que ponto a Bretanha e a Vendée permaneceram realistas.

A segunda conseqüência é que a ponta do feixe de lictor encontra-se dirigida para leste, opondo-se, assim, ao ataque dos invasores. Examinando com atenção as figuras seguintes veremos que o êxito das guerras e a probabilidade da nação resistir vitoriosamente às invasões depende da posição do eixo próprio da figura simbólica neste momento.

O símbolo parece realmente funcionar como um ser vivo: luta contra o invasor com a arma constituída por seu próprio eixo; e, em determinados momentos, como em 1815, esta arma se volta e deixa de opor sua ponta ao inimigo: a nação perde a guerra.

Com apenas uma olhada na figura do Barrete frígio, vemos que não teria sido preciso ser um grande profeta para

anunciar que às idéias revolucionárias não se propagariam, na época, na Bretanha e na Vendée e que a França resistiria aos assaltos da primeira coligação.

Inútil insistir. As perturbações das linhas não podem continuar por muito tempo, pois a rígida armadura do polígono

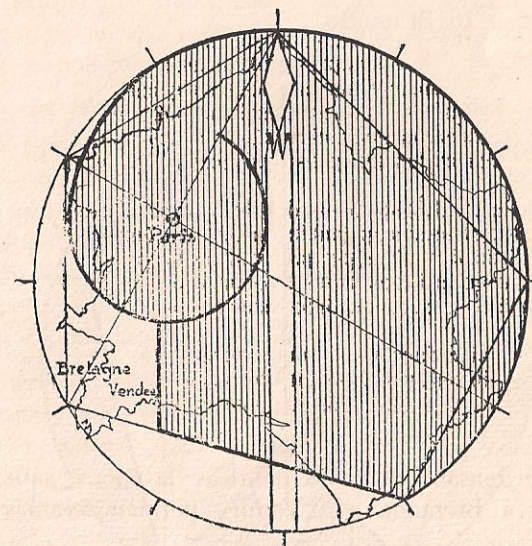


FIG. 7

primordial (que constitui o Sepulcro do Grande Romano) obriga as mesmas linhas a formar um símbolo mais preciso. A espiral é, essencialmente, um desenho de movimento: não pode estabilizar-se. Ao contrário, o polígono primordial do Sepulcro tende a fixar o desenho e adaptar-se a uma outra forma especial — aparece outro símbolo: a Águia.

A Águia constitui-se da seguinte maneira: (Ver figura 8).

A única finalidade desse gráfico é mostrar o aspecto geográfico do símbolo da Águia: assim como está construído, não está relacionado a nenhum tempo nem espaço. Colocando-o no tempo, ele se apresentaria inclinado sobre o meridiano de Paris (que divide, por uma reta perpendicular ao Equador, o espaço circunscrito sobre o círculo da França). Com efeito, a Águia se forma na época do Consulado — começa a delinear-se aos poucos a partir de 1796 para constituir-se finalmente após 1799 e o 18 Brumário.

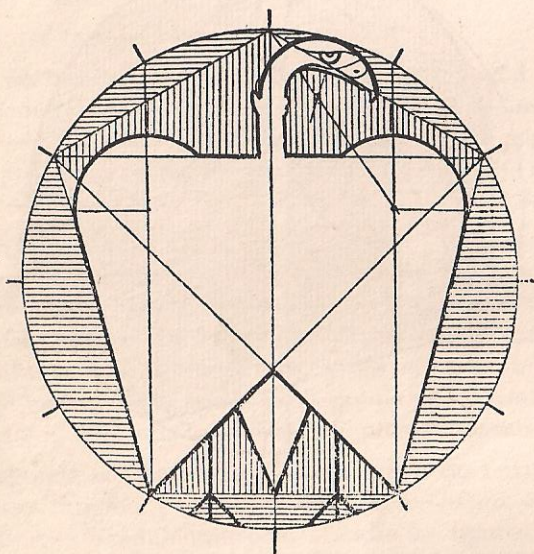


FIG. 8

Mas as rotações das linhas e suas modificações são extremamente complicadas. Elas são determinadas por um movimento triplo: o do *círculo das idades*, que está em função da precessão dos equinócios; o do *círculo dos anos*, que funciona à razão de 9 anos por trinta graus (ver figuras 10 e 11); e o do *círculo do calendário anual*, para a contagem dos dias (e

que não considere aqui para não complicar os gráficos). Para dizer a verdade, o público só poderia perceber realmente o valor desses gráficos através de uma rápida superposição dos desenhos sucessivos — por exemplo, por um projetor de cinema. Tenho certeza de que, se essa projeção fosse realizada, daria excelentes resultados — mas o número de desenhos necessários é considerável.

Devemos supor, então, seguindo o mesmo raciocínio, que o símbolo da Águia estabilizou-se de acordo com o meridiano da França: no mesmo momento em que, como diz a história, o regime napoleônico *se estabeleceu*.

Vejamos então quais são suas determinações:

Esta figura nos dá toda a história do Primeiro Império. A Águia estende suas asas; mas a asa do lado oeste não pode abrir-se sobre o oceano Atlântico: não se pode conquistar o mar. Somente a asa do lado leste se estenderá para o lado direito do sepulcro e traçará sobre o mapa da Europa um círculo cujo limite setentrional será o mar do Norte. Este é o campo de batalha de Napoleão.

Quando o *imperador* ultrapassar a área do círculo, dirigindo-se para a Rússia, encontrar-se-á fora de seu campo geométrico de ação e, necessariamente, na posição falsa de um ser que exagera suas próprias possibilidades. Será então obrigado a retomar os limites traçados.

Quando, agindo como soberano, ele estabeleceu esse *império* sobre essa área toda, construiu uma figura cujo centro de gravidade não está no devido lugar. Com efeito, como a capital deste império situava-se em Paris, o centro de gravidade da figura foi “deslocado” para oeste. Para evitar a queda teria sido necessário mudar esse centro para leste, escolhendo-se outra capital: foi o caso do império de Carlos Magno, cuja capital era Aix-la-Chapelle e que foi mais estável que o de Napoleão.

Notar-se-á, ainda, que a construção revela que as longitudes da ilha de Elba e da ilha de Santa Helena são sensivelmente idênticas em relação ao meridiano de Paris — e que, portanto, os ângulos de queda (levando em conta a projeção

esférica, Santa Helena encontra-se no hemisfério austral) têm a mesma amplitude.

Além disso, o movimento do símbolo obriga a Águia a oferecer a cabeça, após a batalha de Waterloo, sendo ameaçada pela flecha que atravessa o olho do crânio do Grande Romano.

A Águia é então morta e precipitada para o mar pela força invasora !

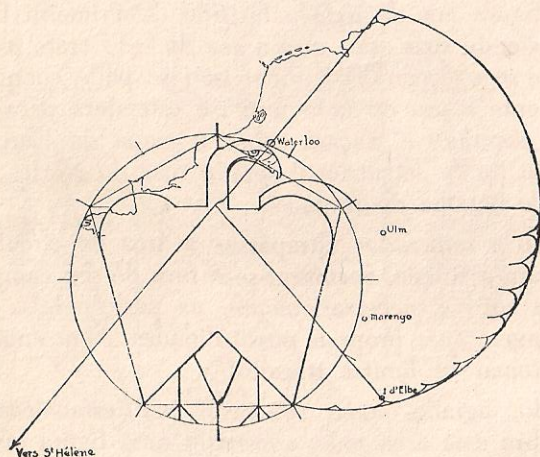


FIG. 9

Não é de se espantar, por essas simples considerações, que Nostradamus tenha escrito surpreendentes profecias sobre Napoleão.

Estas, assim como todas as que se seguirão para controle das soluções dos problemas, encontram-se em linguagem relativamente clara: a maioria dos versos nem precisa ser traduzida e muitos deles já haviam sido estudados e comentados anteriormente por outras pessoas. Mas à medida que avançamos no tempo — que nos aproximamos do futuro do século 20 — o texto torna-se cada vez mais enigmático. Este método é uma constante em Nostradamus: é seu modo professoral de obrigar o aluno a vencer dificuldades. Além disso, percebemos que o autor não quis estabelecer um conjunto de profecias, mas expor um sistema em que essas profecias se encaixam.

**

A corrente, após a morte de Luís XVI e de Maria Antônia⁽⁷⁾, parte desse verso que qualifica globalmente os anos de 1793 e de 1794: "Terror e barulho, assalto à fronteira" (Pres. 29). *Terror* designa a época do Terror, cheia de gritos, (*clamor*) quando a Primeira Coligação atacou as fronteiras.

A corrente indica em seguida o que vai acontecer: "A ave de rapina vem do céu para se oferecer" (I, 24), o que quer dizer que a Águia deve se desenhar na área do círculo onde as constelações se configurarem. De acordo com o teodolito, essas são as determinações:

1.º) *Um imperador nascerá perto da Itália* (I, 60) — pois a Córsega encontra-se, devido à sua posição geográfica, fora da construção que se aplica à França continental e fora, também, da construção italiana: ela está situada num círculo do Mediterrâneo que tangencia ao sul a construção da África do Norte. É interessante notar que a Córsega nada tem a ver com o desenvolvimento da história da Europa: não foi atingida por nenhuma guerra européia e só foi mencionada em um tratado, o de Cateau-Cambrésis, desde Henrique II. Eis por que o local de nascimento de Napoleão está indicado dessa forma.

(7) "Quando a grande rainha se vir vencida — fará excesso de masculina coragem" (I, 86). Estes dois versos constituem um "muro".

2.º) *Da cidade marinha e tributária* (VII, 13) — onde a palavra tributária tem um sentido mais geométrico do que político: Ajaccio encontra-se no círculo de Mediterrâneo por repartição (*tributum*) da esfera.

3.º) *Que terá tantas honras e carinhos* (VI, 83) — homenagens de honra e elogios (*blanditice*).

4.º) *Eleita será raposa que não diz palavra* (VIII, 41) — a palavra *electus*, em latim, significa “escolhido”; designa simplesmente aquele que é escolhido pelo destino. No caso, um astuto político (a raposa) que não fala muito.

5.º) *Alguém que de chumbo vai estar ávido* (IV, 88) — *cupidus plumbi* significa exatamente: “preocupado em espalhar chumbo”, isto é, balas e granadas!

6.º) *No Danúbio e do Reno virá beber* (V, 68) — a imagem diz que ele mergulhará no Danúbio e depois no Reno e beberá em outros rios (no Vistula, no Beresina etc.).

7.º) *Grande hecatombe, triunfo, fazer festas* (II, 16) — um resumo do Primeiro Império: festas, glória e mortos nos campos de batalha!

8.º) *Depois fora da Gália tudo será destruído* (IV, 12) — a palavra *omnino*, no verso traduzido para o latim significa “completamente”.

9.º) *Bellerophon, morrer* (VIII, 13) — terço de verso que, em duas palavras, indica o exílio no Bellerophon e a morte que se seguiu: é o que se descobre pelo traçado da linha reta na parte ocidental da figura 9. Esta parte especial do problema nos leva a encontrar geometricamente o ponto de embarque (ilha de Aix) e o ponto do exílio (Santa Helena); o nome do navio pode ser encontrado por construções secundárias tendo ilha de Aix como centro, na data da partida. Deixemos esses detalhes por enquanto: eles serão conhecidos automaticamente, à medida em que formos desatando os “nós intermediários de uma corrente” — o que Nostradamus chama de “trama” do tecido, sobre a qual poderemos “bordar”, até o infinito, sempre seguindo estritamente as fórmulas.

É preciso notar que este nono verso (ponto terminal da corrente napoleônica) foi utilizado apenas em parte, ou seja,

o seu segundo terço. A primeira parte desse verso é apenas uma indicação para o pesquisador: “*Fará por Praytus*” — mas se não estivermos familiarizados com a maneira com que as fórmulas são enunciadas, podemos não entendê-la.

A título de curiosidade — e para mostrar o processo utilizado pelo autor — eis aqui a explicação dessas palavras. Elas se traduzem da seguinte maneira para o latim: “*faciet par Præ TVS*”; logo vemos que a palavra Praytus deve ser dividida em duas (para que o verso tenha seis palavras) e que a ortografia de *Pary* deve ser retificada; em seguida, vemos que a palavra francesa *par* não se traduz por *per*, mas por “*par*”, que significa *igual*; e, enfim, que o final *tus* deve ser escrito em letras maiúsculas. Essas letras são abreviações: T significa *tetrastichum*, que quer dizer “quadra” e S significa *sequens* ou “seguinte”. Trata-se então de tomar o *verso igual na quinta quadra seguinte* (a preposição *præ* quer dizer “à frente”, portanto, em sentido reto).

Este verso diz “*pois às três Lis lhe farão tal pausa*” (VIII, 18). Então, após Napoleão, haverá três Lis (Luís XVIII, Carlos X e Luís Filipe) e é o terceiro Lis quem designará a Napoleão o seu *requiem* (que um latinista não muito experiente traduziria por “pausa”, mas que significa na verdade o que liturgicamente chamamos de “repouso eterno”). É a volta de suas cinzas para os Inválidos, sob o reinado de Luís Filipe.

**

Vejamos agora os “três Lis”. A figura 10 indica a posição do símbolo da Flor-de-lis desde 1792, de maneira que se possa ver como ela se encontrava inclinada nessa data e como ela se restabelece, novamente, em 1815. Sua parte posterior está então voltada para a força invasora, de maneira que ela não se opõe, mas, ao contrário, é atraída por ela.

O encadeamento dos versos é o seguinte:

1.º) *Em um momento será necessidade ao rei* (IV, 22) — *erit necessitas regi* que, retraduzido para o francês significa: “ter-se-á necessidade de um rei”.

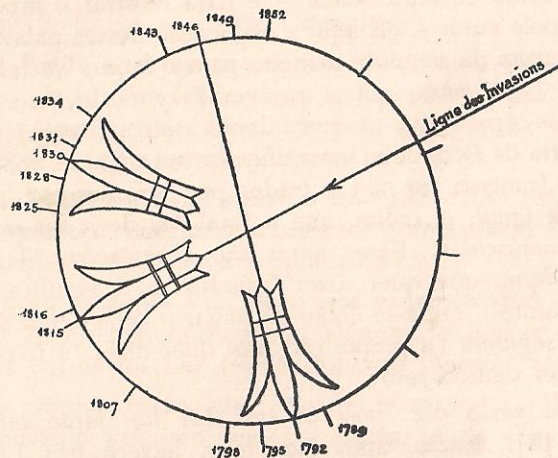


FIG. 10

2.º) *Os que estavam no reino para saber* (VI, 8) — *ad cognoscendum illos qui erant regales*: reconhecer-se-ão os que eram da família real.

3.º) *Para manter o feliz sangue de Bourbon* (Sextilha 4) — sem esquecermo-nos de que “feliz” traduz-se por *secundus* e que, portanto, trata-se de uma linha colateral (*secundus sanguis*).

4.º) *O próximo filho do mais idoso virá* (II, 11) — pois Luís XVIII era irmão de Luís XVI, filho do Delfim.

5.º) *Ao mais idoso ao reino diferente* (IV, 87) — e, com efeito, Luís XVIII foi diferente de Luís XVI, pois era monarca constitucional.

6.º) *E a nova aliança aprovada* (Pres. 51) — traduzindo-se “aliança” por *religio*, que não significa religião, mas convenção entre os homens da mesma sociedade: trata-se, na verdade, da Carta Constitucional.

7.º) *Grande filho mais novo fará fim da guerra* (VII, 12) — nesse caso, o substantivo *bellum* é neutro e o adjetivo *magnum* deve concordar com ele; mas a inversão latina feita inescrupulosamente pode confundir-nos.

8.º) *Até cinco o último...* (VIII, 38) — estas são as condições do tratado de 1815. Nostradamus quase sempre suprime a palavra “anos” quando esta se segue a número, pois o manejo do círculo dos anos deve, necessariamente, indicar datas. Trata-se, portanto, dos cinco anos de ocupação do território francês pelos aliados. O final do verso é uma indicação geométrica “*proxime NOLA*” — as letras maiúsculas referem-se à construção geral: não entremos em detalhes técnicos para não nos atrapalharmos.

9.º) *Duas pragas uma, para morrer morte cruel* (I, 35) — é a morte de Luís XVIII após uma doença cruel é preciso dizer que “uma” deve ser traduzido por “*una*” e significa “junto”.

Depois vem Carlos X:

1.º) *Por fim a paz chegará ao império* (IV, 44) — “fim” significa *terminus*, ou ponto final de Luís XVIII; *pax* significa que a sucessão real produziu-se sem violência; e *ad imperiam* significa “tomar o poder”.

2.º) *Sem nenhuma criança...* (X, 39) — pois Carlos X não teve herdeiros. A outra parte do verso contém indicações de manejo do sistema.

3.º) *Um nascido tendo à frente o último* (II, 82) — *natus* indica este homem cujo nascimento foi notado e que é Carlos X, que terá depois dele (à sua frente) o último de sua raça — ou seja, o conde de Chambord, indicado pela manobra como “primeiro filho (de) uma viúva (de) casamento infeliz” (X, 39), primeiro filho da duquesa de Berry, a qual, viúva, contraiu segundo casamento, muito mal recebido socialmente.

4.º) *Rei; fato injusto não será; condenar* (VIII, 62) — Carlos X foi rei legitimamente (seu reinado cria efetivamente a “legitimidade” em política), mas foi considerado culpado, pois *danmare* tem um sentido de culpa.

5.º) *Eleição. Conflito...* (Pres. 25) — esse verso deve ser dividido de acordo com a regra dos números que se aplica ao manejo especial dos Presságios. Trata-se das eleições de 1829.

6.º) *Por conflito rei reino abandonará* (IV, 44) — e o conflito nascido com as eleições obriga o rei a abandonar o reino.

7.º) *Expulso do reino longe, áspero aparecerá* (VI, 61) — ele se mostrará intransigente (*asper*) e será expulso em 1830.

8.º) *Longe fora do reino, posto ao acaso, viagem* (VIII, 92) — “posto ao acaso” deve ser entendido como “entregue a seu perigoso destino”. Carlos X é sucedido por “Flor-de-lis levando a barra” (V, 89).

Luís Filipe sobe ao trono:

1.º) *Preparar cópias para subir no império* (VI, 12) — *copiæ* significa os “meios políticos” (ainda hoje falamos em “campanhas eleitorais”) utilizados para chegar ao poder (*imperiam*).

2.º) *Sem mais derramar, logo virar sorte* (Pres. 73) — sua sorte muda e ele derrama muito sangue (em 1848).

3.º) *Acordar ódio há muito acalmado* (VII, 33) — trata-se do ódio social, adormecido desde a grande revolução.

4.º) *Por eles nascerá pestilência muito ampla* (VIII, 62) — “eles” refere-se aqui aos revolucionários de 1848, cujos atos políticos são indicados pelo manejo de detalhes do sistema. Mas não interessa aprofundar-se nisso para descobrir coisas que estão em qualquer manual de história. É mais importante continuar a corrente do rei no do “grande Filípico”. (IX, 30), segundo expressão de Nostradamus — e deixar de lado esse enxerto, o “socorro Gaddès”, isto é, os acontecimentos relativos à Constituição espanhola de 1837 que podem ser encontrados pela construção *auxiliar* de Gaddès.

A *pestilentia* de 1848 é ampla, porque deve ser estudada por toda a Europa, que sofreu então o contragolpe dessa nova revolução, da qual, aliás, Luís Filipe se retira: “*vida salva pouco após sair*” (Sextilha 20).

A Segunda República é muito curta: “Estarão de acordo, Nápoles, Leon Sicília” (I, 11) — há um acordo e vemos aparecer o personagem cujo nome é designado por “Nápoles Leon Sicília”, ou seja, em grego: *Neapolis léon Trinacri*; restabelecendo as inversões indicadas pelo sistema, encontramos “*is Napol. léon Trin acria*”, ou seja: “*ele, Napoleão III cume*.” Os Bonaparte, estudados à parte, terminam com Napoleão III⁽⁸⁾.

E imediatamente descobrimos o verso que caracteriza o novo soberano: “Por ruído bélico será insultado”, que indica, antes mesmo que a construção especial do Segundo Império seja feito, o estado de espírito que reinava na França, em 1870, depois de Sedan.

A volta da Águia situa essa figura simbólica de maneira que seu eixo coincida com o meridiano. À primeira vista, este símbolo instala-se muito confortavelmente sobre o mapa da França: em geral, temos tendência para pensar assim.

Se estendêssemos a asa oriental sobre essa figura, veríamos também os campos de batalha das guerras da Itália. Mas a extensão dessa asa seria menos ampla do que durante o Primeiro Império e, com a tentativa de incursões no vale do Pó, ela chega a recuar: permanece então ligeiramente aberta e abrange um ângulo que estende o território francês a Sabóia e a Nice.

Mas, à razão de nove anos por trinta graus, a Águia vira-se e, em 1870, chega a mostrar a cabeça à flecha das inversões. Ao ser atacado, o Segundo Império se desmantela.

As determinações sobre Napoleão III são as seguintes:

(8) Quero chamar particularmente a atenção do leitor sobre os nomes de Luís Filipe e Napoleão III: são citados apenas para pontos de referência do problema para que, ao manejarmos o sistema, percebamos os movimentos das linhas e dos círculos. Não é dessa maneira que a criptografia faz surgir os nomes dos personagens: é preciso não se deixar enganar.

1.º) *De terra fraca e pobre parentela* (III, 28) — sabe-se que o futuro imperador não era rico e que os príncipes seus parentes eram ainda mais pobres.

2.º) *Virá errar sobrinho do grande...* (VI, 82) — sabe-se também que ele teve, antes de 1852, uma vida muito errante: evasão de Ham, viagens a Roma etc. Este verso termina com a palavra “pontífice” que pode levar-nos a cometer um erro: com efeito, certamente ligaríamos as palavras e pensaríamos que se tratasse “de um sobrinho do grande pontífice”. Mas, como somos obrigados a constituir seis palavras em cada verso, é preciso dividir em dois a palavra *pontife* — temos então a expressão *ponti fœx*(⁹), que significa “resíduo da ponte”. De maneira que esta palavra é, na verdade, uma indicação especial que designa que no ponto do círculo onde se encontra a determinação marcada por esses versos, encontramos além

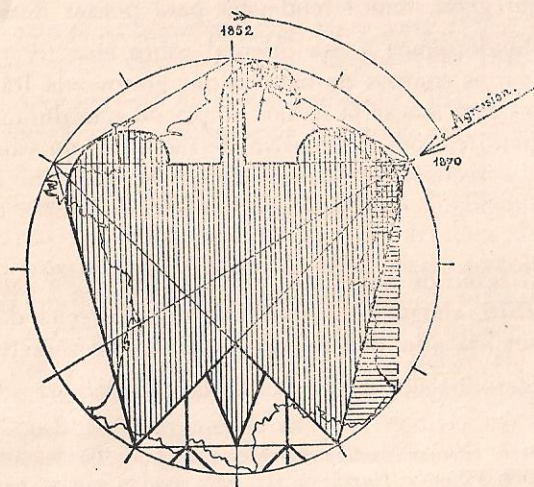


FIG. 11

(9) Muitos autores latinos, aliás, escreveram *fex* em lugar de *fœx*.

da ponte por resíduo de cálculo. A ponte é um número que o autor não especificou em seu testamento e que deve ser descoberto por raciocínio, já que a figura do Sepulcro foi estabelecida, para unir as Centúrias aos Presságios e às Sextilhas e formar um círculo completo: é o que falta aos 4 680 versos para tornarem-se divisível por 12.

3.º) *Sobrinho do grande ocupará o reino* (VIII, 43) — o que confirma o verso precedente.

4.º) *Que chegará a tão alto poder* (V, 74).

5.º) *Que por este século os tornará muito contentes* (III, 94) — estes dois versos não precisam de explicação, sobretudo ao traduzir-se “que” por *quod*, conjunção que significa “visto que” — e “os” (eles) por *illos*, onde está subentendido *gallos*, os franceses.

6.º) *Primeiro fruto: o príncipe de Pesquière* (VIII, 31) — outra indicação para manejo do sistema: para obter o primeiro resultado (*fructus*) desse reino, é preciso recorrer ao príncipe (*princeps*) de Peschiera, isto é, construir sobre a latitude dessa localidade italiana, onde se encontra Magenta, as figuras geométricas necessárias para o estudo das guerras da Itália.

Em seguida, temos a guerra de 1870 (de julho a fevereiro):

7.º) *Choros, gritos e sangue, nunca nenhum tempo tão amargo* (X, 88).

8.º) *Sete meses grande guerra, morte de gente, malefício* (IV, 100).

9.º) *Tudo em alarme e o soldado no campo* (Sextilha 42).

10.º) *E trasladado perto de Ardenne selva* (V, 45) — é o ponto terminal do Segundo Império, que se deslocou, retirado de seu lugar (*translatus*) perto da floresta (*silva*) de Ardenne para Sedan.

Após a deposição de Napoleão III (4 de setembro de 1870), a corrente continua:

1.º) *Grande clade próximo e combate muito acerbó* (IV, 4) — é a grande derrota (*clades*) e a luta violenta para resistir à invasão.

2.º) *A cidade tomada, o inimigo quanto a quanto* (III, 79) — a capital (*urbs*, como diziam os romanos) é tomada, sendo obrigada a capitular, devido ao grande número (*quantum in quanto*) de inimigos.

3.º) *A cidade de cabeça para baixo* (Sextilha 3) — é a Comuna.

4.º) *Sangue será derramado por absolução* (III, 60) — e será derramado sangue logo após o término da guerra (*absolutione*, pois é preciso dividir as palavras): tomada de Paris pelos habitantes de Versalhes.

Seguem-se as indicações necessárias para que se possa desenvolver a parte relativa à Terceira República, que é muito complicada. Os dois próximos versos aplicam-se, ao mesmo tempo, à cronologia dos acontecimentos e determinações da obra do autor:

5.º) *O estado mudado; far-se-á barulho de ossos* (VI, 50) — a situação política (*status*) está realmente mudada e, nesse momento, correm boatos baseados nas predições (é o sentido de *ossa*, em grego). Com efeito, os dizeres do abade Torné, que acreditava que se iniciava a era de um grande monarca — inspirado em suas interpretações de Nostradamus — contaram com a adesão de um grande número de legitimistas, pelo menos de 1870 a 1875.

6.º) *Nada será o que se pretenderá* (Pres. 41) — acrescenta entretanto o autor, indicando com isso que a Constituição de 1875, concebida sob um espírito monarquista, acabará tornando-se republicana — desmentindo, portanto, as interpretações das predições feitas pelos legitimistas.

Nesse sexto verso da corrente, ela ainda não atinge o seu "*point terminus*"; ela continua ainda — pois a revolução de 4 de setembro de 1870 aconteceu em plena guerra e essa mudança nada mais foi que um regime intermediário que durou até 1875 (chamado pela História de "ordem moral").

Mas como é costume — logicamente — marcar o início do novo regime com esta data histórica, interromperemos aqui a solução do problema.

A TERCEIRA REPÚBLICA E O APÓS-GUERRA DE 1914

Para todo homem, sua própria época se lhe apresenta como um dia ensolarado onde os detalhes têm mais importância que o conjunto.

É um efeito de perspectiva. E como a perspectiva é pessoal a cada um de nós — pois é o cristalino do olho que a compõe e o cérebro só pode raciocinar sobre os fatos através das percepções exteriores — acabamos adquirindo uma série de hábitos particulares que são os nossos julgamentos.

E a fusão de nossos julgamentos com nossos interesses — materiais ou morais — formam nossas opiniões sobre os homens e as coisas de nossa época.

É quase impossível abstrair-se desse fato psicofísico. Vivendo no máximo quatro quintos de século (em plena atividade física), o homem acaba confundindo, nesse lapso de tempo, os seus interesses com os das pessoas que o envolvem, no cantinho do globo onde passou sua existência. Essa mistura de causas e efeitos, de ações e reações percebidas fisicamente pelos órgãos das sensações e coordenadas pelo cérebro quase que instantaneamente, deixa na alma, com a memória, uma coleção de opiniões consideradas absolutas e que são apenas relativas.

Podemos perceber isso facilmente se compararmos duas pessoas; uma nascida sob o Segundo Império provavelmente se lembrará da loucura que se produziu à sua volta com a capitulação de Paris e a Comuna; a outra apenas se lembrará das discussões intermináveis que o caso Dreyfus provocou, até mesmo nas mais plácidas famílias. Na época do

caso Dreyfus a primeira pessoa tinha a mesma idade que a outra tem hoje, em 1927.

Para a primeira, a infância e a juventude passaram-se na primeira parte da Terceira República, que parece caracterizar-se por um esforço geral da nação francesa: expansão colonial, extensão da instrução pública, progresso financeiro e comercial e desenvolvimento científico. Sua memória terá registrado o estabelecimento da França na Tunísia, na Indochina, no Sudão, e em Madagascar. O florescimento da ciência, da indústria e do comércio, marcado pelas exposições universais de 1878, 1889 e 1900, sem omitir-se a exposição de eletricidade de 1881. Sua carteira foi testemunha da contínua ascensão da bolsa. Toda sua juventude entusiasmou-se com o desenvolvimento da mecânica aplicada: generalização do uso do telégrafo e do telefone, utilização do bonde elétrico, invenção da bicicleta, do automóvel, instalação da iluminação elétrica. Quando contava com pouco mais de 40 anos, já se fazia a conquista do ar com o avião!

Experimentem dizer-lhe que o século 19 foi uma “época estúpida!” Entretanto, é o que se diz ultimamente, numa crítica amarga, sobre esse período cujas idéias, tanto políticas quanto científicas, financeiras ou econômicas, não mais se aplicam depois da guerra.

Tudo o que maravilhou a juventude desse homem, hoje com 60 anos, foi familiar e costumeiro para a infância do que hoje conta 30 anos.

O outro não se assusta ao ver um avião no céu, quanto o primeiro ficava atônito ao ver um trem, assim como seu pai que, desde a adolescência, só viajara nas diligências *Lafitte et Caillard*. Ninguém se lembra, atualmente, de que o conselho administrativo da Sociedade de Caminhos de Ferro de Saint-Etienne à Lyon — célula-mãe do P.L.M. — demorou-se muito a decidir “se a tração dos comboios deveria ser mecânica ou animal”, ou seja, se se devia empregar locomotivas! Ninguém mais se lembra de que o célebre Arago apresentou na época um relatório demonstrando que o papagaio de papel, objeto mais pesado que o ar, “voava apesar de todas as regras da matemática e da mecânica!”

Estas idéias nos parecem hoje inverossímeis e, não fossem os textos que demonstram que elas foram concebidas, sustentadas e discutidas, e com toda a gravidade, não acreditaríamos que elas tivessem existido!

Cada nova geração possui — obrigatoriamente — suas opiniões particulares que diferem — necessariamente — das opiniões da geração precedente e freqüentemente as contradizem. Deve-se ter isso sempre em mente quando se quer estudar um período contemporâneo e, sobretudo, quando se quer especular sobre o futuro.

A conduta de uma nação está relacionada a seu estado de espírito e suas necessidades orçamentárias, durante um determinado período. Com o tempo, esses dois fatores se modificam e os dirigentes — sejam eles um ou vários — encontram-se sempre incitados, de bom grado ou à força, a levá-los em conta. É por isso que se diz que a política — no sentido de arte de governar — deve considerar apenas as soluções moderadas, a fim de estabelecer um equilíbrio entre as opiniões e os orçamentos, mantendo o maior tempo possível de calma e de paz.

Molière faz com que o professor de dança do *Burguês Fidalgo* diga esta notável sentença: “Todos as desgraças dos homens, todos os acontecimentos funestos dos quais as histórias estão repletas, todos os erros dos políticos, os equívocos dos grandes capitães, tudo isso acontece porque não se sabe dançar!” Sob uma forma engraçada, aí está uma grande verdade.

Molière mostra com esta frase que orientou sua ciência (faço questão de repetir: sua ciência) no mesmo sentido (com direção a um ponto definido) de autores como Rabelais e Dante, Goethe e Shakespeare, Ovídio, Apulêe, Ésquilo e Homero! Esses escritores são e continuarão a ser imortais porque exprimem — de maneira frívola ou séria — verdades que pertencem a todos os tempos porque são cósmicas. Para eles, assim como para muitos outros (pois não são os únicos) a letra encobre um sentido profundo: o texto pode parecer espontaneamente imaginoso ou simplesmente observador, mas é apenas o bordado de uma trama científica. Sua arte con-

siste em dissimular, sem deformá-las, o conjunto de linhas de construções geométricas e dar forma algradável ao que, apresentado de outra forma, seria um tanto rebarbativo. E cada um compreenderá o que tiver de compreender, de acordo com sua respectiva evolução — exatamente como na *Legis Cautio* de Nostradamus!

Alguns deles — como Ovídio — não hesitam em indicá-lo claramente numa linguagem altiva. As *Metamorfoses* terminam com estes versos:

*Jamque opus exegi quod nec Jovis ira nec ignes
Nec poterit ferrum nec edax abolere vetustas.
Quum volet illa deis quæ nil nisi corporis hujus
Jus habet incerti spatium mihi finiat ævi:
Parte tamen meliore mei super alta perennis
Astra ferrar nomenque erit indelebile nostrum!
Quaque patet domitis Romana potentia terris
Ore legar populi perque omnia sæcula fama,
Si quid habent veri vatum præsentia, vivam!*

Não se pode mais admitir que alguém não veja nesses versos nada mais do que uma coletânea de divagações.

Ovídio diz expressamente: “Eis aqui a obra que concluí. Nem o que chamais de cólera divina, nem as chamas (dos ignorantes), nem o ferro (dos bárbaros), nem o tempo que tudo destrói, poderão aniquilá-la! Logo virá o dia — à lei do qual só meu invólucro corporal deve obedecer — do término do curso incerto de minha vida! Mas a melhor parte de mim mesmo, que é imortal, se lançará acima dos astros mais elevados — e meu nome será imperecível! Por todas as partes da Terra onde se estende a dominação romana (isto é, por toda a parte onde se fala o latim), serei lido em voz alta pelas multidões. E, através dos séculos — se as predições forem exatas — sobreviverei em meu nome!”

Poderíamos dizer que se trata de pura jactância; mas até hoje, vinte séculos depois, lê-se Ovídio em voz alta nas salas de aula. E ninguém ignora seu nome.

Molière teria podido escrever algo semelhante, chamando a atenção das futuras gerações; mas, por ser um autor dramático e por ter estado sempre em contato com o público, não teve necessidade disso. Ésquilo, Shakespeare e Goethe também se contentaram em indicar nas falas de seus personagens como devemos compreendê-los.

“É porque não se sabe dançar”, diz ao senhor Jourdain — a esse novo rico das guerras de Luís XIV —, o singular professor de dança que escolheu: todas as desgraças do homem vêm daí.

Mas dançamos graças ao *peso do corpo*, dirá qualquer professor de balé: o corpo, devido a suas mudanças de posição, possui, atrás ou na frente, seu centro de gravidade; e *as pernas devem apenas segui-lo*. É o grande princípio da dança: esta nada mais é, na realidade, que uma progressão rítmica do corpo devido ao deslocamento do centro de gravidade. Ora, falar em centro de gravidade é evocar a atração exercida pelo peso e sua função primordial no mecanismo celeste.

E que a dança sofra a influência do jogo de forças cósmicas e do movimento da Terra, é inegável: basta observarmos um casal dançando num baile. O casal evolui girando no sentido chamado *sinistrorsum*, ou seja, o sentido inverso das agulhas do relógio — também inverso ao sentido de rotação da Terra sobre si mesma. A Terra gira de oeste para leste e o Sol, que se mantém fixo durante as 24 horas do dia, parece nascer no Oriente.

De maneira que os bailarinos, abandonando-se ao charme da música — ou seja, reduzindo sua vontade ao mínimo, deixando a fantasia em liberdade que, então, estará sendo guiada pelo movimento da Terra que age diretamente sobre o sangue — sem pensarem no que fazem, deslocam seu centro de gravidade de maneira a equilibrá-lo com a rotação da Terra. É como se eles se sentissem obrigados, para se manterem sempre perpendicularmente à tangente de uma bola que gira, a avançar em sentido contrário do movimento desta última.

Ora, a humanidade também é regida por uma lei corolária na superfície do globo. Examinadas em detalhe, suas

evoluções parecem confusas; mas se estudarmos longos períodos históricos percebemos existir uma espécie de fluxo e refluxo entre os povos e que, em última análise, a progressão se faz de leste para oeste — em sentido inverso ao da rotação da Terra. Poderíamos dizer que, se o indivíduo é obrigado a equilibrar essa rotação (avançando para permanecer sempre perpendicular à tangente), toda a humanidade é influenciada pelo movimento do astro.

O astro gira sobre sua órbita e completa uma volta inteira no lapso de tempo chamado ano; mas em cada primavera, em cada volta ao ponto *gamma* da órbita, o Sol — centro aparentemente fixo — avança 50 segundos de arco. É o que chamamos de *precessão dos equinócios* — movimento que se executa de leste à oeste, em sentido inverso ao da rotação e que parece estar relacionado a toda a movimentação da humanidade na superfície do globo.

De maneira que a civilização — ou o que consideramos como tal —, após ter tido seus centros na Ásia, depois no Mediterrâneo, chegou ao oeste da Europa. Nesse movimento geral — que segue uma curva paralela à do desenho do plano da eclíptica segundo a qual se afirma a preponderância do hemisfério setentrional desde o dilúvio de Moisés — vemos os povos, chefes da civilização, agirem sucessivamente nesse fluxo e refluxo.

Cada civilização volta para leste e desperta os povos de civilizações anteriores, mas tende a destruí-los completamente e substituí-los; quando os povos que lhes são orientais acabam se adaptando, partem como invasores ao assalto dessa civilização; destroem-na e instalam-se mais longe no Ocidente. É aí, mais tarde, que nascerá a nova civilização.

Se pudermos abstrair os detalhes e considerar as características inerentes a cada época, observaremos que é possível reconhecer uma linha para toda a história, passando pela Grécia, por Roma etc. A humanidade avançou para oeste — e eis que a Europa pôs-se a socializar a Ásia chinesa e o Japão do extremo-oriental, dotou-a de canhões, de cabelos curtos, de estrada de ferro, de automóveis e de outros vários

progressos. Um dia a Ásia invadirá a Europa — será inevitável!

“Saber dançar”, para um homem de Estado, é fazer com que seu povo desenvolva em função do movimento geral da humanidade — é conduzir, em suma, a bailarina, deslocando o centro de gravidade do casal, sem chocar-se contra os outros e sem contrariar o progresso do conjunto — é agir de acordo com o tempo e com o espaço, da mesma forma que, em um baile, os casais avançam sobre o espaço da sala de acordo com os tempos musicais. É uma questão de equilíbrio e de meios com a ajuda dos quais se fazem a paz e a prosperidade das nações — problema aliás muito complicado e que exige sabedoria e arte e cujas soluções, variáveis para cada época, não podem nunca ser julgadas sem um recuo no tempo.

Molière, em sua notável sentença, fala de “acontecimentos funestos”; mas nem todos foram tão funestos.

A derrota de 1870, por deplorável que tenha sido — hoje compreendemos — não chegou a ser funesta para a França: a nação, apesar do severo tratado de Francfort, recuperou-se rápida e prodigiosamente em poucos anos após a libertação do território. E a prosperidade que se seguiu foi consequência desse magnífico esforço.

*
**

Eis por que a corrente dos versos de Nostradamus continua sem interrupções até o estabelecimento do regime republicano e nos mostra que é preciso continuar o movimento giratório.

Até o fundo do grande arco demolido (V, 9).

Sete ocupação por vez a hierarquia (V, 5).

Observando a figura 13 — onde o tempo está indicado sobre a circunferência — veremos que a data de 1906 está

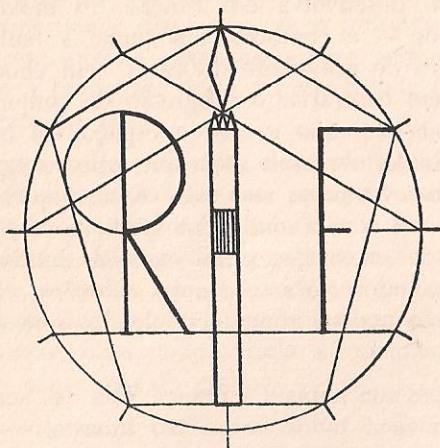


FIG. 12

embaixo da curva, ou seja, no fundo do *grande arco* devido ao movimento (*de molito*), e que entre 1857 e 1906 devemos contar sete presidentes da República, pois Thiers não pode ser considerado como tal.

Tivemos, com efeito: Mac-Mahon, Grévy, Carnot, Casimir Périer, Félix Faure, Loubet e Fallières — este último eleito exatamente em 1906.

O símbolo que se desenha representa as letras RF separadas pelo feixe de lictor. Mas ele nasce em 1870 e, consequentemente, acha-se inclinado sobre o mapa; de maneira que, para representar sobre a figura as diversas posições do feixe de lictor segundo o círculo do tempo, somos obrigados a traçar flechas para indicar a direção do feixe de lictor. É o que vemos na figura 13.

Em 1906, o símbolo apresenta-se em pé no mapa e seu eixo coincide com o meridiano de Paris (o que está indicado por uma flecha na figura). É o momento em que a agitação

política reduz-se ao mínimo; as idéias republicanas difundem-se por todo o país — pelo menos teoricamente — e a França encontra-se em plena prosperidade.

A moeda se estabiliza e o jogo de forças econômicas da nação alcança o equilíbrio. Mais a situação é delicada; torna-se realmente muito delicada na primavera de 1914, quando ocorre o incidente de Seravejo que dá início à guerra.

Para estudar profundamente esta guerra, seria preciso analisar não só a França, mas toda a Europa. Desde o tratado de Cateau-Cambrésis até o de Versalhes — de 1559 à 1914 e de Henrique II à Poincaré e Clemenceau: poderíamos inclusive dizer que o segundo fato é apenas consequência do primeiro e que toda nossa política exterior, desde 1559, foi influenciada por esse malfadado tratado que Henrique II foi obrigado a assinar. O resto se intercala de acordo com o fluxo e refluxo inerentes à história dos povos.

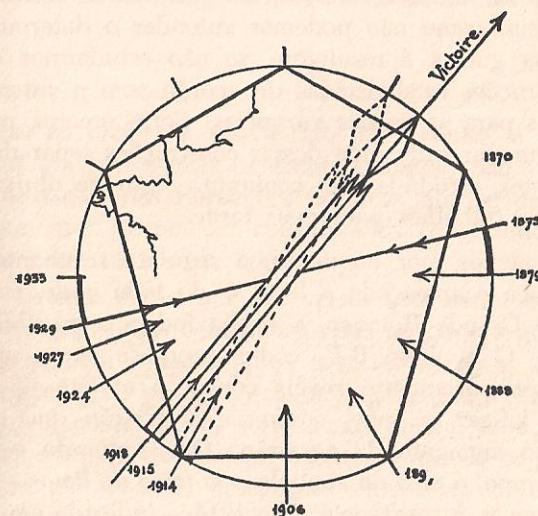


FIG. 13

Mas para conhecermos esses detalhes seria necessário um amplo estudo do problema europeu, segundo as construções do sistema geométrico de Nostradamus. Isso nos faria sair do âmbito desse primeiro estudo e só deverá ser feito depois que todos os povos vizinhos da França forem abordados. A Espanha (signatária de Cateau-Cambrésis), a Alemanha (com a evolução dos Hohenzollern), a Itália (sede do papado), a Áustria (que tinha um papel preponderante na Europa e se vê definitivamente arruinada após a guerra de 1914), a Inglaterra (cuja situação geográfica especial a faz uma observadora interessada na política européia) — estes são os fatores imediatos que reagem contra a França.

Não nos esqueçamos de que a Grande Guerra de 1914 é consequência imediata do assassinato do arquiduque da Áustria, Francisco Ferdinando, por um sérvio em Seravejo (Bósnia)! Não tínhamos nada em comum com o morto, e nem mesmo com o local do atentado. Na verdade, não podemos compreender como, após esse fato, as coisas se complicaram a ponto de nos levar à mobilização geral de 2 de agosto de 1914, se não conhecermos a fundo a história da Europa. Assim como não podemos entender o determinismo do qual essa guerra é resultante, se não estudarmos as diversas construções estabelecidas de acordo com o sistema de Nostradamus para as nações européias. Seria preciso, primeiramente, examinar cada uma dessas construções separadamente e, só depois, estudá-las em conjunto. Sinto-me obrigado a protelar esses trabalhos para mais tarde.

Mas tomemos, por enquanto, a seguinte resultante: em 1914 a França é ameaçada a leste — do lado onde, sobre o Sepulcro do Grande Romano, a flecha indica a possibilidade de invasão. O símbolo R F, comportando-se como um ser vivo, vai necessariamente reagir contra o ataque — e sua reação será eficaz ou não, conforme a posição que estiver ocupando no momento da agressão. Ora, seguindo o movimento do tempo, o eixo do símbolo — o *feixe de lictor* — inclina-se, felizmente, à resistência. Em 1914 — indicado em linhas pontilhadas na figura 13 — o feixe de lictor ainda não se encontra totalmente em condições de resistir: ainda não está

na posição correta e o invasor pode avançar paralelamente a ele. É como se, na esgrima, a parada (no caso, a batalha de Charleroi), fosse mal dirigida devido à má posição do atirador e não atingisse o adversário em pleno peito; este aproveitaria para fazer deslizar sua espada para a direita e atingir o braço do primeiro. Como o ferimento é profundo, mas não mortal, é preciso interromper a luta e colocar-se em boa posição para uma melhor parada — respectivamente: o recuo e a batalha de Marne.

O marechal Foch — em seu famoso curso de estratégia na Escola de Guerra — comparava o movimento de dois exércitos em confronto ao de dois esgrimistas: os movimentos são esquematicamente análogos e os comandantes das tropas são, no fundo, dois duelistas. As construções do sistema de Nostradamus, sendo esquemáticas, conduzem-nos obrigatoriamente à mesma comparação.

Entretanto, à medida que o tempo age sobre o *feixe de lictor*, sua posição de resistência melhora. Em 1918, ele se encontra completamente em oposição às forças invasoras e a parada é, então, eficaz: o inimigo é afastado e se dá a vitória!

**

Mas ao chegar a esse ponto da corrente, é conveniente detalhar um pouco mais os acontecimentos. São acontecimentos precursores das flutuações políticas que se desenvolverão ulteriormente: devem ser considerados com atenção e intercalados entre os nós da corrente.

O sistema de leitura dos versos está assim estabelecido: as construções feitas com linhas retas no círculo geral da obra formam-se com o auxílio dos grandes números dados pelos arcos sustentados pelas cordas; os ângulos destas são utilizados como alvo, como se nos servissemos de um teodolito; e essa primeira maneira de manejar o sistema nos dá os grandes nós da corrente. Quando desejarmos entrar em detalhes, temos de fazer outras construções e determinar outros alvos, partindo de pontos já encontrados e segundo a letra da expressão *Floram patere* que se encontre no ponto escolhido. Os detalhes

* FOTUO
MAIOR
GUITARRISTA.
Calmi.
9/03/2993

podem ser os mais específicos que se quiser (e de qualquer espécie) e são localizados no tempo e no espaço pela multiplicação das construções e dos alvos — estes tornam-se cada vez menores e, conseqüentemente, nos dão indicações cada vez mais precisas. Uma série de experiências que fiz com os problemas propostos pelo autor me demonstrou a perfeição do sistema e do método.

É realmente espantoso. E nos surpreenderemos mais ainda se pensarmos na infinidade de fatores que o sistema comporta. A esfera celeste gira — num movimento aparente — ao redor da Terra; durante 24 horas, todos os pontos do globo vêem passar pelo plano de seu meridiano toda essa esfera. A circunferência desse plano do meridiano tem 360 graus e, em cada ponto constituído por cada grau passa um plano perpendicular à esfera celeste que, por sua vez, também tem 360 graus; até aqui temos *cento e vinte nove mil e seiscentos* pontos que podemos considerar, de acordo com os ângulos que formam com a vertical do local. Mas como cada grau de uma circunferência, assim como cada grau de um ângulo, se subdivide em 60 minutos e estes em 60 segundos, os fatores multiplicam-se ainda mais! E, além disso, esses fatores não são fixos e as forças cósmicas das quais eles são indutores variam não só de acordo com sua própria posição, como também de acordo com o ângulo que formam com os outros fatores — e cada uma dessas forças segue a plausível hipótese de um circuito magnético (digamos assim) de 360 graus e todos os ângulos devem levar isso em conta — chegamos assim a um número praticamente fantástico de precisões possíveis!

Entretanto, não nos devemos perder em detalhes, para não nos arriscarmos a sofrer da “fraqueza do entendimento” citada por Nostradamus. Pois, se muitas precisões são facilmente verificáveis quando se trata do passado — já que o passado nos dá como pontos de referência os fatos já acontecidos — os detalhes são perfeitamente suscetíveis de nos escapar à compreensão quando se trata do futuro.

Sem dúvida, o sistema de Nostradamus nos permite estabelecer a figuração gráfica de um indivíduo, de um animal,

de uma planta, de uma habitação, de um móvel, ou mesmo de um pequeno objeto e, conseqüentemente, permite que tenhamos (seja para o passado ou para o futuro) uma imagem precisa dos seres e das coisas, o que facilita a compreensão clara dessas coisas pelo cérebro. Isso é muito, é demais — e ao mesmo tempo é insuficiente, pois custa-nos muito desfazer-nos de nossos hábitos tolos, que fazem com que tudo o que esteja afastado do tempo presente pareça-nos elementar e tenha um caráter pejorativo.

Uma prova disso está em nossa maneira de vestir: basta usar alguma roupa de um século atrás para que ela pareça uma fantasia de carnaval. Se — ao contrário — usássemos o que estaria na moda daqui a cem anos, o efeito seria o mesmo. E o que vale para o tempo vale também para o espaço: uma roupa japonesa ou malgache são fantasias para nós.

É então necessário, para entrarmos em detalhes, levar em consideração esse fato psicológico e limitar-se ao que é aceitável para o espírito. Mas como, por outro lado, o espírito só pode aceitar um conceito com a condição de que este seja lógico e fundamentado, é necessário mostrar por que *processus* podemos chegar a precisões cada vez mais detalhadas pelo sistema de Nostradamus.

Por esta razão convém interromper aqui o desenvolvimento da corrente dos versos e estudar à parte o problema relativo ao determinismo da cidade de Paris. Como Paris é a capital da França, sede de seu governo e seu centro político, suas determinações devem ser expostas em particular. Devemos “sempre fazer o ponto”, como dizem os marinheiros.

A CIDADE DE PARIS E SUAS DETERMINAÇÕES GEOMÉTRICAS

O problema que consiste em estudar o plano da cidade de Paris não é apenas suplemento da exposição e solução do problema da França após 1792. Ao contrário, é extremamente necessário devido aos acontecimentos históricos que tiveram lugar em Paris: a capital da França tem um papel fundamental no decorrer desses fatos.

Esta é uma coisa que, aliás, é muito esquecida por nós, franceses. Porque formamos uma nação homogênea, de Dunkerque a Biarritz e de Quimper a Menton, sem deixar de lado a Córsega: somos todos franceses, falamos a mesma língua, formamos uma raça pouco diferenciada e temos todos, no fundo, a mesma maneira de pensar, o mesmo cérebro, o mesmo coração — imaginamos que todo o resto do mundo é assim! E falamos de nossos vizinhos, os ingleses, os alemães, os italianos, os espanhóis, como se cada um desses povos fosse idêntico ao nosso, tão homogêneo quanto o povo francês.

Que engano! Esses que chamamos de ingleses podem tanto ser originários da Inglaterra, como da Escócia ou da Irlanda — três países diferentes onde se fala a mesma língua, mas onde as raças, os espíritos e os tipos não se assemelham: são os cidadãos do Reino Unido. Mesmo a Alemanha, o *Reich*, é uma federação de diversas e numerosas nacionalidades: um prussiano e um bávaro são dois alemães diferentes. A Itália só foi verdadeiramente unificada em 1870 e, se sua unidade tende a fundir o povo da península de maneira que compreendamos que se tornará homogêneo no futuro, essa homo-

geneidade não foi perfeitamente realizada: um lombardo, um toscano, um napolitano, um sardo e um siciliano ainda são profundamente diferentes; a Itália não é mais um acidente geográfico, como dizia Metternich; mas o povo italiano, sobretudo com os territórios reintegrados ao país, não pode ainda ter a pretensão de estar inteiramente fundido numa só raça: os italianos têm o mesmo coração, falam a mesma língua e os dialetos tendem a desaparecer; mas os costumes e o espírito que hoje reinam em Trieste e em Veneza, permanecem incompatíveis com os costumes e maneira de pensar de Nápoles e de Catana. Quanto aos espanhóis, sejam eles da Catalunha, de Castilha ou de Andaluzia, têm uma unidade em seus costumes, seu espírito, sua maneira de falar a língua da Castilha (que chamamos espanhol) e também em suas aspirações políticas.

Ora, este fato — limitando nossa constatação aos povos vizinhos à França — significa, ao mesmo tempo, a força e a fraqueza de nosso país. A fraqueza, pois como Paris é a única capital, só ela é considerada no exterior; após uma centralização incansavelmente realizada desde que concebida por Luís XI, Paris tornou-se a síntese geral de todas as forças intelectuais, administrativas e comerciais da França. Não só é a sede do governo, como é natural para uma capital, como concentra todo o esforço intelectual: nela encontra-se o Instituto e o Colégio da França, todas as sociedades científicas ou literárias, todos os salões de pintura ou de escultura, o Conservatório Nacional de Música e também o de Artes e Ofícios, a Escola Central e a Escola Politécnica, assim como se representam aí todas as novas peças e se editam todos os novos livros! Em Paris estão todos os ministérios e todas as diretorias gerais de serviços públicos, a Biblioteca Nacional, o Banco da França e ainda as sedes sociais da maior parte de todas as empresas industriais e comerciais, desde as companhias de estradas de ferro até a Companhia do Canal de Suez, desde a Companhia de Navegação Transatlântica até uma infinidade de sociedades cujo campo de operação é, freqüentemente, muito afastado! A Bolsa de Paris é muito edificante a esse respeito: ela concentra todas as fortunas da

França. E mais edificante ainda é a estatística dos impostos: Paris paga sozinha a parte mais importante das contribuições do país!

Isto, sem dúvida, significa força para Paris, mas também fraqueza para a França — porque essa hipertrofia enfraquece verdadeiramente a vida nacional. Só há duas coisas na França: Paris e a província — e esta, no fundo, trabalha apenas para a primeira; é só irmos ao mercado de Halles para notarmos isto!

Então, com a multiplicidade e aceleração cada vez maior dos meios de comunicação, toda a vida regional desapareceu. É claro, podemos dizer, que nos últimos 30 anos, o esforço de difusão das grandes lojas de Paris conseguiu diminuir consideravelmente e quase que apagar completamente a distância que separava, ainda no início da Terceira República, a mulher da província da mulher de Paris — e, a esse respeito, as observações de Balzac não são totalmente justas; a moda parisiense difundiu-se por todas as partes da França, graças aos catálogos de “novidades” e os jovens cortam seus cabelos nos lugares mais longínquos. Mas se isso “modernizou” a província, que se achava “à margem”, a ponto de que hoje é quase impossível distinguir-se, pela aparência, uma jovem provinciana de uma jovem parisiense, ao mesmo tempo fez com que desaparecesse totalmente tudo o que era pitoresco e charmoso nos costumes regionais.

De qualquer maneira, o que sucede é que o estrangeiro, baseando-se nisso tudo, tem uma tendência a só admitir uma representação para a França nos congressos internacionais, sejam eles científicos, literários ou políticos. E onde chegam vários alemães ou vários ingleses, porque têm necessidade de representar todas as facções federais de suas respectivas nações, vemos que os franceses chegam sozinhos pois estão representando um só país e uma só capital! É preciso batalhar continuamente, discutir e, quando um pouco de equilíbrio se estabelece e faz-se alguma justiça à França, ouvimos estrangeiros reclamarem e dizerem que este país é insuportável por suas pretensões! Pois no exterior — é verdade — as pessoas se esquecem facilmente de que, se a França não é

uma federação, é porque está unificada há muitos séculos; e não porque seja um pequeno país!

A noção de grandeza não tem nada a ver com o que está no mapa: as escalas apresentam muitas diferenças entre os mapas de um país e outro, e como não temos o hábito de comparar as distâncias, chegamos a uma série de raciocínios errôneos que chegam a ser graves em certas circunstâncias — por exemplo, durante as discussões do Tratado de Versalhes.

Quantas vezes os Estados Unidos da América contêm o mapa da França? E quantas vezes a França contém a Baviera? É preciso pensar nisso quando se quer discutir a importância de um país.

Mas para o que chamamos de *valor nacional* de um povo, a superfície territorial é um fator secundário: a densidade de população deve ser considerada antes de qualquer coisa. É evidente que um milhão de indivíduos espalhados sobre um milhão de hectares — hipótese absurda — constituem uma população considerável; mas se forem reunidos sobre 10 hectares, constituirão um grupo compacto. No primeiro caso, o milhão de pessoas é desprezível, pois o país estaria praticamente deserto; no segundo, torna-se um sério obstáculo a toda força agressora.

Ora, à noção de densidade devemos acrescentar a noção de *massa*. Se esse milhão de indivíduos, reunidos sobre uma superfície limitada, for animado de sentimentos distintos, se uns quiserem uma coisa, enquanto outros desejarem outra coisa, a densidade não é coerente, as múltiplas idéias e aspirações levarão à confusão e qualquer força agressora, agindo diretamente sobre essa população, multiplicará a confusão e dispersará o obstáculo, apesar de sua densidade. Em suma, é o mesmo caso da gota de mercúrio que atravessa a placa de mármore, matéria porosa.

Ao contrário, se esse milhão de indivíduos acrescentar coerência à sua densidade — se for homogêneo, da mesma raça e com o mesmo coração —, a força agressora não conseguirá chegar a reduzi-los, a não ser que disponha de meios bem superiores; em última análise, temos aí a equação da

transformação de uma força viva em trabalho objetivo em caso de ataque.

E é isto que faz da França um organismo homogêneo com o cérebro, sem dúvida hipertrofiado — que é Paris — mas capaz de singular resistência de opinião, principalmente por causa da importância de seu órgão cervical. O papel deste, segundo os biólogos, é o de comandar todas as funções vitais, seja conscientemente, seja automaticamente, por reflexos. A função de uma capital como Paris num ser coletivo como o povo francês é idêntica. A história nos mostra isso no casos de guerra ou revolução: a tomada de Paris significa a derrota geral e qualquer insurreição vitoriosa em Paris, mudança de regime para toda a França. Inversamente, Paris salva é o mesmo que invasão repelida, e Paris calma e fiel ao poder político é manutenção geral das instituições.

Observaremos a importância de se fazer um estudo especial da capital da França para um sistema como o de *Nostredamus*, quando desejarmos analisar com exatidão o jogo de forças que regem o país.

*
**

Aliás, é preciso dizer que este estudo de Paris apresenta uma infinidade de curiosidades e de constatações que o tornam bem surpreendente. Mas não seria por esta razão que o ignoraríamos.

O problema de Paris é proposto pelo autor de maneira tão “elegante” que, se chega a honrar sua “visão geométrica” — usando a linguagem conveniente —, torna a solução enigmática para quem não refletir o suficiente. Entretanto, não há nenhuma dificuldade. Trata-se, simplesmente, de uma *normal* dada, onde se deve traçar uma *circunferência* em um *ponto* determinado onde se levanta uma *perpendicular* definida: só nos falta calcular o raio.

No caso, a normal é a reta que passa pelo meio da avenida dos Campos Elíseos e o centro da circunferência está sobre esta reta, no meio do cruzamento chamado Rond-Point. A perpendicular vai do Rond-Point dos Campos Elíseos até a

praça Dupleix: é sobre esta linha que se deve encontrar o raio. Este é fácil de ser calculado pelo traçado de duas circunferências, uma com o centro no Rond-Point e outra com o centro na praça Dupleix (ou seja, as duas extremidades da reta): essas duas circunferências se cortarão por arcos de 60°, de maneira que a reta em questão divide exatamente os arcos (como podemos constatar na figura 14). O segredo da solução consiste então no conhecimento e emprego indispensáveis da divisão da circunferência por 12 em qualquer construção dessa natureza — divisão resultante do traçado de um dodecágono e indicada na fórmula geral *Floram patere*: com efeito, para que o sistema aplicado seja perfeitamente homólogo, é necessário que todas as circunferências traçadas tenham divisões iguais. E, se refletirmos, não haverá mais enigma.

Mas o professor sabe muito bem que muitos não refletirão, ou refletirão mal; e abstém-se de indicar o caminho que deve seguir o raciocínio. Faz parte de sua malícia. Ele diz somente:

Aos campos elisianos fazer ronda (Sextilha 25).

Pycante reta atrairá os contentes (VIII, 95).

Tudo capturado não valerá um duplo (Pres. 71).

Evidentemente, parece algo incompreensível: as palavras “campos elisianos” e “ronda” nos levam a pensar em Rond-Point e Campos Elíseos, mas o resto é extremamente obscuro. Traduzindo para o latim, constataremos a quase impossibilidade de constituir frases de seis palavras, para os dois primeiros versos; além disso, temos o vocábulo “pycante” que, assim como está escrito, não significa nada nem em francês, nem em latim e nem em grego e que parece ser um erro de impressão. Mas o que seria uma “reta picante”? Quanto ao “capturado que não vale um duplo”, trata-se de alguém preso? E o que significa duplo: uma moeda (a antiga peça francesa que valia dois dinheiros) ou o documento que chamamos hoje de duplicata? Estamos margeando a fantasia de Edgar Poe!

É fácil perder-se em conjecturas. Certamente, esse jovial profeta da Provence divertiu-se muito ao escrever estes versos para Henrique II! E podia estar certo de que seu segredo

estaria cuidadosamente guardado por muitos séculos; pois, mesmo que se fizesse a tradução para o latim, como seria possível traçar a construção sem os dados da avenida dos Campos Elíseos e da praça Dupleix? Tudo isso ainda não existia e, além disso, Joseph Dupleix, que foi governador dos estabelecimentos franceses na Índia em 1720, não havia nascido!

O texto em latim deve ser escrito dessa forma:

In Elysiis campis per agere circulum;

Pyc... ante, recta ad trahet contenta;

Omnia decreta non valent unum: Duplex.

A tradução deve seguir estritamente o número exato de palavras; para isso, é preciso dividir, no primeiro verso, o verbo *peragere* (cujo sentido correto é “efetuar”) separando a preposição *per*. No segundo, a sílaba *pyc* (intraduzível) deverá ser destacada da palavra latina *ante*; e do verbo *attrahere* ou *adtrahere* (as duas ortografias são corretas) separaremos a preposição *ad*. Enfim, no terceiro verso — onde já existem seis palavras —, passaremos o sujeito para o plural a fim de conservar o sentido preciso da frase: Nostradamus emprega diversas vezes o singular em lugar do plural.

O primeiro e o terceiro versos já se tornam legíveis; o segundo exige ainda reflexão. Certamente, *recta* supõe *linea*, de maneira a significar o que chamamos de “uma reta”; o latim o permite, porque o acordo do adjetivo com *contenta* não deve produzir qualquer ambigüidade: um conteúdo (*contenta*) que seja reto não faz sentido. Resta-nos *pyc* que deve ser, então, uma abreviação e, sem dúvida, de origem grega, devido à sua ortografia: com efeito, é a palavra hênica *pyca* advérbio que significa “com firmeza, com rigor”.

Chegamos, então, a isto: “Nos Campos Elíseos trabalhar (*agere*) por uma circunferência (*per circulum*); antes (*ante*) uma reta rigorosa (*pyca*) conduzirá (*trahet*) aos elementos integrantes (*contenta*); tudo o que poderá ser declarado (*omnia decreta*) não valerá mais que uma palavra (*unum* subentente *verbum*): Duplex!

Com efeito, se, atraídos pela palavra *Dupleix*, pensarmos na praça que leva esse nome (quase com a mesma ortografia) e se acrescentarmos a ronda dos Campos Elíseos ou o Rond-Point a este lugar — nos surpreenderemos de ter traçado uma reta que, à primeira vista, é vizinha da perpendicular a uma linha que passe pelo meio da avenida dos Campos Elíseos! Mas o texto é formal: esta reta deve ser traçada com rigor (*pyca*) e, conseqüentemente, sua perpendicularidade deve ser exata: dessa forma chegaremos a descobrir os elementos da figura (*contenta*). E, como os elementos da figura circular são exatamente 12, pois os pontos em questão devem corresponder às letras de *Floram patere*, segue-se que a circunferência traçada no centro Dupleix e a traçada no centro Rond-Point, devem se interpenetrar e cortarem-se seguindo um arco de 60 graus, fora do hexágono, cuja metade será formada pela perpendicular citada.

Depois é só prolongar a normal da avenida dos Campos Elíseos sobre o plano de Paris e marcar sobre essa normal o raio encontrado. Obteremos assim três círculos tangentes (indicados com traço mais forte na figura 14); que têm como centros o Rond-Point, o Louvre e a Bastilha. As perpendiculares à normal dos Campos Elíseos, levantadas sobre seus centros, serão: Rond-Point-Dupleix, Louvre-Montparnasse, Bastilha-Itália. Prolongadas na parte norte do plano, elas dirigir-se-ão respectivamente para a avenida de Clichy, Estação do Norte e Belleville.

Ora, como Dupleix é o centro de uma circunferência, convém que Montparnasse e Itália também o sejam; traçaremos assim novos círculos ao sul; e procederemos da mesma forma ao norte. Em seguida, todas as circunferências deverão se interpenetrar para que se dividam automaticamente em doze partes iguais, até que diversas circunferências cubram toda a superfície de Paris.

E nosso problema está resolvido.

*
**

O exame do resultado — isto é, da figura 14 — é realmente curioso. E nos mostra a importância da normal da ave-

nida dos Campos Elíseos. Ela passa pelas Tulherias, pelo Louvre, pelo Hotel de Ville e pela Bastilha: poderíamos dizer que é a linha mediana segundo a qual desenvolveu-se toda a história de Paris e toda a história do povo francês! O Hotel de Ville, foco central da comuna parisiense, algumas vezes chamado de “comuna”; o Louvre dos reis da França; a fortaleza da Bastilha, tomada em 1789 para simbolizar a queda do antigo regime; as Tulherias, ao redor das quais era a sede da Convenção, ainda hoje é a sede do Palais Bourbon e perto das quais, sobre a própria tangente de dois círculos, começa a famosa praça da Concórdia, onde tanto sangue foi derramado durante a Revolução!

Poderia se dizer ainda que a expansão evolutiva de Paris se faz segundo essa normal. Uma força misteriosa parece empurrar a cidade em direção à Porta Maillot e para além dela; para oeste: os bairros novos e elegantes encontram-se na parte ocidental, além da linha Dupleix-Rond-Point e preferivelmente nos círculos próximos à normal!

Também os grandes parques situam-se em função dessa linha: o bosque de Vincennes à leste, o bosque de Boulogne a oeste. E, se utilizarmos um mapa de Paris suficientemente grande e suficientemente exato para que se percebam detalhes com exatidão, faremos muitas constatações surpreendentes, além das que estão na figura 14, de pequenas dimensões por limitações técnicas de impressão.

Coloca-se então uma pergunta: essa normal da avenida dos Campos Elíseos, essa linha reta que só pode ser descoberta nos tempos modernos, com a construção da praça da Concórdia com seu obelisco no centro e da praça de l'Étoile com seu Arco do Triunfo?

Se examinarmos o ângulo que essa normal faz com a linha leste-oeste do horizonte — linha perpendicular ao plano meridiano — notaremos que a amplitude do arco é de 23° 27'. E cada perpendicular ao plano meridiano é também paralela ao Equador, o que faz com que a normal do plano de Paris esteja inclinada sobre o Equador de 23° 27' — exatamente como o eixo da Terra acha-se inclinado sobre sua própria órbita!

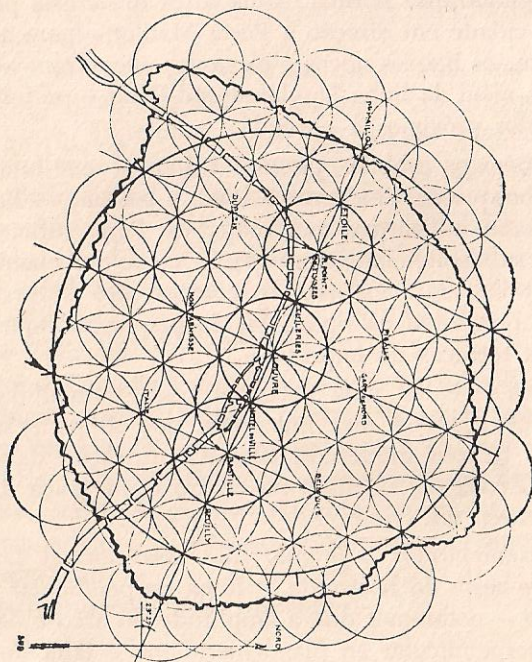


FIG. 14

Essa normal é, portanto, o *eixo de Paris*. E esse eixo possui a particularidade de ter a mesma inclinação do eixo da Terra: poder-se-ia dizer que o movimento evolutivo da cidade acompanha o da evolução da humanidade — o qual, como já foi observado, segue o traçado do plano da eclíptica. Não é de se espantar, portanto, que as idéias novas nasçam geralmente na França, cuja capital — o cérebro — esteja cosmicamente disposta!

Ora, o eixo de Paris — na planta atual representada pela figura 14 — comporta três pontos principais, centros de três círculos tangentes que são primordiais (indicados com traço mais forte na figura). Três perpendiculares a esse eixo se revelam — paralelas entre si, naturalmente: elas dividem a grande circunferência de Paris em doze partes iguais; são as retas segundo as quais a cidade, ao expandir-se para fora, funcionará como um organismo vivo pela multiplicação de suas células; são a estrutura desse ser que o homem constrói coletivamente, sem saber que as necessidades e interesses que ele crê satisfazer são guiados por forças cósmicas — como tudo nesse mundo.

Elas são também — por que não dizê-lo logo? — os três mastros do navio simbólico que representam os brasões da cidade. Pois essa planta da cidade de Paris nos fará compreender o que expus no capítulo precedente sobre símbolos e brasões — que eles representavam uma realidade.

Mas o brasão de Paris não data de ontem — e se é curioso que encontremos agora numa planta recente os três mastros do navio heráldico, poderíamos afirmar que ele sempre foi assim?

Forçosamente. Para que todas as circunferências traçadas, pequenas ou grandes, sejam homólogas, é necessário que os pontos de partida de suas divisões por doze sejam sempre reproduzidos. Ora — basta dar uma olhadela na figura 14 para percebê-lo — cada uma das perpendiculares ao centro dos três círculos principais divide-as em quatro setores iguais: não poderia ser de outra forma. Assim encontram-se marcados os quatro pontos cardeais que toda circunferência deve necessariamente ter para ser orientada. Nesse caso, a orientação

segue o eixo; de maneira que as figuras poligonais que forem traçadas, em função umas das outras, serão todas semelhantes. E sobre cada círculo, automaticamente, encontra-se-ão os três mastros do navio.

Mas por que um navio? Não se poderia escolher outra figuração para representar esta construção geométrica; pois, se todas as circunferências devem passar por estudos análogos, serão traçadas e divididas de maneira semelhante, serão homólogas e suscetíveis de revelarem também três perpendiculares?

Eu disse anteriormente que qualquer representação heráldica — que deve seguir rigorosamente o símbolo — e portanto, todo símbolo (de uma nação, de uma cidade ou de um indivíduo deve ser estabelecido em conformidade com uma longitude e com uma latitude, segundo o ângulo do eixo pessoal com o eixo da Terra. Localiza-se então na eclíptica o horizonte dado — isso consiste em determinar o ponto exato da eclíptica (por graus, minutos e segundos) que coincide com a reta leste-oste perpendicular à vertical do lugar.

É a aplicação da fórmula dada pelas letras do sepulcro do Grande Romano: V. S.C., que é a abreviação de *verticalis symboli centro* — a vertical passa pelo centro do símbolo! A regra a ser seguida está indicada pelas letras que constituem a palavra seguinte, no Presságio 3: *pax*, ou seja. P. AX., abreviação de *poneré axem*, estabelecer o eixo.

Ora, o ponto *ascendente* ao horizonte de Paris — para empregar a linguagem dos antigos — foi calculado há muito tempo, e tem 165° de longitude celeste ou 15° do signo da Virgem⁽¹⁾. Se remontarmos ao início do século 5 — ou

(1) Devo fazer notar, para os que conhecem apenas a astronomia moderna, que é preciso distinguir os *signos* zodiacais das *constelações*. A astronomia moderna não utiliza mais os signos zodiacais; contenta-se em determinar os graus da eclíptica — o que dá no mesmo, mas causa uma confusão quando seguimos o raciocínio dos antigos ou daqueles que utilizam atualmente o método dos antigos, mesmo que seja para elucidá-los. Como a precessão dos equinócios positivamente “deslocou” o zodíaco, diz-se que não pode mais ser utilizada: os signos não estão mais em seu lugar. O erro provém da confusão que se faz entre os signos e as constelações e trata-se, também, de um erro de latim! Em

seja, à origem do que é hoje a França, época do estabelecimento dos francos na Gália romana, sob Clodion — constataremos que a ascensão ao horizonte leste de Paris do 165° de longitude deveria coincidir mais ou menos com a aparição do cume da constelação do Navio Argo (o mastro sobre os mapas celestes onde o traçado das imagens une as estrelas das constelações). Paris, entretanto, tornou-se capital apenas em 506, quando Clóvis mudou-se para lá: nessa época, a coincidência da aproximação era ainda mais flagrante.

E como a figuração heráldica de um símbolo, para evocar as coordenadas celestes, deve limitar-se principalmente aos

certos versos, como, por exemplo, os do início do poema de Lucrécio, traduziu-se *signa* por constelações — como se os próprios antigos tivessem confundido os grupos de astros com as divisões da curva zodiacal. Como as constelações tinham os mesmos nomes que os signos, concluiu-se que os antigos não faziam nenhuma diferenciação entre uma coisa e outra e inventou-se magníficas teorias de erudição literária sobre esta hipótese, de onde vêm as habituais idéias sobre a origem dos signos zodiacais.

Por muito tempo — é necessário repeti-lo — a antiguidade foi considerada sob um prisma literário, sem que se pensasse que o Coliseu, o Partenon e as pirâmides não foram construídos só com frases. Mas, no que diz respeito às idéias dos tempos modernos sobre a astrologia antiga, é preciso acrescentar também a importante influência de Cícero. Este advogado, que se tornou ilustre devido à sua projeção política, discutiu diversos assuntos — freqüentemente sem conhecê-los e sempre sem aprofundá-los, como é o caso do *de natura deorum*. Ele fez jornalismo, no sentido pejorativo da palavra. Mas como seu latim é fácil, ele foi lido e relido. Depois ele foi traduzido, e muitas vezes mal traduzido: foi assim que *stella Martis* tornou-se Marte, por contra-senso e esquecimento do genitivo, e que acabou-se confundindo o deus com o planeta, o que não estava nem no pensamento de Cícero!

Raciocínios e contra-sensos análogos contribuíram para a confusão existente entre signos zodiacais e constelações. Ao passo que trata-se de duas coisas superpostas: o zodíaco — círculo dividido em doze partes iguais, chamadas signos — e a zona celeste onde se encontram as constelações do mesmo nome. A precessão dos equinócios faz girar essa zona celeste, de maneira que o ponto *gamma* avança cada ano; entretanto, a origem do zodíaco é sempre o mesmo ponto *gamma*, que pode ser considerado como fixo durante um ano. De maneira que 15° da Virgem serão sempre contados, em todos os 165° de longitude, depois do ponto *gamma*: não importa se esse grau da eclíptica se projete hoje sobre a constelação do Leão.

asterismos contidos no setor de 30 graus que sobe no horizonte⁽²⁾, o navio foi escolhido para os brasões. Assim como a catedral foi dedicada à Virgem, como veremos mais adiante.

A figura 15, que é apenas uma réplica do símbolo primitivo de Paris, mostra de que maneira foi idealizado o brasão. Trata-se, na verdade, de uma modificação do polígono, irregular mas simétrico, que constitui o fundamento do sistema

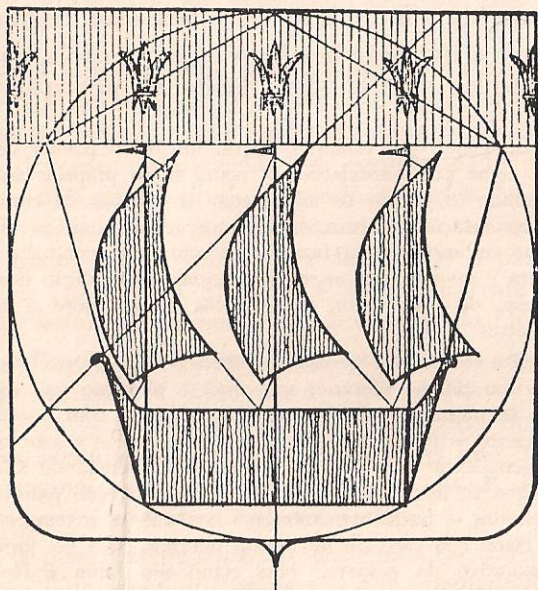


FIG. 15

(2) Este não é um princípio absoluto. A idéia de predominância, sobre um indivíduo, uma cidade ou uma nação, da parte do céu que está no horizonte, vem da construção cosmográfica chamada *ângulo da terra*, na qual o azimute é facilmente determinado. Não há por que procurar outra razão. Não se deve levar ao pé da letra o que os astrólogos da Idade Média, baseados nos gregos, repetiam muitas vezes sem saber o que estavam dizendo. Ora, dizer que o ascendente, num horizonte dado, é um ponto predominante das determinações, é como se colocássemos em discussão que o nariz de um indivíduo é mais importante que seus olhos! Num organismo vivo, tudo é importante, tudo é útil, embora nem sempre indispensável à vida.

de Nostradamus. O mastro central do navio é o reforço do traço da linha diametral; os dois outros mastros são retas paralelas, situadas lateralmente a 30° desse diâmetro; o casco é constituído pelo lado inferior do polígono e sua paralela a 30° — acrescentando-se uma proa e uma popa, a figura adquire sua aparência de galera; a própria inclinação das vergas é dada por uma reta subtensa a um arco de 150° (arco do dodecágono estrelado) e esta inclinação constitui a forma do velame, de maneira que o navio encontra-se voltado para oeste; enfim, as cinco flores-de-lis estão igualmente colocadas a 30° umas das outras, considerando as tangentes à circunferência, que é preciso traçar para estabelecer a forma quadrada do brasão, segundo o costume.

As cinco flores-de-lis não fazem parte, na realidade, do símbolo cosmográfico. Se foram introduzidas nas armas de Paris, foi somente para que se lembre que a cidade deve ser considerada como uma cidade real. A figura 5, onde a flor-de-lis está projetada sobre o mapa da França, mostra-nos que esse símbolo especial forma-se sobre um círculo; nos pontos onde, sobre o brasão de Paris, estão as cinco flores-de-lis, não há nenhuma razão geométrica para que os círculos sejam traçados; é que esses símbolos heráldicos foram acrescentados depois.

Esta superposição encontra-se, aliás, na divisa adotada, onde duas letras, C R, como vemos na figura 16, situam-se sobre o mesmo diâmetro e constituem a abreviação da palavr *Civitas Regalis*.

Mas, como se pode observar nos documentos dos arquivos da cidade de Paris, a forma do navio heráldico e a divisa das armas variam através dos tempos. Embora o navio apresente-se sempre navegando em direção ao oeste, vemo-lo às vezes com dois mastros e outras vezes com um só. Napoleão I chegou a substituir as flores-de-lis por abelhas, que seu im-

pério havia adotado como símbolo — por pura fantasia⁽³⁾. E, no que diz respeito à divisa, constatamos que, embora ela apareça em peças de 1584, foi adotada oficialmente muito mais tarde. Pois Paris possuía diversas divisas, ou melhor, várias divisas eram concorrentes, até que prevalecesse a que conhecemos.

De fato, e durante muito tempo, todos os bairros de Paris, todas as corporações, tinham suas armas, divisas e cores desenhadas em seus estandartes. Como foi que as armas e a divisa atuais e as cores azul e vermelha (que estão na bandeira tricolor da França) passaram a predominar?

É preciso que reflitamos um pouco para que compreendamos de que maneira se desenvolvem os acontecimentos históricos.

Hoje em dia temos a mania da *autenticidade*. Para nós, é importante que um documento seja autêntico. Em nossa procura da verdade — assim como em todos os países e em todos os tempos — o fato de que possua uma prova documentada constitui exatidão. Chamamos a isso “espírito de observação”. Alguns orgulham-se disso e dizem que é uma conquista do século 19. Será mesmo uma conquista, ou um progresso?

Gostaria de observar que nenhum documento prova a exatidão de um teorema: a autenticidade é inútil nesse caso. O fato de o quadrado da hipotenusa ser igual à soma dos quadrados dos catetos de um triângulo retângulo não resulta de provas materiais, mas de uma compreensão, de uma visão ce-

(3) No que diz respeito à heráldica, sob o Primeiro Império, tudo se deturpou. Os especialistas sabem que se deve sempre distinguir as armas desenhadas após essa época das que datam de antes da Revolução — só essas últimas devem ser consideradas. Napoleão I, rejeitando e reformando tudo — desde a administração e a lei, até o estatuto do clero e os brasões — marcou, pode-se dizer, a divisão entre o tempo antigo e tradicionalista e os tempos modernos (que se pretendiam racionalistas). Mas esta cisão, nascida da confusão revolucionária, foi feita num espírito autocrático e com intenções bem diferentes. Napoleão I — como se vê nas *Memórias de Roederer* — acreditava realmente que estava fundando uma nova sociedade, que se sobreporia, na história do mundo, à sociedade feudal. Seu império desmoronou e sua obra desintegrou-se.

rebral qualquer, ou seja, de uma demonstração. E não é necessário que uma demonstração seja autêntica: ela precisa ser exata.

Na ciência é preciso demonstrar para provar.

Está certo, diremos, mas a história e a ciência são duas ordens diferentes de conhecimento.

Existem então duas maneiras de se conhecer o mundo exterior? Meu cérebro raciocina de uma forma para os fatos científicos e de outra para os fatos históricos, isto é, humanos — ou tenho um cérebro que funciona sempre da mesma forma? Por que razão meu cérebro admitiria a geometria por um jogo de compreensão ao passo que, quando se trata de fatos humanos, seguiria um processo diferente?

Poderíamos dizer que os fatos humanos não podem ser demonstrados e que é preciso encontrar as provas de outra maneira; e que estas, por falta de um critério melhor de exatidão, devem ser estabelecidas pela autenticidade.

Correto. Sobre tudo em termos jurídicos. É nossa herança da escolástica!

Mas só essa razão não é satisfatória, pois ainda não foi descoberta a maneira de se demonstrar fatos humanos; até agora não se estabeleceu uma psicologia que se utilize de teoremas, isto é, de equações; não conhecemos ainda (embora o suspeitemos) o determinismo de nosso cérebro e de nossas faculdades psicológicas; e, além disso, a história ainda ignora as leis matemáticas que regem o encadeamento dos fatos. O que não impede que esses teoremas, esse determinismo e essas leis existam.

O fato de que um aluno não saiba ou não compreenda as propriedades do quadrado da hipotenusa não impede que essas propriedades sejam verdadeiras.

O fato de que um historiador não conheça as causas de um acontecimento ou não consiga documentá-las, impede que este acontecimento se tenha passado?

A ignorância de alguma coisa não significa nada — ou só significa que não se sabe alguma coisa.

Notem que essa mania da autenticidade tem consequências muito graves. Ela é a causa de todos os erros judiciários — tanto de condenações como de absolvições — pois a testemunha humana passa a ter a importância de uma prova. A vida de uma pessoa fica à mercê de testemunhos nos quais estão em jogo ilusão sensorial, memória e sugestão! A testemunha acredita ter visto ou ouvido, crê lembrar-se de algo e faz suas declarações com base no que foi registrado por seus sentidos ou por sua memória, sem pensar que pode ter sido sugestionada, muitas vezes por si mesma! Mas acredita piamente nisto e ainda jura.

E apresentam-se fotografias — como se não fosse sabido o quanto é fácil alterá-las por meio de truques! Surgem provas escritas — como se o caso Dreyfus já estivesse esquecido e não se tivesse concluído que nada é mais fácil de ser falsificado que assinaturas e documentos! Examinam-se as contabilidades — como se a própria aritmética fosse apenas um método de calcular!

Ora, a história é feita da mesma maneira — e a posteridade julga os acontecimentos e os homens do passado assim como um tribunal absolve ou condena. E depois que tudo estiver julgado, basta esperar que o público se acostume: é tão cômodo receber raciocínios prontinhos!

Estamos diante de um brasão e de uma divisa que hoje são oficiais e que foram usados durante muitos séculos. Quem fez este brasão, quem imaginou esta divisa? Não o sabemos e, certamente, nunca o saberemos. Por que estes símbolos prevaleceram? Com exceção do fato de que ambos estão em concordância com a verdade geométrica e cósmica — o que me parece ser a razão principal — não se conhece, que eu saiba, nenhum motivo histórico.

Todo o resto só pode ser adivinhado. Podemos perceber, através dos séculos — principalmente na Idade Média e na Renascença, mas também na época da Revolução e ainda depois, embora menos em nossos dias — a misteriosa influência de não se sabe o que ou quem no desenrolar da história. Por que — realmente por que e como — os templários têm sido universalmente perseguidos? Que significa a estranha predi-

ção de Jacques Molay quando estava para ser queimado vivo? Que aconteceu com os irmãos e cavaleiros que também foram queimados? Será possível explicar por documentos a conduta do Vaticano nessa época — e, mais tarde, durante a Restauração e mesmo sob a Terceira República? Por que Napoleão Bonaparte e seus generais criavam lojas maçônicas em todos os países conquistados? Há enigmas por toda a história e os encontraremos sempre que desejarmos nos aprofundar — e a fantasia pode voar livremente pois, quando não se conhece as coisas a fundo, pode-se inventar à vontade!

E como vivemos hoje uma época onde tudo parece estar muito claro e dizemos inclusive que não existe mais diplomacia secreta — pois os governos podem ser interpelados nas assembleias parlamentares e fazem-se discursos sobre qualquer coisa — pois lemos livros e jornais — imaginamos que foi sempre assim.

Mas será que nós, hoje, sabemos de tudo?

É claro que o mundo não parece estar sendo dirigido — seja para onde for. É claro que essa influência misteriosa parece estar morta, muda ou impotente — como queiram. Talvez esteja esperando sua hora ou seu homem: quem sabe? Isso — em todo caso — não quer dizer que ela não tenha se manifestado antigamente, mesmo que de maneira intermitente.

O brasão de Paris aí está, esculpido sobre os monumentos públicos. A célebre divisa está à vista de todos. Quando conhecemos as razões cosmográficas desse símbolo heráldico e compreendemos o verdadeiro sentido dessas três palavras latinas, ficamos pensativos.

Aquele ou aqueles que os idealizaram são desconhecidos e sempre o serão, pois nenhum documento poderá revelar seus nomes. Aquele ou aqueles que os fizeram prevalecer permanecerão ignorados para sempre. Agentes voluntários ou não dessa influência misteriosa, abstraíram a própria personalidade. Isso talvez nos surpreenda hoje, onde a vaidade parece ter substituído o talento. Notre Dame continua sendo uma obra anônima, mas o menor imóvel construído hoje traz uma assinatura!

Tudo o que se pode dizer é que os autores das armas de Paris, de sua divisa, assim como de Notre Dame, eram pessoas *que sabiam*. A ciência que se esconde sob o brasão já é surpreendente — mas que se pode dizer do que nos revela o segredo da divisa?

*
**

Fluctuat nec mergitur — isso parece querer dizer alguma coisa e, no entanto, se refletirmos bem, não significa nada. Pertence a essa divisa como poderia pertencer a qualquer outra: seu sentido é tão vago que nos perguntamos qual é a lógica que presidiu sua adoção.

Mas — como já fiz notar anteriormente — quando não compreendemos as palavras simbólicas, temos apenas que contar as letras, pois é tudo o que podemos fazer. É muito raro que, dessa forma, o incompreensível não se torne claro.

Contando as letras de *Fluctuat nec mergitur*, verificamos que existem aí doze consoantes e sete vogais. Doze consoantes, assim como há doze partes em todo círculo utilizado em cosmografia antiga, doze signos do zodiaco e doze casas do horóscopo (ou seja, doze partes de um horizonte dado). Sete vogais, assim como há sete dias na semana e apenas sete planetas, se nos limitarmos ao campo da astrologia —, mas estávamos ainda na Renascença, em 1584, quando a divisa apareceu pela primeira vez num documento municipal.

Observem as vogais: encontrarão três U, dois E, um I e um A. Há três U assim como há três planetas superiores (isto é, cuja órbita encontra-se além da órbita da Terra): *Saturno, Júpiter e Marte*. E há dois E, assim como há dois planetas inferiores (cuja órbita encontra-se entre a Terra e o Sol): *Vênus e Mercúrio*. Assim sendo, o I e o A devem representar o *Sol* e a *Lua*, pois são estes os únicos astros que faltam no setenário.

É fácil distinguir-se um do outro: podemos observar isso na inscrição colocada sobre a figura 16. Se começarmos a contar as vogais do último U da palavra *mergitur* e depois voltarmos aos dois U de *fluctuat*, veremos claramente que es-

tas vogais se seguem de acordo com a disposição regular do setenário dos planetas⁽⁴⁾ — de maneira que, automaticamente, o Sol acha-se indicado pela letra A e a Lua por I. Basta escrevermos sob a seqüência de vogais a sucessão normal dos sete planetas:

U	U	U	A	E	E	I
Saturno	Júpiter	Marte	Sol	Vênus	Mercúrio	Lua

Imediatamente nos vem ao espírito, por existirem as doze *Casas* e os sete *Planetas*, que trata-se de um tema horoscópico à maneira dos antigos astrólogos — e que este é o “ponto”, se assim quisermos, no sentido grego da palavra *horoscopésis*, que significa, com efeito, “determinação da longitude e da latitude, por coordenadas celestes, do ponto da Terra onde nos encontramos”.

É o horóscopo de Paris!

Equivale a escrever, sob as armas, para precisar a leitura: cidade situada a 48° 5' de latitude norte; longitude determinada por 165° da eclíptica sobre o horizonte leste; capital do reino (*civitas regalis*).

(4) O setenário dos planetas, que os antigos egípcios já utilizavam, coloca o Sol entre Marte e Vênus e relega a Lua ao fim da série. Astronomicamente, isto é ilógico, pois a Terra e seu satélite, a Lua, devem encontrar-se entre Marte e Vênus. Mas tratar-se-ia de um setenário astronômico? A primeira vista sim, pois envolve os planetas do sistema solar. Entretanto, não podemos saber ao certo, pois os antigos tinham o costume de dar o nome de um planeta a diversas coisas: na alquimia também cada metal tem seu nome planetário e ainda conservamos o nome de Mercúrio para um desses metais.

Ora, sabemos também que a designação dos dias da semana (por nomes planetários) provém unicamente da divisão da rotação diurna em 24 horas — de maneira que os nomes franceses Lundi — segunda-feira, é assim chamado porque a primeira hora desse dia é designada pela Lua; Mardi — terça-feira, pois sua primeira hora é designada por Marte; Mercredi — quarta-feira, por Mercúrio etc....

Se eu tivesse que explicar a razão dessa sucessão, seria obrigado a escrever um volume inteiro. Contento-me em dizer que, apesar de sua aparência, não era uma razão astronômica: basta pensarmos, por exemplo, que os antigos egípcios ignoravam a astronomia, embora, paradoxalmente, só tenham feito isto.

Pois o autor — ou os autores — desse tema utilizou-se de curiosa engenhosidade para chegar a constituir uma frase latina que aparentemente tivesse algum sentido. Sobre a linha do horizonte, escreveu estas palavras: *Civitas Regalis*, com a abreviação C. R.; e sobre o meridiano, no ponto setentrional, a letra N, que indica o norte. Guiado por essas três letras, considerou a posição dos planetas e, antes de estabelecer a divisa tal como é hoje, tateou muito. E foram essas pequenas mudanças a causa da existência de tantas divisas parisienses, reveladas pelos arquivos históricos da municipalidade: poder-se-ia fazer um bonito trabalho de erudição sobre isso!

Observem atentamente a figura 16: ela é realmente estranha. E, segundo as regras do horóscopo grego, ela se esclarece; essa figura celeste fala, conta o que é Paris, o que será, no que se tornará e como terminará!

Eis o que ela diz, em doze determinações:

- I. — *Vida intelectual, cuja evolução será grande.*
- II. — *Rica e bela; crescendo continuamente em beleza e opulência.*
- III. — *População polida, mas de diversas origens; aumentando sem parar.*
- IV. — *Situação geológica perfeitamente estável; clima regular.*
- V. — *Produções numerosas e variadas, onde predomina o artesanato engenhoso e artístico.*
- VI. — *Atmosfera sã, calma, mas úmida; rede de esgotos inicialmente tortuosa e cheia de meandros, mas melhorada mais tarde e regularizada por linhas retas.*
- VII. — *Tendências políticas moderadas; hábitos de conforto; burguesia.*
- VIII. — *Vida agitada, febril; muito ruído; muitas intrigas e negócios; política intensa.*
- IX. — *Aspirações gerais de maior expansão e mais beleza; predominância de idéias artísticas e literárias.*

X. — *Características da população: impulsividade, inteligência, espontaneidade nos movimentos populares, idéias sólidas sobre independência municipal.*

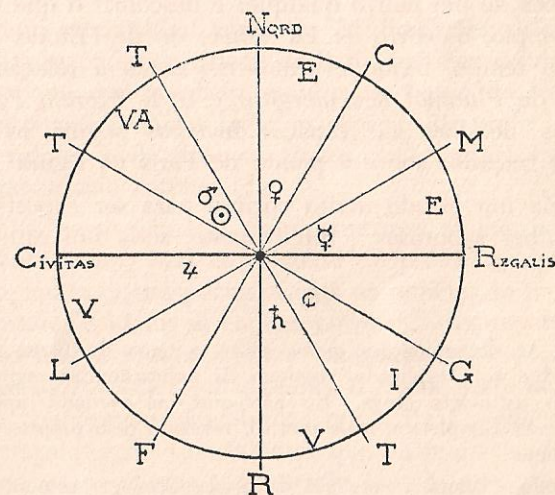


FIG. 16

A divisa de Paris compõe-se de doze consoantes e de sete vogais. Ela é o tema secreto das determinações da cidade. Astrologicamente constituído, de acordo com as regras deixadas pelos gregos, este tema deve ser lido da esquerda para a direita, ao contrário do usual — porque está projetado sobre o mapa. O ascendente encontra-se no ponto *Regalis* e a casa IV no ponto *norte*. O que dá a seguinte sucessão: I. *R(egalis)* — II. *M* — III. *C* — IV. *N(orte)* — V. *T* — VI. *T* — VII. *C(ivitas)* — VIII. *L* — IX. *F* — X. *R* — XI. *T* — XII. *G*.

XI. — *Enorme influência no mundo; cidade particularmente querida por sua hospitalidade.*

XII. — *Cidade de trabalho incansável e de progresso contínuo; criação incessante de novos modelos.*

Isso tudo não é Paris? E, em todas as épocas, Paris e os parisienses não têm sido assim?

Estes são os traços gerais da cidade e de seus habitantes; mas poderíamos, se quiséssemos, entrar em maiores detalhes — primeiramente de períodos de tempo, para diferenciar Paris de quatrocentos anos atrás da Paris de hoje — e também subdividindo o espaço compreendido pelo plano do horizonte, para especificar as características, tendências, hábitos e produções de um bairro qualquer e descobrir o que distingue, por exemplo, o bairro de La Villette do de l'Étoile. Para detalhar o tempo, basta levarmos em conta a relação entre o círculo de *Fluctuat nec mergitur* e o de *Floram Patere* — e para os detalhes de espaço devemos seguir os diversos círculos traçados sobre a planta de Paris na figura 14.

Seria um estudo muito curioso para ser exposto, repleto de detalhes saborosos. Infelizmente, seria um estudo muito vasto ⁽⁵⁾.

(5) As determinações gerais sobre o tema de Paris, traçado na figura 16 e aqui explicado, resultam da aplicação das regras da mais elementar astrologia grega. Eu não quis, na verdade, aplicar outro método mais completo e mais preciso, revelado pelo próprio sistema de Nostradamus.

Atendo-se simplesmente aos dados da astrologia comum (mas sem forçá-los, pois poderíamos nos perder) encontramos facilmente as determinações aqui indicadas.

Para os técnicos, direi apenas que elas são a consequência da posição dos planetas nos *signos* e nas *casas* do horóscopo. Como o ascendente está a 15° da Virgem e Paris a 48°50' de latitude norte, é fácil calcular os pontos das casas. Mas o tema não tem *momento* e os graus de longitude celeste que determinariam onde se encontram os planetas não estão especificados. O raciocínio deve ser feito, então, por arcos de 30°: por *signos* e *casas* inteiros. Assim as determinações serão, necessariamente, gerais.

Mas o que nos interessa é a estranha predição — muito possível e, conseqüentemente, provável — revelada pelo segredo da divisa.

Fluctuat nec mergitur, inscrito sobre os monumentos públicos, é uma espécie de *Mané, thécel, pharès* que anuncia a destruição de Paris pelas chamas.

A conjunção de Marte e do Sol, marcada pelas vogais U A, na Casa V do tema, indica claramente: Marte é o dominador (para falar como os antigos) do signo que se encontra na ponta da Casa VIII — onde estão, segundo os tratados anteriores e posteriores a Ptolomeu, as determinações da morte dos indivíduos e do fim das cidades ⁽⁶⁾. Tudo acaba nesse mundo e as cidades não são eternas: Paris também terá seu fim.

Já foram catalogadas cerca de 35 predições diferentes anunciando o incêndio da cidade de Paris, no decorrer de uma guerra. É o que está revelado na obra do barão de Novaye, onde encontram-se reunidas todas as espécies de profecias, de diferentes valores e de diversas fontes, mas sempre impregnadas de misticismo católico ⁽⁷⁾.

Pensemos nesse número: se procurarmos melhor, ele seria certamente maior. Mas em matéria de profecias, devemos nos mostrar muito circunspectos. Como os profetas se parecem a muitos autores e vários se copiam entre si — na maioria das vezes muito mal e sem a mínima consideração — é preciso distinguir os *videntes* dos *calculadores*. A maior parte das predições que conhecemos são obtidas por meio de *vidência*, e supõem metapsiquismo. Constatamos que há muitas dessa natureza; e tornaram-se uma maioria tão grande que, para vários pesquisadores, o único meio de se explicar uma profecia é pela *vidência*. Foi por esta razão que Nostradamus sempre passou por vidente — embora ele nunca o tenha sido e, além disso, pode-se transmitir essa infinidade de predições com to-

(6) No livro que escrevi em 1910 sobre a *Evolução do Ocultismo*, pode-se ler a demonstração da razão pela qual a Casa VIII é, necessariamente, a terminação de tudo o que for analisado por meio do círculo.

(7) *Amanhã...*? do barão de Novaye, obra publicada em 1940.

dos esses detalhes, tanto de tempo quanto de espaço, foi graças a seu sistema cronocosmográfico, inscrito em seus versos há quatrocentos anos.

Ora, faz parte do fenômeno da vidência uma proporção muito grande da *equação pessoal do profeta* — talvez menos durante o fenômeno propriamente dito, quando o profeta tem a visão (embora a auto-sugestão também entre em jogo!), mas de maneira acentuada quando o profeta conta ou transcreve o que viu.

Conseqüentemente, o vidente tem a tendência — facilmente perceptível — de exagerar a importância de sua visão, a aumentá-la e a valorizá-la para produzir uma impressão mais forte. Assim são os seres humanos; e todo homem, em geral, tem propensão a exagerar não somente os seus sentimentos, como também os seus atos. Principalmente as pessoas *sensíveis* que, por definição, têm um sistema nervoso altamente impressionável e, conseqüentemente, maior propensão ao exagero.

É por esta razão que a maioria dos profetas é “catastrófica” — pois pertence à classificação dos videntes. Só os calculadores permanecem frios e não se deixam levar pelo sentimento — porque o sentimento não interessa à matemática e as medidas dos ângulos devem ser exatas.

Podemos não acreditar nas profecias que anunciam a destruição de Paris pelas chamas — podemos até rir delas. Entretanto, o fato de que vários profetas coincidam no geral do acontecimento deve ser considerado: nisso está sua importância.

Mas não é possível que algo semelhante chegue a acontecer? Lembremo-nos que em 1871, durante a Comuna, isso quase aconteceu. E durante a última guerra, quando os aviões inimigos lançavam bombas incendiárias que desencadearam chamas violentas em determinados lugares, não estivemos a um passo da total destruição da cidade? Era uma questão de número de aviões.

É provável, portanto, que isto aconteça — e como os videntes o pressentiram *subconscientemente*, não nos surpreendemos pois somos orientados pelo raciocínio *consciente*.

Mas o tema de Paris, indicado por *Fluctuat nec mergitur*, refere-se à “necessidade” do fato. E é isso que é espantoso. Com efeito, é “necessário” que Marte e o Sol estejam juntos na Casa V para que as produções de Paris sejam fortes, artísticas e sempre novas — assim como sempre o foram na moda, na arte, na literatura etc. Marte e o Sol separados e colocados de outra forma nesse tema significam a destruição de Paris! E assim, se Paris é o que é, centro mundial das artes, da moda e da literatura, é também fatal que seja destruído por um grande incêndio!

Pois Marte domina a Casa VIII — a do fim das cidades — e, por sua latitude e longitude, por sua posição em relação ao globo terrestre, não há outra alternativa!

É a morte condicionada pela própria vida — é a expiação da glória, o *Némésis*!

Ora, Nostradamus também fez a mesma predição: dizer o contrário teria sido impossível; ele poderia ter dissimulado o acontecimento por algum dos métodos enigmáticos que lhe são familiares e que utiliza sempre que aborda um assunto escabroso ou simplesmente delicado; mas, nesse caso, de que serviria isso? A divisa parisiense é bastante clara e encontra-se à mostra: não é preciso ser um grande iniciado para lê-la embora, é verdade, ela tenha que ser lida diversas vezes. Além disso, o acontecimento situa-se num futuro muito longínquo: no século 34! E o que só acontecerá no ano 3420 de nossa era não nos impressiona. Está tão longe no futuro quando Clodion, o Cabeludo no passado! No início da história da França já se contava que Paris seria incendiada e que não se poderia nem imaginar o que seria esse incêndio — fosse qual fosse o tamanho da cidade. Como imaginar o que será Paris, nesse futuro tão longínquo — quando a cidade terá se tornado, como diz Nostradamus, “incomensurável”?

Nostradamus é muito breve em seu relato sobre a destruição de Paris — que, aliás, não parece estar completo. A “cidade de Henripolis”, segundo expressão usada no Presságio 34, que faz parte do encadeamento especial de versos sobre o problema de Paris — assim chamada porque, no início da

corrente, estamos em 1547 e sob Henrique II, à “quarenta e oito graus climatéricos” (V. 98) encontra-se assim abordada:

A cidade grande por longo tempo sitiada (IX, 82)
Por fogo do céu a cidade quase toda queimada (II, 81)
De batalhar não será dado sinal (X, 83)
Que quererá levar os inocentes ao fogo (VI, 19)
Instante grande chama esparsa saltará (VI, 98)
Depois a grande chama apagar não saberá (IV, 82)
A grande cidade ficará bem deserta
Dos habitantes um só não sobrar (III, 84)

Esses versos não precisam ser muito explicados: a grande cidade, sitiada por muito tempo, será quase inteiramente incendiada (*feré adusta*) por aviões (*o fogo vindo do céu*) — o inimigo não atirará (*não dará sinal de batalha*) porque (*quod*) quererá entregar os civis ao fogo (*innocentes* significa os inofensivos, isto é, os civis) — num instante uma grande chama esparsa saltará (*saliet*), depois não se saberá (ou não se poderá, pois esses dois verbos têm, às vezes, o mesmo sentido) apagá-lo — a grande cidade ficará deserta e não sobrará nenhum de seus habitantes.

A corrente forma no final um “muro” de dois versos, o que marca uma parada — para que possamos depois retomar eventualmente a seqüência.

Uma manobra suplementar nos indica quem é o inimigo: *grande aglomeração se aproxima vinda da Esclavônia* (IV, 82). A Esclavônia seria uma província da Hungria atual, próxima a Temesvar; trata-se então de uma grande invasão (aglomeração) proveniente das regiões orientais da Europa.

Segundo as indicações dadas por Nostradamus, na *Carta a Henrique II*, para que o pesquisador não se atrapalhe com o encadeamento das futuras guerras, a Europa será vítima, ainda, de várias tentativas de invasão asiática. De maneira que Constantinopla e os Balcãs continuam a dar origem a complicações: foi aí que, como na operação turca de 1453, os asiáticos estabeleceram-se inicialmente; e é daí que partirão em direção ao oeste europeu. Através dos tempos a

“questão do Oriente” vai passando para outras mãos, mas permanece a mesma.

A invasão do século 34, no decorrer da qual Paris será incendiada, certamente será uma das mais terríveis — a destruição da capital da França leva-nos a refletir. Entretanto, ela não será a última.

É preciso lembrar-se — quando analisamos a história de períodos muito grandes — que nós todos da Europa ocidental, seja qual for a raça à qual pertencamos, nos originamos desses invasores asiáticos. A antropologia revelou uma infinidade de invasões asiáticas, na Europa, durante a pré-história. E a grande maioria dos povos bárbaros, para não dizer todos, que invadiram o Império Romano, eram asiáticos — e nós somos seus descendentes! Tanto que nas regiões setentrionais da Europa, na costa mediterrânea, misturam-se ainda árabes e persas.

Além disso, não se diz que a raça branca é uma raça caucasiana? E que originamo-nos, segundo os resultados de diversas pesquisas, do planalto de Pamir?

Ora, os invasores, em todas as épocas — após praticamente arruinarem o país invadido e exterminado de uma maneira ou de outra os autóctones (na verdade, os invasores precedentes) — após apossarem-se de seus territórios pela força e não por direito, na maioria dos casos (pois basta inventar as modalidades legais quando se está em tempo de guerra e, mesmo durante a guerra de 1914, confiscaram-se bens dos alemães na França e bens dos franceses na Alemanha) — após substituírem os vencidos tanto no exercício do direito de propriedade quanto na direção do poder político, os conquistadores invasores tornam-se, por sua vez, os proprietários, passando a defender energeticamente seu solo, que agora é sua pátria!

A invasão do século 34 será igual a todas as outras. Três mil anos mais tarde, os descendentes desses invasores se alamarão com alguma situação semelhante!

Mas não devemos nos perder, por enquanto, na evolução de uma história da humanidade que, iniciada com a catás-

trofe cósmica da idade do quaternário, ou seja, o dilúvio de Moisés, terminará somente com outra grande catástrofe cuja data, segundo os geólogos e astrônomos modernos e segundo Nostradamus, situa-se além do ano *sete mil* de nossa era ⁽⁸⁾.

Atualmente devemos apenas nos preocupar com o problema relativo ao futuro próximo.

A primeira grande ameaça asiática contra Paris é indicada por estes dois versos de Nostradamus, que estão em linguagem clara e datados com precisão — pois constituem um “muro” no desenvolvimento da corrente e um ponto de referência para a concordância exata dos diversos círculos dos tempos astronômicos sobre o nônio.

*No ano mil nove cento noventa nove sete meses
Do céu virá um grande rei de terror (X, 72)*

Os meses devem ser contados a partir de março — pois o ponto de partida é 14 de março, levando em conta, no caso, o atraso do calendário Juliano de 1547 — conseqüentemente, a data do acontecimento deve ser fixada em *outubro* de 1999. É então que, com um avião (*do céu*) virá aquele que regerá (*o rex*) o terror.

(8) Esta catástrofe cósmica, chamada de “o próximo dilúvio” pelos geólogos, deverá causar a separação da Ásia da Europa pela depressão do deserto de Gobi e, assim, modificar totalmente o atual mapa-mundi. O dilúvio precedente — do qual fala Moisés — havia criado a bacia do Mediterrâneo e produziu a atual configuração da Europa.

Essas catástrofes não são anomalias. Resultam da ação das forças atrativas do Sol sobre a massa sólida da Terra, chamada *litosfera*. Essa massa é, na verdade, tetraédrica; as arestas que afloram são os continentes e os intervalos são preenchidos pelos oceanos. Ora, a água, elemento fluido, submete-se facilmente às forças solares, produzindo as marés. Enquanto isso, a massa sólida resiste; e só cede quando, devido a uma pressão excessiva, é obrigada a se dividir — assim como um fio de ferro, entortado muitas vezes, acaba se quebrando. Então, essa massa sólida deve percorrer de uma só vez o caminho que deveria ter percorrido pouco a pouco, se fosse mais fluida, a fim de colocar-se convenientemente em relação ao Sol. A quebra é, portanto, extremamente violenta — é uma catástrofe cósmica: é como se fosse o *fim do mundo*, pois parece que tudo vai terminar.

Eis aí, *grosso modo*, de que maneira esse fenômeno deve ser compreendido.

Um outro “muro” na corrente especial dos versos sobre Paris determina:

*Por línguas estranhas serão esticadas tendas,
Rios, dardos, renas, terra e mar tremerão (I, 20)*

Trata-se, portanto, da invasão de um exército que fala uma “língua estranha” (e não estrangeira, pois todas as invasões sempre são causadas por povos que não falam nossa língua). A agitação e o terror (*tremebunt*) atingirão tanto o mar quanto a terra e os rios, e serão usadas flechas (*dardo* escreve-se *telum* em latim, palavra genérica que significa qualquer arma) e *renas*. Essa gente de língua estranha possui renas: são evidentemente siberianos — pois os lapônios da Europa não são suficientes para formar um exército para uma invasão aterradora.

Mas, por outro lado, o chefe desta invasão deve chegar pelo céu, isto é, de avião, o que pressupõe um equipamento moderno do exército invasor. Os condutores da renas seriam então apenas a multidão subsequente que vem armar suas tendas na França.

É o “perigo amarelo”. Ao ver a China às voltas com diversos problemas e, sobretudo, o da xenofobia, não nos parece estranho que um conflito entre as nações européias e esse imenso povo possa — principalmente no futuro — desencadear uma enorme invasão.

Nesse caso, qual seria o papel da França? Um simples “catão da Europa”, como disse muito bem o sr. Edouard Herriot no dia em que, como presidente do Conselho, ministro dos Negócios Estrangeiros e falando na tribuna, fez alusão exatamente ao perigo amarelo. Estávamos então em 1924, longe, portanto, dos atuais acontecimentos na China; entretanto, mesmo que não concordemos com sua maneira de governar, o sr. Edouard Herriot é um erudito, instruído sobre os mais diversos assuntos e merece ser escutado quando faz considerações gerais.

A Ásia — Oriente da Europa — continua a ser, em virtude do movimento tendente para o oeste, uma ameaça cons-

tante; o episódio de Atila pode repetir-se de um momento para outro. E as predições cronocosmográficas afirmam que isso acontecerá.

*
**

Mas daqui até lá Paris terá tempo de se desenvolver mais ainda e colocar-se ao lado de circunstâncias propícias.

Paris foi fundada há muito tempo. Os romanos, após a conquista da Gália por César, deram ao burgo dos Parisii, até então restrito à ilha chamada *de la Cité*, uma extensão muito grande — a julgar pelas ruínas. Foi na própria Lutécia, no palácio imperial das Termas — isto é, onde hoje é o museu de Cluny, no boulevard Saint-Michel (construído provavelmente a mando de Constance Chlore no ano 300) — que Juliano foi proclamado imperador por seus soldados em 360. Nesta época, a cidade já contava com um comércio considerável, feito através do Sena⁽⁹⁾; a corporação dos *nautæ*, ou marinheiros, era então muito importante e podia gabar-se de ter mais de três séculos de existência, pois pelas inscrições descobertas em escavações no solo da igreja de Notre Dame sabemos que ela surgiu no tempo de Tibério, quase no início da era cristã!

La Cité é, portanto, a célula-mãe de Paris; foi de seu círculo restrito que saíram todas as outras células que cobrem a planta atual da cidade, como vemos na figura 14. Considerado no seu conjunto, o *processus* de crescimento da aglomeração parisiense tem um caráter biológico.

O embrião desenvolveu-se segundo um determinismo análogo em todos os pontos ao que se constata entre os seres vivos. Nesse ser coletivo constituído pela cidade, as forças inerentes a ele agem com a mesma regularidade com que agem em qualquer outro ser — produto da misteriosa união da célula masculina com a célula feminina! E os homens, partes integrantes do ser coletivo, foram os agentes inconscien-

(9) É interessante notarmos aqui que Paris sempre fez muito comércio pela água. As estatísticas por tonelagem das mercadorias transportadas conferem-lhe o título de primeiro porto da França. Basta consultarmos os documentos da alfândega.

tes dessas forças — construindo a cidade de acordo com seus interesses, suas comodidades ou seus sentimentos, exercendo verdadeiramente sua livre vontade, seguindo sem saber o impulso das forças construtoras.

Essas forças cósmicas — as mesmas que dão vida a cada célula de cada homem — fazem o sangue circular nas veias de acordo com o movimento da Terra, para que o sangue acione os cérebros e, de reflexos em reflexos, produza entre os habitantes de determinado ponto do globo o jogo conjugado dos sentimentos e dos interesses, criando finalmente, do pequeno burgo do início, a grande capital de hoje.

Esta célula-mãe é bem pequena — e, se observarmos atentamente a planta de Paris, veremos que ela não se encontra nem sobre o eixo! O óvulo fecundado ainda não estava em seu lugar, ainda não se encontrava sobre sua linha de evolução. O símbolo do navio, projetado tendo Notre Dame como centro (fig. 17), não chega a cobrir inteiramente a ilha

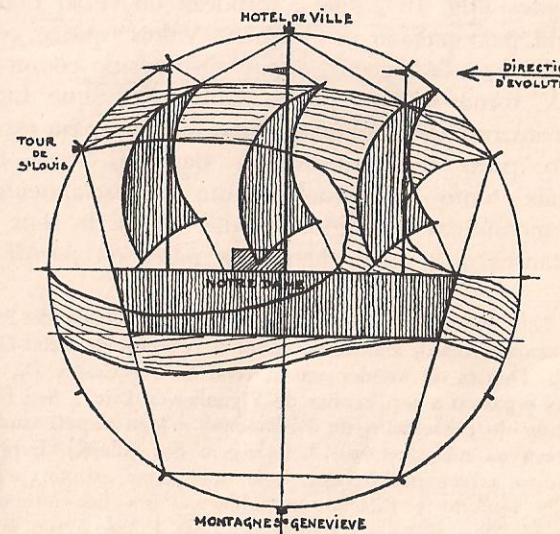


FIG. 17

de La Cité; abrange apenas uma pequena parte da ilha Saint-Louis; mas o círculo sobre o qual está traçado permite que ele se estenda sobre a margem esquerda em direção à montanha de Sainte-Geneviève: foi sobre a área desse setor que Constance Chlore, Juliano, Valentiniano e Graciano, imperadores romanos, desenvolveram Lutécia.

Mas o diâmetro dessa figura é perpendicular ao eixo e o ponto onde está o Hotel de Ville encontra-se em sua extremidade setentrional, sobre a tangente desse eixo. Observem que a célula inicial, ao aumentar de tamanho, é obrigada a transportar seu centro para lá. Desde então, ela passa a se situar *sobre o eixo*: é a gestação. O ser coletivo em ação. Da fortaleza do Louvre à da Bastilha, do templo à colina de Sainte-Geneviève, sua vida municipal se alarga e a história de Paris se realiza.

O símbolo, consequência do alargamento do círculo, cresce em proporção. Desse momento em diante, a cidade, devido ao seu crescimento, terá uma importância política cada vez maior. E logo que os limites desse círculo forem ultrapassados (fig. 18), que a fortaleza do velho Louvre for substituída pelo palácio dos últimos Valois, que o cemitério de Saint-Germain-l'Auxerrois, depois de ter sido comprado por Carlos IX, tornar-se uma praça pública⁽¹⁰⁾, que Luís XIII mandar construir uma colunata como fachada para esse lugar, e que o povo tiver tomado a Bastilha, Paris crescerá ainda mais, tanto intelectual quanto comercialmente. Suas idéias democráticas — originárias das idéias de seus primeiros habitantes que já se chamavam *pares* ou *parisii*, o que

(10) Este cemitério, segundo os arquivos da cidade de Paris, pertencia ao senhor Allard, conhecido como o "coveiro de Saint-Germain-l'Auxerrois". Depois de vender seu terreno ao rei Carlos IX, comprou umas terras e passou a ser "senhor de Vignolles-en-Brie". Seu filho comprou o título de conselheiro do Parlamento e logo depois, sua descendência estava na magistratura. A linhagem dos Allard, "burgueses de Paris", sempre esteve muito bem; hoje deve estar extinta, pelo menos no que diz respeito à filiação masculina — um dos últimos Allard deixou apenas dois filhos no tempo de Luís Filipe e seu filho mais velho foi expatriado para a América, sem que ninguém mais soubesse dele.

significa *iguais* — espalhar-se-ão pelo mundo; e da Revolução Francesa de 1789 nascerão outras revoluções em outros países, abalando diversos reinados durante o século 19 — graças a Napoleão, aos homens de 1848, graças, enfim, aos "peludos" de 1918 e ao Tratado de Versalhes — derrubando, como a castelos de cartas, uma infinidade de reis.

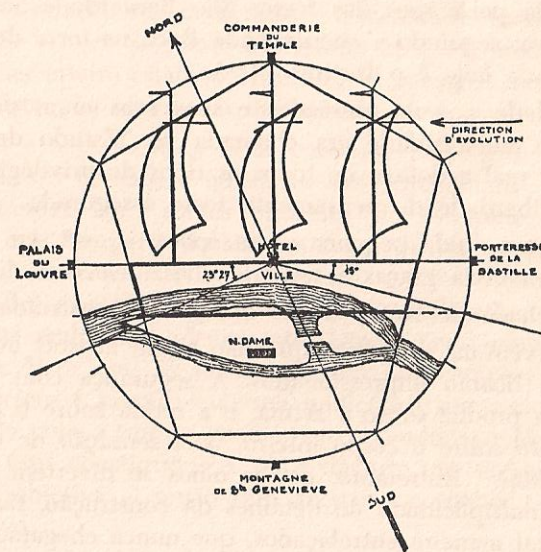


FIG. 18

Ora, sobre esta perpendicular ao eixo levantada bem no centro da célula inicial — na ilha de La Cité — ergue-se uma catedral sólida e elegante, curiosamente esculpida, trabalhada, complicada: um conjunto harmonioso por suas proporções; e bastante misteriosa por suas linhas arquiteturais — Notre Dame de Paris.

Ela foi terminada mais ou menos no fim do século 12, quando Filipe Augusto dava novo impulso ao desenvolvimento da capital; e, para melhor defender as novas riquezas, cercou-a com uma muralha mais extensa que as precedentes.

Essa fortaleza, que chega a ter oito pés de espessura, era flanqueada de quinhentas torres, tinha treze portas e era protegida por um fosso. “Ela começava na margem direita do Sena, um pouco acima do local atual da ponte das Artes. A porta Saint-Honoré encontrava-se na rua do mesmo nome, na altura do templo do Oratório. Na parte norte, a muralha ia até a porta Saint-Denis e terminava no cais dos Celestinos, na altura do Liceu Carlos Magno; ao sul, começava na Tournelle, subia pelas ruas dos fossos São Bernardo e São Vítor e terminava, seguindo a encruzilhada Buci, na torre de Nesle, situada onde hoje é o Instituto” (11).

A cidade possuía mercados e suas ruas eram pavimentadas. Sua universidade era chamada de “Estudo de Paris” e o poder real a dotava de todos os tipos de privilégios para que sua liberdade de pensamento fosse assegurada.

Paris era ainda pequena nessa época — mas seu cérebro já se desenvolvia graças a seu trabalho intelectual.

A fachada de Notre Dame foi, então, construída.

Observem-na — mesmo que não sejam artistas ou arquitetos — e ficarão impressionados. A segurança com que foi desenhada produz sobre a retina, e a retina sobre o cérebro, e o cérebro sobre o corpo inteiro, uma sensação de calma e de bem-estar. Entretanto, nossos olhos se divertem ao percorrer a multiplicidade de detalhes da construção, tão curiosos e de tal maneira entrelaçados, que nunca chegamos a nos cansar. Esta fachada é como uma bela música que ouvimos sempre com prazer e que parece estar sempre se renovando.

Isto é arte — e da melhor. Notem que todas as catedrais do mesmo estilo nos dão essa impressão: todas parecem magníficas, mesmo quando não estão inteiramente acabadas.

Por quê? Porque arte é harmonia e não existe harmonia sem proporção, nem proporção sem ritmo. Seja na música, na

pintura ou na arquitetura, sempre que nossos sentidos auditivos ou visuais percebem um ritmo de acordo com nosso cérebro, sentiremos uma sensação agradável e diremos: é belo — talvez sem saber por que, mas o que importa! em matéria de gosto não se deve e, dificilmente, conseguiremos raciocinar.

Mas o que pode ser melhor analisado é a sensação auditiva: toda “concordância” produzida simultaneamente por um ou mais sons, separados pelo que chamamos de “intervalos musicais”, causa ou uma sensação agradável ou uma sensação desagradável; e há tempos se sabe o que é uma consonância e o que é uma dissonância. No fundo, são relações existentes entre as vibrações: percebemos a relação entre dois sons assim como entre duas grandezas geométricas quaisquer. Quando a relação está de acordo — o mesmo de homólogo, em geometria — com as relações segundo as quais nosso cérebro e nosso ser inteiro estão constituídos, há consonância; ao passo que, se isto não ocorre, há dissonância.

Essa é a explicação. E as coisas se passam dessa forma porque nosso cérebro e nosso ser são “euclidianos”. Não podemos mudar isso: somos cidadãos do esferóide chamado Terra e este faz parte do sistema solar. Se vivêssemos noutro lugar, talvez fosse diferente, mas não é. Nosso cérebro tem capacidades maravilhosas e inúmeras possibilidades, mas nem sempre as realizamos plenamente. Isto é, nem sempre somos objetivos. Para que as outras pessoas nos compreendam ou nos apreciem é preciso que sua audição e sua visão estejam de acordo com a norma geométrica segundo a qual todo ser humano está constituído. A obra de arte, da mesma forma, deve ser objetiva — senão será apenas um sonho, e o sonho é subjetivo.

No caso da música, esse processo de objetividade é facilmente admitido: a música, por definição, não pode permanecer muda; e, para que seja ouvida, é preciso que seja tocada. A música também foi estudada pelos físicos e analisada como fenômeno acústico. E, assim, ela tem um fundamento geométrico e matemático — uma base segura: o talento do compositor e a maestria do executante encarregam-se do resto, e a fantasia não pode afastar-se do “gabarito da compo-

(11) Victor Duruy: *História da França*.

sição”, senão cairá imediatamente na dissonância insuportável para os nervos.

Mas na pintura e na arquitetura, as coisas são diferentes. Podemos fazer da pintura algo essencialmente subjetivo, não mostrando-a para ninguém. Podemos construir uma casa isolada, afastada e escondida para nosso uso pessoal: não é indispensável que uma construção seja puramente objetiva. Poder-se-ia argumentar que alguém poderia tocar sozinho “A Sinfonia do Azul Nas Artes”, imaginada por Murger, em ple-

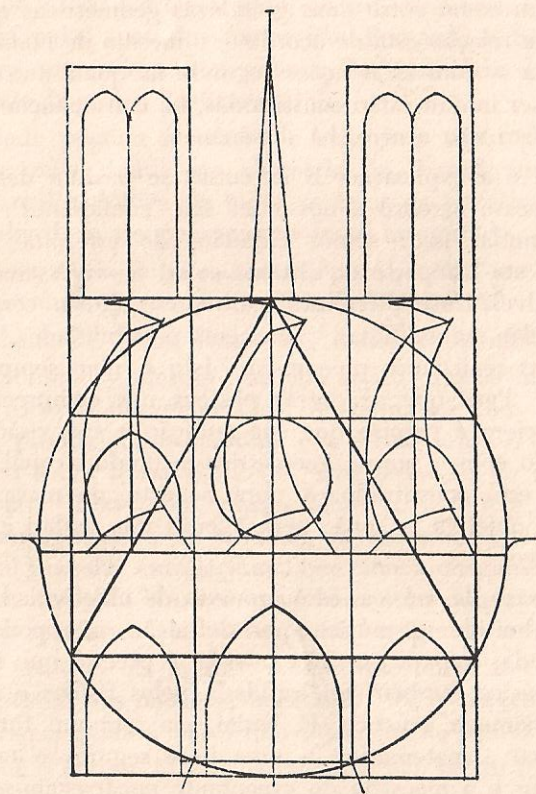


FIG. 19

no Saara. Poder-se-ia dizer também que muitas peças musicais foram escritas para que fossem tocadas por uma só pessoa — assim como já se fez muita pintura para o prazer pessoal — e assim como, cada vez mais, utiliza-se a arquitetura para o próprio conforto.

Entretanto, nem esta pintura e nem esta arquitetura podem ser chamadas de obras de arte: uma obra de arte deve ser mostrada, exposta para que todos a vejam — faz parte do domínio público.

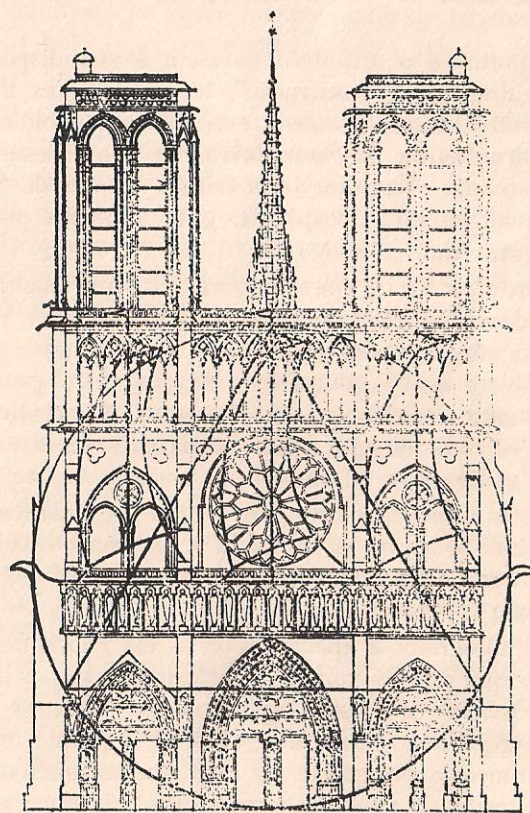


FIG. 20

Ora, é curioso constatar-mos que a pintura não possui nenhum “gabarito de construção”, como existe na música. É ainda mais curioso notarmos que o ritmo geométrico das linhas é desconhecido dos arquitetos, pois estes não podem fazer nada sem régua, compasso e transferidor.

Entretanto, as cores são apenas vibrações recebidas pela retina e devem possuir suas relações. E o desenho, seja ele pictórico ou arquitetônico, não deve também possuir suas proporções, suas relações com as grandezas geométricas — e, conseqüentemente, uma estrutura numérica de vibrações visuais muito semelhante ao que chamamos de “intervalo” em música?

Se o pintor e o arquiteto tivessem à sua disposição os mesmos “gabaritos de construção”, teriam feito as Bodas de Canaã e Notre Dame. Quanto à estatúaria, se a biologia possuísse a “arquitetura dos seres vivos” e não tivesse que se fiar na anatomia, o escultor teria feito a Vitória de Samotrácia — a qual, embora decapitada, grita a plenos pulmões o entusiasmo triunfal.

Leonardo da Vinci, em suas obras, diz que qualquer pessoa pode desenhar exatamente — trata-se de saber ver bem, a partir da educação dos olhos. Da mesma forma podemos pintar se tivermos um pouco de educação visual para perceber claramente as cores e seus “valores”. Construir é bem mais fácil — contanto que os materiais conservem a perpendicular, o prédio não desmoronará.

Mas isto é apenas a ortografia e não a gramática. A arte é outra coisa. Se a arte se limitasse a isso, uma excelente fotografia a cores seria uma obra de arte — e sabemos muito bem que não é o caso.

Pois a fotografia é apenas exata — ela não saberia mostrar tudo o que a alma humana evoca orientada por suas percepções cerebrais. Em todo espetáculo da natureza — tanto numa paisagem como numa mulher — há algo que mexe com nossos sentimentos pessoais e faz com que os amemos. É seu encanto, o resultado dessa harmonia vibratória percebida pelo cérebro — é a conseqüência da constituição euclidiana de nossas células. E isto só o gênio do artista — que é um hu-

mano constituído como nós — é capaz de compreender e alcançar.

Para consegui-lo, dizem os pintores, é preciso que se tenha certeza de poder produzir o efeito desejado. Ora, nem sempre é possível de se ter certeza, pois geralmente o trabalho segue a inspiração ao acaso, aparentemente sem nenhuma orientação.

Quanto ao arquiteto, sente-se hoje desanimado — e se, apesar de tudo, insistir em inovar, chega a ser desanimador. A última Exposição de Artes Decorativas foi a mais desconcertante manifestação dessa incapacidade de se encontrar novamente o belo — e, entretanto, quanto talento foi desperdiçado!

Estamos no limiar de um novo século — Nostradamus nos mostra isso, como veremos mais adiante — e os artistas, pessoas sensíveis, sabem disso. E um século “novo” requer um novo estilo e uma nova arte — pois o estilo simboliza as épocas e os tempos e nós não temos nenhum. E os tempos amor-fos que estamos atravessando há quase um século só podem ser tempos de preparação.

Procura-se e não se encontra nada. O arquiteto não ousa abandonar a perpendicular: parece que tem medo de que tudo desmorone. A Exposição de Artes Decorativas representou o triunfo do ângulo reto. E o ângulo reto pode apenas produzir, poligonalmente, um quadrado no círculo e um cubo na esfera. Ora, não há possibilidade de se transformar o quadrado em estrela, pois a cruz formada por dois diâmetros perpendiculares não é um polígono. E só existe ritmo quando um polígono pode ser transformado em estrela: é preciso, portanto, trabalhar-se com 3 ou com 5, para, com a multiplicação por 4, obter todas as espécies de polígonos estrelados, onde os ritmos são descobertos com ajuda das proporções geométricas. É só lembrarmo-nos do papel desempenhado pela quinta na música.

Na arquitetura, o ângulo reto é apenas uma base — e não um estilo. Ele sustenta a construção; mas, se for o único elemento utilizado, não produz a impressão de harmonia. Para

que este efeito exista, é preciso que outros ângulos oblíquos sejam traçados proporcionalmente ao ângulo reto.

Assim é a fachada de Notre Dame. É fácil perceber-se isso se observarmos a figura 19, que nos mostra seu gabarito de construção. É a equilateral traçada no círculo que fornece o elemento primordial das proporções; e a catedral inteira está construída sobre esses dados nos seus mínimos detalhes. Seria impossível cometer-se um erro: o efeito produzido é garantido (figura 20).

Eis o segredo dos *Companheiros Maçons do Dever* — que eles chamavam de “traço” — o segredo desses admiráveis anônimos que levantaram sobre a perpendicular ao eixo da cidade, bem no centro de sua célula-mãe inicial, na Cité, esse magnífico monumento dedicado à Virgem — mãe do Deus dos cristãos — e, igualmente, signo zodiacal situado no ascendente do lugar, “a única Virgem”, como diz Nostradamus, cujo nome é exatamente o mesmo da catedral.

Quem orientou esses companheiros maçons, quem lhes indicou a equilateral e suas aplicações, quem lhes disse que era preciso projetar sobre a fachada, sem que isso fosse percebido, mas visível o suficiente para que os iniciados o encontrassem, o navio simbólico das armas de Paris?

Quem determinou que, com a construção de Notre Dame, se solidificariam em pedra os elementos astronômicos e as determinações proféticas dessas armas e da divisa que as acompanha?

Nunca o saberemos — porque não devemos sabê-lo. E pela simples razão que, se esse nome tivesse que ser revelado, não se teria pedido previamente aos companheiros que prestassem o juramento de nada revelar ⁽¹²⁾.

(12) O juramento de mestria era o seguinte, no século 12: *Artis dignatem pro virili exornaturum — ergo arcana non revalaturum*; o que significa: embelezarei com todas as minhas forças humanas a dignidade da arte e, conseqüentemente, não revelarei seus segredos. Acrescento que a revista *O Veu de Isis* publicou, em novembro de 1926 e em fevereiro de 1927, dois números especiais sobre essa companhia, que são do mais alto interesse. O juramento acima foi extraído daí.

Diversas cartas muito curiosas e vários artigos esclarecidos tendem a demonstrar que a Companhia ainda existe. Seus ritos e associações

Há muitos segredos na obra de Nostradamus — “mesmo do ano de 1585”, como podemos ler na *Carta a Henrique II*: não é estranho vê-lo mencionar esta data, exatamente a mesma em que aparecem pela primeira vez nos anais municipais as palavras: *Fluctuat nec mergitur*?

Qual a relação que há entre ele, seus sucessores e semelhantes?

Que relação havia entre ele e os companheiros? Há muita afinidade entre suas construções geométricas e a “arte do traço”: seu sistema nos mostra isso claramente. E seu sistema é originário do Egito e de Jerusalém. Assim como os companheiros sempre disseram que suas tradições remontavam à época dos construtores do Templo de Salomão.

Como se explica que Nostradamus, que era judeu, numa época de perseguição, tenha sido sempre respeitado e, mais do que isso, venerado? Por que o papa ordenou que ele fosse enterrado em terra cristã?

Poderíamos também nos perguntar por que a Igreja católica ainda canta os Salmos do rei Davi e por que lhe são sagrados os escritos de Moisés.

A fachada de Notre Dame nos propõe esses enigmas para que reflitamos sobre eles. Entretanto, suas gárgulas maliciosas e careteiras, com os cotovelos sobre os joelhos e a cabeça diabólica entre as mãos, olham do alto das sacadas a multi-

ainda subsistem em muitos lugares. Mas o costume de viajar pela França desaparece pouco a pouco, enquanto a verdadeira *mestria* parece ter desaparecido completamente. A Revolução não chegou a dispersar os mestres completamente, mas o Primeiro Império deve tê-los dizimado com suas guerras. De maneira que não se sente mais, na arte da construção ou do móvel, a influência dessa ciência do “traço” que cria os estilos. Desde então, nunca mais tivemos estilo arquitetural nem mobiliário: é um fato comprovado. A tradição se perdeu e não existem mais mestres-maçons, nem mestres-marceneiros, ou alguém desse gabarito. Também não existem mais mestres-chapeleiros e não é assim tão simples inventar a forma de um chapéu. Todas as que imaginamos são deselegantes ou desproporcionais: o “gabarito de construção” foi perdido e só com muita dificuldade e após diversas tentativas é que se poderá encontrar a forma definitiva do chapéu que caracterizará a nova época.

dão de profanos que, sem saber o que pensar, prefere não ver nem entender nada.

O mistério está bem guardado.

**

E, ao redor dessa catedral, tendo como centro o Hotel de Ville, Paris cresceu pouco a pouco através dos tempos. Suas muralhas protetoras desapareceram sucessivamente para dar lugar a outras novas, alargando a área do círculo. Muito recentemente, após a última guerra, as muralhas começadas pelo ministério Thiers, em 1841, sob o governo do Luís Filipe e que até então haviam sido respeitadas pela Terceira República, acabam de ser demolidas. Paris poderá, agora, sair para fora dessas fortalezas, além desse cinturão de avenidas exteriores que a sufocava. Os subúrbios mais próximos já estão inteiramente ligados à capital e não se percebe mais diferença entre Neuilly, Levallois e os bairros mais centrais. Certamente, quando o terreno das muralhas for recuperado e nivelado, aparecerão novos imóveis sobre ele e as diferenças desaparecerão por completo: a administração encarregar-se-á, obrigatoriamente, de suprimi-las.

A Paris do século 20, continuando sua evolução segundo o eixo (fig. 21), estenderá seu círculo até o monumento da defesa. A linha já está traçada: o prolongamento da avenida dos Campos Elíseos pelas avenidas da Grande Armada e de Neuilly. Com a diminuição das distâncias devido ao crescimento da rapidez de deslocamento, o bosque de Boulogne será apenas um jardim da capital! Pois, com a alteração da noção de distância, as superfícies parecem menores — pois o cérebro percebe de maneira diferente a relação entre o espaço percorrido e o tempo gasto para percorrê-lo — e será preciso determinar novas e vastas áreas verdes que passem a ser parques de recreação. Os bosques de Saint-Cloud, de Ville-d'Avray e de Meudon devem ser então recuperados para que os parisienses possam contar com um amplo reservatório de ozônio para regenerarem as células cansadas pelo trabalho da cidade.

Tudo se apronta para um futuro próximo. A magistratura municipal deve começar a trabalhar e a ciência do urbanismo — que é uma ciência, embora recente — prepara-se para fazer da Paris de amanhã uma cidade maravilhosa por seu aspecto e surpreendente por suas disposições práticas⁽¹³⁾. A habilidade, a atividade, a inteligência de sua notável população — que sabe encontrar sempre a melhor solução, tanto na moda quanto em suas manifestações espontâneas, sempre que a deixam agir livremente, sem reprimi-la estupidamente — e o espírito parisiense de adaptação e de perfeição encarregar-se-ão de dar-lhe um cunho de arte e de beleza.

A figura 21 nos mostra a primeira zona de extensão da área do círculo de Paris: a nova circunferência, estendendo-se para além da praça Étoile, atinge o que chamamos de Rond-Point da Défense. Este ponto desempenhará o mesmo papel que o Rond-Point da Étoile desempenhou no fim do Segundo Império (quando a avenida da Grande Armada ainda não existia). Essa zona constitui quase o dobro de Paris atual: é o primeiro salto para fora dos antigos muros, o primeiro açambarcamento dos subúrbios mais próximos pela capital, o que certamente será comum nos séculos futuros. É natural que essa extensão será bem maior na parte oeste, ao redor de Neuilly e Courbevoie.

Evidentemente, Paris não se limitará a isso. Os que já pensaram numa "Paris maior", que estudaram o caso e que, preocupando-se com o principal elemento necessário a toda cidade — a água — pensaram até em desviar as águas do lago

(13) É só visitarmos as novas cidades do Marrocos para percebermos a importância da ciência do urbanismo. O Marrocos tem sido o campo de experiências de muitas idéias novas, principalmente para o urbanismo. As cidades européias que aí estão sendo construídas foram traçadas longe das aldeias indígenas — deixando que estas conservassem sua aparência pitoresca e permitindo, sem que se demolissem as construções antigas, a construção de cidades novas construídas segundo os mais modernos princípios e métodos. Ora, o urbanismo, aplicado com gosto e espírito prático, conseguiu construir cidades de estilo árabe europeizado, curiosamente artísticas, pelo próprio traçado das ruas, largas e arborizadas. Seu estilo neomarroquino não destoia do das outras construções mais antigas — ao contrário —, e suas disposições práticas ultrapassam tudo o que se conhece normalmente na Europa.

Mas como é, de fato, que se governa, e de que “máquina de governar” dispõem estes que, pelo jogo da atual Constituição, são chamados a dirigir?

O governo é constituído pela Presidência da República e por diversos ministérios — com o poder Legislativo devidamente separado do Executivo. Há ainda umas trinta instituições que acabaram por se firmar, sem que tenham sido positivamente consideradas. Essas leis não previam, com efeito, a função da Presidência do Conselho: esta, pouco a pouco, afirmou-se de tal forma, que se tornou um órgão administrativo preponderante da República parlamentar. Mudar o presidente do Conselho é, hoje, em última análise, mudar de governo: não abandonamos a forma republicana, mas sabemos que a forma de governar de Poincaré é diferente da de Herriot — vimos isso muito bem quando aquele o sucedeu em 1924.

Temos, portanto, três coisas diferentes: a Presidência da República, por um lado; a Presidência do Conselho, por outro, com os diversos órgãos administrativos que compõem o governo dos ministros; e ainda as duas Câmaras, a dos Deputados e a dos Senadores.

Ora, observemos a figura 22, que representa, na verdade, a “máquina de governar” e que nos mostra o lugar exato ocupado pelos “órgãos” dessa máquina sobre a planta de Paris.

Perceberemos, inicialmente, que cinco ministérios — Trabalhos Públicos, Instrução Pública, Comércio, Agricultura e Colônias — apesar de se situarem em ruas diferentes, estão sobre a mesma circunferência. Em seguida, observaremos que três outros ministérios, embora afastados uns dos outros, situam-se sobre uma mesma circunferência também — o das Finanças, o da Guerra e o do Trabalho — e que esta, assim como a precedente, tem como centro o meio da reta que une o Senado à Câmara dos Deputados.

Ora, a metade dessa reta — raio da circunferência é igual ao raio Palais-Bourbon-Rond-Point dos Campos Elíseos.

Não se torna compreensível o que Nostradamus queria dizer com “nos Campos Elíseos fazer ronda”? Não era somente para que, a partir disso, se traçasse toda a planta da

cidade de Paris, mas também para que se descobrisse e analisasse as disposições topográficas da máquina governamental da Terceira República.

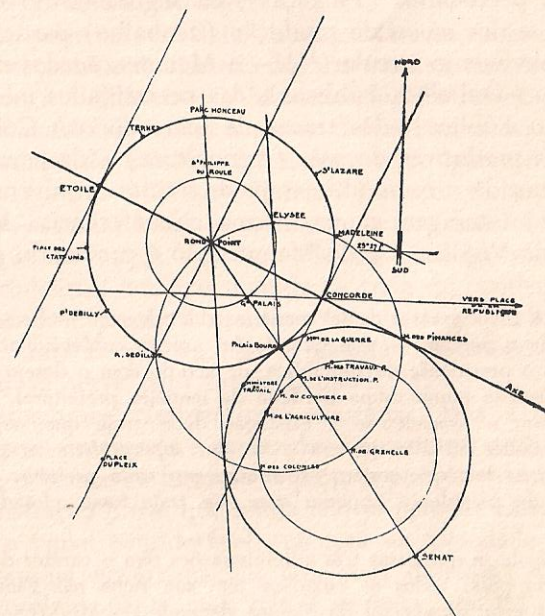


FIG. 22

Sobre essa circunferência cujo centro é o Rond-Point dos Campos Elíseos, situam-se então a Câmara dos Deputados e, bem perto, o Ministério dos Negócios Estrangeiros; o próprio palácio dos Campos Elíseos, onde mora o presidente da República, e seu vizinho imediato, o Ministério do Interior, situam-se sobre uma circunferência menor, cujo centro é o mesmo.

Compreendemos então como funciona esse “dispositivo”: o *Executivo* (a Presidência da República) está ligado ao *Executante* (o Ministério do Interior)⁽¹⁴⁾ — a *Vigilância* dos interesses pecuniários (Finanças), da segurança do território (Guerra) e dos meios de produção (Trabalho) participam do mesmo movimento circular⁽¹⁵⁾ — a *Manutenção* dos meios de circulação (Trabalhos Públicos), das necessidades intelectuais (Instrução Pública), das trocas de mercadorias (Comércio), das forças produtivas do solo (Agricultura) e da complementação fornecida a essas últimas pelos territórios adventícios⁽¹⁶⁾ (Colônias) interagem numa mesma circunferência. E o movimento da Vigilância e da Manutenção é produzido por uma

(14) A idéia geral é de tal maneira admitida pelo intelecto — aliás, sem que ele o perceba — que quando foi preciso confeccionar um uniforme para o presidente da República, de acordo com o desejo de Félix-Faure, pensou-se numa roupa bordada da maneira prefeitoral, mas com fios de ouro; e procedeu-se à execução desse traje que, segundo as indicações dadas ao alfaiate, era o de um *superprefeito*: o presidente promulgava as leis que seriam executadas por cada prefeito. A morte prematura do presidente impediu que esse traje fosse adotado oficialmente.

(15) Note-se que essas três administrações têm o caráter de vigilância geral do país: todos os cidadãos têm sua ficha nas Finanças, na Guerra, e a estatística geral da França depende do Ministério do Trabalho — que inclui, logicamente, a Higiene e a Previdência Social.

(16) A palavra “adventício” foi tomada, aqui, no sentido que tem em direito romano. Nota-se, além disso, o quanto a idéia de comunicação domina essas cinco administrações: chega a saltar aos olhos no que concerne ao Ministério dos Trabalhos Públicos (estradas e ferrovias) e mesmo ao do Comércio; mas a Instrução Pública não tem por finalidade a comunicação das inteligências? E o Ministério da Agricultura não relaciona o homem ao solo da Terra? E a administração colonial de Paris não cuida da ligação da metrópole com suas diversas colônias?

oscilação pendular cujo centro se encontra entre a Câmara e o Senado — sedes do desenvolvimento legislativo.

Notar-se-á, curiosamente, que a Justiça permanece afastada, como se, baseada em idéias superiores e alheia às flutuações políticas, ela só devesse ser influenciada pelo Direito: o que se justifica, aliás, pelos próprios princípios da Constituição.

Notar-se-á, também, que os Negócios Estrangeiros estão ligeiramente de lado — pois não têm, na verdade, nenhuma ação direta sobre o país, e constituem, na verdade, uma espécie de Secretaria de Estado das relações do governo francês com os diversos governos estrangeiros.

Enfim, podemos constatar que a Marinha, sobretudo a Marinha mercante, está afastada dos movimentos circulares que impulsionam a Vigilância e a Manutenção. Entretanto, temos 3 mil quilômetros de costas a serem defendidas e exploradas. Mas a Marinha de combate foi sempre uma “parente pobre” durante as guerras — Claude Farrère, inventor da expressão, demonstrou-o muito bem; e, realmente, é um fato conhecido este de que a França não entende de marinha mercante: temos marinheiros, heróicos quando se trata de combater, corajosos quando é preciso enfrentar as tempestades, habilidosos quando se trata de pescar, mas a maioria dos franceses acha que o mar só serve para tomar banho!⁽¹⁷⁾

A Aeronáutica também está afastada. Mas a aviação, apesar de seus progressos e apesar dos importantes serviços que já prestou, pertence ao futuro; e a própria posição ocupada por sua administração prova que ainda não se percebe claramente, desde já, o papel considerável que terá na sociedade futura.

A máquina governamental tem seus defeitos. Ela funciona convenientemente, mas não é perfeita.

Ela será diferente e melhor no futuro? Talvez. Mas para que tenhamos uma idéia, voltemos ao exame do grande problema apresentado por Nostradamus e estudemos o jogo das determinações políticas da França nos tempos mais recentes.

(17) É verdadeiramente estranho constatar-se, como o fez Claude Farrère em estudo publicado em 1914, que a Marinha sempre teve apenas um papel acessório nas manobras de guerra. Nenhuma batalha naval foi decisiva para o destino de nenhum exército: o que houve foi um heroísmo inútil, mesmo na batalha do Jutland.

AS MUDANÇAS POLÍTICAS E A VINDA DO GALO

É quase um axioma de laboratório dizer que o homem vivo é um dos piores campos de experiência conhecidos pela ciência. Como poderíamos abrir o cérebro de alguma pessoa importante se desejássemos estudar o funcionamento — num estado de vida sã e ativa — de suas circunvoluções cerebrais? Isto seria um crime. E como estudar o processo de reprodução enquanto ele acontece? Seria algo revoltante fazê-lo e ninguém se prestaria a uma laparotomia imediata. Por maior que seja o interesse em saber, o homem deve respeitar seu semelhante.

É por isso que conhecemos mais os animais do que a raça humana — e que toda a nossa biologia está baseada em experiências veterinárias. No que diz respeito aos múltiplos e complexos fenômenos de hereditariedade, por exemplo — ou seja, do próprio fundamento do estudo da raça humana — só os veterinários puderam nos esclarecer alguma coisa.

É por isso também que, em psicologia, raciocinamos sobre os outros como em relação a nós mesmos — porque sabemos muito bem como pensamos e como sentimos e que, por analogia, achamos que os outros procedem da mesma maneira. Às vezes acertamos — e até muitas vezes — pois a lógica científica aproxima-se muito da lógica matemática, que deve ser considerada como sendo absoluta.

Existe, entretanto, uma ordem de idéias tão íntimas, tão pessoal a cada um, composta de diversas e variáveis abstrações, de acordo com cada indivíduo que, com exceção do

filósofo, que se permite analisá-la — pois o filósofo não respeita nada —, ninguém poderia afirmar que essa ordem de idéias é a mesma para dois indivíduos diferentes. São as idéias chamadas “respeitáveis”.

E é nessa categoria que estão as idéias que constituem as “convicções políticas”.

Sei muito bem que, na prática da vida social, todo cidadão é inclinado, não somente a pensar, mas também a proclamar, que aquele que não tem as mesmas convicções políticas que ele é “um ser desprezível”. Voltaire dizia: “Quando chamo alguém de canalha, isto significa que não temos as mesmas idéias sobre o Santo Sacramento”. Hoje em dia não nos disputamos mais, pelo menos dessa maneira acerba, por um assunto religioso, mas esse caráter veemente ainda existe nas discussões políticas.

Ora, quando se trata de ciência, os sentimentos pessoais devem ser deixados de lado. E as convicções políticas são, no fundo, apenas sentimentos pessoais.

É realmente um sentimento muito complexo — cujos elementos variam segundo os indivíduos. E convicções políticas são um pouco como o amor: só encontramos no amor o que já possuímos — e poderíamos ainda dizer, por brincadeira, que esse sentimento “é algo parecido com os legendários albergues espanhóis, onde o freguês só consumia suas próprias provisões”.

O amor, em cada um de nós, é apenas aquilo que acreditamos existir: é a “dança diante do espelho” — como disse François de Curel, numa definição que se tornou célebre. E, em cada época de nossa vida, este sentimento, polimorfo na humanidade, permanece sempre o mesmo, mesmo que não o queiramos. Aos vinte anos, ele é feito de ilusões; aos cinquenta, de recordações!

E assim também são nossas convicções políticas: na juventude, são feitas de aspirações e, mais tarde, de hábitos. Elas também são polimorfas — pois as aspirações compõem-se de interesses, necessidades, ambiente, educação, origem etc. Olhem ao seu redor nessa época de após-guerra: proliferam os

partidos políticos!⁽¹⁾ No Palais Bourbon, os grupos se desintegram: todos são republicanos, mas suas convicções políticas são diferentes. Os próprios cartelistas dizem que “o cartel é apenas uma fórmula de combate” — pois o cartel, por definição, é a unificação momentânea de diversos interesses tendo em vista um objetivo determinado.

Para que vários indivíduos se agrupem em torno das mesmas convicções, é preciso codificá-las, criar uma plataforma de dogmas e declará-los intangíveis. Foi o que fez a Igreja no Concílio de Nicéia — e o que procurou fazer em outros concílios. Foi o que fizeram os socialistas, quando se *uniram* — e é o que continuam a fazer, cada vez que seu partido se reúne. Entretanto, fora da Igreja, podemos estar em desacordo com as decisões do concílio, assim como podemos assumir uma posição contrária ao socialismo, quando estamos fora do partido.

O sistema de Nostradamus demonstra que, em qualquer evolução, existem pontos de retrogradação e, conseqüentemente, épocas de estagnação.

Pode-se constatar isso particularmente na vida política.

Os fatos políticos devem ser encarados com grande espírito de relatividade. Aliás, esta é a única maneira de estudá-los cientificamente — e é o que faz Nostradamus.

Ele também tem suas convicções políticas — embora não seja possível constatar isso, podemos senti-lo — mas elas não influenciam sua obra e é por isso que, mesmo com o passar do tempo, suas apreciações, breves e às vezes brutais, nos parecem tão corretas.

Mas as convicções políticas, em cada um de nós — assim como o amor — constituem uma paixão e, por isso mesmo, são capazes de desencadear o entusiasmo. Mas o sentimento tem sua beleza e sua utilidade na evolução de um país — assim como o amor é belo e útil na natureza. E a razão, por isso, arrisca-se a ser falseada — assim como o amor pode causar certa cegueira. Mas, assim como é difícil abrir os olhos de

(1) O autor escreveu este livro em 1927.

um enamorado sobre o objeto amado, não podemos e não devemos desiludir um partidário.

Por tudo isso, as predições de Nostradamus sobre os próximos acontecimentos devem ser abordadas com muita prudência — com a grande tolerância que reina nos corredores do Palais Bourbon.

**

Nostradamus faz notar, em vários versos indicativos que, se quisermos “da maior parte ver não vindo o tempo” (Pres. 74) e, assim, compreender o jogo dos acontecimentos políticos após 1924, é preciso estabelecer um círculo especial para as finanças do Estado⁽²⁾. É fato, aliás muito natural, que os períodos atribulados da história estão sempre relacionados às finanças e que todos os atos dos ministros relativos à economia e as comissões parlamentares formadas para discutir orçamentos têm uma importância muito grande nessas épocas — tanto na Convenção e no Diretório, quanto na Restauração, limitando-nos apenas às épocas de regime parlamentar.

Sempre foi assim e assim continuará a ser.

A corrente especial de versos começa em 1914:

Nunca esteve mortal tumulto tão próximo

Oh! que horrenda mortalidade se aproxima (VI, 96).

Estes versos constituem um “muro”. Trata-se da guerra, determinada por duas palavras do Presságio 80: “guerra motivo”.

Nesse tempo será gasto cipres (III, 88) — isto é, *cuprum* ou *cyprum*, o cobre (jogando com a palavra, que também quer dizer habitante da ilha de Chipre). Trata-se da escassez da moeda de bilhão, ou seja, moeda de cobre.

(2) A “palavra” em questão, no caso, é LORVARIN, isto é, *Ouro em V. AR* (*L’or in V. AR*, em francês) — Pres. 76; o ponto do nônio onde se encontra o *Ouro* é a quadra X, 46. Segue-se uma série de determinações do teodolito que devem limitar-se à prescrição da quadra VIII, 97, no que diz respeito a V. AR.

Os simulacros de ouro e de prata inflados (VIII, 28) — ou seja: inflação das notas que tomaram o lugar das peças de ouro e das moedas que substituíram as peças de prata⁽³⁾.

Fato que obriga progressivamente os cidadãos e o Estado a gastarem muito mais:

Que de ouro de prata fará despendere (Sextilha 6) — traduzindo-se que por *quod*, temos “quanto”; e *despendere* significa “gastar”.

Conseqüentemente, os impostos sobem progressivamente:

Pelo país serão muito mais onerados (I, 5), escrito no plural, subentende “os cidadãos”, segundo o costume latino. “Oh! que carestia!” (III, 5) exclama Nostradamus. Seguindo seu sistema, “saber-se-á quanto custa um quintal de madeira” (Sextilha 18).

A república miserável, infeliz (I, 61) — trata-se, sem dúvida, do Estado (*res publica*) cujas finanças acham-se miseráveis e infelizes (*infelix*).

**

Nostradamus diz que é preciso contar, a partir de 1870, *Sete e cinquenta anos pacífico* (X, 89). Notem que este adjetivo está no singular: é o *pacificatum*, palavra que indica a observância de um pacto como se este fosse uma constituição. Mas não devemos parar aí, pois o verso tem somente cinco palavras e, portanto, é preciso dividir *pacificatum* em dois: *tum pacifica est res publica*. Essa deve ser a construção correta, considerando-se que se trata dos negócios do Estado e que este verso aplica-se a $1870 + 57 = 1927$, ano que não trará grande mudança política, pois é *pacificus*.

A manobra sobre as finanças faz surgir o verso seguinte, que é muito curioso:

Ouro capião arrebatado depois devolvido (VIII, 29).

Trata-se de uma quantidade de ouro enviada como garantia (*capió*, do direito romano, com o sentido completo de

(3) Essa emissão forçada de notas de banco será geral na Europa, diz Nostradamus: *Reis e príncipes farão simulacros* (III, 26).

uso *capião*), a qual será restituída mais tarde. E um meio-verso explica quais são as duas partes interessadas: *aos ingleses e Paris* (VIII, 60). Incontestavelmente, trata-se de uma garantia dada pela praça de Paris, segundo o termo da Bolsa, aos ingleses: é o caso do ouro do Banco da França que os ingleses devolveram em abril de 1927.

Quanto à estabilidade — não estabilização — do fluxo das divisas estrangeiras constatada durante o inverno e a primavera desse mesmo ano, sabemos que é devida unicamente à situação financeira e não resulta de nenhum texto legislativo. Poincaré sempre se recusou, no curso desse lapso de tempo, a indicar à comissão das finanças da Câmara quando e como deveria ser abordado o que chamamos de “estabilização legal”. (Pres. 100); e, na realidade, o fluxo do franco estabilizou-se e acabou sendo admitido, sem a interferência de nenhum texto legislativo⁽⁴⁾.

Poderíamos estudar as moratórias e examinar como agem os elementos que constituem esses fatos, tanto no plano financeiro quanto no político. Mas, como essas constatações só poderiam ser verificadas pelos iniciados — e estes são muito poucos, reduzindo-se a alguns ministros, alguns banqueiros e, talvez, alguns jornalistas — para que revelá-las? Pois impõe-se uma pergunta de ordem geral: quando descobrimos um segredo, sem que este nos tenha sido confiado, temos o direito de torná-lo público? Ainda: qual a utilidade de se revelar a todo mundo a preparação íntima dos acontecimentos? Quem levaria seus convidados para a cozinha antes de servir o jantar? E que teatro deixaria que passássemos pelos bastidores antes de assistirmos à representação?

É natural que não existe interesse em desiludir o convidado ou o espectador. Mas nem sempre esta é uma boa razão: certas cozinhas são muito apetitosas e muitos artistas são agradáveis de serem vistos de perto. Entretanto, quando

(4) O verso se completa assim: *Posto na frente para prova* (Pres. 100). Essas últimas palavras, que não precisam ser esclarecidas pela tradução, dizem claramente que a característica da situação financeira da época só foi colocada nestes termos *para provar-se* até que ponto poder-se-ia sustentar tal situação.

não somos íntimos, chega a ser indecente inspecionar as preparações culinárias ou o trabalho de maquilagem; e um ato de “má-educação” se, depois, resolvermos contar tudo a qualquer pessoa, indiscriminadamente.

Quando se trata de questões políticas — nas quais, no fundo, todo cidadão está diretamente interessado e pode ser considerado como ator e espectador ao mesmo tempo — as coisas são diferentes. A divulgação dos fatos ocultos, *em certos casos*, chega a ser um dever. Tudo depende, entretanto, do fato em questão: se pertencemos a um partido, é evidente que devemos informá-lo sobre o que sabemos a respeito dos adversários — e nesse particular, como em muitos outros, a política e a guerra se assemelham. Pois é evidente que devemos estar sempre informados sobre os atos dos inimigos de nossa pátria.

Mas onde a política não se assemelha à guerra é no seu objetivo de harmonia e equilíbrio, contrário à destruição e à desorganização. Os partidos lutam entre si — às vezes acirradamente — mas sempre com a profunda convicção de que suas idéias e seus programas são os melhores para a nação.

Um observador pode, sem dúvida, observar que tal partido está desorientado e que o triunfo de suas idéias seria desastroso para o país. Mas este observador, precisamente porque apenas observa, não pode incriminar nenhum partido político.

Querer mudar o que existe — um governo ou um estado social — seja para restaurar antigos métodos ou para instaurar novos, é perfeitamente legítimo, filosoficamente falando, e todo observador deve ser um filósofo.

É função do governo defender a ordem de coisas existente, recusando qualquer evolução: seu poder existe para que a organização que ele mesmo estabeleceu mude o menos possível. Em contrapartida, é função de seus adversários atacá-lo constantemente, criticando-o, solicitando-o ou impulsionando-o, pois querem apressar sua evolução. É também inevitável que esse governo caia: num mundo onde tudo muda e onde tudo morre, o homem tenta em vão alcançar a imobilidade e a eternidade.

Aliás, há necessidade de se dizer que as instituições mais flexíveis parecem ser as melhores, e que, com o aparecimento do regime parlamentar, passou a ser mais importante mudar de ministério que de monarca?

Entretanto, constatou-se também que é mais difícil tomar decisões em grupo, que as deliberações de uma assembléia são, obrigatoriamente, uma média de opiniões e que, quando se necessitava uma resolução rápida e categórica, as soluções eram, muitas vezes, imprecisas e tardias.

Os antigos romanos devem ter feito a mesma constatação: sua república previa a aplicação da ditadura nos tempos mais atribulados, durante a guerra, por exemplo, e suas instituições admitiam que o ditador fosse nomeado de antemão, de acordo com o caso, por um período previamente determinado. Esta parece ser uma maneira inteligente de se proceder; entretanto, foi responsável por César e seu império. Por outro lado, as intermináveis querelas e dissensões políticas da Grécia fizeram com que esta fosse absorvida por Roma, isto é, pelo estrangeiro!

Quando refletimos sobre a conduta dos estados, verificamos que não existe, no fundo, nada absoluto. Só o passar do tempo pode levar-nos a pensar que, se um povo ou um governo tivessem agido de outra forma, o resultado teria sido preferível.

Além disso, devemos levar em conta o “grão de areia” de Pascal — esse infinitamente pequeno que o homem não pode prever, com todas as suas conjecturas e toda a sua lógica — o “acontecimento imbecil”, como se diz hoje em dia, ou seja, o fato inesperado que destrói as mais sábias previsões e arruína os espíritos mais sólidos.

“Ninguém manda nas horas”, dizem os árabes; ninguém, na verdade, é o dono absoluto da evolução geral e, quando chega o momento cósmico de sua eclosão, ela se afirma por si só.

*
**

Ora, é um “século novo” (Sextilha I) que começa, diz Nostradamus.

O que chamamos de século 19 terá ainda durado até o final da guerra de 1914 — considerando-se que os períodos históricos, assim como os literários, não coincidem exatamente com o tempo do calendário. Emile Faguet sempre dizia, a esse respeito, que nenhum escritor do século 17, no dia 31 de dezembro de 1699, pensaria em se transformar num escritor do século 18 no dia seguinte! Da mesma forma, na manhã do dia 1.º de janeiro de 1900, não havia nada que pudesse diferenciar esse dia do dia anterior.

Mas, depois da guerra de 1914, as coisas mudaram muito. Basta olharmos ao redor: nada mais, ou quase nada é igual, na vida, ao que víamos antigamente. O mapa da Europa mudou completamente e várias monarquias desapareceram. As condições econômicas do comércio internacional foram modificadas. As bases comerciais não são mais as mesmas e a escala dos preços, desde a produção até a venda ao consumidor, foi completamente transformada. A moeda mudou: a letra de câmbio substituiu o dinheiro. A propriedade imobiliária passou para outras mãos. Os lucros das rendas não têm mais o mesmo valor. As distinções sociais tendem a desaparecer: é difícil saber-se sobre o que poderia se basear a superioridade de classe, e a riqueza pecuniária parece tornar-se o principal elemento dessa distinção. O próprio fisco modificou-se: atinge tanto o lucro da fortuna adquirida quanto o lucro do trabalho, esquecendo-se de que qualquer trabalho — mesmo o manual e, principalmente, o intelectual — pressupõe um aprendizado, um estudo prévio e que a remuneração deve ser proporcional ao saber intelectual do trabalhador, enquanto que os lucros provenientes de uma fortuna adquirida são automáticos.

Os costumes também se transformam. Este “como se deve” — inventado no governo de Luís Filipe como código de atitudes, gestos e maneira de se vestir — não existe mais. Para estar “correto” não é mais preciso portar-se “como se devia” em outros tempos. Hoje as pessoas são desenvoltas, esportivas: as barbas desapareceram, os bigodes diminuíram, os vestidos encurtaram e os cabelos também.

É um sinal dos tempos — dos novos tempos. Pois a moda, embora às vezes não aparente, se adapta às condições da

vida: é impossível correr pelas escadarias do metrô usando um vestido comprido ou apanhar um trem de subúrbio sem perder o chapéu! É inadmissível dirigir uma bicicleta usando uma sobrecasaca. Aliás, não se esqueçam de que a sobrecasaca já foi uma roupa esportiva: era o *riding coat*, considerado cômodo para passeios a cavalo em Paris.

Não se esqueçam também de que, se o traje *negro* e se a cor negra são considerados de cerimônia, é só por causa da tradição criada no reinado de Luís Filipe. Usavam-se roupas de todas as cores: só os magistrados, os advogados, os notários e os funcionários do ministério, os médicos, que, no antigo regime, eram chamados clérigos, seguiam o costume eclesiástico e vestiam-se de negro⁽⁵⁾. Mas o “burguês”, que havia feito fortuna durante as guerras do Primeiro Império como comerciante, precisava afirmar suas tradições e opiniões e colocar-se entre aqueles que já tinham adquirido o “direito de burguesia” antes da Revolução. Então vestiam o traje negro — que pressupunha alguns títulos universitários, mas que os distinguiria o suficiente dos militares bonapartistas e dos nobres legitimistas, vestidos com outras cores.

Mais tarde, no Segundo Império, sobreveio a moda militar; entretanto, não ia além do uso do bigode e da barba à moda imperial, pois só podia vestir um uniforme quem pertencesse ao exército. E foi mais ou menos da mesma forma que a moda da Terceira República foi instituída oficialmente. E é por isso que o chefe do Estado veste-se hoje de negro e que os debates da Câmara e do Senado são presididos nesse traje.

Não existe outra razão. Aliás, não há nenhuma lógica em pôr-se de luto para se divertir, isto é, ir a festas!

De fato, nessas questões de moda são muito mais importantes do que se pensa. Há trinta anos, os corredores da Câmara dos Deputados, abarrotados de senhores vestidos com sobrecasacas, tinham uma aparência rígida e compassada que

(5) Faço questão de lembrar-lhes — pois é preciso manter a memória ativa — de que o uso da batina pelos padres data do Primeiro Império e que a batina ou sotaina (*sottana*, em italiano, isto é, vestimenta de baixo) equivale à *levita* negra dos hebreus.

hoje não têm mais. Os debates presididos por Charles Floquet, sempre muito barbeado e rodeado por seus “favoritos”, tinham um caráter de grande solenidade.

Hoje ninguém mais usa sobrecasaca e raros são os que ainda usam fraque. O presidente da Câmara, quando deixa sua poltrona, parece até sentir-se embaraçado por estar com seu traje negro. Os guardas alinham-se sob o rufar dos tambores, enquanto ele atravessa o Salão da Paz para abrir a sessão — mas todos usam quepe e não mais a barretina; perguntamo-nos até por que esta tradição militar ainda subsiste.

Antigamente, quando se dizia uma palavra que não fosse “parlamentar” isso significava que a boa educação a reprovava. Hoje a linguagem oficial contenta-se em suprimir o que for desnecessário.

Tudo muda à nossa volta e muitas coisas já mudaram. O sr. Paul-Boncour disse certo dia, na tribuna da Câmara dos Deputados, essas palavras profundas: “Trata-se de uma revolução, talvez sem grandeza (ele não pensava em agitação), mas trata-se de uma revolução!”

Mas nessa mudança toda há ainda uma coisa que não evoluiu, com exceção de alguns detalhes: o Parlamento. Embora certos costumes tenham mudado⁽⁶⁾, seus métodos datam de pelo menos mais de meio século!

Será preciso que ele também se transforme — por penoso e desagradável que isso possa ser para muitos. “Os franceses sempre chegam tarde, mas chegam”, escreveu Voltaire; as instituições devem colocar-se em sintonia com as mudanças.

É lógico. E Nostradamus anuncia:

Século novo, aliança nova (Sextilha I) — aqui “aliança” deve ser traduzida por *religio*⁽⁷⁾ e significa “constituição”.

(6) A votação, no Congresso de Versalhes, da lei constitucional sobre a caixa de resgate das ordens de pagamento da Defesa Nacional, em agosto de 1926, foi, nesse particular, muito significativa: nunca se assistiu, sobretudo nesse lugar, a tal confusão. Deputados e senadores agitavam as mãos para votar sem terem ouvido uma só palavra da lei que estavam aprovando!

(7) Edgar Poe já havia observado que *religio* não podia traduzir-se por religião, “assim como *ambitus* não significa *ambição*”, acrescentou maliciosamente.

Entraremos, portanto, num novo século, com novas instituições.

O símbolo que a rotação das linhas geométricas traça sobre o mapa da França é um *galo*. Como não há nenhuma indicação mais precisa no próprio texto de Nostradamus, somos obrigados a chamar esse novo regime de *regime do galo*.

Nostradamus nos faz notar, com efeito, que haverá certa hesitação na designação do chefe do Estado; é o que indica a corrente especial de versos. Mas não devemos nos surpreender com isso: já havíamos constatado que o *regime da Águia* — que é também designado como um regime especial no famoso verso I, 31, que coloca o grande problema da França após 1792 — e que correspondeu ao Primeiro Império, apresentou a mesma hesitação inicial. Os textos oficiais e as inscrições das moedas apresentavam, no começo, essas palavras: “República Francesa, Napoleão imperador”.

Que importa que se tateie até que se encontre o nome adequado? Ao menos a evocação do símbolo tem um caráter pessoal.

*
**

O símbolo do Galo começa a se formar aos poucos em 1927. Mas entre seu nascimento e a época em que se afirma deve passar um certo tempo.

Se voltarmos à figura 13, verificaremos que a flecha que indica a posição do feixe de lictor no ano de 1929 tem como ponto diametralmente oposto o ano de 1873 — que o ano de 1929 corresponde da mesma forma ao de 1875, data da constituição republicana — e que os anos 1879 e 1933 estão igualmente situados sobre a linha diametral do mapa da França.

Notem que o próprio Elisée Reclus surpreendeu-se com a particular situação da França sobre o globo terrestre. Eis o que escreveu em sua *Geografia Universal*: “O território francês, atravessado pelo 45º grau de latitude, situa-se exatamente no meio da zona temperada; além disso, parece que essa situação está relacionada com o pólo e o Equador: as linhas que determinam suas dimensões em largura e compri-

mento confundem-se com os meridianos e os graus de latitude”⁽⁸⁾. Por pouco, Elisée Reclus acabava descobrindo, pelo mapa da França, o sistema cronocosmográfico de Nostradamus. Pois a França é, graças à sua surpreendente situação sobre a esfera, um protótipo para o estudo desse sistema.

Conseqüentemente, o meridiano de Paris e o diâmetro 1879-1933 (que pode ser traçado sobre a figura 13) são, *por um lado*, coordenadas geográficas — sendo que o primeiro é a longitude e o segundo a latitude — e, *ao mesmo tempo*, as principais coordenadas do círculo da França — que se cortam perpendicularmente e marcam os pontos cardeais.

Esses pontos cardeais coincidem, nas figuras 10 e 13 com os seguintes anos: 1798, 1825, 1852, 1879, 1906 e 1933. Relacionemo-os aos fatos históricos correspondentes que conhecemos:

- 1798, Bonaparte no Egito;
- 1825, sagração de Carlos X;
- 1852, Napoleão III imperador;
- 1879, presidência de Jules Grévy;
- 1906, presidência de Fallières.

Podemos verificar que, com exceção da primeira data, todas as outras indicam mudança do chefe do Estado. Naturalmente, houve muitas mudanças de chefe de Estado na França; mas é curioso notar que, nas datas que coincidem com os pontos cardeais, essas mudanças têm uma importância política — e é isso que é importante.

Pois assim como o ano de 1798 é célebre devido à batalha das Pirâmides e à bala de canhão que destruiu o nariz da Esfinge, também foi nesse ano que o golpe de Estado do 22 floreal dado pelo Diretório cassou as eleições ganhas pela maioria jacobina de tendências mais avançadas. Em 1925, o conde de Artois, irmão de Luís XVI, rei há oito meses, foi sagrado em Reims sob o nome de Carlos X, para grande alegria dos ultramontanos. Em 1852, o príncipe-presidente Luís

(8) Elisée Reclus, *Geografia Universal*, tomo II (a França), pág. 6.

Napoleão Bonaparte que, no ano precedente, havia conquistado o poder ditatorial por um golpe de estado, faz-se consagrar imperador hereditário com o auxílio do Senado e de um plebiscito. Em 1879, Jules Grévy foi nomeado, pelo Congresso de Versalhes, presidente da República, sendo o primeiro presidente eleito regularmente segundo as leis constitucionais e republicano. Finalmente, em 1906, temos a presidência de Fallières, que marca o ponto culminante do período republicano anterior à guerra.

Se fizermos a abstração das opiniões, que variam consideravelmente de uma época para outra, sendo às vezes de direita e às vezes de esquerda; e negligenciarmos os meios utilizados, às vezes regulares e, outras, excepcionais — notaremos que a idéia dominante em cada um desses fatos é conservadora, no sentido filosófico da palavra. A tendência de todos esses fatos era a de impedir que os partidos extremos (seja de direita, seja de esquerda) perpetuassem ou semeassem a desordem: era uma tendência para o equilíbrio. O Diretório tenta abafar a revolução jacobina; Carlos X esforça-se por reinstaurar as tradições do passado; Napoleão III, com o Império, espera terminar com as discussões entre monarquistas e republicanos; Grévy sustentará a República graças às opiniões oportunistas e só Fallières manterá o livre jogo das instituições, vivendo um período infinitamente menos agitado que os precedentes.

Notaremos também que essas datas sempre coincidem com um reforço do poder central — e que esse reforço é tão brusco que chega a constituir um golpe de estado.

Entretanto, quando, devido a outros movimentos resultantes do estudo da precessão dos equinócios, um símbolo deve substituir outro, essas datas dos pontos cardeais nunca coincidem exatamente nem com o nascimento e nem com afirmação desse símbolo. A *Águia* do Primeiro Império leva seis anos para se afirmar, de 1798 a 1804; ao passo que, em 1825, a flor-de-lis já havia se estabelecido há dez anos; em contrapartida, o inofensivo golpe de estado de 1852 foi precedido de outro, mais violento, o de 2 de dezembro de 1851; e, quando Jules Grévy foi eleito presidente, a Constituição re-

publicana já existia há catorze anos e, na verdade, a República inaugurava o seu décimo ano.

À primeira vista, não existe nenhuma relação entre as duas coisas. Mas separemos as datas dos pontos cardeais situadas sobre a latitude. Os anos 1798 e 1852 estão sobre o meridiano e a vertical do círculo; 1825 e 1879 estão sobre a longitude e o diâmetro horizontal.

Em 1798, estamos no Diretório: quando começou? — em 1794. Em 1852, chegamos ao fim de uma República: quando começou? — em 1848. Calculemos: $1798-1794 = 4$; $1852 - 1848 = 4$. Portanto, é o fato que se passou quatro anos antes que *determina* o que se situa sobre o meridiano cardeal⁽⁹⁾.

Por outro lado, a Restauração já havia sido tentada uma primeira vez em 1814 — isto é, onze anos antes da data cardeal de 1825. E notaremos também, não sem surpresa — pois o fato poderia muito bem passar despercebido — que as leis sobre a liberdade da imprensa e o direito de reunião, que permitiram que as idéias republicanas ganhassem terreno no Segundo Império, datam de 1868 — ou seja, oito anos antes da data cardeal de 1879.

Constataremos então que, sobre o diâmetro horizontal, os fatos que determinam os que se situam nos pontos cardeais são menos precisos e, de certa forma, mais instáveis que os precedentes — como se, na horizontal, o equilíbrio se demorasse um pouco mais para se estabelecer.

Num futuro próximo, encontramos outra data cardeal — esta, no sentido horizontal: 1933. Os acontecimentos que a condicionam serão *mais imprecisos* e *mais oscilantes*, devido a essa horizontalidade (Fig. 13).

O símbolo do *Galo*, representado pela figura 23, não nasce na posição correta sobre o mapa. Devido à posição do eixo do feixe de lictor em 1927 (Fig. 13), ele se encontra,

(9) Isto, bem entendido, para o período posterior a 1792; não devemos esquecer que, como tudo é móvel no universo, quando estudamos um período separadamente, precisamos fazer as correções relativas às variações das inclinações dos eixos.

no início, inclinado, com a cabeça apontando para leste, em direção ao Alto Reno.

Nostradamus tomou muito cuidado ao indicar a situação cartográfica desse símbolo por causa de sua importância na solução do grande problema. No verso III, 52, ele indica a diferença entre este símbolo e a Águia: *Galo verá a Águia a asa mal feita*. Com efeito, se observarmos a figura 8, nota-

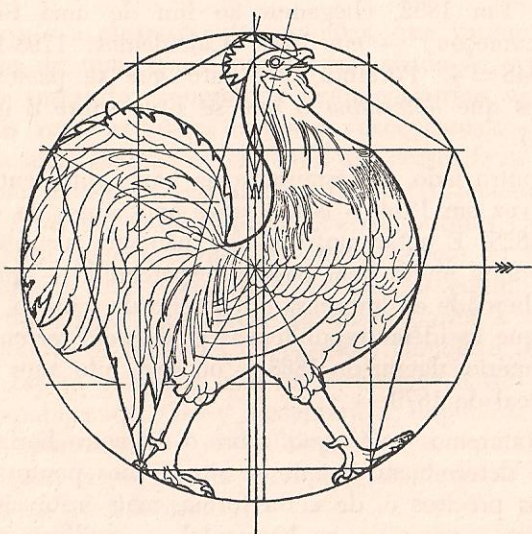


FIG. 23

remos que a Águia está com a cabeça inclinada em direção à asa oriental e olhando para esta e, se compararmos com a figura 23, veremos que as partes peitorais e abdominais do Galo não preenchem completamente o espaço ocupado pela asa oriental da Águia. Daí a indicação: *Gallum videbit Aquila ala male perfecta* (III, 52). É a Águia que vê que o Galo não completa uma de suas asas — observação preciosa, pois o desenvolvimento do apêndice caudal do Galo ultrapassa a área do pentágono irregular (o sepulcro do Grande Romano)

e cobre uma parte do Atlântico, o que é inútil territorialmente (Fig. 23).

Quando desenhamos essas figura, poderíamos pensar que cometemos um erro e que a cabeça do Galo deveria estar virada para o oeste. Mas o verso acima é explícito: é a asa da Águia que deve ser imperfeita e o Galo a está olhando. Portanto, a cabeça do Galo deve estar virada para leste.

Além disso, como o traçado do desenho não cobre totalmente a superfície do mapa da França até os limites da Bélgica e da Alsácia-Lorena, somos inclinados a pensar que os municípios dessas regiões mostrar-se-ão hostis ao novo regime. Já havíamos observado, com efeito, que o *Barrete frigio* (Fig. 7) não cobria a Bretanha e a região da Vendée, que permaneceram realistas durante a Revolução. Mas, com esse verso, Nostradamus nos previne que não devemos raciocinar da mesma forma para o Galo e que idealmente, senão graficamente, este símbolo cobre a França inteira, assim como a Águia de Bonaparte.

O nascimento cosmográfico desse símbolo está indicado no primeiro verso da quadra I, 48, que o teodolito apresenta como *marcador de tempo*. Esse verso indica que “vinte anos do reino da Lua” devem se passar, como já foi explicado no início dessa obra, a propósito da *Legis Cautio*. Consequentemente, as linhas que formam os símbolos com suas rotações, começarão a constituir o desenho de um Galo em 1927, “quando se verá o grande Galo no caixão” (I, 5) — e é exatamente então (*quando*) que se verá o grande Galo no sepulcro (caixão)⁽¹⁰⁾.

Sua posição é a seguinte: *ad versum Gallum erit eorum transmontana*; que Nostradamus traduziu da seguinte maneira: “contra gaulês será sua tramontana” (I, 90), exatamente como se fosse um principiante em latim. É simples: a parte além de suas montanhas (*eorum transmontana*, isto é, a Itália, que é transalpina em relação à França e cisalpina em relação aos romanos) estará ao lado do Galo virado (*ad Gallum versum*). Mas “para perto do lago Léman será con-

(10) Pois o pentágono irregular forma o desenho de um caixão.

duzida" (V, 12), isto é, o *deductio*, ou maneira de conduzir o traço, parte do lago de Genebra; e "ao chefe levada" (VI, 92), isto é, *in capite ducta* (traçada pela cabeça) *secundum factum tractu* (segundo o traço obtido) — e não "o segundo fato traído" (VI, 92), como escreve Nostradamus que, decididamente, merece um zero em versão latina!

E se a cabeça do Galo deve encontrar-se projetada sobre a alta Sabóia, uma parte dela se situará nas regiões do oeste; isso está assim determinado: "unha em Poitiers Saintes asas arruinar" (VIII, 52).

O esporão do Galo está em Poitiers e os dedos ao lado de Saintes: assim está determinada a posição de uma das patas. A outra pode ser facilmente encontrada por homologia das linhas. Mas é preciso "arruinar as asas", *diruere alas*: cortar ou apagar as asas, evidentemente as da Águia — pois, como podemos ver na figura 8, estas asas são formadas apenas pelos lados simétricos do pentágono do Grande Romano.

Dessa posição inicial, o símbolo do Galo parte para executar o movimento circular que lhe é próprio. Um verso bastante sibilino à primeira vista, indica os pontos do círculo que devem ser utilizados: "Genebra a Londres a Galo traição santas" (VIII, 6). Trata-se de levar o Galo (*Gallo*, por confusão do dativo e do ablativo) de Genebra e Saintes a Londres, com um movimento para a frente (*proditum*). Em outras palavras, o símbolo do Galo, cuja cabeça está em Genebra e cuja pata principal está em Saintes, deve ser deslocado sobre o mapa de maneira a atingir o meridiano de Londres, que está a 2º 26' a oeste de Paris.

É devido a esse movimento que o Galo se erguerá e tomará a posição *concordante com o eixo sobre o mapa da França*, como vemos na figura 23. Isso pode parecer ilógico, porque, se fizermos o símbolo andar para a frente, sua cabeça, depois de Genebra, dirigir-se-á para o sul e, tendo percorrido mais ou menos um quarto de círculo, encontrar-se-á no meio do golfo de Lyon (a 2º 26' a leste de Paris), quando seu diâmetro vertical (seu feixe de lictor) estiver na direção de Londres. O Galo ficará então com a cabeça para baixo — o que seria o oposto do que se pretende.

Mas sabemos que o círculo de *Floram patere* tem dois pontos de retrogradação, onde se encontram as letras R. No mapa da França, quando o símbolo do Galo põe-se em movimento, um desses pontos R está na extremidade do município dos Alpes Marítimos. Quando o eixo pessoal do Galo tocar este ponto, em lugar de encontrar-se invertido, está no sentido correto: isso pode parecer mágico e misterioso, mas é o efeito dos pontos de retrogradação sobre os símbolos. Na realidade, o símbolo continua invertido, mas nós o vemos corretamente; e é assim que ele se apresenta estampado nos brasões dos monumentos públicos. A posição correta do símbolo é, no fundo, mais um resultado do cérebro e da compreensão que uma realidade cronocsmográfica.

Nostradamus diz também: "Dentro de Monech o Galo será recebido" (VIII, 4). Quando o símbolo tocar o ponto do círculo onde, no mapa, encontra-se Mônaco, ele será aceito (*receptus*) pela nação. Isso não quer dizer que os monegascos tornar-se-ão cidadãos franceses!

Para contar o tempo, seguindo a indicação do verso VIII, 6, é preciso traçar uma perpendicular ao meridiano próximo a Saintes. Por definição, essa perpendicular será a longitude de Saintes. Da mesma forma, o ponto R colocar-se-á sobre a longitude de Mônaco. A diferença entre os dois pontos, em arco de círculo (mas não num traçado esférico sobre o globo terrestre), é de mais ou menos vinte graus.

Em 1933 (sempre seguindo a figura 13) encontramos-nos, por outro lado, sobre o círculo do tempo, tocando o diâmetro horizontal da França o ano coincide com um ponto cardeal⁽¹¹⁾.

Podemos então dizer que, mais ou menos seis anos após seu nascimento cósmico, o símbolo do Galo será finalmente admitido na França. O novo regime não será mais discutido, nessa época, assim como não se discutia o da Águia nos belos anos do entusiasmo imperial. Entretanto, Nostradamus acrescenta: *Dum Aquila et Gallus in Savone*, que exprime com estas palavras: "enquanto a Águia e o Galo estiverem em

(11) Não devemos esquecer que, sobre o diâmetro horizontal, os fatos que se situam nos pontos cardeais são mais imprecisos e oscilantes.

Savona" (VIII, 9), e que, na realidade, quer dizer: quando o comparamos à Águia, devemos considerar quando o Galo chega a Savona, principalmente porque a Savona está fora do círculo quando ele atinge esta latitude⁽¹²⁾.

Conseqüentemente, as premissas da *religio nova* ou nova Constituição devem ser estabelecidas antes dessa data. É a esta conclusão que nos leva Nostradamus — para começar.

De agora em diante, acrescenta, esse não mais será um símbolo momentâneo, outra dessas figuras que se traçam quando as linhas cósmicas se configuram e durante somente um certo tempo — como é o caso do Barrete frígio (Fig. 7) — mas o produto racional da evolução da França, como indicam os três versos de I, 31, que colocam o grande problema:

E florescerá por muito tempo tal sinal (V, 52)

E este será da França por toda parte (IX, 52)

Este *signum* — indício, símbolo ou brasão — florescerá por muito tempo; *et erit Franciae in omne fascia*, e cobrirá toda a França.

*
**

Temos então o direito de pensar que, durante a época muito longa em que este símbolo persiste, vários homens se sucederão no exercício do poder. Pois, mesmo se se tratasse de um governo pessoal e por maior que fosse a longevidade desse homem, seria impossível que sua vida pudesse completar um arco de círculo de quase 270 graus, o que corresponde a dez vezes 30°, ou seja, à razão de nove anos para cada 30°, quase um século!

Ora, de acordo com o verso VIII, 6, o símbolo deve ir de Genebra a Londres, passando pelo sul: este deve ser o percurso inicial. Com efeito, ao chegar ao meridiano de Paris — e atingir a sua posição correta — o símbolo prepara-se para iniciar um outro percurso⁽¹³⁾. Nesse percurso, ele vai

(12) Não citarei todos os versos relativos às determinações do símbolo do Galo. São muito numerosos e muito explícitos. Nostradamus tomou um cuidado especial em guiar o leitor, de maneira, que, na medida do possível, os erros podem ser evitados.

(13) A situação da Águia, nesse ponto, era diferente: *Fraqueza na Águia e força no Galo nascerá* (VIII, 4).

encontrar os pontos de retrogradação; aí se enfraquece, e as idéias que representa serão mais dificilmente admitidas; e quando o efeito da retrogradação terminar, ele retomará seu curso até se desagregar, pois então as linhas que o compuseram já estarão evoluindo para outro lado, não poderão mais manter-se nessa configuração e tenderão a formar outro símbolo.

Mas quando assistimos a um nascimento — e este é nosso caso — não devemos falar em morte, mesmo se soubermos que a vida será longa. Aliás, se a vida for longa, temos muito tempo para pensar no fim quando isto se fizer necessário.

No momento, esse nascimento é embrionário: o recém-nascido ainda nem viu o dia. Ninguém sabe como ele o verá e nem pode imaginar como ele virá ao mundo. Sem o auxílio de Nostradamus, o médico que diagnosticou essa gravidez da história, ninguém poderia chegar a suspeitar esse nascimento.

Após as férias estivais começaremos a sentir as primeiras conseqüências desse nascimento nas sessões da Câmara dos Deputados: a posição de *Marte*, como já havíamos observado, prognostica agitação.

O "grão de areia" de Pascal arruinará, sem dúvida, algumas esperanças baseadas na lógica incerta dos homens e aniquilará muitas previsões sabiamente estabelecidas sobre essa terra movediça onde se desenvolve o que Bergson chamou de "evolução criadora".

Ora, pensemos no poder pessoal, pois o problema apresentado pelos versos da quadra I, 31 é explícito: "além do tempo da Terceira República (a corrida do Castulon monarca)", devemos contar três grandes personagens, sendo o primeiro simbolizado pela Águia e o segundo pelo Galo. Devemos então associar ao nascimento do símbolo do Galo o aparecimento de um personagem importante no terreno político — o qual quando o símbolo tiver se afirmado, exercerá o poder, assim como o personagem designado pela Águia exerceu.

Mas os símbolos da Águia e do Galo têm aspectos bem diferentes um do outro. As idéias que evocam estão longe de serem semelhantes; e devemos sempre refletir sobre as idéias

evocadas pelos símbolos, pois os símbolos têm um carácter ideográfico. Insisti bastante sobre esse ponto no início da obra ⁽¹⁴⁾.

A Águia representa a ávida ambição: é uma ave real que plana nas alturas, carnívora, e que mata para se alimentar. O Galo representa a coragem mais defensiva que agressiva: é uma ave sociável que anda pelo chão e alimenta-se do que a terra produz. A Águia é insolente, inacessível; o Galo é familiar, sem maldade. A Águia é sombria, impassível, distante no seu vôo superior; o Galo é compreensivo, expansivo, efusivo, embora seu andar imponha dignidade. O grito da Águia é terrível e ela é implacável com sua presa; o Galo canta ao nascer do sol e agita-se alegremente para enfrentar o novo dia.

Observem também as linhas que formam as figuras dos símbolos: as da Águia são rígidas, severas; as do Galo são suaves e arredondadas.

Entretanto, há tanta altivez na Águia quanto no Galo — o mesmo orgulho e a mesma arrogância, a mesma bravura e o mesmo ardor combativo. Ambos são autoritários; e ambos são conscientes de seu valor.

Mas a Águia impõe-se por sua envergadura e por viver nas alturas. Enquanto que o Galo é o eleito admirado, amado e mimado pelos que o cercam, seduzidos por suas cores vivas e por seu andar seguro, por seu canto forte e alegre.

Nostradamus indica a diferença entre o regime do Galo e o da Águia — e mesmo o do Leão, que deverá vir em terceiro lugar, mais tarde:

Leão e Galo não muito confederados (I, 93)

Traduzindo para o latim e considerando-se que todo verso deve ter seis palavras — e, por isso, dividindo em duas a última palavra — temos: *Leo Gallusque non nimis fœde rati*, o que significa: o Leão e o Galo serão ratificados sem muitas irregularidades. O advérbio *fœde* tem, aliás, um sentido muito expressivo: no caso, pode ser aplicado em comparação ao início da época da Águia e como alusão ao golpe de força do 18 Brumário. É um desses termos que nos deixa perceber a “equação pessoal” de Nostradamus: ele acha que a maneira

(14) Ver páginas 85 e seguintes.

pela qual Bonaparte assumiu o poder é uma ignomínia, pois esta é a significação exata de *fœde*. Mas Nostradamus, visivelmente, não aprecia a guerra nem os derramadores de sangue; sua expressão censurando Napoleão já é bem conhecida e surpreendeu todos os que chegaram a ler sua obra: “encontrar-se-á mais um açougueiro do que um príncipe!” (I, 60); e a que se refere a Cromwell é igualmente célebre: “mais carneiro (em latim *macellinus*, que também significa açougueiro) que rei da Inglaterra” (VIII, 76).

O Galo lhe é mais simpático. Ele diz:

A República por gentes novas vexada (I, 3);

mas *vexatus* significa apenas “fortemente sacudido”. Portanto, a nação (*res publica*) será fortemente sacudida por novas pessoas nos negócios públicos. E aquele que está simbolizado pelo Galo é chamado de “o valente personagem” (III, 14) e de “grande legislador” (V, 79).

Tudo isso nos leva a pensar que se trata de um homem de Estado muito justo e muito correto. Outro verso ainda nos indica sua formação intelectual:

Sábio nas letras será condescendente (III, 27);

será portanto um sábio e um literato, pois é *doctus* e *in litteris* (é preciso examinar bem cada termo). “Será visto afinal”, acrescenta a segunda parte do verso (*ob secutum*); mas a tradução das duas palavras latinas para um só vocábulo em francês evoca uma idéia de afabilidade de maneiras que é importante notar-se. Com efeito, o verso seguinte diz explicitamente:

A doce língua ao conselho virá submeter-se (I, 97).

Este homem não é, portanto, brutal em sua linguagem; e impõe-se pela razão (*in consilio*).

Não é clerical; opõe-se energeticamente a Roma:

E romano cetro será por Galo quebrado (V, 14).

Quem é ele?

Ninguém o conhece, ninguém imagina quem poderia ser:

O grande escondido por muito tempo nas trevas (I, 85).

Podemos procurar no mundo político, em Paris, no Parlamento e nos ministérios, assim como no interior do país, mas é impossível descobrir alguma coisa por meios comuns:

Não há lugar nem terra para saber (VIII, 16);

acrescenta Nostradamus. Não há como fazer uma construção, partindo-se do Palais Bourbon ou de Luxemburgo ou de um ministério qualquer (de um lugar geométrico) para, com o auxílio de uma reta conveniente, descobrir seu município.

Mesmo o seu nome, que deveria ser revelado pelo teodolito está apagado!

Com efeito, dos 4 680 versos do nônio, só três estão incompletos: o quarto do Presságio 96, o último da quadra de número XII, 69 (e que é acessório, pois a Centúria XII compõe-se de quadras existentes) e o último da quadra VIII, 52. Ora, os versos imperfeitos do Pres. 96 e da Centúria XII, 69 estão marcados com um asterisco: isso significa que, apesar de sua imperfeição, não devem e nem podem ser completados: o asterismo marca efetivamente uma parada e o estudo do nônio a explica. Já o último verso da quadra VIII, 52 não apresenta nenhum sinal especial: não há razão, portanto, para que esteja incompleto. Isso nos leva a crer que tenha sido cortado.

Este verso apresenta-se assim:

Diante de Boni. (VIII, 52) — em latim, *ante Boni*.

O que não significa muito. Não dá nem para compor um nome, pois temos apenas as letras A e B, as duas primeiras do alfabeto!

Podemos saber somente que ele tem três irmãos, assim como Bonaparte, como vemos no verso que se segue:

De Galo e de Águia de França irmãos três (VIII, 46).

E que sua família é modesta, pois ele é o que significa

De França ínfimo pelo pai infeliz (III, 14);

evidentemente que seu pai não foi ou não é feliz; e, além disso, que seu ascendente paterno é *de França* e, conseqüentemente, *Gallica*.

Esse ponto é muito importante, porque a Águia — isto é, Bonaparte, era corso, “da cidade marinha e tributária”, como já vimos. Agora estamos diante de um homem de família gaulesa. Aliás, Nostradamus o chama continuamente de “gaúlês”, jogando evidentemente com a palavra *Gallus*, que significa

tanto Galo quanto habitante da Gália, determinando assim suas origens e sua família.

Nostradamus, segundo sua declaração no Presságio 140 — *public dolo res compositor omnia, inflat* — apenas delinea a história; após colocarmos os versos em ordem, somos obrigados a interligá-los logicamente. No caso, como se trata de acontecimentos muito próximos, devem ser reduzidos ao mínimo de intervalo para que o espectador permaneça imparcial.

De maneira que, se a corrente dos versos de Nostradamus não nos indicar o verso que se aplique exatamente ao calendário do nônio, todas as indicações do teodolito, conseqüentemente, serão inexatas.

O fato mais curioso é que o personagem simbolizado pelo Galo revelar-se-á no Parlamento.

É a *vinda do grande legislador* (V, 79). Haverá na Câmara *prejuízo grande e não sem violência* (Pres. 119), gastase (*jactura*) muito e veementemente. E também o *segundo canto do Galo* (VI, 54) — o que demonstra que essa revelação foi precedida por outra, que passou despercebida. E, já que se falou em *canto*, podemos afirmar que se trata, incontestavelmente, de um discurso; a palavra seguinte nos aponta seu assunto: *o ouro* (X, 46). Sem dúvida, um discurso sobre a questão financeira.

Seu principal objetivo é a *mudança dos não clientes* (Pres. 64), isto é, não a mudança dos compradores ou dos consumidores (que são os clientes), mas a mudança dos banqueiros. *O fogo brilhará* (V, 21) — será luminoso; e de *língua hábil* (IX, 22). As palavras serão convincentes: *acceptæ voces* — *voces aceitas* (VIII, 20), como está escrito. E depois,

No ponto do dia do segundo canto do galo (VI, 54) — ou seja: após esse discurso que é o segundo do orador, o dia nasce e há uma votação, o que também está indicado na expressão *voces aceitas*.

O discurso é feito, portanto, durante uma sessão noturna (como indica o teodolito) e, como precede uma votação, podemos concluir que o orador falou em último lugar.

O próximo verso indica a perturbação que a discussão e esse discurso causaram entre as fileiras da oposição. A *urna encontrada* (Pres. 42), isto é, o momento em que a urna foi posta em evidência (*reperta*) para a votação — e, no momento em que se passam as urnas (tomando-se a parte pelo todo, segundo o latim), há uma hesitação no centro, à direita e à extrema esquerda:

Cinza, brancos e negros enfumaçados e esbranquiçados (Pres. 65).

As cores indicam as nuances da assembléia: os cinzentos representam o centro, os brancos a direita e os negros a extrema esquerda. A maioria não está caracterizada; mas nem deve estar: é a parte dominante da assembléia e, além disso, as cores acima não são realmente cores: o branco e o negro são a ausência de cor e o cinza apenas uma variação do branco.

O centro, a direita e a extrema esquerda encontram-se *fumigati* — sufocados pela fumaça como as abelhas de uma colmeia de onde se tira o mel e hesitantes como os insetos submetidos à fumigação. Estão também *floccosi* — em flocos, fel-pudos, moles ⁽¹⁵⁾.

Vemos perfeitamente a atitude desses grupos durante a votação. Quanto à maioria, onde os *três centos de um querer e acordo* (V, 37) se uniram numa *grande aliança* (Sextilha 49), vota em conjunto.

De maneira que o personagem de roupa “sanguínea”, simbolizado pelo Galo, acaba sendo o “vencedor”, e sai triunfante. Desde então, ei-lo no poder.

Vencedor sanguíneo por conflito faz arenga (IV, 56).

E do único título Vencedor muito contentado (VI, 70).

Quando o Galo chega ao poder, diz Nostradamus:

Paz, união, fará e mudança (IX, 66).

E se duvidarmos de que a paz e a união possam surgir da agitação e da discórdia, eis aqui um verso que penetra a fundo na verdade dos homens e das coisas:

A vida permanece na razão rei obedece (II, 71).

(15) Em bom latim, a palavra *flocus* é melhor que *frocus* para designar floco de lã.

Quando exercemos o poder, devemos sempre obedecer à razão, pois nela está a vida! Aristide Briand também disse isso, certo dia, na tribuna, embora em outras palavras: “Todas as revoluções começam pela desordem e terminam com a autoridade”.

A mudança se efetuará, portanto, num clima de calma e concórdia. Para isso, será preciso pôr em prática um

Edito mudando moedas e quilates (I, 40).

O que não é um trabalho pequeno, pois

Ao *franco país muito ligado* (Sextilha 56), isto é, o país (*regio*) está ligado (*ligata*) muito profundamente (*perforte*) ao franco. E será preciso criar uma nova moeda de *título anglicano* (VIII, 58), que deverá *tomar o título e o nome britânico*: é por isso que será necessário mudar não somente a moeda como o quilate.

Seria uma espécie de *libra francesa*, análoga à libra inglesa — cuja peça valeria o equivalente a 25 francos.

Entretanto, estamos longe de tal revalorização e é difícil calcular o câmbio. Quanto valerá, então, essa nova peça? Nostradamus, para calculá-lo, emprega um método muito simples: conta em peso-ouro, de acordo com os “luíses” de antes da guerra.

Fará gastar mais de cem mil marco (VI, 41).

Retraduzindo do latim lê-se: “o marco fará gastar (*despendere*) mil mais cem”. Mas que marco?

França não por resto germânico (III, 57).

Trata-se do marco francês que é medida de *peso* e não moeda alemã. O marco-peso valia oito onças e a onça 31 gramas e 25. Conseqüentemente, devemos calcular que em valor ouro, 250 gramas da nova moeda equivaleriam a 1 000 + 100 francos, ou seja, 1 100 francos.

Ora, mil francos equivalem a 50 luíses. Com coeficiente 5 — cotação da libra em 1927, aproximadamente — 50 luíses valem 5 mil francos-papel. Mas esses 5 mil francos não poderiam ser trocados por 250 gramas de ouro, porque seria necessário acrescentar o valor de 5 luíses (ou 100 francos).

A perda é, então, de 10% ⁽¹⁶⁾.

Esse é o valor da nova moeda.

Nostradamus nos consola logo em seguida, dizendo:

O grande crédito, de ouro, de prata a abundância (VIII, 14).

Eis o que ganharemos. E, de fato, nenhuma estabilização, por engenhosa que fosse, seria melhor que a volta de peças de ouro e prata. Enquanto o dinheiro em papel tiver uma cotação forçada, as transações serão feitas como com as "letras de câmbio" — que, aliás, é a própria definição da nota de banco — e ele estará sujeito, conseqüentemente, às oscilações do câmbio. Não é preciso ser economista para que se compreenda isso. Como o ouro não é afetado pelo câmbio, ele significa o grande crédito e a abundância.

É só conseguir o ouro. Isso será feito com a ajuda de estrangeiros:

Vários países Flandres e Inglaterra (Sextilha 54).

E também pedindo-se ao país para que complete a margem de 10% — perdendo de uma só vez o que perderia aos poucos e que poderia elevar-se a uma proporção maior, pois nunca se sabe o que pode ocorrer com uma moeda sustentada por letras de câmbio. De maneira que os cidadãos:

Voltarão a pagar o verdadeiro dízimo (III, 76).

Isso significa um aumento antecipado de 10% do capital. E a palavra "voltarão" é de uma ironia flagrante: a Revolução foi feita por muitas razões, mas uma delas consistia em suprimir a derrama e o dízimo, impostos considerados odiosos no antigo regime.

Se se fizer um "aumento antecipado de 10% do capital", isto equivalerá à volta do dízimo! Ora, após a guerra, a derrama havia sido restabelecida sob o nome de "imposto sobre a renda".

Realmente, Caillaux tinha razão quando expôs na Câmara que "em matéria de impostos, é difícil inovar e a imaginação é limitada". Mas, por surpreendente que isso possa parecer, o

(16) O cálculo foi feito de acordo com a cotação da libra em 1927.

homem de Estado que inaugurará o regime do Galo é um homem como qualquer outro!

Entretanto, o país não aceita todas essas mudanças sem recriminações. Primeiro, temos a perturbação da bolsa:

Se ressentirão sobre a bolsa sem fundo (Sextilha 34);

com efeito, como o mercado de valores não tem base (*fondum*) e não se adaptou ainda à mudança, fará com que os cidadãos se ressintam. Mais adiante Nostradamus fala de "províncias amotinadas" (Sextilha 43), o que significa que haverá agitação no campo, cujos habitantes, confusos, não compreenderão de imediato a situação.

Mas Nostradamus, voltando a falar desse inovador, diz que ele verá

Passar sem mal de cavalo grande preocupação (Pres. 77), verso em que "sem mal" deve ser traduzido por *incolumis*, isto é, incólume; e a palavra *equino* deve ser dividida em duas — pois um mal de cavalo não significa nada. Temos então: "passar sem mal a grande preocupação depois do quinto ano" (*e quino*, subentendido *anno*).

E eis aqui o "muro" final:

No conflito o Grande que pouco valia

A seu último fará caso maravilhoso (II, 55).

O que mostra que, durante esses cinco anos, ele terá várias lutas pela frente, e que, várias vezes, dirão que ele "vale pouco"! Mas, diante do fato extraordinário, do fato maravilhoso, todos se inclinarão. E passarão a dizer:

Em hierarquia não houve nunca um igual (VIII, 53).

Com efeito, na hierarquia governamental, nunca se viu nada semelhante:

E libertando um grande povo de impostos (II, 28).

Se este homem realmente encontrar um meio, não de suprimir, pois é impossível, mas de abaixar consideravelmente (*liberare*) os impostos, ninguém, nem seus contemporâneos, nem a posteridade, poderá lhe recusar o título de "grande". Pois, certamente, este é um "caso maravilhoso" na história e "nenhum imperador jamais fez tal coisa" (Sextilha 39).

Mas não podemos ir mais além, pois ultrapassaríamos os limites de nosso problema ⁽¹⁷⁾.

*
**

Assim é que, acrescenta ao terminar essa parte de sua obra este singular professor, curioso profeta e mestre misterioso — Nostradamus — assim é que

Chama exígua saindo da solidão

Faz proferir e que não é para se acreditar em vão (I, 1).

“Eis o que a pequena chama que ilumina minha solidão laboriosa incitou-me a dizer e que não deve ser considerado com desdém”. Modestamente, ele diz:

Conduzido pelo alto nada fiz de maravilhoso (II, 92).

“Fui conduzido por induções superiores e, quanto a mim, não fiz nenhuma maravilha.”

Depois, movido por um sentimento de patriotismo que, graças a seus cálculos, continuará através dos séculos, exclama:

França, fazes que a meu dizer sejas lembrada (III, 24).

Lembre-se disso!

França mais do que nunca vitoriosa triunfará (Pres. 127). diz, ainda — querendo assegurar a todos que, aconteça o que acontecer, a França sempre triunfará (*victrix*).

Triunfando nessa era que se inicia — “século de ouro” — e em que refluorescerá, fazendo cintilar os luíses desaparecidos, segundo as fórmulas restauradas e de acordo com a evolução da arte e da ciência, simbolizando as novas idéias!

(17) “E antes desses acontecimentos alguns pássaros insólitos gritarão pelo ar: *Huy-Huy, e todos desaparecerão*”, está escrito na *Carta a Henrique II*. “Seguro andará pelo céu, terra, mar e ondas”, diz um verso da quadra I, 63.

Trata-se, sem dúvida, de acontecimentos do nosso século, em que “andamos” e nos comunicamos com todas as partes e por todos os meios, enquanto *pássaros insólitos cruzam os ares*, muitas vezes para destruir-nos.

NOSTRADAMUS QUIS ENGANAR OU CONFUNDIR SEU PÚBLICO ? ⁽¹⁾

Falemos agora um pouco de Nostradamus.

Há mais de doze anos que muitos esperam as *últimas indicações de Nostradamus*, não é verdade?

Tomei a palavra em fevereiro, março e abril de 1927. Fiz então três longas conferências — talvez mais discursos do que conferências — para expor um assunto particularmente vasto.

Nessa época, meu objetivo era um só: lembrar a existência das *Profecias de Nostradamus* e demonstrar seu interesse por meio das “descobertas” que tive a felicidade de fazer nesse texto tão célebre quanto o de São Malaquias.

Lembro-me que, em 1927, Nostradamus estava um tanto esquecido. A guerra e o após-guerra haviam desviado os espíritos para outros assuntos. Entretanto, em 1924, três anos antes, cheguei a citar algumas de suas curiosas predições.

Em 1924 — como já expliquei, aliás —, minha conferência teve o caráter de um “divertimento”.

Ora, a partir dessa data, não parei mais de estudar esse assunto, como se eu tivesse sido “mordido” por ele. E estudei-o tão avidamente que outra pessoa, se o reparasse, perguntar-se-ia por quê.

Pois não só pronunciei três conferências, como também escrevi um livro, onde completei o que já havia dito publica-

(1) Texto publicado em fevereiro de 1939 na obra *O Destino da Europa Segundo a Célebre Profecia dos Papas São Malaquias* (Edições Dangles, Paris).

mente com uma série de considerações, novas mesmo para os que me escutaram anteriormente.

O título da primeira dessas conferências — *O Segredo de Nostradamus* — tornou-se o título do volume.

O que nele está escrito não corresponde exatamente ao que eu disse. Como falei muito e quase sem apoiar-me em anotações, mencionei diversas possibilidades sobre o futuro que não chegaram a ser claramente expressas nesse volume; ao passo que muita coisa que foi omitida em minhas conferências encontra-se consideravelmente desenvolvida no livro.

Certamente pensou-se que isso era puro efeito literário. Mas quem tem o hábito de falar em público e de escrever livros, sabe muito bem que o estilo e a composição de um discurso diferem extremamente da maneira como um livro é apresentado.

É verdade que ninguém chegou a me fazer, mesmo na intimidade, nenhuma observação a esse respeito. Sou eu o primeiro a fazê-la: minha própria crítica deve ser a mais severa e desagradável.

Mas tudo deve ser explicado. Por que apresentei de duas maneiras diferentes o mesmo assunto?

*
**

Será que o público francês de hoje não sabe mais ler?

Será que a publicação cotidiana de jornais, embora muito cuidadosamente redigidos, teria feito com que os leitores tivessem perdido o sentido das palavras?

Tenho todo o direito de relacionar assim se penso em tudo o que já foi dito, escrito e, certamente, pensado, sobre *O Segredo de Nostradamus*.

Sei muito bem que, para muitas pessoas, os escritos modernos consistem num amontoado de vocábulos aos quais o autor atribui um sentido, o leitor um segundo e, diversas vezes, o dicionário descobre um terceiro. Felizmente isso não acontece com tudo o que se edita e ainda existem pessoas que conhecem o sentido exato das palavras.

Os juristas e os comerciantes conhecem muito bem os termos de um contrato. Entretanto, fora de sua linguagem habitual, diante das expressões escritas pouco empregadas numa conversação banal ou frívola, raramente imaginam que o sentido de suas frases poderia ser tão preciso quanto as frases que se referem a um negócio importante.

E, por isso, muitas vezes não sabem ler corretamente um livro.

Muito poucas críticas me foram feitas por ocasião da publicação de meu trabalho — de qualquer maneira, eram críticas muito leves e algumas tão insignificantes que, no máximo, poderiam causar sorrisos.

A imprensa, particularmente, que, sem dúvida, lembrava-se de minhas grandes e profundas ligações com o jornalismo, foi abundantemente laudativa a meu respeito — amistosamente e mesmo afetuosamente laudativa — em toda a França, sem distinção de opiniões.

Alguns impertinentes e certas revistas especializadas acharam-se no dever de fazerem reservas peremptórias. Afinal, tinham que vender seu papel.

Não tiveram a idéia — todos eles — de conversarem comigo antes de falar sobre meu livro. Como teriam mudado sua maneira de ver as coisas! Como teriam atenuado seus louvores e como suas críticas seriam mais valiosas!

Alguns pensaram nisso, mas muito mais tarde, vários anos depois da publicação do livro. Os acontecimentos se desenrolavam e não havia necessidade de intervir para atrapalhar seu curso. Permaneci calado.

*
**

Deixei que se falasse à vontade sobre Nostradamus. Quanto mais estudos e considerações, em artigos e volumes, aqui e ali eram publicados, apresentando as perspectivas para o futuro segundo as indicações das famosas profecias, mais eu percebia que as “diretrizes” que eu havia seguido estavam certas.

Então estava tudo previsto?

Escutem-me com atenção.

Na página 13 desse livro, no primeiro capítulo que, geralmente, o leitor negligencia, lêem-se os dois parágrafos seguintes:

“Se eu tivesse duvidado por um só instante da finalidade desse trabalho, não o teria nem começado. Não tenho nenhum orgulho, nem nenhuma ambição: perceberão isso ao lerem as páginas que se seguem.

Entretanto, se expus pela palavra, se exponho aqui e se ainda desenvolverei mais tarde os elementos suscetíveis de serem revelados, do *Segredo de Nostradamus*, é porque tinha de fazê-lo. O público do “Século novo”, segundo a expressão da Sextilha I, deve ser informado”.

Está em estilo de “prefácio”. Assim como esse primeiro capítulo inteiro lembra um prefácio.

Ora, todo autor sabe que os leitores nunca lêem o prefácio. Nessas condições, é muito simples: sempre que o autor quer dizer alguma coisa e, ao mesmo tempo, deixar o público na ignorância dessa coisa, ele a escreve no prefácio.

Mais uma vez, isso não falhou. Ninguém — ninguém absolutamente, mesmo entre os mais íntimos — perguntou-me: mas, enfim, qual é essa finalidade misteriosa da qual o senhor não duvidava desde que começou seu trabalho sobre o texto de Nostradamus? E que significa essa obrigação de falar e de escrever sobre esse assunto?

Talvez haja leitores que tenham prestado atenção. Acho que pensaram que isso era pura literatura e que eu disse essas coisas apenas por falsa modéstia.

Pois estou convencido de que, com exceção dos que me conhecem bastante, ninguém acreditaria, por um só instante, que eu pudesse desnudar-me de todo o orgulho e de toda a ambição.

Com efeito, por que razão alguém publicaria um livro, a não ser para saborear os elogios e encher-se de vaidade? Para que fazer tantas alusões à política se não se tem nenhuma ambição? Afirmar o contrário seria algo como esconder o

jogo. Foi assim, certamente, que muitos pensaram — porque nunca nos colocamos no lugar do outro sem julgá-lo como a nós mesmos, seguindo nossas próprias tendências e sentimentos.

Entretanto, nos meios parlamentares, onde sou muito conhecido, todos sabiam realmente que eu exprimia a verdade ao declarar que não poderia executar o meu trabalho com espírito de ambição. Nunca me disseram nada: isso era natural, algo como um axioma.

Quanto à vaidade, é diferente. Um orgulho tão grande nos invade, quando chegamos a penetrar um segredo oculto a tantos séculos, que chega a parecer impossível que, por maior que seja nossa modéstia, uma pontinha de vaidade não se esboce no fundo de nosso ser.

E é disso que os outros aproveitam. O que já não fizeram para que eu revelasse o que sabia ou pensavam que sabia! Praticamente me apertaram contra a parede.

Esforço inútil: eu nunca disse nada. E assim se passaram doze anos.

Entretanto, no segundo dos dois parágrafos, se foi lido com atenção, verificar-se-á que existe uma promessa formal: “Desenvolverei ainda mais tarde os elementos suscetíveis de serem revelados do *Segredo de Nostradamus*”.

“Ainda”, de acordo com o próprio sentido da frase, significa “ainda uma vez”.

“Mais tarde” estabelece um momento dado — à minha escolha, evidentemente.

A promessa sobre os desenvolvimentos que serão fornecidos então (o verbo está no futuro e não no condicional) apenas diz respeito aos “elementos suscetíveis de serem revelados” do segredo em questão. Há, portanto, um compromisso de minha parte.

Esse comportamento concerne “elementos” — isto é, não a totalidade do segredo, mas o que é *elementar* conhecer para penetrá-lo. E trata-se unicamente do que será, dentro disso, “suscetível de ser revelado”.

A promessa é explícita. Espero que tenha sido bem compreendida.

Prometi cumpri-la e eis-me aqui!

*
**

Prestem atenção!

Primeiro, três revelações:

Nostradamus não escreveu uma só palavra de suas profecias.

Nostradamus era totalmente incapaz de compreender ou saber do que se tratava o livro que traz sua assinatura.

Este livro, cuja edição mais autêntica e mais completa tem a data de 1668, foi impresso enquanto Nostradamus ainda era vivo, isto é, antes de 1566.

Naturalmente, eu ignorava tudo isso em 1927; mas suspeitava. Ao relerem certas passagens de meu livro verificarão que eu já suspeitava de muitas coisas.

Segui então, pacientemente, o curso de minhas pesquisas. Este texto extraordinário dava-me indicações suficientes para que eu não me perdesse. Vasculhei cuidadosamente todos os confins onde se encontravam documentos importantes. Usei lupas e microscópios. Andei de trem, de automóvel, de barco. Estive muito longe, onde quer que fosse necessário estar, sempre com a indiferença do detetive que observa. E agora, no momento de cumprir minha promessa, estou pronto a provar, ou melhor, a demonstrar por $A + B$ que tudo o que estou dizendo é *absolutamente incontestável*.

Esperam certamente que eu lhes forneça minhas provas e demonstrações.

Desculpem-me, mas o que foi que prometi?

Eu lhes disse que lhes daria “os elementos suscetíveis de serem revelados” no que diz respeito ao segredo em questão. Não mais.

Ah! Se os senhores fossem “qualificados”, se soubessem como é preciso me abordar e de que maneira deveriam fazer

a pergunta, eualaria, estejam certos. Eu lhes exporia minhas provas e as apoiaria com tais demonstrações, que seriam obrigados a reconhecer que se trata da pura verdade.

Mas, um conselho: não o façam sem motivos sérios; não ajam somente por curiosidade. Em assuntos desse tipo, a curiosidade pode ter conseqüências desagradáveis.

Devo dizer-lhes que pessoas que poderiam ser consideradas como “qualificadas”, não muito, entretanto, embora fossem pessoas sérias, mais interessadas em conhecer profundamente as coisas do que apenas especular sobre o futuro e que, além de qualquer preocupação política, sentiam-se realmente atormentadas por certos problemas; enfim, pessoas muito eruditas e informadas, já me fizeram essas perguntas?

Elas me disseram: se o que o senhor afirma é verdade, de que trata, então, este texto singular?

Tive apenas que pronunciar um nome — um só. Elas compreenderam imediatamente e nada mais me perguntaram, permanecendo mudas e boquiabertas.

Entretanto, alguns segundos depois, eu as via empalidecer terrivelmente e outras chegaram a se sentir mal. Nenhuma conseguiu dormir durante a noite: as reflexões que invadiam seus espíritos eram muitas e os problemas levantados por essas reflexões eram tão escabrosos que o tempo passava sem que se o percebesse.

Acham ainda que tudo isso não passa de literatura, não é?

Pois continuem me acompanhando.

*
**

Mandei examinar o texto da edição de 1668 pelos “mestres impressores” de Paris.

Eis o que me disseram.

Em primeiro lugar, não existe nenhuma imperfeição na impressão. Se as linhas parecem um pouco tortas, não é por defeito de impressão. Se assim fosse, ao invés da leve ondulação que elas apresentam, essas linhas não estariam dispostas

uniformemente e estariam apenas deslocadas para cima ou para baixo. Ora, em certas passagens desse texto, elas ondulam visivelmente e com regularidade. O que parece ser intencional, com a finalidade de "chamar a atenção".

Além disso — e, notadamente, na página 89, no alto e no fim da primeira linha — vê-se uma letra colocada mais acima do que as outras e que se repete exatamente da mesma forma nas duas linhas seguintes. Que uma letra ou um sinal de pontuação seja deslocado por causa da impressão — é impossível; mas que o fato se repita três vezes, na mesma página, e conservando a mesma distância entre as três linhas consecutivas, só pode ser intencional: não há dúvida.

Omitirei aqui as demais constatações técnicas de menor importância.

No que diz respeito aos tipos, eles são realmente de Amsterdã. Mas a impressora mencionada abaixo do título da obra nunca existiu.

Somos levados a concluir que o texto foi composto por tipógrafos especiais, com tipos de aço independentes. O que significa que, uma vez feita a composição, com tipos móveis, é claro, como se usava na época, e dispondo-se determinadas "parangonas", isto é, modelos — diversas linhas foram onduladas, várias letras e sinais de pontuação deslocados e, em seguida, os tipos foram unidos com solda de chumbo para ficarem fixos. A impressão pôde ser feita, então, da maneira usual.

Tudo nos leva a supor que a composição foi feita com um cuidado meticuloso, lenta e escrupulosamente. A correção das provas deve ter recebido o mesmo tratamento cuidadoso, lento e escrupuloso. Portanto, *não há erros de impressão* nesse texto e, se encontrarmos algum, é porque foi intencional.

Eu ignorava tudo isso em 1927; e falei, assim como outros antes de mim, dos erros de impressão. Entretanto, como diversas anomalias tipográficas me haviam chamado a atenção e eu já estava bem a par de problemas de impressão para percebê-las, resolvi consultar especialistas para eliminar minhas dúvidas.

Depois disso, comecei a reestudar o assunto. A edição de 1668 era, por si mesma, um mistério — assim como o próprio texto. Não havia nenhuma razão para que existisse uma dualidade nesse mistério. Um estava ligado ao outro.

Qual era então esse mistério e qual sua razão de ser ?

*
**

Retomando pacientemente o estudo do texto, não tardei a constatar que os números das quadras não estavam errados como pareciam. Por exemplo, na parte do texto intitulada "Preságios", o número 14 estava indicado por 94; mais adiante, na mesma parte, o número 45 estava indicado por 92 e o número 93 por 47. Não são erros de impressão, naturalmente. Na verdade, existe outra e mesmo diversas outras maneiras de se numerarem todas as quadras (2).

Isso nos leva a pensar em quantas criptografias superpostas encerram-se nesse texto de Nostradamus. As fechaduras que as fecham hermeticamente — e é o caso de se usar esse termo, pois trata-se de hermetismo — são muito mais numerosas do que as chaves mencionadas na *Carta a Henrique II* (que precede as profecias) e que o próprio número dessas chaves nos leva a supor.

Como vemos, todas as precauções foram tomadas para que ninguém possa desvendar o mistério.

O que parece significar que este mistério diz respeito a algo muito mais importante do que simples verdades esotéricas.

Essas verdades, no fundo, não são tão perigosas de serem reveladas. Aquele que conhecer algumas tem todo o direito de declarar que, se as revelasse ao público, ele as teria profanado e os outros as interpretariam mal. É verdade; en-

(2) Gostaria de observar que, na edição em fototipia publicada em 1927, que é uma edição melhorada da de 1668, alguns desses números defeituosos parecem ter sido corrigidos a mão. É porque fotografaram um texto de Nostradamus que me pertence e do qual me servi para trabalhar. Eu havia corrigido os números e esqueci-me de apagar minha correção, e ela apareceu na fotografia.

tretanto, a vida cotidiana não seria afetada. Não são verdades cuja revelação traria consequências catastróficas.

Mas quando se trata de outro tipo de verdades, cuja revelação abalaria não só os espíritos, como todo o estado social, entendemos por que razão foram encerradas, com o auxílio de muitas fechaduras, num texto que só poderá ser lido por aqueles que tenham positivamente qualidade para não perturbar os espíritos e o estado social, a não ser com conhecimento de causa.

Em princípio, não existem outras razões para todas essas precauções insólitas e meticulosas.

O público deve também considerar outra coisa: as predições como as de Nostradamus, além de serem extremamente enigmáticas, não foram escritas para ele. O que foi feito para ele, para distraí-lo, ou para diverti-lo, consiste em todas as interpretações elaboradas por comentaristas imprudentes, com maior ou menor engenhosidade, sobre *as aparências do texto*.

É fato também que “os redatores” das Centúrias, dos Presságios e das Sextilhas do pretense Michel de Nostredame⁽³⁾ em muito colaboraram com essas interpretações feitas para o público. Todas essas alusões a Luís XVI, a Napoleão e a outros personagens de nossa época provêm daí. Mas os nomes que demonstram a quem o texto se refere, os quais estão escritos *claramente*, na maioria das vezes, não são conhecidos pelo público. E os comentaristas que resolvem enfrentar co-

(3) Eu disse: o pretense Michel de Nostredame. É porque realmente desconfio que esse não seja o seu verdadeiro nome. E, se refletirmos, verificaremos que este não era o seu nome. Como não o percebemos antes? *Ele era judeu*, e, portanto, tinha um nome judeu — nome da tribo de Israel ou algum antigo prenome bíblico. *Ele adotou um nome cristão*. Mas que nome? O que traduzisse em francês o seu pseudônimo latino. Ora, esse pseudônimo latino tem um significado: “nós damos o que temos”! Nostradamus teria pensado — quando era ainda jovem — em adotar um nome de família que legitimaria, mais tarde, seu pseudônimo? Nesse caso, somos levados a concluir que ele foi precocemente advertido de sua missão — assinar e fazer com que se imprimisse um livro no qual não havia escrito uma só palavra.

Quanto ao problema de seu estado civil ou do de seu pai, não nos interessa: não existia o estado civil para os judeus nessa época.

raiosamente os segredos do texto pensam que ele só se refere a personagens políticos e franceses, enquanto se acham na impossibilidade de ler os verdadeiros nomes, porque, naturalmente, não os conhecem e nem poderiam conhecê-los.

Eu já havia dito, a propósito do texto atribuído a São Malaquias, que era preciso desconfiar tanto dos verdadeiros profetas quanto dos que se fazem passar como tais, pois são todos muito maliciosos. Mas, no que diz respeito ao texto assinado por Nostradamus, estamos lidando com os “reis dos maliciosos”.

É verdade que fomos prevenidos. O segundo verso da quadra número 6 da Centúria IV diz: “Malícia, trama, maqui-nação” (*tramme* com dois *m*). E o terceiro verso da quadra número 127 dos Presságios acrescenta: “Maliciosos serão surpreendidos por mais maliciosos”; nesse verso, o segundo “maliciosos” pode estar tanto no singular como no plural.

Da mesma forma, falei um pouco mais acima nos *redatores do texto*, empregando o plural ao invés do singular, como era o caso do *redator do texto* da profecia atribuída a São Malaquias.

É porque tenho algumas razões para afirmar que há vários redatores.

**

Além disso, temos a famosa *Legis Cautio* colocada acima da Centúria VII, na edição de 1668. Ela foi citada no início desse livro.

Gostaria que observassem que, sobre essa *quadra latina* — a única coisa escrita em latim em todo o texto —, escrevi, em 1927, a seguinte declaração:

“Eu mesmo levei muito tempo para descobrir seu verdadeiro sentido — e já há mais de dois anos que trabalhava cotidianamente sobre esse misterioso texto, quando finalmente pude decifrar o enigma que lá estava há quatro séculos.

Creio, entretanto, que ainda não chegou a hora de desvendá-lo e quero considerar a quadra apenas no seu sentido literal”.

Esta declaração encontra-se no início do primeiro capítulo, como prefácio e, certamente, não foi notada.

Talvez tenham lido que eu trabalhava “cotidianamente” sobre o texto; mas, como são raros os que têm os meios físicos de se aplicarem durante oito ou dez horas diariamente no mesmo trabalho, mesmo que tenham outras ocupações absorventes, e ainda mais raros os que, durante o ano, não gastam parte de seu tempo em férias para repouso ou distração, ninguém acreditou nisso.

Asseguro-lhes que “pessoas do meu tipo” bendizem quem inventou os prefácios. Nele podemos dizer tudo o que queremos e ninguém nos leva a sério.

Há certamente um enigma na *Legis Cautio* e a melhor maneira de conservá-lo intacto, uma vez que já estava resolvido, era apresentá-lo numa espécie de prefácio.

Os senhores me dirão, em contrapartida, que eu deveria revelar tudo. Aqueles a quem mostrei a solução do enigma não compartilham dessa mesma opinião. Todos exclamaram unanimemente que eu não poderia ter agido de outra forma.

Eu deveria ter revelado o enigma. Talvez; mas, e se eu não quisesse?

Os que conhecem a solução do enigma — não são muitos, mas alguns a conhecem — lhes responderão que, a esse respeito, tenho todo o direito de fazer o que bem me aprouver.

E os senhores serão obrigados, diante da prova, a aceitar que eles têm razão.

É realmente uma *caução legal* o que está lá escrito. Não pode haver dúvidas quanto a isso.

*
**

Entretanto, eu disse, no final do parágrafo, que queria considerar apenas o sentido literal dessa estranha quadra. Limitemo-nos ainda a esse ponto.

Eu não cheguei a explicar o sentido literal dessa quadra. Espero que cada leitor tenha tido o cuidado de traduzi-la, so-

zinho ou com o auxílio de um estudioso do latim que pudesse explicar-lhe seu significado.

Não sei se o fizeram. Mas tenho reparado que ninguém leva em consideração essa recomendação tão explícita.

Ela começa assim: “Que os que lêem estes versos contem atentamente”.

Quantos experimentaram contar os versos das Profecias, dos Presságios e das Sextilhas de Nostradamus, classificá-los, colocá-los em ordem e depois compará-los?

O segundo verso diz: “Que o público profano e o ignorante não toque nisto”.

O verso é explícito. Significa que, se somos profanos — ou o que chamamos de *profano* —, estamos na total ignorância dos termos utilizados no texto; e que, conseqüentemente, é melhor não pormos as mãos sobre ele.

O terceiro verso é ainda mais categórico. Ele nos dá um conselho formal: “Que todos os astrólogos, os imbecis e os bárbaros permaneçam afastados”.

Isso quer dizer que o conhecimento da astrologia, por completo que seja, não é suficiente para o estudo do texto e de nada servirá para a compreensão de seu significado; além disso, se nos consideramos inteligentes só porque temos um pouco de lógica, se temos a pretensão de poder explicar tudo e de compreender tudo, não passaremos de imbecis em relação a esse assunto; enfim, é preciso conhecer o latim e não ser o que os antigos romanos chamavam de “bárbaro” — isto é, o alemão, o saxão ou o franco, que talvez soubessem um pouco de latim, mas cometiam “barbarismos” (4).

É muito claro. Entretanto, quantos astrólogos meteram-se a estudar o texto de Nostradamus! Quantas bobagens disseram! Quantos acreditavam que era preciso desprezar a tradição latina dos versos!

É verdade que se trata de um trabalho muito extenso, principalmente no que diz respeito ao estudo do latim, nem

(4) No que diz respeito aos “barbarismos”, devo dizer que há alguns no livro escrito em 1927. Na pressa com que foi feita a impressão, vários erros permaneceram e outros a eles se acrescentaram.

sempre muito agradável de ser feito. É também tentador deixar de lado o problema maçante da impressão do texto — sem ter de se preocupar com o significado de sua estranha ortografia, onde, às vezes, a mesma palavra é escrita de duas formas diferentes. Saturno, Júpiter e todos os planetas desfilam nesse texto enigmático, misturados aos signos do zodíaco: o de Câncer, o de Leão, que aparece várias vezes, e certas constelações como a Águia ou Perseu, cuja estrela Górgona (a principal) é particularmente citada.

Todos os comentaristas, seja qual for o objetivo que os estimula, são perfeitamente desculpáveis. Não podem saber por que devem *necessariamente* estar errados e em que medida.

Pois o que quereria dizer tudo isso se não houvesse nesse texto nenhuma alusão aos planetas, aos signos do zodíaco, às constelações, enfim, à astrologia e à astronomia e se todas essas expressões tivessem outro significado e não fosse possível nenhuma transposição ou analogia?

E se tudo o que eu disse aqui fosse tão fácil de se perceber que apenas algumas palavras bastariam para que tudo se compreendesse?

Quem poderia contrariar a *Legis Cautio*?

Lembrem-se disso: segundo essa *Legis Cautio*, é preciso não ser um profano para compreender.

*
**

— Duvidam?

Deixemos de lado o último verso dessa quadra latina: ele se refere principalmente ao enigma contido no conjunto dos quatro versos e não devemos insistir nele. Além disso, o mistério do texto inteiro não está aí. Logo o abordaremos e o desvendaremos aos poucos.

Se duvidarem, tenham a gentileza de abrir a edição de 1668 — ou sua reprodução em fototipia, tanto faz — e observem a página 126. Aí estão duas magníficas letras maiúsculas, sem nenhum enfeite e colocadas a alguma distância uma da outra. Observem-nas bem, de cima para baixo e de baixo para cima.

Compreendem?

Entretanto, estamos em 1668, numa época em que, de acordo com a história que conhecemos, essas letras não deveriam ter o menor significado.

Mas o que podem saber os historiadores, que só se baseiam em documentos, se os documentos realmente necessários nunca lhes chegam às mãos?

Observem o título: olhem o endereço da impressora: “Casa de Ian Ianson em Waesberge e da viúva do falecido Elisée Weyerstraet”.

Que farsa!

João, filho de João... e a viúva!

É claro que zombam de nós — pois trata-se da célebre viúva, cuja progenitura é bem conhecida. E essa progenitura sabe muito bem que João é este.

Espero que não tenham mais dúvidas quanto à inexistência dessa impressora. Acho que já estão convencidos de que esse texto foi impresso com um cuidado todo especial, muito particular mesmo.

Começam a compreender que, sob o pretexto de profecias e de presságios, esses versos talvez digam respeito a outra coisa.

E passam a se perguntar — assim como já o fiz anteriormente — se Nostradamus não passa de um nome emprestado em tudo isso.

Além disso, se procurarem nas bibliotecas, verificarão que Nostradamus assinou também um livro intitulado *Tratado dos Doces de Frutas*, com 33 capítulos, onde se lê que essa obra foi escrita “pelo Mestre Perfeito Nostradamus”. Basta dizer isso. E percebemos claramente, quando o lemos, que as receitas de doces, embora compostas com diversas frutas, estão baseadas em curiosas misturas culinárias.

Mas é possível que não estejam entendendo o que estou lhes dizendo e que tudo isso lhes pareça tão sibilino quanto o próprio texto em questão.

A única coisa que posso dizer-lhes é o mesmo que diz São Jerônimo, no final de seu “Prefácio Galeático” da Vulgata,

a propósito de coisas semelhantes, quando declara que, se não se compreende o que ele explica, é só perguntar a alguém que conheça o assunto em questão.

*
**

A edição de 1668 apresenta uma data falsa. Aliás, todas as datas mencionadas no texto de Nostradamus são falsas. O famoso dia 14 de março de 1547 — no qual baseei-me em 1927 para fazer um cálculo — é igualmente falso.

Mas é preciso que entendam o que quero dizer com “datas falsas”. São *datas simbólicas*, na verdade. Elas são falsas se as considerarmos absolutas — isto é, como datas históricas. Elas são apenas pontos de referência. Tornam-se verdadeiras quando lhes acrescentamos ou subtraímos algum número simbólico, de acordo com cada século. Elas apenas são corretas quando se referem a uma indicação precisa do texto em relação a um fato especial.

Este fato é o de 14 de março de 1547; esta data é indicada como sendo o *princípio*: basta lermos o que diz a *Carta a Henrique II*; isso está bem claro. Dessa forma, o cálculo que fiz e publiquei em 1927 continua correto.

Contudo, existem começos e começos. Evidentemente, alguma coisa começou no dia 14 de março de 1927 (data obtida acrescentando-se os vinte anos da Lua, de acordo com a indicação do primeiro verso da quadra 48 da Centúria I).

E existe também na história e decorrer dos séculos um outro 14 de março que, da mesma forma que o precedente, é um notório começo.

Neste ponto, chegamos ao próprio mistério do texto. Neste momento, se eu pudesse escrever um nome, tudo se esclareceria.

Entretanto, estamos muito longe desse início, assim como Nostradamus e Henrique II também o estavam.

Será que Nostradamus poderia, na sua época, ter conhecido o acontecimento que marca um início nesse texto?

Se respondermos afirmativamente devemos também supor que ele chegou a conhecer toda a manobra dos números sim-

bólicos. Pois uma coisa supõe a outra. Admitamo-lo — embora seja bem improvável, já que, em todos os outros escritos que assinou e que são realmente dele, Nostradamus realmente não parece estar a par dessa manobra, aliás muito complicada.

Digamos então que ele conheceu o acontecimento em questão. Consequentemente, ou ele inventou tudo o que diz respeito a esse acontecimento, ou tinha documentos que lhe permitiam indicá-lo com detalhes em seus versos.

A única coisa de que podemos ter certeza é que o pouco que ele diz sobre esse acontecimento encontra-se confirmado pelos documentos existentes nos Arquivos Nacionais — os quais não foram muito divulgados, pois apenas alguns historiadores (Michelet, por exemplo) chegaram a citá-los.

Portanto, Nostradamus nada inventou a esse respeito. Devemos supor que ele conheceu estes documentos — não os mesmos que estão nos Arquivos Nacionais, pois estes são únicos, mas uma cópia destes ou outros documentos que relatem as circunstâncias muito particulares desse acontecimento.

Se ele chegou a conhecer documentos dessa natureza, é porque estes lhe foram enviados. Ora, não nos esqueçamos de que ele era judeu e que esses documentos não são documentos hebreus, assim como não havia nenhum judeu envolvido no acontecimento em questão.

Que relação pode haver entre um judeu do século 16 e os envolvidos num acontecimento ocorrido algumas centenas de anos antes? Poderíamos supor que haja um encadeamento de personagens, através dos séculos, responsável por essa transmissão?

É possível. Entretanto, esse encadeamento de personagens teria certamente um objetivo mais sério do que a simples publicação de profecias, que só servem para divertir as pessoas.

E por que não seria esse um objetivo político, já que o próprio acontecimento foi um acontecimento político?

Realmente, estamos abordando assuntos muito graves.

*
**

Sim, assuntos muito graves.

Em lugar de apenas receber alguns documentos, Nostradamus teve em suas mãos o texto inteiro, definitivo, tal como é, com todos os seus “erros”, suas letras deslocadas e enfeitadas (uma das quais, vista com uma lupa, contém um retrato) e com toda sua apresentação, simples e misteriosa ao mesmo tempo.

Foi necessário um tempo infinito para que esse texto fosse escrito. A vida de um homem não seria o bastante. Foi preciso associar todos os cálculos dos números simbólicos aos cálculos do sistema cronocsmográfico do qual falei em 1927. Foi preciso conhecer também com exatidão a que se referiam todas as datas históricas — verdadeiras quando se tratava de acontecimentos —, o que pode ser chamado de “iniciação”, pois elas correspondem diretamente aos gráficos de números — e o que, de certa forma, torna-as muito mais verdadeiras.

Só os estudos necessários para que essa última condição fosse preenchida exigem mais de quarenta anos.

É por essa razão que somos levados a pensar que Nostradamus recebeu este texto, compreendeu tão-somente o que se referia à sua época e que, além disso, era totalmente incapaz de saber a que se referia.

Notem que isto explicaria suas divagações em seus almanaques, assim como suas interpretações do texto (feitas a partir da tradução para o latim) que seu aluno Ayme de Chavigny, que foi procurador do rei em Beaune (Costa do Ouro), acabou publicando sob o título de *Janus François*. Da mesma forma, poderíamos compreender a atitude de profeta assumida por um de seus filhos, Michel, aventureiro e desafortunado.

Aliás, devo dizer que existe um documento que diz formalmente quem é o autor do texto. E este documento é algumas centenas de anos anterior a Nostradamus. Os signatários desse documento realmente existiram e seus papéis estão nos Arquivos Nacionais. Por seus nomes e qualificações, e pela época em que viveram, compreendemos imediatamente que somente eles poderiam ter sido os autores do texto.

Nada mais acrescentarei — a não ser que eram bem franceses, o que há de mais francês em toda a França.

*
**

Mas, e a famosa *Carta a Henrique II*, não teria sido escrita por Nostradamus?

Claro que não. Ela é o fio condutor que deve nos guiar em meio a essa confusão criada pelo entrelaçamento dos números — o qual é a base das datas e de todo o sistema cronocsmográfico.

Lembrem-se de que Henrique II nunca compreendeu uma só palavra de todo o texto — nem mesmo Catarina de Médicis. Parece, aliás, que, na corte de Henrique II, só Ronsard chegou a compreender alguma coisa, pelo menos segundo os versos que se referem a ele.

Estaria esta carta endereçada somente a Henrique II? Julguem os senhores mesmos.

Ela começa com estas palavras: “Vitória e Felicidade”. Não há nada demais nessas palavras. Mas tomem somente as duas letras maiúsculas: “V. F.”. Todos sabem que isto significa: “Venerável Irmão” (em francês, *Vénéral Frère*).

O papa fala dessa forma quando se dirige aos bispos. Que eu saiba, Henrique II não era bispo, nem Nostradamus papa. Então?

Então, não havia por que ser tratado dessa forma. Se houvesse alguma dúvida, bastaria que consultássemos o Tratado de Cateau-Cambrésis, assinado por Henrique II e Carlos V. Esse tratado continha cláusulas secretas, hoje publicadas, que se referiam ao compromisso assumido pelo rei da França de fazer com que se obedecesse, no interior do reino, às estipulações do Concílio de Trento. Isso exclui qualquer suposição dessa ordem.

Entretanto, poder-se-ia objetar, essa explicação baseia-se somente nas letras maiúsculas, suprimindo-se as que se seguem e constituem as palavras. É engenhoso, mas não se pode provar que deva ser assim.

Direi apenas que esse é um método muito antigo — mais antigo que o próprio texto — e que esse método é uma das principais malícias usadas pelos hermetistas.

Duvidam ainda?

Vou mostrar-lhes um verso muito bem dissimulado. Está numa Centúria especial — uma das que acreditamos estar incompletas — a Centúria XII, que vem um pouco antes dos *Presságios*, na quadra 56. É o terceiro verso da quadra e diz o seguinte: “França grande guerra e mudança terrível”⁽⁵⁾.

Traduzindo-o para o latim, temos: *Francia Magnum Bellum et Mutatio Terribile*. Não esqueçam que a conjunção *e* é sempre tipografada pela parangona e, por isso mesmo, é considerada apenas como uma separação. Temos portanto dois grupos de maiúsculas: F. M. B. — M. T.

F M B ...!

Deixemos de lado o segundo grupo; não interessa saber de que maneira ele se liga ao primeiro.

De duas uma: ou os senhores sabem a que se referem as letras F. M. B. ou não. Se o sabem, devem reconhecer que estou com toda a razão; caso contrário, estão perfeitamente autorizados a me considerar um visionário.

*
**

Tudo isso não nos explica “o galo”.

Pois, na obra que publiquei em 1927, o público só se interessou pelo “galo”.

Eu já havia dito, a propósito da profecia atribuída a São Malaquias, que, em certos casos, o comentarista de um profeta (ou o que pretende sê-lo), ou foi enganado ou é seu cúmplice.

É verdade. Entretanto, se parece que fui enganado, saibam que nunca me deixei levar como um tolo; e as pessoas

(5) O adjetivo *grande*, no original francês, está no masculino, para que a palavra *guerra* possa ser traduzida por *bellum*, que é um substantivo neutro.

que me freqüentam sabem disso. Em nenhum momento, durante alguma conversa, cheguei a falar no “galo”. Dizia apenas ironicamente: “é de se considerar...”

Mas quantos parlamentares — e alguns outros afastados da política ativa — acreditaram-se “o galo”? Houve mesmo, no Palais Bourbon, um determinado grupo de deputados, cujo chefe, muito popular e, provavelmente, bastante ambicioso — e seu talento dava-lhe esse direito, aliás — que, após comprar meu livro numa livraria perto do *boulevard Saint-Michel*, não hesitou em adotar um nome cujas iniciais eram C.R. Ora, essas iniciais são as mesmas que se encontram na figura 16 desse volume. Eles não haviam percebido que este gráfico contém um erro astronômico de primeira grandeza: a distância citada entre o Sol e Mercúrio é impossível. Mas quantos astrólogos notaram esse erro?

Talvez eu tenha sido enganado. Nesse caso, teria sido tolo a ponto de falar tantas vezes de *Napoleão e seus três irmãos*? Como se eu já não houvesse, anteriormente, passeado muitas vezes pela praça do Diamante, em Ajaccio, diante do monumento de “Napoleão e seus quatro irmãos”!

Eu não terminaria nunca se me pusesse a enumerar os erros desse tipo contidos nesse volume — e que ninguém descobriu! Eis o que era preciso criticar. E teriam tido minha resposta.

Mas só se interessaram pelo “galo”. E, doze anos depois, “o grande escondido nas trevas” ainda não veio.

Teria eu enganado o público? Releiam o livro e verão que segui passo a passo as indicações do texto atribuído a Nostradamus — essas “diretrizes” rigorosas que foi preciso seguir em 1927.

É claro que, nessa época, eu acreditava que tinha um dever a cumprir. E talvez ainda o esteja cumprindo, hoje. E, se tenho um dever, é porque obedeco a uma prescrição.

É claro também que, por bem ou por mal, estou sendo cúmplice do profeta. De qualquer maneira, a responsabilidade é deste ou destes que, através dos séculos, determinaram essa minha cumplicidade.

De tudo o que eu disse e escrevi em 1927, é necessário que se lembrem do seguinte: falei eventualmente sobre o poder pessoal e, desde então, só se fala nisso; decretos-leis são votados, o que é apenas um começo e existem outras nações vizinhas que são chamadas de "totalitárias"; assinalei também a possibilidade de uma decadência do atual regime francês e, agora, parece evidente que o regime está em perigo.

Seguindo-se as "diretrizes" fornecidas pelo texto, é natural que se pergunte: *Nostradamus quis enganar seu público?*

Mas se não é Nostradamus o autor desse texto, somos levados a concluir que o engano desejado é de dimensão muito mais ampla que a de uma simples profecia.

Nesse caso, o que nos foi reservado para o futuro e, sobretudo, para o futuro imediato?

Como a Carta dita a Henrique II é o fio condutor do encadeamento dos acontecimentos, devemos consultá-la.

Lá está escrito: "E será feita paz universal entre os humanos, e será libertado (no masculino) a Igreja de Jesus Cristo, enquanto que os Azostãos quererão misturar o mel com o fel e sua pestífera sedução e isso será perto do sétimo milênio".

Embora a frase continue, paro a citação aqui. O resto que se segue exigiria muitas explicações e, além disso, refere-se apenas às circunstâncias especiais do acontecimento anunciado⁽⁶⁾.

Devemos observar que esse trecho pode ser comparado com a última frase da profecia atribuída a São Malaquias, que é muito conhecida, aliás.

É inútil tecer hipóteses sobre esse assunto. Todas elas já foram estudadas.

Ora, trata-se de um fim; o futuro que aí se anuncia não é o futuro imediato.

Constatamos que "a Igreja de Jesus Cristo será libertada de suas atribulações". Então as perseguições terminarão e *Petrus Romanus* sobreviverá. Poderíamos somente nos per-

(6) A palavra *Azostão*, que se encontra no plural na frase citada, é tirada do grego. Significa: "que não tem cinto" ou ornamento do tipo do cinto.

guntar se se trata da "Igreja" tal como a conhecemos hoje — pois há um masculino inquietante (o adjetivo *libertado*). Contudo, não insistamos nisso.

Notemos que se trata da "pax universal". Portanto, se essa paz é universal, devemos pensar que a guerra que a precede também será universal.

Notemos também que, algumas linhas acima, a texto fala "do supracitado reino do Antecristo".

Não divaguemos, por favor! Existe uma lenda sobre o Antecristo. Se tivesse tempo, lhes contaria. Tudo o que gostaria que observassem é que esta lenda apóia-se num erro de leitura de uma Epístola de São Paulo: lá está escrito *Ante-Cristo* e, geralmente, pensamos no *Anti-Cristo*.

A primeira expressão significa *antes do Cristo* e a segunda *contra o Cristo*. Esta última prevaleceu: ela parecia justificar as catástrofes que acompanham a vinda desse personagem, o qual pode muito bem ser coletivo e também simbólico.

De qualquer maneira, trata-se de um agitador.

Não nos impressionemos com essa aparência de data que tem a expressão "sétimo milênio".

Não se trata do ano 7 000. Ao contrário, trata-se do *número sete mil* — que deve ser considerado de acordo com a numeração das quadras no encadeamento das chaves numéricas. O que é completamente diferente.

Posso dizer — pelo estudo do texto — que este famoso *Ante-Cristo* (chamado segundo, porque já houve um antes dele, segundo o texto, que foi muito anterior a Jesus Cristo) e, conseqüentemente, todas essas perturbações, não esperarão o ano 7 000 para surgirem (pelo menos, não tanto tempo).

Se querem saber quando essas coisas acontecerão, é muito simples: consultem o que se diz sobre isso nas últimas prescrições da Profecia de São Malaquias⁽⁷⁾.

Os dois textos são inteiramente concordantes.

Entretanto, embora eu saiba como e por quem foi escrito o texto assinado por Nostradamus, ignoro totalmente quem possa ter redigido o texto atribuído a São Malaquias.

(7) *O Destino da Europa* (Edições Dangles).

OS SEGREDOS DAS PROFECIAS

Existe, positivamente, um “segredo de Nostradamus”.

Mas existe também, positivamente, um “segredo de São Malaquias”.

Evidentemente, tanto um quanto o outro não são nem os autores nem os redatores das profecias que lhes deveriam ser normalmente atribuídas devido às assinaturas mencionadas.

São Malaquias existiu; Nostradamus também.

O primeiro foi, certamente, um santo, na verdadeira acepção do termo. O segundo foi um homem notável, com toda a força dessa palavra.

Tanto um como o outro poderiam, sem dúvida, negligenciar os textos que levam seus nomes — pelo menos, é lícito que imaginemos isso. Sua sabedoria os autorizava a agir assim.

Mas parece estar provado que eles não fizeram isso. Os documentos são formais no que concerne a São Malaquias. E são suficientes como prova no caso de Nostradamus.

Deve-se compreender que o texto que traz a assinatura de Nostradamus — que era judeu — deve ter-lhe chegado às mãos por uma filiação curiosamente enigmática de personagens — certamente cristãos — após muitos séculos. Entretanto, Nostradamus declarou-se autor desse texto, ainda em vida.

São Malaquias, ao contrário, não fez nenhuma declaração desse tipo. Entretanto, sabemos que, mesmo se o tivesse querido fazer, não teria podido — seu texto só foi conhecido aproximadamente cinco séculos após sua morte.

Se existe um segredo na transmissão desses textos, como a publicação de um texto já existente por outro autor, Nos-

tradamus é cúmplice: ele assinou autenticamente; mas São Malaquias não: não tem nada a ver com o caso.

Portanto, quem divulgou o texto atribuído a São Malaquias permanece desconhecido. É bem provável que nunca o conheçamos: não há nenhum indício de quem poderia tê-lo feito. Não há nenhum suspeito. As pesquisas — eu ia escrevê-las — devem ser abandonadas.

**

Pelo menos administrativamente, a questão está, acredito, elucidada.

Materialmente, sim — moralmente, não.

Pois, enfim, um enorme ponto de interrogação paira sobre todo esse estudo, atormentando o espírito e torturando-o de maneira obsessiva: por que este segredo impenetrável, o que significa e sobre o que é?

Por quê?

É simples. A razão reside no fato de que esse estudo parece bem apresentado e perfeitamente concluído, mas foi escrito como se o diretor do ministério quisesse se desembaraçar de um caso desagradável, enviando uma nota a seu ministro.

O ministro não percebe isso. Existe algum ministro que esteja a par desses detalhes administrativos?

Felizmente, existe o gabinete do ministro! Nele existem agentes muito eficientes — que parecem menininhos comportados, prontos a aceitar todas as desculpas e todos os subterfúgios —, mas que, um belo dia, acabam dizendo ao senhor elegante de brilhantina nos cabelos: “Mas, meu caro amigo, seu relatório nos fala de cúmplices, mas não se sabe quem é o culpado!”

Evidentemente, deve haver um culpado.

Este culpado, no caso, foi quem escreveu o texto que outros assinaram ou divulgaram anonimamente.

Para descobrir o segredo é preciso encontrar o culpado. Seu nome será revelado se ele não for uma pessoa muito co-

nhecida ou protegida por gente importante — que pode criar aborrecimentos indiretamente — ou se o interessado não estiver ligado a certos negócios que, por si só são complicados e mesmo perigosos quando resolve-se interferir.

Enfim, talvez seu nome seja revelado à imprensa, com a condição de que nada mais seja revelado.

O funcionário amável e eficiente que redigiu engenhosamente a conclusão do relatório pode ter certeza de quem seja o culpado. Pois seria um erro muito grave imaginar que os diretores de ministério não sabem mais do que as notas que ditam e assinam. Muito ao contrário, só eles conhecem verdadeiramente os casos de seu “departamento” (expressão própria do ministério)⁽¹⁾.

Então, se o nome do culpado não deve ser transcrito para o papel, mesmo que este seja confidencial, o diretor só o pronuncia verbalmente.

E só três pessoas conhecem este nome: o diretor que o revelou, o chefe de gabinete que o ouviu e o ministro a quem, para concluir o caso, o chefe do gabinete o revelou.

Depois disso, ninguém mais tocará no assunto.

Quando as pesquisas forem divulgadas e, por isso mesmo, for preciso dar a impressão de se estar dando satisfação ao público, um comunicado é redigido e publicado pela imprensa. Esse comunicado conta uma história: as pesquisas conseguiram... e agora temos certeza de que... de agora em diante, ninguém poderá entregar-se a atos que... etc. etc.... Esta literatura é uma farsa — assim como as histórias de Nostradamus e do suposto São Malaquias.

Entretanto, esta farsa esconde uma verdade. E esta verdade torna-se um “segredo de Estado”.

Mesmo depois de muitos séculos, os segredos de Estado permanecem ignorados — a menos que, numa carta par-

(1) Trata-se, nesse caso — para o público pouco a par da linguagem administrativa que se fala nos bastidores — de uma abreviação do termo oficial “departamento ministerial”. Este deveria aplicar-se somente a ministérios; mas emprega-se, às vezes, para indicar uma simples diretoria de administração central.

ricular, mais tarde, quando o caso foi totalmente esquecido, uma das três pessoas informadas resolve fazer confidências a algum amigo íntimo. Os historiadores que encontrarem, por acaso, o testemunho escrito dessas confidências poderão — embora isso sejam só suposições — descobrir habilmente alguma alusão numa frase de aparência inofensiva, enfiada no meio de uma exposição didática.

Ora, isso é puro esoterismo — esoterismo governamental, sem dúvida, mas tão ou mais oculto quanto tudo o que constitui o ocultismo.

Pois só há segredo naquilo que é verdadeiramente muito íntimo. Assim sendo, cada um de nós tem seu esoterismo particular, que uma pessoa — e, mais raramente, duas outras pessoas — conhecem.

**

A verdade — isto é, a verdade histórica — começa com o “comunicado” mais ou menos oficial. E cada um de nós sempre faz um comunicado desse tipo — quando fala a um terceiro sobre aquilo que, no fundo, não o interessa.

Compreendem então por que Frédéric Masson, para citarmos apenas ele, dizia que havia “oculto na história”?

Compreendem também por que Xavier de Maistre dizia “que a partir do momento em que apareceram os historiadores, a história acabou”?

Sem querer exagerar, creio que esse ponto foi levantado por mim em meu livro sobre o *Segredo de Nostradamus*.

Existe, necessariamente, um culpado. Mas existe também um velho adágio jurídico que nos leva a refletir, já que não conseguimos encontrar o culpado: *is fecit cui prodest*. O que pode ser traduzido assim: *quem fez, aproveitou*.

Então, reflitamos. Quem poderia tirar proveito dessas redações especiais das profecias? Como se tratam de profecias sobre o futuro, é preciso retificar a pergunta: quem poderia, num determinado momento no tempo, encontrar-se em situação de tirar proveito disso?

Certamente, poder-se-ia replicar que um culpado no futuro não pode ser considerado culpado; pois, por definição, este deve sempre estar no passado: é sempre anterior ao fato considerado.

Evidentemente — mas estamos num terreno muito especial, numa ordem de idéias fora do comum. Existe uma espécie de solidariedade que se estabelece, apesar do tempo, entre o que anuncia algo no passado e aquele que dela se aproveitará muito tempo depois. É como se a culpa em questão estivesse dividida em duas, cada metade separada por muitos séculos. O tempo, no caso, não interessa. É a utilidade da coisa que interessa; esta utilidade escapa ao tempo: ela é, poder-se-ia dizer, eterna.

Tento fazer com que compreendam. Não posso ir mais longe.

**

De qualquer maneira, espéro que vejam agora as profecias, pelo menos algumas, não apenas como um “divertimento”.

É claro que não é difícil constatar que, com exceção de algumas profecias — que podem ser verificadas uma vez que a predição se realiza —, com exceção, portanto, das verdadeiras profecias, entre as quais estão as profecias bíblicas e os Evangelhos — inclusive as que anunciaram claramente o Messias — com exceção daquilo que seja autêntica e verdadeiramente uma profecia, todas as outras têm um valor muito relativo.

Não devemos partir do princípio que consiste em classificar as profecias segundo sua origem. Que sabemos dessas origens? E não é porque algumas sejam tidas como sagradas que devem ter alguma preferência em relação às outras.

Sabemos realmente quem redigiu os Evangelhos? Ninguém o disse, ninguém falou sobre isso. Aí também existe um “segredo de Estado”; e só três pessoas devem conhecê-lo. Trata-se, sempre, de um segredo de autoridade superior, e só uma *trindade* de altas personalidades o conhecem. Quando

falamos de *mistério*, em relação a esse assunto, temos toda a razão.

Um comunicado desse tipo declara simplesmente: "Tal Evangelho é *segundo* tal apóstolo". É verdade, mas trata-se de uma assinatura franca e corretamente dissimulada. Nenhum apóstolo disse: eu sou o autor de tal Evangelho. Ele somente deixou que dissessem — e não deixa de ser verdade que tal Evangelho está escrito de acordo com seus documentos, pois um testemunho é sempre um documento.

Além disso, existe o *Apocalipse* para nos explicar.

Apocalipse, em grego, quer dizer "revelação".

Mas quem é capaz de compreendê-lo?

*
**

Chegados a esse ponto do presente livro, após estudarmos e refletirmos sobre todas essas idéias, aconselho-os a escutarem aquele que, tendo refletido madura e longamente antes de apresentá-las aos senhores, poderá mostrar-lhes alguma luz sobre o futuro.

Uma luz, na medida do possível, consoladora.

DE COMO A ESPERANÇA CONSERVA-SE TENAZ APESAR DOS TERMOS ALARMANTES DAS PROFECIAS

Espero que o leitor dessa obra reconheça, agora, que não sou destes que admitem qualquer coisa, de qualquer maneira.

Acho bem possível que se possa ter uma confiança quase cega em mim.

Mas nem por isso deve-se supor que eu tenha a menor ilusão sobre isso.

Não é confiança em mim, nem no que quer que seja, que o leitor deve ter: é confiança em si mesmo, em sua própria razão.

Gyp, uma mulher muito espirituosa, que conhecia muito bem o mundo, diz através de um de seus personagens: "Tenho pena das pessoas que acreditam no que lhes dizemos e que seguem os conselhos que lhes damos".

Isso não se aplica só a nossa época, mas a todas as outras.

É preciso saber ler; pois "saber ler" é refletir, é ser nós mesmos, é confiar somente em nossa própria razão, é a total expressão da liberdade humana.

Ora, atualmente, só os tipógrafos sabem ler.

Não digo isso para agradar os tipógrafos que compuseram estas linhas, eu não os conheço. Mas conheci muitos tipógrafos durante minha vida e, no seu ambiente, sob o ruído ensurdecedor das rotativas, nessa atmosfera de imprensa onde o pensamento de um autor aciona a trepidação das máquinas, onde isto que matematicamente chamamos de "energia" foi dotado de "idéia" por um cérebro e transforma-se em trabalho.

É então que o tipógrafo compõe o que o autor escreveu. Lê o manuscrito frase por frase, palavra por palavra, letra por letra. Lê... e corrige.

Em primeiro lugar, corrige a ortografia. François Copée que, como membro da Academia Francesa certamente colaborou no famoso "Dicionário", elaborado por essa companhia há mais de um século; François Copée, com sua ironia de jornalista, escreveu num artigo "a ortografia são os tipos". Mas os "tipos" não são somente a ortografia: são também, e muito freqüentemente, o "bom senso". Quantas vezes não nos perguntam: "Mas o que é que o senhor quer dizer com isso? Não dá para se compreender!"

O tipógrafo leu; e é assim que devemos ler: com a máxima atenção.

E porque leu, refletiu. Pois, ao lado das "formas" contidas na composição de um artigo, de um capítulo de livro, estão, bem a seu lado, sobre o "mármore", outras "formas", que se referem a outros artigos e outros livros; ele faz comparações. Ele não lê apenas uma coisa, mas várias. É sua profissão. Tem oportunidade de pesar os prós e os contras e de ter opiniões justificadas.

É claro que — há uns cinqüenta anos — poder-se-ia considerá-lo um terrível "anarquista"; assim como hoje é chamado de "abominável sindicalizado". Simplesmente porque ele não "pensa como todo mundo". Por ter refletido um pouco mais que os outros.

Por outro lado, entre o autor e os tipógrafos, que compõem sua obra, existe sempre um acordo — quase sempre subentendido, mas indispensável.

Nessas condições, nenhum livro dos hermetistas da Renascença poderia ter sido impresso sem grande cumplicidade com os tipógrafos —, e isso desde Gutemberg, passando por Elzevir e todos os Etienne Dolet. Da mesma forma que as catedrais só puderam ser construídas com a estreita colaboração dos maçons.

O maçon sabe muito bem se a construção que lhe foi feita é sólida. Ele não se colocaria sob um teto que pudesse desmoronar.

O tipógrafo nunca levará para casa um jornal, uma revista ou um livro que sirva somente de papel de embrulho.

Tanto um quanto o outro sacodem os ombros quando lhes falamos de público. O público "acredita naquilo que lhe dizem e segue os conselhos que lhe dão".

**

Por outro lado, reconheço que, se não fosse assim, a publicidade não seria possível.

Todos os publicitários sabem que existem dois tipos de publicidade: a boa e a má. Sabem também que a boa publicidade não é sempre a que traz mais lucro para o vendedor, mas a que, divulgando um produto "bom por si mesmo", permanece por muito tempo na memória do público. Pode ser que o público — mesmo o mais informado — dê crédito momentaneamente aos astuciosos raciocínios que lhe são apresentados; mas não o fará por muito tempo. Isso não implica em que tenha perseverar-se nessa credulidade, ingenuamente pueril, que é apanágio exclusivo dos tolos.

Pois é muito importante fazer parte do público — sobretudo quando o público goza da liberdade de pensar.

Esta é a mais preciosa de todas as liberdades: ela exprime verdadeiramente a dignidade humana. Tem como consequência direta a liberdade de exprimir o pensamento pela palavra numa conferência ou pela divulgação de coisas escritas.

Como dizem os ingleses, os franceses têm "o defeito de querer vender carvão em Newcastle". Se por acaso conhecerem esta negra cidade da Grã-Bretanha, logo perceberão o absurdo da coisa. Há carvão por todo lado: respira-se carvão, come-se carvão.

Não me façam repetir Talleyrand, outro ironista: "A conversação, em suma, é a arte de aprender com os outros o que sabemos melhor do que eles".

Por que o público quer sempre parecer mais informado do que aquele cuja competência não pode ignorar?

Se você é um médico excelente, não se creia um grande pintor, só porque um de seus colegas tem uma coleção de quadros.

E se você for um pintor de talento, não se imagine competente em terapêutica, só porque um de seus colegas fez uma operação na faculdade de medicina.

Conheço essa desculpa; Rafael, o ilustre Rafael, serviu-se dela para fazer uma célebre caricatura. Nela, vê-se um pregador de cartazes, sacudindo seu pincel de cola e gritando: "Anch'io son' pittore!" Isto é: "Eu também sou pintor!"

Os médicos sabem muito bem que não é o bisturi que faz o cirurgião.

**

Não pensem que tudo o que está sendo dito agora seja apenas "enchimento" —, ou um acessório sem nenhuma relação com o que já foi dito e observado e com o que se espera que eu demonstre.

Escrevo para que entrem um pouco em si mesmos, para que, uma vez instalados solidamente em suas consciências, façam apelo somente à sua própria "razão", este magnífico instrumento intelectual do qual somos dotados e que faz de nós, homens, isto é, os seres mais evoluídos da natureza.

Escrevo isso para que não aceitem minhas palavras sem pesá-las — para que as recusem se elas não estiverem de acordo com seus sentimentos, com suas convicções, ou mesmo com seus interesses — para que as critiquem, confrontando-as com o que sabem ou venham a saber — para que, enfim, formem uma opinião própria e totalmente justificada.

É o único meio de se manter uma conversação a sério.

**

Continuemos, então, nossa conversa.

Acham que isso pode continuar assim por muito tempo?

Estou certo de que não; e sou da sua opinião.

Se isso tivesse que durar por muito tempo "assim", seria preciso dizer que, daqui a dois ou três séculos, estaremos no-

vamente no mesmo ponto; que veríamos sempre as coisas do mesmo jeito; que não teríamos avançado em nada; que continuaríamos a ter os mesmos hábitos, a usar as mesmas roupas e em nada teríamos evoluído socialmente; que iríamos sempre ao cinema, usaríamos o mesmo penteado e a mesma calça ou o mesmo tipo de vestido e que as condições seriam sempre as mesmas para o comércio, para a indústria e para o trabalho.

Mas suponhamos por um instante que, em lugar de estarmos no ano de 1939 depois de Cristo, estivéssemos em 1939 antes de Cristo.

Podemos utilizar o mesmo raciocínio de certos amigos nossos que gostariam que "isso mudasse", mas não de maneira brusca, de maneira que "isso mudasse, mas sem mudar".

Então, no fundo, "isso não mudaria muito"; e o principal, isto é, os costumes e a maneira de pensar —, tudo o que constitui nossos bons e queridos hábitos — continuariam os mesmos. E nos vestiríamos sempre da mesma forma, porque a roupa é, sem dúvida, a marca exterior de nossos hábitos.

É normal ver-se homens com vestidos compridos no metrô? Mulheres seminuas, cobertas de colares e pedrarias, esperando o ônibus? Com roupas assírias ou egípcias?

Seria um carnaval.

Com efeito! Seria um verdadeiro carnaval se, dentro de dois ou três séculos, "isso continuar assim". Nada seria tão "moderno", como se diz.

Portanto, é preciso que "isso mude".

Temos todos a mesma opinião, não é?

Então não seria melhor que nos ocupássemos dessa mudança ao invés de nos esforçarmos para que "nada mude"?

Gastar nossas forças, e mesmo nosso dinheiro, para manter um estado de coisas, destinado a mudar, não seria ir contra o bom senso?

Quando queremos mudar de casa, a primeira coisa que fazemos é preparar tudo para a mudança.

Nada mais verdadeiro. Só que, antes de mais nada, é preciso arranjar alojamento. E essa é a primeira dificuldade.

Estamos no caminho certo: é preciso que se tenha um lugar para onde ir para podermos mudar. Mas este é um pro-

blema fácil de ser resolvido: existem agências especiais para esse fim.

Podem sorrir. A mudança em questão é apenas uma metáfora; pois trata-se de mudar a sociedade, e, num certo sentido, a própria civilização, transportando-a para outro lugar, dando-lhe um outro "habitat". Ora, não existem agências que providenciem isto. Ninguém possui a lista de apartamentos vagos para a humanidade.

Que sabemos sobre isso?

Não seria este o papel de certos profetas —, o suposto santo Malaquias, Nostradamus, tantos outros e, notadamente, Ezequiel, Jeremias, Isaías e São João, no Apocalipse e ainda outros, de países mais longínquos e épocas mais remotas?

Já houve outras "mudanças" na história da civilização, outros momentos em que foi necessário procurar um "habitat" conveniente.

E, certamente, foi preciso dirigir-se às "agências" — isto é, consultar os textos proféticos.

Senão, de que serviria predizer a chegada do Messias, por exemplo? Se fosse apenas para "surpreender o público", não teria sentido nenhum: o cristianismo já "surpreendeu" muito e ainda surpreende, quase vinte séculos depois de seu nascimento.

Será possível imaginar que o cristianismo surgiu à toa, ao acaso de alguma intuição, alimentado por algumas pessoas gastas, sem instrução, sem dúvida muito devotadas, nem sempre muito dóceis, mas realmente convencidas; e que tudo tenha acontecido só porque, um belo dia, o Espírito Santo desceu sob a forma de "línguas de fogo" (Pentecostes) sobre essas inteligências desprovidas de qualquer cultura para comunicá-lhes a chama da fé?

É preciso compreender o que isto significa e, sobretudo, considerar o efeito dessa operação do Espírito Santo sobre o intelecto.

Pois é muito bonito dizer que "a fé move montanhas", mas é importante saber também por que meio material.

A fé, dizem, foi suficiente para que se construíssem as catedrais. É possível que ela tenha "incitado" a construção das catedrais. Mas foi preciso arquitetos, operários; uns faziam a planta, calculavam a resistência dos materiais; outros talhavam a pedra, dando-lhe forma. A fé nada tem a ver com tudo isso: tudo isso é ciência.

É preciso ter para onde ir, antes de nos mudarmos.

Mas preferiríamos morar num imóvel já construído ou mandar construir outro?

Se nos mudarmos para um imóvel já construído, é muito provável que nosso novo apartamento seja muito parecido com o antigo: a arquitetura dessa nova habitação não será muito diferente da arquitetura da casa que vamos deixar; e, se conservarmos os mesmos móveis, o que terá realmente mudado?

Positivamente, não haverá nada de novo.

Devemos, então, construir?

Dessa forma teremos, incontestavelmente, todas as novidades que quisermos. E poderemos dizer que mudamos realmente.

Muito bem. O terreno, nós já o temos: é sempre o mesmo, — é onde a civilização constrói suas casas, instala-se e organiza seu estado social.

O que nos falta então?

Dinheiro.

Dinheiro em primeiro lugar. Salomão já nos havia feito observar: "Tudo é dinheiro"; e Salomão sabia do que estava falando: ele conduziu uma etapa da civilização hebraica e mandou construir o Templo.

Bem. E de quanto precisamos?

Qualquer um responderá que o preço de um imóvel depende da massa da construção em questão.

Que queremos fazer? Uma civilização nova, não é? Tão extensa quanto possível, não é? Tão justa, confortável, agradável e magnífica quanto possível?

Um edifício fantasticamente belo, formidavelmente grande?

Mas para isso seriam necessários milhões e milhões de libras esterlinas!

Nós as temos?

Não; então não falemos mais nisso.

*
**

Pensemos assim: estamos diante de uma alternativa.

Difícilmente isto acontecerá e o mundo se desintegrará pouco a pouco e acabará se tornando inabitável. Seremos obrigados a abandonar nosso apartamento, isto é, o cantinho de civilização que nos proporciona hoje uma existência razoável; e partiremos, pois a civilização inteira tornar-se-á insuportável. É como se nosso apartamento não tivesse mais portas, nem teto; e que ficássemos expostos a todos os tipos de perigos. Iríamos, talvez, para o deserto, para encontrar um pouco de tranqüilidade. E, então, estaremos em tão negra miséria física e intelectual, que desceremos insensivelmente à condição do animal degenerado por cruéis privações e degradado por preocupações vulgares.

E não digam que isso é impossível. Não afirmem que essa eventualidade nunca acontecerá. Consultem a história da França e vejam o que aconteceu com a esplêndida civilização galo-romana, feliz e desenvolvida, após a invasão dos bárbaros ⁽¹⁾. Vejam o estado lamentável da Gália no tempo de Brunehaut e Fredegundo, um pouco mais tarde. Vejam e reflitam.

(1) Foi sob a dominação dos antigos romanos que a Gália tornou-se o verdadeiro jardim que é atualmente. As vinhas do Bordelais, da Borgonha e da Champagne datam dessa época. A cozinha galo-romana inventou os patês de fígado do Perigord. Comiam-se "escargots", assim como são hoje preparados na costa de Dijon. Os semeadores de Limoges já utilizavam caminhões de seis rodas para o transporte de mercadorias e também de turistas. Estes visitavam o vale do Reno onde os hoteleiros da região — já nessa época! — os acolhiam em habitações enfeitadas com colunatas. Jogava-se futebol, exatamente como hoje em dia; tomava-se aperitivo bebendo-se os vinhos da costa de Perpignan; e faziam-se até apostas para saber-se quem ia pagar! A vida era boa. A Gália era rica, tranqüila, feliz. E, logo após, sobreveio a atroz, sanguinária e brutal decadência sob as mãos dos bárbaros merovíngios. Leia Augustin Thierry.

Mas poderia acontecer o contrário?

Certamente, pois também existem momentos de renascimento na história. Entretanto, nesse caso, isso significa que tudo já estava determinado, preparado de antemão, isto é, decidido, para que, no momento exato, tudo estivesse pronto: o dinheiro, os homens, as circunstâncias.

Falando mais claramente: é como se, possuindo o dinheiro suficiente para a construção, o arquiteto já estivesse com a planta prontinha, com uma equipe de operários e mestres-de-obra à sua disposição, esperando apenas um simples sinal para começar a trabalhar.

Nessas condições, só falta construir.

Admitamos essa esperança aliviadora! Mas como poderia acontecer isso?

*
**

Sem dúvida, levando em conta esses primeiros meses de 1939, é impossível imaginar como aconteceria tal milagre.

Sem dúvida, os homens não parecem dispostos, nesse momento, a construir o que quer que seja. Seus interesses são muito pequenos, muito mesquinhos, restritos a seu próprio egoísmo. Mas seria preciso muito pouco para que eles saíssem de suas cascas: a humanidade, apesar de tudo, está melhor do que aparenta!

Sem dúvida, também, o arquiteto poderia sair de seu ninho. Deve existir em algum lugar, em algum canto retirado, um desconhecido capaz de dirigir os trabalhos. A instrução é, atualmente, bastante desenvolvida para que se possa descobrir um bom arquiteto.

Mas, e o dinheiro? Pois, em primeiro lugar, é preciso ter dinheiro.

Ora, essa esperança ainda não passa de um sonho! É difícil imaginar como ajuntaríamos toda a soma necessária.

Entretanto, quero recordar-lhes um fato do passado.

No dia seguinte ao nascimento de Jesus, vieram os reis Magos. Eram os reis Magos da Pérsia. Eles certamente des-

cendiam dessa antiga "Iniciação", que é eterna —, essa espécie de companheira dos altos estudos terrestres, que esforça-se por evitar que a humanidade perca, algum dia, o fio de Ariadne das verdadeiras tradições, que constituem a base indispensável da ciência, da arte e do aperfeiçoamento social. E tinham como preocupação apenas o belo, a verdade e o bem ⁽²⁾.

Esses reis Magos trouxeram presentes para o Menino Jesus — ouro, incenso e mirra.

Ouro e perfumes —, ouro de odor agradável!

Eles tinham ouro. Dispunham, evidentemente, das minas de ouro da Ásia. Reparem no que dizem hoje os petrógrafos e os engenheiros peritos em minas, que estiveram na Ásia para calcular suas riquezas minerais.

Lembrem-se que o ouro é um fator importante nos movimentos da humanidade. Lembrem-se que as minas do Laurium deram à Grécia o desenvolvimento literário e artístico que a glorificou e que, se examinarmos bem as coisas, esse desenvolvimento apoiava-se numa prosperidade comercial e bancária. Lembrem-se que os tesouros dos persas, tomado por Alexandre, o Grande, foram suficientes, em matéria de ouro, às necessidades da Europa até a descoberta do Peru; e que o ouro que circulou, no fim do Império romano e durante toda a Idade Média, não era outro senão esse ouro da Pérsia.

Compreendem então o significado dos reis magos?

Sem eles, sem seu dinheiro, o cristianismo não poderia ter existido: a civilização não poderia ter mudado e se tornado melhor.

Ou tudo isso aconteceu unicamente por intuição, por acaso, sem plano preconcebido e às cegas; ou, então, em virtude de previsões precisas e categóricas.

É sabido — embora isso nos pareça surpreendente — que o cristianismo se propagou com uma rapidez inexplicável. Estabeleceu-se, por assim dizer, num piscar de olhos.

Os apóstolos, os discípulos e os primeiros adeptos viajaram, fizeram propaganda.

(2) Sobre esse ponto, o *Formulário de Alta Magia* dá amplos esclarecimentos sobre o que eram exatamente os "Reis Magos".

Mas essas viagens, mesmo que fossem a pé, não custavam nada? A propaganda, por mais devotada que seja, pode ser feita sem um tostão? Desde quando?

*
**

Não pensem que esses magníficos fundadores da civilização eram apenas sonhadores orientados somente pela fé —, de grande talento, é verdade, mas perdidos nas alturas de uma metafísica e de uma moral em que o brilho das verdades reveladas lhes cegava a inteligência em relação às necessidades terrestres.

Eles eram tão práticos quanto nós. Só que não o proclamavam a todo instante, eis tudo! Era natural que eles fossem práticos.

Aliás, se não o fossem, não teriam vencido: é óbvio. Ora, eles venceram.

É só examinar com cuidado como tudo começou: façam suas próprias pesquisas e observem como foi feito o "negócio".

Certamente, é preciso abstrair essa aura altamente poética que envolve os fatos. Sei muito bem o quanto isso é difícil. Vários historiadores se deixaram levar; os exegetas mais racionalistas enganaram-se totalmente. Mas os evangelistas nunca enganam quem parte de uma petição de princípio: eles dizem a verdade, a pura verdade — mesmo que sejam excelentes hermetistas e só permitam que se compreenda aquilo que deve ser compreendido.

Na *revelação* do Apocalipse, São João repete sem cessar: "Que aquele que tem ouvidos ouça!" Mas, geralmente, não se ouve nada, pois Davi já havia gritado: "Eles não terão olhos e não verão nada; não terão ouvidos e não ouvirão nada!"

É preciso ver as coisas de uma maneira prática; é preciso entender o que se quis dizer.

Pode ser que tudo isso seja um milagre. Mas como acontece o milagre? O "meio" do milagre é sempre a natureza. Nesse caso, são os homens, constituídos exatamente como nós.

E assim tudo se explica, francamente, categoricamente, sem reticências nem subterfúgios.

Mas quase sempre acreditamos nas reticências e nos subterfúgios.

Falamos do surgimento do “galo” em 1927; lembram-se?

Não procuramos o “galo”? E, mesmo sem confessá-lo abertamente, sem proclamá-lo publicamente, não chegamos inclusive a tentar “fazer um galo”, formando certos grupos, mais ou menos declarados ou reconhecidos, escolhendo este ou aquele chefe, político ou não, habilidoso ou não, que seria, em circunstâncias favoráveis e com um pouco de publicidade, o “galo”?

Por acaso imaginamos que Carlos Magno, Hugo Capeto e Napoleão foram “feitos” pelo destino? Ou achamos que os apóstolos “fizeram” o Cristo?

Não estaríamos, hoje em dia, analisando o problema de maneira inversa?

Entretanto, o Evangelho estava lá, indicando para que lado era preciso olhar.

O pescador Cefas, simples e ignorante como as carpas do lago de Tiberíade, onde pescava, foi, certo dia, designado por Cristo para ser a pedra angular da construção do futuro. Anteriormente “pedra bruta”, ele será, desse momento em diante, a “pedra cúbica” disso que os gregos chamavam de eclesía, ou seja, “reunião”, e que traduzimos por “Igreja”, devido à religião.

E Cristo lhe diz: “Antes que o galo cante três vezes, tu me negarás”.

Quantas vezes não negamos nós a profecia do “galo”?

Vós sois desculpável, Pedro — São Pedro —, base da nova civilização e dos tempos melhores, homem advertido, que acreditava firmemente num futuro brilhante; Pedro, apóstolo designado e seguro de sua missão, não hesitou, na noite das dificuldades e diante da incerteza, não teve medo de declarar: “Não conheço o Cristo; não tenho nada em comum com ele!”

Ora, Cristo era o grande arquiteto desse imenso edifício cuja solidez iria desafiar as intempéries e os assaltos através

dos séculos e Pedro era o ponto de partida dessa era diferente das outras, o próprio catalizador dessa obra alquímica que deveria transformar a humanidade.

O galo encontrava-se lá apenas para cantar. Dava um aviso: o anúncio de um próximo nascer do sol, o sinal da aurora enquanto ainda era noite escura e se duvidava da luz.

Que mais poderia nos dizer o “galo” de Nostradamus?

Que nos dirá o futuro?

**

A poesia é apenas estilo: a arte de apresentar as coisas vistas de cima.

Para executar o que quer que seja, convém que sejamos práticos.

Queremos construir e temos o dinheiro e o terreno. Achamos que é possível encontrar alguém para conduzir os trabalhos, esse “catalizador” que age praticamente por sua presença. E os operários?

Os operários são os dedos que fazem o que foi concebido pelo cérebro. São a “mão-de-obra” e seu conjunto chama-se justamente a “mão-de-obra”. Assim como nossas mãos, estão sempre prontas a desenvolver sua habilidade. Nunca estão muito longe; são o povo, o verdadeiro povo que quer evoluir e que evoluiu, que ama a evolução e não tem medo da mudança, encarando-a com coragem.

O operário está sempre pronto, disposto a trabalhar. Podemos fazer algo sem ele?

Não serão aqueles que não têm necessidade de nada que quererão uma mudança para melhor ou que ousarão cooperar com uma obra nova. Estão satisfeitos com o que existe: por que, então, ajudariam a mudar um estado social sobre o qual se apóia sua situação, no qual se baseiam suas esperanças, sobre o qual está fundada sua família? Eles não são loucos: eles acham, e com toda razão, que essa mudança seria para pior.

Os fariseus e os romanos não queriam o cristianismo: é compreensível. E o cristianismo foi feito pelo povo.

É sempre a mesma coisa.

É tão verdade isso que alguns, sem dúvida, que tenham refletido um pouco mais que os outros, mas desprovidos de pontos de referência para guiar suas reflexões, fazendo apelo mais à sua imaginação do que a seu senso prático, chegaram a pensar que, para que o mundo mudasse, seria preciso um Cristo.

O Cristo — o do Evangelho — aparece apenas uma vez na humanidade. As condições que criam a necessidade da vinda de um arquiteto dessa grandeza para realizar uma obra particularmente útil podem ser parecidas, mas nunca são idênticas.

Embora muitas vezes a obra pareça sobre-humana, nem sempre exige um Cristo para que seja realizada. A famosa renascença do século 12, época muito confusa, bárbara, aconteceu sem nenhum Cristo: ninguém pensou, aliás, que seria preciso alguém desse tipo.

Mas o que é sempre preciso é um plano. Nenhum mestre de obras aceitaria o encargo de dirigir os operários se o arquiteto não lhe desse a planta da construção a ser executada.

A planta da sociedade do futuro — do mundo novo — existe?

Aqueles que, num passado remoto, temiam que o fio de Ariadne da civilização pudesse se perder algum dia; que, pensando nisso, construíram as pirâmides, resistentes ao tempo e visíveis de longe; aqueles que pensavam mais na humanidade que em si mesmos, tiveram a precaução de elaborar essa planta pacientemente, esrupulosamente, e de legá-la a outros que, pouco a pouco, de mão em mão, quase que automaticamente, encarregar-se-iam de fazê-la chegar a quem dela pudesse se servir?

Nisto está todo o problema.

Somente as profecias — essas que têm um caráter de “diretrizes” em relação a isso — podem nos trazer algo de positivo.

Qual será, amanhã, o destino dos povos?

Nesses momentos de angústia, lembremo-nos do velho adágio dos latinos: *orbe fracto spes illæsa!* Ele exprime o máximo do otimismo estóico: *mesmo se a terra explodisse, a esperança permaneceria intacta!*

Eis como é preciso encarar o futuro.

Eis como a esperança permanece tenaz no fundo do coração, apesar dos termos alarmantes das profecias!

É claro que não pode haver mudança sem que algo seja quebrado, sem que se tenha que abandonar algo precioso.

Podemos nos entristecer, chorar — é humano; e o homem, por viver uma vida concreta, não pode separar-se facilmente daquilo que ama.

Mas o amor tem necessidade de que o objeto amado esteja sempre presente para poder manter seu ardor?

O amor não está além do concreto?

O amor não tem muito mais de recordação que de realidade?

É muito natural que amemos o passado. E nada mais lógico que aspiremos ao futuro.

Todos nós somos os homens de amanhã. Nosso passado é apenas a garantia de nosso futuro.

E nosso passado existe: estamos enraizados nele.

Devemos então nos desesperar?

O que podemos fazer ontem poderá ser feito amanhã? Ou seremos incapazes disso?

Que podemos fazer, então?

Esperemos o amanhã —, o amanhã pode ser maravilhosamente esplêndido.

São João declara no início de seu Evangelho que vem prestar testemunho da “luz”. Com efeito, ninguém é “a luz”, senão o *Outro* —, o que traz em suas mãos o facho luminoso.

Alguns o conheceram e outros sabem quem é. Os profetas sempre falaram em seu nome, nem sempre nomeando-o; mas deixavam que se compreendesse quem era.

E São João, assim como alguns outros, tem, ele próprio, um nome que lhe permite entrar onde é preciso.

E aí vemos a claridade que ilumina o mundo, que torna lúcido o futuro e que confirma todas as esperanças.

São João também é desses que não se repetem na história da humanidade.

São João não é só um profeta, é o guia dos profetas.

Os são Malaquias, os Nostradamus, são filhos de São João.

Os Ezequiel, os Jeremias e os Isaías são os irmãos de São João.

Todos os anunciadores do futuro, apesar de seu estilo catastrófico, apesar de suas expressões amedrontadoras e apesar de suas terríveis ameaças, não são os semeadores de pânico que parecem.

Olhem bem. Examinem bem. Eles também estão convencidos de que, mesmo se a Terra explodir, sua esperança permanecerá tenaz.

Então, por que pensaríamos diferentemente?

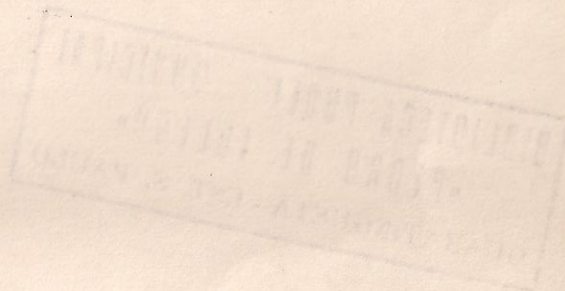
*
**

ILUSTRAÇÕES

1 e 2. O Sepulcro do Grande Romano	45 e 46
3 e 4. A França	47
5. A Flor-de-lis (a realza)	48
6. <i>Florum patere</i>	69
7. O Barrete frígio (a República)	91
8. A Águia (Napoleão I)	92
9. Extensão da Águia	94
10. As posições da Flor-de-lis em 1792, 1815 e 1830	98
11. A Águia em 1852 (Napoleão III)	102
12. A Terceira República e seu feixe de lictor	112
13. As diversas posições do feixe de lictor	113
14. A construção da planta de Paris	128
15. Armas da cidade de Paris	132
16. A divisa astrológica de Paris	141
17. A célula-mãe de Paris	151
18. La Cité e o Hotel de Ville	153
19. Notre Dame de Paris (gabarito)	156
20. A fachada de Notre Dame	157
21. Extensão de Paris para o oeste	164
22. A "máquina de governar" — os ministérios	167
23. O Galo	186

ÍNDICE

<i>Legis cautio</i> contra ineptos críticos	23
O sistema cronocosmográfico das profecias	31
O problema da evolução da França após 1792	59
A predição sobre a França de 1792 a 1870	83
A Terceira República e o após-guerra de 1914	105
A cidade de Paris e suas determinações geométricas	119
As mudanças políticas e a vinda do Galo	171
Nostradamus quis enganar ou confundir seu público?	201
Os segredos das profecias	225
De como a esperança conserva-se tenaz apesar dos termos alarmantes das profecias	231
Ilustrações	247
Índice	249



Lindo



IMPRIMIU
TELS.: 52-7905 e 52-3585
S. Paulo - Brasil

*Seu o mundo!
Eu quero saber!*

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
«PEDRO DE TOLEDO»
GUARATINGUETÁ - EST. S. PAULO

*Circ.
133
P733 no*

O segredo das Centúrias
Biblioteca Pública Municipal

OK **«Dr. Diomar Pereira da Rocha»**

GUARATINGUETÁ

REG. 12.763

O Leitor deverá observar no seu cartão o prazo marcado para devolver este livro. Quem devolver o livro com atraso não terá direito a novo empréstimo.

O leitor que estragar ou perder este livro deverá pagar outro.

Quando houver qualquer um desses problemas acima, dirigir-se à Biblioteca no horário das 8:00 às 22 hs.

MOD. BC 5

